



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

LUIZ ANTONIO CHAVES DE FARIAS

**MOBILIDADE POPULACIONAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA
BAIXADA SANTISTA: UM OLHAR SOCIODEMOGRÁFICO SOBRE SUA
TRAJETÓRIA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS**

**CAMPINAS
2018**

Luiz Antonio Chaves de Farias

MOBILIDADE POPULACIONAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA BAIXADA
SANTISTA: UM OLHAR SOCIODEMOGRÁFICO SOBRE SUA TRAJETÓRIA NOS
ÚLTIMOS 20 ANOS

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Demografia.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO LUIZ
ANTONIO CHAVES DE FARIAS, E
ORIENTADA PELO PROF. DR. JOSÉ
MARCOS PINTO DA CUNHA.

Campinas
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

F225m Farias, Luiz Antonio Chaves de, 1989-
Mobilidade populacional e produção do espaço urbano na Baixada Santista : um olhar sociodemográfico sobre sua trajetória nos últimos 20 anos / Luiz Antonio Chaves de Farias. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Espaço urbano. 2. Demografia. 3. Mobilidade residencial. 4. Planejamento urbano - Baixada Santista (SP). I. Cunha, José Marcos Pinto da, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Population mobility and production of urban space in Baixada Santista : a sociodemographic view on its path in the last 20 years

Palavras-chave em inglês:

Urban space

Demography

Residential mobility

Urban planning - Baixada Santista (SP)

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora:

José Marcos Pinto da Cunha [Orientador]

Fausto Reynaldo Alves de Brito

José Marques Carriço

Lindon Fonseca Matias

Alberto Augusto Eichman Jakob

Data de defesa: 30-08-2018

Programa de Pós-Graduação: Demografia



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30/08/2018, considerou o candidato Luiz Antonio Chaves de Farias aprovado.

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha (orientador) – IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Fausto Reynaldo Alves de Brito – CEDEPLAR/UFMG

Prof. Dr. José Marques Carriço – UNISANTOS

Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias – IG/UNICAMP

Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob – IFCH/UNICAMP

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Qualquer tentativa de agradecimento não fará jus às contribuições que recebi para a conclusão do presente trabalho. Mesmo assim, não é demais ressaltar aquelas pessoas que mais ostensivamente estiveram presentes na minha trajetória no doutorado, sem as quais, com certeza, não seria possível chegar até aqui.

Em primeiro lugar, e não poderia ser diferente, agradeço ao meu orientador José Marcos Pinto da Cunha, não somente pela orientação, mas pelo companheirismo, sinceridade e incondicional disponibilidade, apesar de seus inúmeros compromissos acadêmicos.

Igualmente, agradeço a meus pais, Antonio Xavier de Farias e Eliana Pinheiro Chaves, pelo incondicional apoio em todas as instâncias de minha vida pessoal e acadêmica. Realmente, a distância geográfica, em alguns momentos, não foi impeditiva do usufruto de seu afeto e ajuda sempre disponível a mim em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis.

Profiro um agradecimento especial ao Pier Francesco de Maria por seu companheirismo, amizade e colaboração ao longo dos quatro anos que se passaram. Seu apoio para o empreendimento da análise dos resultados foi fundamental para a apresentação de um trabalho mais completo.

Faço uma menção especial a todo o grupo de orientandos do professor José Marcos por sua abertura ao diálogo e colaboração mútua, tendo em vista a transversalidade dos temas pesquisados. Especialmente, menciono Leandro Blaque Becceneri e William de Mendonça Lima, os quais, além destas últimas prerrogativas, foram verdadeiros amigos e parceiros de pesquisa ao longo do período do doutorado. Neste último grupo, incluo Chandeline Jean Baptiste e Bladimir Carabali Hinestroza, por sua generosidade e humildade.

Agradeço o apoio do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Unicamp. Faço uma menção honrosa ao professor/pesquisador Alberto Augusto Eichman Jakob, por sua disponibilidade e ajuda, assumindo o papel de um verdadeiro coorientador em algumas oportunidades.

Estendo minha gratidão a todos os pesquisadores e funcionários do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo), por me permitirem usufruir sistematicamente de toda a infraestrutura técnica necessária para viabilizar minha pesquisa. Em especial, cito Adriana Cristina Fernandes, Rogerio Fabbri Broggian Ozelo e Raquel de O. S. E. Jakob por sua disponibilidade e suporte oferecido em todos os momentos em que necessitei.

Ademais, registra-se que *o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001*. Por isso, agradeço à referida instituição por viabilizar financeiramente o doutorado, assim como, o Centro de Estudos da Metrópole (CEM), que, através de suas reservas técnicas e diárias, permitiu a realização de trabalhos de campo e publicações vinculadas à tese.

Por fim, agradeço à Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP) pela possibilidade de participar como bolsista vinculado à UNICAMP da feitura do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas (PDUI/RMC). De fato, além de se constituir uma experiência valorosa para minha trajetória acadêmica e profissional, foi fundamental para finalização do doutorado, especificamente no período remanescente entre o término da bolsa de doutorado da CAPES e a defesa da tese, em 2018.

RESUMO

O presente estudo busca um entendimento das relações entre a dinâmica populacional ocorrida nos últimos 20 anos na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e seus condicionantes relacionados ao processo de produção social do espaço, à sua inserção regional e às dinâmicas sociodemográficas mais gerais que afetam a população como um todo. Em verdade, a experiência do fato metropolitano no Brasil vem assumindo novas faces na atualidade, revelando mudanças nas forças sociodemográficas que nele atuam, com o protagonismo da migração de caráter metropolitano com orientação centrífuga (sentido centro-periferia) no processo de redistribuição espacial da população. A Baixada Santista reproduz o cenário metropolitano descrito anteriormente em uma peculiar configuração físico-territorial, na qual atividades econômicas aparentemente díspares (industrial, portuária e turística) convivem em uma restrita, e já saturada à ocupação, faixa de território. A região também vem sendo afetada pelas mudanças vivenciadas pelo sistema capitalista nos anos 2000, período em que largas parcelas de capital excedente geradas em seus ciclos de reprodução ampliada são agora reinvestidas no setor imobiliário, impondo uma nova dinâmica em seu processo interno de produção do espaço. Além disso, novas complementaridades socioespaciais de natureza metropolitana são estabelecidas, não apenas entre os municípios da região, mas também com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), no âmbito do processo de metropolização expandida paulista. As dinâmicas e consequências sociodemográficas associadas a esses novos processos ressentem-se de releituras que de em conta de elucidar as recentes complexidades assumidas por elas, justificando o empreendimento do presente estudo. Para este último quesito, a análise da mobilidade residencial e de seus condicionantes coloca-se muito pertinente, visto que migrar está se tornando crescentemente mais raro e exclusivo a determinados grupos sociais, alterando o conteúdo sociodemográfico tanto das áreas de origem quanto dos destinos. Assim sendo, o uso dos Censos Demográficos 2000 e 2010 (considerando-se sua gama de variáveis sociodemográficas) – enquanto principal fonte de dados do presente trabalho, associado ao empreendimento de técnicas e análises estatísticas, permitiu identificar as relações entre essa dinâmica sociodemográfica observada, com especial enfoque na migração e suas diferentes modalidades, e o processo de produção social do espaço vigente na região ao longo período considerado.

Palavras-chave: Espaço urbano; Demografia; Mobilidade residencial; Planejamento urbano - Baixada Santista.

ABSTRACT

The present study seeks to understand the relationship between the population dynamics that occurred in the last 20 years in Baixada Santista Metropolitan Area and its determinants related to the social production process of the space, its regional insertion and the more general sociodemographic dynamics that affect the population as a whole. In fact, the experience of the metropolitan fact in Brazil has been assuming new faces in the present time, observing changes in the sociodemographic forces associated with the protagonism of the metropolitan migration with centrifugal orientation (center-periphery) in the process of spatial redistribution of population. Baixada Santista reproduces the previously described metropolitan scenario in a peculiar physical-territorial configuration, in which disparate economic activities (industrial, port and tourist) coexist in a restricted and saturated territory. The region has also been affected by the changes experienced by the capitalist system in the 2000s, where large portions of surplus capital generated in its extended reproduction cycles are now reinvested in the real estate sector, imposing a new dynamic in its internal space production process. In addition, new metropolitan socio-spatial complementarities are established, not only among the municipalities of the region, but also with São Paulo Metropolitan Area, within the process of expanded metropolization in São Paulo. The dynamics and sociodemographic consequences associated with these new processes resent new readings that account for elucidating the new complexities assumed by them, justifying the execution of the present study. For this last question, the analysis of residential mobility and its determinants is very important, since migration is becoming rare and exclusive to certain social groups. As a consequence, one can observe changes in the sociodemographic content of both the areas of origin and the destinations. Thus, the use of the Demographic Censuses 2000 and 2010 (considering their range of sociodemographic variables) – as the main data source of the present work -, associated with the development of techniques and statistical analysis, allowed to identify the relationships between these observed sociodemographic dynamics (with special focus on migration and its different modalities) and the process of social production of the space in the region over the period considered.

Keywords: Urban space; Demography; Residencial mobility; Urban planning - Baixada Santista.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Valor Adicionado Bruto. RMs selecionadas. Macrometrópole paulista – 2000-2010	52
TABELA 2 – Edificações visitadas, por espécie. RMs selecionadas. Macrometrópole paulista – 2010	57
TABELA 3 – Grau de Urbanização. RMs selecionadas. Brasil – 2000 e 2010	63
TABELA 4 – Edificações, por espécie. Municípios selecionados. RMBS – 2010	69
TABELA 5 – Distribuição relativa das áreas expansíveis. Municípios selecionados. RMBS – 2014	84
TABELA 6 – Tempo de deslocamento pelo modal rodoviário de carro e distâncias entre os municípios da RMBS e as principais centralidades regionais (municípios Santos e a RMSP) (1) Municípios selecionados. RMBS – 2017	86
TABELA 7 – Unidades habitacionais construídas no âmbito do PMCMV segundo faixa de atendimento. Municípios selecionados. RMBS – 2012.....	91
TABELA 8 – População residente, crescimento populacional e peso relativo da população. Municípios selecionados. RMBS – 1970-2010	105
TABELA 9 – População flutuante projetada e peso relativo sobre a população residente. Municípios selecionados. RMBS – 2010-2017	116
TABELA 10 – Taxa Bruta de Natalidade – TBN (1) e Taxa de Fecundidade Total – TFT (2) Municípios selecionados. RMBS – 1994- 2016	118
TABELA 11 – Participação relativa da migração no crescimento populacional, saldo migratório e taxa média anual de migração líquida (1). Municípios selecionados. RMBS – 1980-2010.....	120
TABELA 12 – Emigração, imigração e saldo migratório quinquenal por modalidades da migração. Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010.....	126
TABELA 13 – Migração intrametropolitana, por lugar de destino, segundo lugar de origem Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010.....	132
TABELA 14 – Movimentos pendulares para trabalho ou estudo intrametropolitanos, por lugar de destino, segundo lugar de origem. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010.....	139
TABELA 15 – Passageiros transportados através do modal rodoviário coletivo (ônibus), segundo municípios de ligação. Municípios selecionados. RMBS – 2016.....	143
TABELA 16 – Responsáveis pelo domicílio migrantes de “data-fixa”, por local de residência, segundo modalidade e local de trabalho. Municípios selecionados. RMBS – 2005-2010	147
TABELA 17 – Imigrantes “data-fixa”, por grupos etários, segundo município de residência na data referência do Censo e modalidades migratórias. Municípios selecionados.....	155
TABELA 18 – Distribuição relativa da população, por grupos etários e índice de envelhecimento Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010.....	156

TABELA 19 – Emigrantes “data-fixa”, por grupos etários, segundo modalidades migratórias. Santos/SP –1995-2000 – 2005-2010	156
TABELA 20 – Taxas de migração líquida, por grupos etários. Municípios selecionados	158
TABELA 21 – Casais imigrantes “data-fixa”, por grupos de idade média do casal, segundo município de residência na data referência do Censo e modalidades migratórias. Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010	161
TABELA 22 – Arranjos domiciliares com responsáveis pelo domicílio imigrantes “data-fixa”, por tipo, segundo município de residência na data referência do Censo e modalidades migratórias Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010	165
TABELA 23 – Imigrantes “data-fixa” responsáveis pelo domicílio, por nível de instrução, segundo município de residência na data referência do Censo e modalidades migratórias. Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010.....	172
TABELA 24 – Índices de seletividade dos imigrantes “data-fixa” responsáveis pelo domicílio intrametropolitanos com relação as demais modalidades migratórias, por tipo de ocupação, segundo município de residência na data referência do Censo. Municípios selecionados.....	177
TABELA 25 – Imigrantes “data-fixa” responsáveis pelo domicílio, por município de residência na data referência do Censo, segundo setores de atividade econômica (1) Municípios selecionados	182
TABELA 26 – Índices de seletividade dos imigrantes “data-fixa” responsáveis pelo domicílio intrametropolitanos com relação as demais modalidades migratórias, por setores de atividade econômica, segundo município de residência na data referência do Censo Municípios selecionados RMBS – 1995-2000 – 2005-2010.....	183
TABELA 27 – Imigrantes “data-fixa” responsáveis pelo domicílio por condição de ocupação do domicílio segundo município de residência na data referência do Censo e modalidades migratórias Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010	188
TABELA 28 – Responsáveis pelo domicílio migrantes de “data-fixa”, por modalidade e local de trabalho, segundo local de residência e grupos etários. Municípios selecionados. RMBS – 2005-2010.....	192
TABELA 29 – Responsáveis pelo domicílio migrantes de “data-fixa”, por modalidade e local de trabalho, segundo local de residência e nível de instrução. Municípios selecionados	195
TABELA 30 – Responsáveis pelo domicílio, pelas variáveis explicativas a serem aplicadas no modelo de regressão logística multinomial segundo condição migratória e modalidades migratórias.....	199
TABELA 31 – Coeficientes e razões de chance para as variáveis e respectivas categorias do modelo de regressão logística multinomial. RMBS – 2005-2010.....	204

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Valor Adicionado Bruto, segundo setores de atividade econômica. Municípios selecionados. RMBS – 2002, 2010 e 2014.....	55
GRÁFICO 2 – Distribuição relativa dos “investimentos anunciados”. RMs selecionadas Macrometrópole paulista – 1998-2011.....	56
GRÁFICO 3 – Taxas médias geométricas anuais de crescimento dos domicílios particulares permanentes ocupados e de uso ocasional. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010....	70
GRÁFICO 4 – Emigração e Imigração por modalidades migratórias. Municípios selecionados.....	127
GRÁFICO 5 – Distribuição relativa das modalidades migratórias. Municípios selecionados	129
GRÁFICO 6 – Movimentos pendulares para trabalho ou estudo, por lugar de destino Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010	137

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – “Macrometrópole Paulista” por unidades urbanas – 2015	50
MAPA 2 – Taxa de crescimento médio anual dos domicílios. Municípios selecionados Macrometrópole Paulista – 2000/2010.....	58
MAPA 3 – Setores censitários urbanos e Mancha urbana (1). Municípios selecionados.....	64
MAPA 4 – Grau de urbanização. Municípios selecionados. RMBS – 2000/2010	65
MAPA 5 – Taxas médias geométricas anuais de crescimento dos domicílios. Setores censitários selecionados. RMBS – 2000-2010	68
MAPA 6 – Percentagem de domicílios particulares permanentes de uso ocasional. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2010.....	72
MAPA 7 – Percentual de domicílios do tipo apartamento. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2010.....	73
MAPA 8 – Gradientes do preço do solo urbano. Bairros e setores censitários selecionados Santos/SP (área insular) – 1994-2005	78
MAPA 9 – Possibilidade de ocupação do solo no território. Municípios selecionados. RMBS – 2014	83
MAPA 10 – Uso e ocupação do solo. Municípios selecionados. RMBS – 2014	88
MAPA 11 – Produção estatal de habitação. Municípios selecionados. RMBS – 2014.....	90
MAPA 12 – Taxas geométricas médias anuais de crescimento populacional. Municípios selecionados. RMBS – 1970-2010	108
MAPA 13 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2000/2010.....	111
MAPA 14 – Densidade demográfica. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010	112
MAPA 15 – Densidade demográfica. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2000-2010.....	113
MAPA 16 – Fluxos migratórios intrametropolitanos numericamente mais importantes (“data-fixa”). Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010	133
MAPA 17 – Principais movimentos pendulares intrametropolitanos da população em idade ativa para trabalho ou estudo. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010.....	141
MAPA 18 – Categorização dos rendimentos médios mensais dos responsáveis dos domicílios, segundo o indicador de autocorrelação espacial local de Moran. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2000-2010	173

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Ilustração apresentada na “Convenção Secovi 2012”	60
FIGURA 2 – Portaria do Condomínio Riviera de São Lourenço – 2016.....	81

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AGEM – Agência Metropolitana da Baixada Santista
- CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
- CEF – Caixa Econômica Federal
- CETESB – Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico e Controle de Poluição de guas
- CMDU – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
- COHAB – Companhia de Habitação
- CONDESB – Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista
- COPLAN – Conselho Consultivo do Plano Diretor
- COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista
- DATASUS – Departamento de Informática do Sistema nico de Saúde
- EMPLASA – Empresa Paulista de Desenvolvimento Metropolitano
- EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos do Estado de São Paulo
- FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
- INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
- LISA – *Local Index of Spatial Association*
- MMP – Macrometrópole Paulista
- NEPO – Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”
- OGU – Orçamento Geral da União
- PIESP – Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo
- PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
- PMDE – Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico
- REP – Redistribuição Espacial da População
- RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista
- RMC – Região Metropolitana de Campinas
- RM – Região Metropolitana
- RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
- RMVPLN – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- RPBC – Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão

SEADE – Fundação Serviço Estadual de Análise de Dados
SECOVI-SP – Sindicato da Habitação de São Paulo
SNIPC – Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
TBN – Taxa Bruta de Natalidade
TFT – Taxa de Fecundidade Total
TML – Taxa de Migração Líquida
UC – Unidade de Conservação
UF – Unidade da Federação
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
USP – Universidade de São Paulo
VAB – Valor Adicionado Bruto
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL NA BAIXADA SANTISTA	24
1.1. O espaço urbano: da planície isotrópica à produção social.....	25
1.2. Alguns aspectos da evolução urbana da Baixada Santista	30
1.3. Sobrepondo as dinâmicas metropolitanas: a inserção da RMBS na “Macrometrópole Paulista”	43
1.3.1. Dos espaços metropolitanos à metropolização do espaço	44
1.3.2. A inserção da RMBS na “Macrometrópole Paulista”	51
1.4. A produção do espaço intraurbano da RMBS	61
1.4.1. Os padrões de uso e ocupação do solo urbano.....	61
1.4.2. Os condicionantes	74
CAPÍTULO 2 – AS CONTRAPARTIDAS SOCIODEMOGRÁFICAS.....	95
2.1. A dinâmica sociodemográfica da RMBS nos últimos 20 anos.....	101
2.1.1. A redistribuição espacial da população	101
2.1.2. O peso da migração.....	116
2.2. As modalidades migratórias.....	121
2.3. Os fluxos migratórios estruturantes	129
2.4. As complementaridades socioespaciais na RMBS: o que sugerem os dados sobre mobilidade residencial e pendular	134
CAPÍTULO 3 – O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA MOBILIDADE POPULACIONAL.....	148
3.1. Os aspectos sociodemográficos da migração.....	149
3.1.1. A idade dos migrantes.....	149
3.1.2. A escolaridade dos migrantes	166
3.1.3. A inserção sócio-ocupacional	173
3.1.4. A questão da habitação	184
3.2. Quais seriam, portanto, as características sociodemográficas mais importantes no processo migratório?.....	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
REFERÊNCIAS	216
APÊNDICES	224

INTRODUÇÃO¹

Nunca fomos tão urbanos como somos hoje! Segundo dados do Fundo de População das Nações Unidas, desde 2008 mais de 50% da população mundial é urbana. O Brasil, por sua vez, auferiu sua transição urbana de maneira mais precoce, uma vez que já na década de 1960 sua população urbana supera a rural. A urbanização brasileira possui como uma de suas características a metropolização concomitante, fazendo das metrópoles um dos principais símbolos do fenômeno urbano no Brasil.

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), recorte espacial da presente pesquisa, não foge ao cenário descrito acima, já que também apresentou um intenso e precoce processo de urbanização e metropolização. De acordo com os dados dos censos demográficos de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre todas as regiões metropolitanas institucionalizadas no Brasil, a RMBS é a mais urbanizada nesses períodos, com valores de 99,5% e 99,7%, respectivamente.

Reportando-se novamente ao panorama nacional, verifica-se que uma das forças sociodemográficas estruturantes do processo de urbanização brasileiro foram os fluxos migratórios de longa distância do tipo rural-urbano, principalmente aqueles provenientes do nordeste com destino ao centro-sul do país. Entre 1940 e 1970, migraram para São Paulo 2,5 milhões de brasileiros não paulistas, 81% oriundos de Minas Gerais e do Nordeste (CANO, 2011).

No caso da RMBS não foi diferente, tendo em vista que, especialmente a partir dos anos 1960, a região também recebeu um grande contingente de migrantes procedentes do nordeste. Contribuiu para esse fato a grande demanda por mão de obra propiciada pela instalação do polo industrial de Cubatão e das obras de infraestrutura viária e portuária.

No entanto, as migrações de mais curta distância tendem a ganhar maior representatividade no processo de Redistribuição Espacial da População (REP) na região. Essa dinâmica igualmente encontra ressonância no que vem ocorrendo na conjuntura metropolitana brasileira desde os anos 1980, marcada, nesse período, pela aceleração da queda de fecundidade e pelo arrefecimento dos movimentos populacionais de longa distância direcionados aos centros urbanos de mais alto grau na hierarquia urbana.

¹ Para fins de formatação do presente texto serão utilizadas como referência as normas constantes no Manual de Defesa de Dissertação/Tese - versão 24/2018 emitido pela secretaria de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Complementarmente, para as questões de formatação omissas no referido documento, serão utilizadas como referência as normas constantes no documento ABNT NBR 14724, emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Com o protagonismo dos fluxos do tipo urbano-urbano e de modalidade intrametropolitana, fica evidenciado um processo centrífugo de redistribuição da população metropolitana, tendo o núcleo como a principal área de expulsão de população e as periferias como as áreas receptoras desses emigrantes. Essa é uma realidade corrente na RMBS, já que são os municípios periféricos, tanto do litoral sul (Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá e Praia Grande) quanto do litoral norte (Bertioga), que apresentam, desde os anos 1970, os maiores ritmos de crescimento populacional relativamente aos do núcleo metropolitano (Cubatão, Santos, São Vicente e Guarujá). Paralelamente, os fluxos migratórios intrametropolitanos mais representativos em volume se dirigem de Santos e São Vicente para Praia Grande.

Essas modalidades migratórias, antes escamoteadas em sua representatividade pelos fluxos de longa distância, requerem análises em seus próprios termos, considerando que ocorrem na escala do espaço urbano (CUNHA, 2011). A migração inter-regional relaciona-se, em termos estruturantes, a como os desequilíbrios regionais são produzidos na escala da rede urbana. Já a migração intrametropolitana vincula-se mais diretamente às dinâmicas regionais do mercado de terras e de trabalho, os quais, por sua vez, encontram-se estritamente ligados a como o espaço urbano é produzido (CUNHA, 2015a).

Esta última questão mostra-se muito cara à Baixada Santista, dada a peculiaridade de sua urbanização, já enunciada anteriormente. Confinada entre o litoral e o maciço da Serra do Mar, a RMBS possui uma complexa relação ambiental, populacional e econômica, reunindo vocações aparentemente díspares, como os complexos portuário e industrial de grande porte e o turismo, que se mesclam a reservas ambientais e áreas de proteção legal, inapropriadas à ocupação.

Em virtude disso, de acordo com dados da Empresa Paulista de Desenvolvimento Metropolitano (EMPLASA) para 2011, a RMBS possui apenas 5,08% de áreas livres "adequadas" ou "adequadas com restrições", para o crescimento ordenado das cidades, em sua maioria, situadas em Itanhaém, Praia Grande e Peruíbe. Por sua vez, municípios mais centrais, como São Vicente e Guarujá, de acordo com o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico (PMDE) da Baixada Santista de 2014, terão a maior tendência de adensamento construtivo, tornando a situação de precariedade ainda mais acentuada.

Desde 2006, com a descoberta de grandes jazidas de petróleo e gás natural no pré-sal, a questão populacional e de produção do espaço na Baixada Santista ganharam um novo condicionante, diante da realização e, principalmente, das perspectivas de investimentos em alguns setores produtivos regionais. Estão previstas a expansão e melhoria logística do porto de Santos, principalmente, com a instalação da base de controle de exploração de petróleo e

gás na Bacia de Santos pela Petrobras. Lembrando que este tipo de investimento tem a capacidade de induzir outras modalidades de investimentos em setores econômicos antes inexistentes ou inexpressivos para a geração de emprego e renda na região, como, por exemplo, aqueles ligados à logística *onshore* e *offshore* de exploração de petróleo.

Não se pode esquecer que, se a dinâmica de produção do espaço urbano da Baixada Santista passa a ser condicionada pelo "fenômeno do pré-sal", outros processos vinculados a movimentos mais gerais de mudança da sociedade também agem como importantes condicionantes de sua evolução urbana e metropolitana. Historicamente, a partir das décadas de 1980 e 1990, a região sofreu os efeitos mais pronunciados da reestruturação produtiva e do ajuste fiscal, com consequências sobre as dinâmicas de ocupação e de população na RMBS, tendo em vista não só o aumento do desemprego gerado, como também, o arrefecimento dos fluxos migratórios externos à região (COLANTONIO, 2009).

Mais recentemente, observou-se que, além da reestruturação das cadeias produtivas, largas parcelas de capital excedente geradas em seu ciclo de reprodução ampliada não têm sido reinvestidas no processo produtivo, mas sim, no setor imobiliário, onde não se sujeitam à tendência histórica de queda das taxas de lucros, já que as receitas auferidas advêm da extração de rendas da terra (HARVEY, 2011). No Brasil, tal dinâmica parece que se consolidou nos anos 2000, a partir do movimento de reestruturação dos centros urbanos e da incorporação de uma ocupação com um padrão mais disperso, vinculadas, em sua forma, à disseminação dos loteamentos/condomínios fechados em novas periferias metropolitanas (CUNHA, 2018). A Baixada Santista não foge a esse novo cenário, sendo que as repercussões para sua dinâmica sociodemográfica e seu processo de redistribuição espacial da população ainda se ressentem de estudos mais aprofundados sobre o tema, tal qual se dispõe a realizar a presente pesquisa.

Supõe-se que um dos desdobramentos socioespaciais principais do processo descrito no parágrafo anterior para a RMBS se encontre em suas articulações sociodemográficas e econômicas com as outras regiões metropolitanas paulistas, dentro do que se convencionou chamar de "Macrometrópole Paulista" (SOUZA, 1978). Como poderá ser visto ao longo do curso deste trabalho, tais vínculos não foram estabelecidos recentemente, remontando, sobretudo, ao período de industrialização da região, quando o recém-instalado polo industrial de Cubatão assumiu um papel complementar ao parque industrial da RMSP (COLANTONIO, 2009). Simultaneamente, foram estabelecidos vínculos de natureza social, tendo em vista que a Baixada Santista assumiu o papel de ser uma das principais áreas onde a população da RMSP e das outras Regiões Metropolitanas (RMs) do

interior realiza sua reprodução social, no tocante às atividades de lazer ligadas ao turismo e ao fenômeno da segunda residência (domicílios de uso ocasional).

No entanto, outros tipos de ligações entre as RMs paulistas relacionadas à dinâmica do mercado de trabalho, de terras e dos setores produtivos, carecem de estudos mais aprofundados acerca de suas repercussões na produção do espaço urbano da RMBS, assim como, em sua dinâmica sociodemográfica. Não é demais lembrar, por exemplo, que alguns municípios da Baixada Santista tendem a possuir maior peso das trocas migratórias (imigração e emigração) com a RMSP, do que com os outros municípios metropolitanos.

Chega-se, aqui, na problemática da presente pesquisa, que, entre seu conjunto de questões, se propõe a verificar como vem ocorrendo a produção do espaço urbano na Baixada Santista nos últimos 20 anos. De fato, trata-se de um ponto importante a ser previamente elucidado no sentido de se entender as dinâmicas sociodemográficas no espaço urbano, tendo em vista as relações estreitas entre os dois processos em questão. Ao lado disso, para além de uma mera descrição do curso da produção do espaço, serão estudados quais foram os agentes modeladores e condicionantes envolvidos, haja vista seu caráter social e historicamente construído.

Além disso, investigam-se quais são as principais contrapartidas sociodemográficas relacionadas à produção social do espaço da RMBS nesse período. Evidentemente, aí se situa, pois, a principal questão de pesquisa a ser abrangida pelo trabalho, dando-lhe o viés demográfico que lhe é próprio e marcando potencialmente a sua maior contribuição para o campo temático que relaciona o processo de produção do espaço e a dinâmica populacional nas metrópoles nacionais. A questão demográfica proposta é subsidiada por outras mais específicas relativas ao conhecimento de quais são as componentes demográficas mais importantes para a redistribuição espacial da população da Baixada Santista, em particular, a migração. São igualmente verificadas quais são suas principais consequências sociodemográficas para a região.

Os condicionantes próximos da migração na RMBS constituem outros importantes elementos a serem pesquisados, já que é a partir deles que se podem conhecer as relações entre o fenômeno migratório e a produção do espaço urbano, a qual age enquanto uma das principais condicionantes para os movimentos migratórios de mais curta distância. Desse modo, o presente trabalho pretende estudar o perfil sociodemográfico dos fluxos migratórios ocorridos na Baixada Santista, sempre em uma perspectiva comparativa entre "não migrantes" e "migrantes", as diversas modalidades e os destinos envolvidos. Com isso,

poderá ser verificada a ocorrência ou não de seletividades sociodemográficas entre tais fluxos, vislumbrando-se algumas de suas causas e motivações.

De fato, outros estudos chegaram, em seu desenvolvimento e conclusões, a discutir alguns dos questionamentos levantados para a RMBS, ao longo dos últimos parágrafos: Jakob (2003) e Santos (2008) observaram as relações dialéticas existentes entre a produção social do espaço urbano e a dinâmica sociodemográfica, com especial enfoque na mobilidade residencial metropolitana; Cunha (2010), por sua vez, dedicou-se ao estudo das relações entre a mobilidade metropolitana, o capital social e as redes sociais; Alonso (2011) estudou o acentuado processo de envelhecimento populacional vivenciado nos últimos anos pela Baixada Santista e seus vínculos com a dinâmica das diversas componentes demográficas envolvidas. A presente pesquisa, em seu ponto de vista, busca tratar dessas e outras questões relevantes de forma articulada, apreendendo as complexidades e nuances assumidas pela dinâmica sociodemográfica regional, diante do contexto econômico, social e demográfico verificado nos anos 2000.

Evidentemente que diante de uma proposta de pesquisa como a colocada até aqui, dificuldades metodológicas são impostas pelas limitações das fontes de dados disponíveis, sendo que uma delas reside na pressuposição de um relacionamento dialético entre produção social do espaço e as dinâmicas sociodemográficas. Tal relação apenas pode ser analisada no sentido “espaço => dinâmica sociodemográfica”, pois os dados disponíveis² somente permitem esse tipo leitura no estudo da relação entre os elementos em questão.

Em virtude disso, utilizou-se o termo “contrapartida sociodemográfica” com o intuito de designar a dinâmica sociodemográfica correlacionada ao processo de produção do espaço observado ao longo período de tempo abrangido pela pesquisa. No entanto, como se poderá perceber em alguns momentos da discussão dos resultados do trabalho, mesmo com as limitações impostas pela normatividade dos dados utilizados, vislumbrou-se o papel patente à dinâmica sociodemográfica de protagonista do processo de estruturação do espaço urbano. Com isso, ela deixa de ser uma mera contrapartida em relação a este último, assumindo também o papel de um efetivo condicionante do processo de produção do espaço, segundo os ditames de uma relação dialética que se pressupõe haver entre o espaço e a sociedade.

Além disso, a defasagem temporal da fonte de dados principal da pesquisa, o Censo Demográfico, impõe igualmente cuidados relativos à associação de alguns processos e fenômenos aos resultados apresentados, já que os mesmos podem estar referenciados ao

² Mais precisamente, os extraídos dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

período posterior ao último levantamento considerado. Um exemplo disso seria a dinâmica sociodemográfica que poderia ser vinculada ao "fenômeno do pré-sal" na Baixada Santista, a qual observou maior proeminência posteriormente ao ano de 2010, não sendo, portanto, captada pela última rodada censitária.

Por conta disso, complementarmente, serão utilizadas fontes de dados alternativos, em grande parte derivadas de registros administrativos, como os dados de volumes de passageiros da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos do Estado de São Paulo (EMTU), os quais geralmente possuem maior atualização. Assim, eles poderão ser usados enquanto variáveis/indicadores sintomáticos das dinâmicas sociodemográficas referentes ao período não coberto pelos Censos Demográficos.

Com o intuito de organizar o desenvolvimento da problemática da pesquisa ao longo do texto, o presente estudo será dividido segundo três dimensões básicas de análise: produção social do espaço, contrapartidas sociodemográficas e perfil sociodemográfico da migração. Cada uma dessas dimensões será desenvolvida ao longo dos três capítulos que estruturam o presente trabalho.

No que se refere ao capítulo 1, em um primeiro momento, resgatam-se alguns elementos teóricos sobre as noções de produção do espaço urbano e metropolitano, mostrando sua importância para a análise da dinâmica sociodemográfica intraurbana, em especial, da migração de curta distância. Posteriormente, realiza-se um breve olhar sobre o processo histórico de constituição do espaço urbano da Baixada Santista, enfocando-se os elementos mais diretamente ligados à configuração atual do ambiente construído e de sua dinâmica populacional.

Ademais, nas suas seções remanescentes, procede-se a uma leitura mais abrangente de como vem ocorrendo a produção social do espaço na RMBS nos anos 2000. Assim, observa-se mais claramente a inserção da região no processo de metropolização estendida paulista, mostrando-se como este age, mais do que nunca, como um importante condicionante da produção do espaço intrametropolitano e de suas correspondentes dinâmicas sociodemográficas. Finalmente, apresentam-se os principais condicionantes endógenos à Baixada Santista da produção de seu ambiente construído, com especial destaque para suas legislações urbanísticas e ambientais, além de sua peculiar configuração físico-territorial.

Quanto ao capítulo 2, são apresentadas as principais dinâmicas sociodemográficas vigentes na Baixada Santista nas últimas duas décadas. Desse modo, o crescimento populacional e o processo de redistribuição espacial da população são analisados, tanto com relação ao seu ritmo e volume quanto ao papel de cada componente demográfica, seja na

escala mais agregada da região metropolitana e de seus municípios, seja na escala intraurbana, neste último caso, por meio de uma leitura baseada nos setores censitários urbanos. Em seguida, aprofunda-se a análise do papel da migração no curso do processo de redistribuição espacial da população regional, considerando-se a importância de cada modalidade migratória em sua efetivação.

Além disso, analisa-se, particularmente, o papel da migração de curta de distância em relação ao processo de metropolização vigente na região, mostrando-se sua vinculação com os fluxos intrametropolitanos, especialmente os deslocamentos pendulares para trabalho. Com isso, é possível dimensionar a efetiva extensão do processo de metropolização ao longo do território da RMBS, não necessariamente coincidente a todos os municípios que a constituem. Ao lado disso, permite-se observar a intensidade e natureza dos estreitos vínculos socioespaciais estabelecidos entre algumas municipalidades metropolitanas e a RMSP.

Por fim, com relação ao capítulo 3, são analisados os principais condicionantes próximos da migração da Baixada Santista. Dessa maneira, a partir do cruzamento das diversas modalidades migratórias com um espectro variado de variáveis sociodemográficas, é possível, ao menos, vislumbrar as causas e motivações dos fluxos migratórios estudados. Além disso, por meio do empreendimento de uma análise descritiva e de uma modelagem estatística, os condicionantes da migração são analisados segundo sua importância e seletividades produzidas entre as diferentes modalidades, grupos sociais e destinos envolvidos.

São igualmente apresentadas as principais consequências da migração para a dinâmica sociodemográfica regional, em especial, aquelas relativas ao acentuado processo de envelhecimento populacional vigente na RMBS. Da mesma forma, elas também são consideradas para o processo de ocupação dos municípios, apreendendo-se, portanto, tal fenômeno sociodemográfico não somente enquanto uma mera contrapartida do processo de produção social do espaço, mas também, como um efetivo condicionante do mesmo.

CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL NA BAIXADA SANTISTA

A temática da redistribuição espacial da população em grandes aglomerações urbanas, reconhecidamente encabeçada pelo fenômeno da mobilidade residencial, difere em muitas das causas e motivações daqueles movimentos populacionais tradicionalmente ocorridos em escalas espaciais mais abrangentes territorialmente.

De fato, segundo Corrêa (2011), os fenômenos, relações sociais e práticas espaciais mudam ao se alterar a escala espacial da ação humana, assim como se modificam suas representações cartográficas. Dessa forma, também é modificada a base teórica, que permite explicar ou compreender todos esses eventos. Uma implicação disto está na necessidade de teorias com distintos níveis de abrangência espacial. De acordo com exemplo trazido pelo autor supracitado, isto pode ser ilustrado a partir das formulações de Todaro, de um lado, e Guadamar, de outro, para a explicação das migrações em escala nacional ou internacional. No entanto, ambas as teorias tornam-se pouco úteis quando se consideram as mudanças de domicílio no espaço intraurbano (mobilidade residencial intraurbana).

Assim, conforme apontado por Cunha (2011, p.123):

Não se pode pensar em fatores que se desenrolam no âmbito intraurbano sem que se tenha, pelo menos como pano de fundo, elementos estruturais que condicionam, modelam e muitas vezes redefinem o processo de formação e estruturação do espaço urbano. De fato, é a partir da forma como o espaço é produzido que podemos entender certos fenômenos e desdobramentos dos mesmos. É das relações intrincadas entre o capital privado (e não apenas o imobiliário), o Estado e a sociedade que parecem emergir muitas das formas de ocupação do espaço urbano e, portanto, de assentamentos populacionais.

Corrêa (1995) corrobora esta última perspectiva ao afirmar que o espaço assume papel preponderante para a compreensão dos processos que se desenrolam no urbano, sendo que, além das relações espaciais, como aquelas que envolvem fluxos (de capital, de decisões, ideológicos), os processos sociais, como a mobilidade, são movimentos de resposta frente à dinâmica de produção do espaço urbano e toda a sua configuração.

1.1. O espaço urbano: da planície isotrópica à produção social

Dessa maneira, o entendimento do espaço enquanto uma planície isotrópica³, mero receptáculo (coadjuvante) das relações sociais, como frequentemente se embasou o estudo sobre o fenômeno urbano por muitas áreas de conhecimento e escolas de pensamento científico, perde sentido já que ele adquire o status de um produto social. É, pois, a partir da década de 1970 que o espaço assume um “protagonismo” na leitura das contradições sociais no meio urbano, passando inclusive a ser “parte” das relações e conflitos sociais que possuem como pano de fundo o espaço urbano.

Nesse período de críticas marxistas ao positivismo da ‘Escola de Chicago’, destaca-se o autor Manuel Castells, cuja obra principal nesse momento foi “A Questão Urbana”. Entre outros temas, chamam atenção às críticas que se dirigiam à tematização do espaço, concebido como uma folha em branco (planície isotrópica), na qual se inseriam processos de diferentes naturezas (competições de caráter ecológico, no caso da ‘Escola de Chicago’, e processos econômicos, na perspectiva da Economia e Geografia Urbanas). Em contraponto a tais perspectivas de análise, defende-se o caráter socialmente produzido dos fenômenos urbanos.

Contudo, essa abordagem de cunho marxista/estruturalista muitas vezes acabou incorrendo no mesmo reducionismo acerca do papel do espaço nas relações sociais, presente nos estudos norte-americanos. Em muitos momentos, o espaço é considerado como mero intermediário na reprodução das condições necessárias ao bom funcionamento do sistema capitalista. Gottdiener (1993) chega a denominar tal perspectiva analítica de visão “funcionalista” do marxismo.

Para esse ponto, na mesma esteira de críticas à abordagem da questão urbana pela ‘Escola de Chicago’, as leituras de Henri Lefebvre, em volumes como a “A Produção do Espaço”, mostraram-se mais próximas à realidade. Isso porque, o referido autor é precursor de um tipo de pensamento que defende que as relações socioespaciais representam uma fonte de constantes contradições que requerem análises em seus próprios termos. Eis, portanto, a importância de se entender o espaço e sua produção (MANFREDO, 2007).

Gottdiener (1993), por sua vez, em uma leitura crítica aos dois autores citados acima, aponta para as complexidades das relações sociais na produção do espaço urbano, cujo pano de fundo é a desconcentração das regiões metropolitanas nos EUA. Neste tipo de

³ Plano cartesiano.

organização social emergente, a dinâmica socioespacial é, ao mesmo tempo, produto e produtora do espaço, já que para o autor “a desconcentração [metropolitana] é tanto um produto de mudanças contemporâneas quanto um processo de organização socioespacial que reage contra outros processos” (GOTTDIENER, 1993, p. 230).

Bourdieu (1999, p. 160) contribui no desenvolvimento da discussão em questão, apresentando as relações entre o espaço, o qual chama de “espaço físico” (determinado pela exterioridade mútua entre as partes), e a estrutura social, denominada por ele de “espaço social” (definido pela distinção das posições sociais que o constituem):

O espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa. O poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial e a distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos.

Para o autor, o espaço físico seria um *constructo* derivado de permanentes conflitos entre grupos sociais distintos e desigualmente detentores de capitais (econômico, social e cultural) para seus objetivos de apropriação do espaço físico e demarcação de suas posições sociais. Ganha com isso sentido o termo “produção social do espaço”, tendo em vista que o espaço urbano se forma e se transforma por meio de um processo de produção social, realizado por homens e mulheres em momentos concretos da história os quais, ao efetivarem as posições que lhes atribui na divisão social do trabalho, unificam uma série de acontecimentos aparentemente díspares e desconectados, sempre transformando a realidade. (MANFREDO, 2007).

Nessa perspectiva, o espaço urbano aparece como condição, meio e produto da sociedade, sendo indissociável da sua dimensão humana. Não por acaso, de acordo com a visão de Bourdieu (1999), há uma inércia da inscrição das estruturas do espaço social no espaço físico. Isso porque, não poderiam ser modificadas senão a custo de um trabalho social, mudança das coisas e um desenraizamento ou uma deportação de pessoas, determinando transformações sociais extremamente difíceis e custosas.

Essa dimensão humana, em verdade, aparece em várias frentes, a partir das relações sociais contraditórias, sendo produto de lutas em alguns casos, mas, sobretudo, produto do desenvolvimento das formas de reprodução do capital (CARLOS, 1994). Sendo assim, conforme salienta Corrêa (2011), a produção do espaço, seja do espaço da rede urbana, seja do espaço intraurbano, não é, portanto, o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano ou visto como entidade supra orgânica, ou de um capital abstrato, que

emerge de fora das relações sociais. Dessa forma, a análise “convencional” da produção do espaço fundamentada no princípio de que os padrões de crescimento da cidade advêm dos processos de equilíbrio entre desenvolvimento tecnológico e transformações de ordem demográfica, perde sua validade, na explicação de como se processa a diferenciação socioespacial intraurbana.

A compreensão de todo esse processo apenas é atingida de maneira plena por meio da observação das ações sociais, movidas por interesses específicos que determinam as formas do espaço urbano (GOTTDIENER, 1993). É, portanto, o resultado da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles e com outros segmentos da sociedade.

No âmbito do processo de produção do espaço urbano, vários são os atores que direta e indiretamente influenciam na conformação do espaço. Com o transcorrer do processo de produção social do espaço e sua complexificação em razão das reestruturações do sistema capitalista, observa-se uma aparente dissolução dos tipos que eram bem definidos em termos de suas ações, práticas e escalas espaciais de atuação. Ainda assim, podem ser mais ou menos delineáveis as tipologias identificadas, pioneiramente, por Capel (1972). Entre os principais agentes modeladores do espaço urbano, podemos citar: o Estado, via suas políticas; o capitalista, revestido nos incorporadores e proprietários fundiários; e os movimentos sociais, na luta pelo acesso à cidade.

Como resultado da ação de tais agentes no espaço intraurbano, encontra-se a sua diferenciação, traduzida, na perspectiva de Corrêa (2006), de um lado, na divisão econômica do espaço e, de outro, na sua divisão social. A divisão econômica do espaço caracteriza-se por padrões de uso do solo definidores do núcleo central de negócios, de setores da zona periférica do centro, de centros resultantes do desdobramento do núcleo central de negócios, de áreas e eixos comerciais espontâneos ou planejados, hierarquizados ou especializados, de áreas industriais distintas de acordo com a localização, idade, dimensão e conteúdo produtivo, e a franja rural-urbana, entre outros usos. Já a divisão social do espaço intraurbano traduz-se por um complexo e instável mosaico de áreas sociais identificadas a partir da combinação de atributos indicadores derivados de variáveis sociodemográficas.

Processos, funções e formas-conteúdo distintos produzem essa primeira macrodiferenciação do espaço intraurbano. Contudo, ambas as divisões estão fortemente articuladas entre si, tendendo a apresentar interdependência. Concepção semelhante apresenta Carlos (1994), que vê o urbano além da concentração do processo produtivo, considerando-o

como produto da determinação econômica, social, ideológica e jurídica que, articuladas, transformam-se no espaço econômico e social. As desigualdades socioespaciais desse espaço urbano derivam-se, então, da divisão espacial do trabalho, por meio das suas relações contraditórias (cuja mola propulsora principal é o processo de produção socializado e sua apropriação privada), e culminam em uma cidade, que se apropria desse espaço urbano produzido.

Dota corrobora essa última assertiva, ao afirmar que o espaço econômico e social se sobrepõe em alguns pontos da cidade:

Pois são sociais enquanto espaço de habitação, e são econômicos por contarem com aparatos que possuem valor financeiro de troca, como a infraestrutura (água e esgoto encanados, asfalto, arborização, espaço de uso público, escola, posto de saúde e etc.). Outros espaços, principalmente aqueles acessados por outros meios além da compra, são pontos puramente sociais, que não contam com a infraestrutura básica, mas são essenciais para a reprodução da sociedade, constituindo-se assim em área de extrema valia enquanto valor de uso (DOTA, 2011, p. 25).

Para além da sobreposição dos espaços econômico e social, conforme apontado por Corrêa (2006), a interdependência entre os mesmos reflete-se em sua articulação no espaço intraurbano. Isso fica evidente quando se considera o circuito do capital na cidade, ou seja, a circulação entre sedes de empresas, bancos, fábricas e lojas – fixos no espaço econômico – e as áreas sociais onde se realiza o consumo. Áreas de produção e de reprodução encontram-se, portanto, fortemente articuladas. A interdependência verifica-se também por intermédio da jornada para o trabalho, articulando locais de moradia e de trabalho.

Ademais, tal articulação entre as diferentes partes do espaço urbano, sintetizada em sua divisão econômica e social, de fato, consubstancia-se em seu valor de uso. Isso porque, o espaço urbano possui a propriedade inerente de fazer as diferentes partes da cidade se relacionarem entre si. Logo, a produção social do espaço produz um valor, em vista do trabalho social dispendido em tal processo. Em verdade, tal valor pode ser dividido em dois tipos: o valor de uso dos objetos espaciais em si (ruas, praças, aeroportos, etc.) e aquele produzido pela aglomeração. Segundo Villaça (1998, p. 74), este último é dado pelas localizações urbanas ou ponto, as quais consistem no “valor de uso produzido pelo trabalho coletivo dispendido da construção da cidade”.

Para o último quesito, a acessibilidade tem uma dimensão ímpar de seu valor de uso, visto que tal propriedade está diretamente associada à quantidade de trabalho social utilizada para produzir determinado ponto ou localização. Assim sendo, o valor de cada parte

do espaço urbano está vinculado à maior ou menor possibilidade de acesso aos efeitos úteis da aglomeração urbana que a sua localização pode propiciar.

Em vista do que foi considerado até aqui, pode-se afirmar que a abordagem da produção do espaço urbano torna-se ainda mais complexa quando se opta por introduzir as questões referentes à mobilidade espacial da população. Se, conforme aponta Lefebvre (1991)⁴, a produção do espaço é reflexo, meio e condição das relações sociais, também a dinâmica desse processo condiciona e induz os deslocamentos residenciais, os quais, por sua vez, alteram ou reforçam os padrões de produção desse espaço. Isso porque, o espaço intraurbano, de acordo com Villaça (1998, p. 20), é o lugar por excelência de circulação de indivíduos, especialmente daquele “portador da mercadoria força de trabalho” que pode ser negociada a qualquer tempo.

Essa última perspectiva é compartilhada por Prêteceille (2003) em sua leitura para a região metropolitana de Paris, na qual argumenta que a estrutura do espaço residencial é constantemente atravessada pelos fluxos de mobilidade residencial. Observa-se, contudo, que esses só modificam lentamente os perfis sociais dos municípios, processo, a rigor, mais dinâmico para a realidade metropolitana brasileira, onde ocorreu uma sobreposição dos processos de urbanização e metropolização.

Apresentados os principais elementos teórico-conceituais que sustentam a noção de produção social do espaço e que são utilizados para embasar a presente análise, a partir do item subsequente, empreende-se uma leitura de como vem ocorrendo a produção do espaço na Baixada Santista. Em um primeiro momento, são resgatados os elementos históricos que, em grande medida, possuem repercussões sobre o curso deste último processo nos últimos 20 anos na RMBS. Sabe-se que se trata de uma seção muito importante para a complexificação da análise pretendida no presente capítulo, já que muitos processos socioespaciais a serem contemplados no presente trabalho, entre eles a dinâmica sociodemográfica regional, são histórica e socialmente construídos. Logo, a leitura diacrônica proposta permite captar esta última dimensão dos processos estudados, evitando os determinismos que uma leitura puramente sincrônica da realidade poderia induzir.

⁴ Original de 1974.

1.2. Alguns aspectos da evolução urbana da Baixada Santista

Falar sobre o histórico de formação de um contexto espacial-urbano tão singular quanto o da Baixada Santista constitui uma difícil tarefa, pois seu êxito depende do estabelecimento de um recorte temporal que efetivamente ajude a entender sua configuração socioterritorial nos dias de hoje. Para tal, focalizam-se os processos que se relacionaram diretamente com sua diferenciação socioespacial, tanto no que se refere à sua inserção na rede de cidades paulista quanto à produção da divisão econômica e social do espaço intrarregional. Pressupõe-se que é a partir desses desequilíbrios inter e intrarregionais social e historicamente produzidos por onde se orientam os mais recentes processos de produção social do espaço e as principais dinâmicas sociodemográficas e tendências de mobilidade espacial da população, observadas na atualidade.

Já no século XVI, ressalta-se a ocorrência de uma precoce ocupação com caráter urbano, relativamente a outros pontos do território colonial brasileiro que, posteriormente, adquiriram tão ou maior importância na rede urbana nacional. Como é apontado por Zündt (2006), a Ilha de São Vicente é a área de ocupação urbana mais antiga do Estado de São Paulo e uma das primeiras do Brasil Colônia, remontando aos anos de 1532, quando se fundou a Vila de São Vicente, e 1545, data da criação da Vila de Santos.

Ao lado disso, Santos, articulada com a então Vila de São Paulo, possuiu um papel estratégico no processo de interiorização do território brasileiro. Seguindo a visão de Prado Jr. (1998), a Vila de São Paulo, localizada no planalto, tinha como função principal ser o ponto de partida e, dessa forma, o entreposto comercial nuclear das diversas incursões ao interior, e, posteriormente, o caminho obrigatório para chegar a qualquer um desses destinos. O autor chama essa articulação entre os dois núcleos de ocupação de “Sistema Santos-São Paulo”. Assim, as duas cidades constituíam engrenagens de uma mesma função: prover as articulações de seu centro com a sua hinterlândia⁵. Aspecto este que, em linhas gerais e guardadas as especificidades econômicas, sociais e políticas atuais, segue até os dias atuais.

No entanto, apesar da precocidade de ocupação, sua relevância econômica e social ficou à margem dos principais ciclos econômicos do período colonial, os quais justamente não abrangiam a hinterlândia mencionada acima. De fato, segundo Zündt (2006), até meados do século XIX a economia da região baseava-se na agricultura e pesca de subsistência, assim como, na ainda incipiente e não organizada atividade portuária. No entanto, de acordo com

⁵ Área de influência.

Colantonio (2009), não se pode esquecer que, em um determinado período do século XVIII, o porto de Santos adquiriu uma importância transitória enquanto entreposto da atividade de mineração até a construção de caminho entre as Minas Gerais e Porto da cidade do Rio de Janeiro, esta última chegando à posição de principal centro urbano do ciclo econômico da mineração.

O processo de diferenciação socioespacial da Baixada Santista ganha um novo ritmo quando da virada do século XVIII para o XIX e a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves. Isso porque, especialmente Santos passa, em um primeiro momento, a principal porto de exportação de açúcar e, posteriormente, de café do final do período imperial e ao longo da “República Velha”. Desse modo, o ciclo econômico agroexportador do café passa então a fazer parte da área de influência do já referido “Sistema Santos-São Paulo”.

Para ilustrar essa mudança, Colantonio apresenta alguns dados que são representativos do que foi o movimento à época no porto de Santos:

Em 1908, Santos respondia por 39% do total de produtos exportados do país e 20% dos importados. Em 1912, o porto já respondia por 47,3% do total do volume exportado e 26,1% do importado do país. [...] na primeira década do século XX, o produto respondia por mais de 95% do total de toneladas das exportações do porto. Araújo Filho (1969) enfatiza que a expansão da cultura na hinterlândia do porto santista fez com que o porto fosse responsável mais de 2/3 da movimentação nacional na década de 20 (COLANTONIO, 2009, p. 12).

Para além da projeção nacional da Baixada Santista, são verificados efeitos indutores de urbanização na região, encaminhado sem função das atividades desenvolvidas no porto. Especificamente em Santos, é observado o início de uma efetiva divisão social e econômica do espaço intraurbano, que tende a se complexificar à medida que tais efeitos indutores se intensificam.

Cano (1982) *apud* Colantonio (2009, p. 13) ratifica essa visão ao afirmar que o complexo cafeeiro implantado na região de São Paulo tem na Baixada Santista não somente uma plataforma de exportação. “Salienta que pelas necessidades implícitas a este padrão de acumulação, atividades que venham a dar suporte à atividade nuclear engendram um vazamento da alocação do excedente para as mesmas”.

Para este último sentido, de acordo com Santos (2012), a riqueza do ciclo do café mergulhou a cidade numa “época de ouro” que durou mais de três décadas, repercutindo na arquitetura das construções e projetos urbanísticos seguidos a partir de então. A cidade de Santos foi contemplada – além da sofisticação e diversificação inerentes das atividades

portuárias, tais como armazéns, aduaneiros, etc. – com uma praça comercial e até certo ponto financeira. Além disso, passou por grandes transformações, sediando importantes empresas de comércio exterior, bancos comerciais, escritórios de comissários e a Bolsa de Valores do Café, entre outras atividades relacionadas ao processo. Este movimento colocou, frente a frente, empresários e trabalhadores e mais uma enorme camada intermediária promotora e consumidora de ofícios e estabelecimentos desconhecidos antes da eclosão do café: hotelaria, jornais, oficinas, consulados, ferroviários, novos ramos do comércio, religiosos e funcionários.

Essa nova dinâmica socioeconômica descrita acima se repercutiu em termos da dinâmica populacional. Baseando-se nos dados do Censo Demográfico de 1920, o município de Santos, na configuração político-territorial em que agregava os atuais municípios de Guarujá, Cubatão e Bertioga, tinha a primazia populacional da região com quase 90% da população (102.589). Em segundo lugar, vinha à antiga vila de São Vicente (que agregava à época ao município de Praia Grande, também), com 7.656 pessoas e o ainda distante município de Itanhaém, com 4.227 pessoas (constituído ainda pelo território das atuais municipalidades de Mongaguá e Peruíbe).

O conjunto desses municípios, que viria, posteriormente, constituir a RMBS, era formado, em 1920, por 114.472 pessoas, o que, no entanto, representava apenas 2,5% da população do Estado de São Paulo, àquele período com 4.592.188 habitantes. Ficava, portanto, atrás das regiões que viriam a constituir, no futuro, a metrópole paulistana e de Campinas.

É dessa época também o início da expansão da mancha urbana para além da circunscrição territorial do atual centro histórico (SANTOS, 2012). Subvencionados pelas referidas intervenções do poder público (como a drenagem de manguezais, implantação de uma rede sanitária, etc.), especificamente os grupos sociais de mais alto status socioeconômico saem desse centro. Em um primeiro momento, deslocam-se para os bairros de Vila Nova e Paquetá, em sequência, chegando aos bairros que conformariam a orla de Santos.

No âmbito regional também são observadas mudanças, visto que, como salienta Zündt (2006), a partir do início do século XX, a base agrícola e extrativa regional foi sendo paulatinamente substituída pela bananicultura no litoral sul, e pela já mencionada atividade portuária organizada em Santos, que passa a ter importância cada vez maior na região e no estado. A cultura da banana foi responsável, inclusive posteriormente, pela extensão da malha

ferroviária em direção ao sul da região e do estado, através do ramal Juquiá, da Estrada de Ferro Sorocabana.

A partir de 1930, com o esgotamento do ciclo econômico do café, o sistema Santos-São Paulo e sua região de influência auferem mudanças em função da reconfiguração da cadeia produtiva a que estavam vinculados. Em um primeiro momento, por meio da substituição de importações – seguido, a partir da década de 1950, pela indústria de base – a atividade portuária se reestrutura, e conseqüentemente seus efeitos indutores locais.

Além disso, especialmente a partir da década de 1940, a atividade portuária ganha companhia do turismo de veraneio e segunda residência enquanto principais atividades econômicas da região. A mudança no padrão de acumulação nacional e estadual (pautado no surgimento de um consistente parque industrial na cidade de São Paulo, principalmente) possibilitou o surgimento de uma incipiente classe média, requisitante de amenidades naturais para sua reprodução social. Do mesmo modo, permitiu o provimento de infraestrutura através do modal rodoviário, facilitando o acesso à região por parte da população da metrópole de São Paulo, assim como das cidades do interior: são desse período as inaugurações das Rodovias Anchieta (ligando a cidade São Paulo ao litoral) e a Rodovia Anhanguera (ligando São Paulo ao interior).

Em termos da dinâmica urbana seguida pela cidade de Santos nessa nova fase do desenvolvimento regional, Santos (2012, p. 27) constata que:

Entre os anos 40 e 50 a cidade portuária quase dobrou sua população, atingindo a marca de 228 mil habitantes e tornando-se uma das dez maiores cidades do país. Articulada com o desenvolvimento da cidade de São Paulo, Santos consolida-se como a principal cidade paulista depois da capital, com maior população e importância econômica e política. A expansão da construção civil é intensificada. Em 1951, a Diretoria de Obras da Prefeitura Municipal expediu 526 alvarás para novas construções e tal quadro seguiu crescente e em 1961, 796 construções foram licenciadas, representando 140.362 metros quadrados de área construída.

Apesar de participar do circuito espacial da produção do parque industrial paulista, especialmente no que tange ao escoamento de sua produção e a entrada de insumos, deve-se ressaltar, no entanto, que a Baixada Santista ficou à margem de sua cadeia produtiva. Conforme indicado por Negri (1996), a indústria da região não tinha o suporte de um desenvolvimento agrícola importante como ocorreu no planalto, sendo basicamente voltada para o atendimento às necessidades locais, em específico, de bens de consumo não duráveis e ligados ao processo de urbanização (COLANTONIO, 2009).

A partir de 1950, ocorre um aprofundamento das dinâmicas de urbanização regional e de articulação com a metrópole paulistana, tanto com relação à logística de produção do seu parque industrial, quanto no que se relaciona ao fenômeno do turismo e da segunda residência. Todavia, com a instalação das indústrias de base na região, escrever-se-ia um novo capítulo sobre a industrialização regional.

A disponibilidade de energia (complexo hidroelétrico Billings e Henry Borden), a localização estratégica (proximidade com o parque industrial paulista e o porto) e a acessibilidade (infraestrutura portuária, ferroviária e rodoviária) foram os fatores que naquele momento fizeram de Cubatão, então distrito de Santos, o local ideal para a instalação das indústrias (ZÜNDDT, 2006). O polo industrial tem, pois, como marco de fundação a instalação e inauguração da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em 1955. Salienta-se que seu grande efeito indutor foi a formação de uma cadeia industrial no setor petroquímico, que nos anos posteriores acabou por atrair a instalação de outras empresas do mesmo setor de atividade nesse território. Outra unidade industrial de peso que se instalou nessa área foi a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) – inaugurada em 1963 – que, no entanto, teria seu efeito indutor realizado, como no caso anterior, apenas a partir da década de 1990.

Em consequência, um grande contingente populacional é mobilizado não somente pela instalação dos mencionados empreendimentos, como também, pela consequente criação da infraestrutura a eles atrelada (construção da rodovia Anchieta, reestruturação da infraestrutura logística do porto para a operação com granéis líquidos, entre outras):

A Baixada Santista vai ser, junto com a Grande São Paulo, a região paulista que mais atraiu migrantes nordestinos. Até os anos de 1940 eles vinham em busca de trabalho no porto. Nos anos de 1950, o polo industrial de Cubatão juntou-se ao porto como principal atrativo para os migrantes, que vêm principalmente de Sergipe, Bahia e Pernambuco para trabalhar nas obras de implementação e ampliação das zonas industriais (PIMENTA, 2002, p. 78).

Essa nova dinâmica demográfica, que a partir de então é incrementada mais intensamente pela migração de caráter interestadual, determinará um ritmo de ocupação da região, que em pouco tempo irá expor seus limites em termos socioambientais. Segundo o referido autor, a princípio, os migrantes ocupam os morros e a zona noroeste da Ilha de São Vicente em Santos. Mas, em fins dos anos 1960, esgota-se, nesta cidade, a oferta de terrenos baratos para abrigar essa população pobre que chega cada vez em maior número, ocorrendo, então, a urbanização de áreas antes desertas em outras municipalidades adjacentes.

Colantonio (2009) complementa essa visão afirmando que as ocupações criadas ao longo das margens da Rodovia Anchieta, em plena Serra do Mar por parte dos próprios operários e em menor medida em áreas de manguezais, consubstanciam parte crescente da mancha urbana da região a partir desta década, ainda que sejam classificadas, para efeitos censitários, como áreas rurais. O grande movimento migratório vindo para a região como mão de obra barata para as obras de urbanização, fábricas e dos grandes projetos acabou por povoar áreas mais distantes, notadamente Vicente de Carvalho no Guarujá, a Zona Noroeste de Santos e a periferia de São Vicente.

Além dos primeiros traços dos processos de desconcentração populacional e metropolização que se consolidariam nas décadas posteriores, de 1950 e 1960, também se observaria a produção de uma divisão social do espaço intrarregional que pode ser verificada nos dias atuais. Segundo Colantonio, há uma clara “clivagem social” entre as ocupações ao longo da orla, com: o setor norte – correspondente ao distrito de Bertioga, à época pertencente a Santos e o município do Guarujá; Santos e São Vicente ao centro; e, o setor sul – que continha Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Esse padrão de estruturação urbano-regional viria a se constituir no que Cano (1982) *apud* Colantonio (2009) chamaria de “organização urbana tripartite”, configuração peculiar à metrópole da Baixada Santista dentro do que se denominaria depois de “Macrometrópole Paulista”.

Os fenômenos do turismo de veraneio, e, posteriormente, a segunda residência, irão desempenhar um papel determinante para vigência de tal estratificação social do espaço, tendo em vista que o:

Padrão de ocupação no espaço desta rede de hotelaria que irá definir aspectos econômicos e urbanos de cada município e irá se acentuar nos períodos mais recentes: a segregação espacial da oferta por classe social / de renda desta prestação de serviço. Enquanto que nas regiões do litoral da Baixada mais ao norte (na época, Santos e principalmente Guarujá) há uma rede terciária envolvida no segmento voltado para as classes mais abastadas, o litoral sul (Itanhaém e São Vicente) atende às classes médias e médias baixa. (COLANTONIO, 2009, p. 27).

O processo, em questão, tem origem na popularização do turismo de veraneio ao longo do período, viabilizado principalmente pela melhoria na acessibilidade da região às classes médias que surgiram no bojo da industrialização da metrópole de São Paulo. No sentido de dimensionar essa nova dinâmica, Gonçalves (1995, p. 64) afirma que somente o município de Santos, em 1950, “recebeu 2,9 milhões de pessoas e esse número subiu para 6,66 milhões em 1960. Na Via Anchieta, por exemplo, trafegaram 815.369 automóveis, em 1950, e, em 1960, 2.303.682 veículos de passeio”. As orlas de Santos e São Vicente passam a

não mais atender os requisitos das classes abastadas que primavam por localizações caracterizadas pela exclusividade do consumo, difícil acesso (possíveis para eles, porém bem restrito para os demais), privacidade, belezas naturais (vide início do processo de degradação ambiental da Ilha de São Vicente, com o comprometimento da balneabilidade de suas praias), etc.

Em um primeiro momento, Guarujá assume esse perfil de localização, com praias pequenas e incrustadas entre montanhas, baixíssima ocupação e, nessa época, acesso somente por barco. No entanto, o curso dos eventos descritos no parágrafo anterior faz com que haja também uma saturação desse tipo de ocupação neste município nas décadas que se seguiram, especialmente com a melhoria no acesso possibilitada com a construção da rodovia Cônego Domênico Rangoni⁶ (ligação direta com o Guarujá, sem passar pelos congestionados centro de Santos e balsa do estuário). Desse modo, o distrito de Bertioga passa a ser a área por excelência de ocupação de veraneio e turismo das elites paulistanas e do interior, que, enfim, elegem igualmente os outros municípios do litoral norte como palco principal de sua reprodução social nas horas de lazer e férias.

Por sua vez, Itanhaém e Praia Grande (na época parte de São Vicente) caracterizavam-se pela praia extensa, de fácil acesso (com linha ferroviária próxima à costa e tendo como estrada principal a própria faixa de areia), ocupação incipiente, porém existente, praias poluídas (caso de Praia Grande), etc., viabilizando sua ocupação e uso por grupos sociais de status socioeconômico mais baixo, a partir da década de 1950. Tais prerrogativas serão intensificadas nas décadas posteriores com a construção das Pontes Pênsil e do Mar Pequeno, Rodovias dos Imigrantes, Padre Manoel da Nóbrega e Regis Bittencourt que promoveram ainda mais a facilidade de acesso à região, como indicado no apêndice A. Ademais, não se pode esquecer o papel ativo de alguns promotores imobiliários que enfocam suas ações no público com perfil descrito acima, de tal modo que Praia Grande torna-se o município com mais colônias de férias no Brasil.

Os anos 1970 marcariam a intensificação dos efeitos de indução agora propiciados pelo polo de indústria de base de Cubatão e pela implementação de toda infraestrutura a ele vinculada. Conforme é apontado por Colantonio (2009), além dos milhares de empregos gerados diretamente, os efeitos indiretos se traduzem no aumento expressivo dos setores de atividade da construção civil e do terciário em todas as suas divisões, totalizando um aumento de 147,6 mil trabalhadores na região, ou 67% na década.

⁶ Antiga rodovia Piaçaguera-Guarujá.

Por sua vez, a área de influência do Porto de Santos sofreria agora a concorrência do recém-inaugurado Porto de Paranaguá. Além disso, demandou-se um reaparelhamento do porto em virtude da mudança da pauta de importações com novos tipos de produtos manufaturados, demandados pelos novos padrões de consumo das classes médias advindos do “Milagre Econômico”. Ao lado disso, observou-se um considerável aumento das exportações de grãos líquidos procedentes do polo petroquímico de Cubatão.

No entanto, foi no nível regional que se observaram as maiores transformações do período, que iriam se repercutir na estrutura intraurbana observada na atualidade e na forma como alguns municípios se articulariam com a RMSP. Com efeito, as obras de infraestrutura viária concluídas na época melhoraram a acessibilidade para o turismo de veraneio/segunda residência como já mencionado acima, igualmente, as operações da margem esquerda do porto em Guarujá – nas operações com contêineres. São desse período, as Rodovias Cônego Domênico Rangoni, Rodovia Mogi-Bertioga, o término da rodovia Rio-Santos no trecho que liga o litoral norte à Baixada Santista e a Rodovia dos Imigrantes.

Essa melhor comunicação física com a metrópole paulistana e o interior paulista, entretanto, produziu efeitos contraditórios ao meio ambiente regional e seu aproveitamento enquanto amenidade natural. Isso porque, segundo Cano (1992, p. 56):

A abertura de novas rodovias propiciaria o crescente desvio dos fluxos turísticos tanto em direção ao sul, no caso dos contingentes de menor renda, quanto para o norte, envolvendo a classe média de maior poder aquisitivo. Esses movimentos, sobrepondo-se nos efeitos do super adensamento populacional causador da poluição e descaracterização das praias, iriam deslocar dali boa parte dos estímulos advindos daqueles fluxos.

Além dos passivos ambientais, a melhoria do sistema viário acabaria por direcionar à região da Grande São Paulo demandas que, potencialmente, poderiam ser satisfeitas no núcleo urbano-regional. Tendo em vista que somente atividades econômicas baseadas na escala e na inovação tecnológica – características intrínsecas à maioria do ramo industrial – tinham capacidade de competir em mercados caracterizados pelas grandes distâncias físicas, a maior integração através da infraestrutura de transportes e comunicações entre as regiões possibilitou uma melhor integração econômica das empresas de outros ramos da metrópole paulistana com o mercado regional da Baixada Santista. Como consequência, esse acirramento da competição com empresas do mesmo setor já instaladas na capital repercute em uma redução do potencial de indução das economias de aglomeração da região,

principalmente de comércio e prestação de serviços diretamente ligados aos setores produtivos (COLANTONIO, 2009).

Concorre para a maneira como se deu essa articulação intra e interregional a forma longitudinal das áreas passíveis de ocupação. A geomorfologia regional contribuiu diretamente para tal delimitação, já que as planícies costeiras entre a linha de costa e a escarpa da Serra do Mar não muito ultrapassam 24 km. Logo, os municípios mais periféricos geograficamente acabam distando equivalentemente tanto do núcleo da Ilha de São Vicente quanto das localidades mais ao sul da RMSP. A condição descrita acima seria atenuada, caso a disposição da mancha urbana fosse radial, como ocorreu em outras aglomerações urbano-regionais (Sorocaba, Campinas, etc.), onde se percebe um nível de articulação entre os municípios ao longo de sua estrutura maior.

Apesar das contradições e peculiaridades no processo de metropolização corrente na época, é notável a dinâmica de desconcentração espacial da população dos municípios centrais para os mais periféricos. Os anos 1970 marcam a acentuação do ritmo de crescimento de alguns municípios da Região. “A maior taxa foi exibida pelo município de Praia Grande, aproximadamente 13% a.a. Segue-se o município de Peruíbe com uma taxa de crescimento populacional acima de 10% a.a., no período 1970/80. Nessa etapa, a sede regional apresentou uma taxa de 1,89% a.a.” (BAENINGER; SIQUEIRA, 2009, p. 37).

A evolução da mancha urbana regional no período em questão respeita em linhas gerais as tendências enunciadas anteriormente. Nesse sentido, Negreiros (1992) destaca que, embora o padrão da expansão física de Santos e de sua área de influência tenha experimentado similitudes com aquele observado na metrópole paulista, operacionalizou-se em descompasso temporal em relação aos demais aglomerados urbanos do interior. As particularidades geomorfológicas, citadas acima, acabaram por antecipar o processo de saturação urbana do município de Santos, com expansão para outros municípios já nas décadas de 1950-1960. No período seguinte, 1970 em diante, o avanço físico da cidade de Santos e da região passa a ser condicionado igualmente pelo crescimento industrial de Cubatão, além das atividades portuárias e de turismo/segunda residência, já vigentes.

Assim sendo, a partir do que é apresentado pela referida autora, é possível identificar três eixos de expansão metropolitana na década de 1970: Santos/São Vicente/Cubatão; Praia Grande; e, Guarujá/Bertioga. Com relação ao primeiro caso, a expansão de Santos em direção a São Vicente apresenta uma mancha contínua e homogênea com os mesmos padrões urbanísticos de Santos. Assim como a última municipalidade, São Vicente tem na sua porção noroeste as áreas ocupadas por população de renda mais baixa, que

vem se deslocando para Cubatão, identificando-se assim o vetor noroeste – São Vicente/Cubatão, situado ao longo da Via Anchieta e da Via Imigrantes – caracterizado pelo complexo industrial de Cubatão e pela forte presença de conjuntos habitacionais. O Estado foi o principal agente indutor do referido tipo de ocupação, já que, por intermédio da atuação da Companhia de Habitação (Cohab), concentrou aí sua atuação, sendo responsável diretamente pela construção de dez conjuntos habitacionais nessa área.

O segundo vetor de expansão dirige-se à Praia Grande, determinado pelo processo de redirecionamento populacional dos estratos de renda média e pela dinâmica turística das camadas de rendas médias e baixas de Santos e São Vicente, já descritos nos parágrafos precedentes. Para o terceiro eixo de expansão – Guarujá/Bertioga – ressalta-se a existência de duas frentes: o distrito de Vicente de Carvalho, ocupado originalmente pelo deslocamento da população de Santos decorrente dos desmoronamentos de morros deste município, no ano de 1958; e toda a orla do Guarujá, reproduzindo os padrões urbanísticos verificados na orla santista, destinados às populações permanente e flutuante de rendas médias e altas.

A década de 1980 representa um ponto de inflexão relativa do crescimento que a Baixada Santista registrou ao longo de sua trajetória, especialmente após a década de 1950. Tendo seus principais “fios condutores” produtivos vinculados diretamente a investimentos estatais, a região não ficou imune à crise econômica do Estado brasileiro vigente no período em questão.

Mais uma vez, recorrendo-se a precisa leitura de Colantonio (2009), observa-se que o autor ressalta que os problemas socioambientais advindos do parque industrial de Cubatão, maximizados pela topografia local, intensificaram o processo descrito no parágrafo anterior. Isso porque, após pressão da mídia, opinião pública, etc., a Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico e Controle de Poluição de Águas (Cetesb) instituiu um programa de controle dos altos níveis de poluição em Cubatão. Isto contribuiu por inibir investimentos ligados ao complexo. Negócios potenciais da região foram deslocados gradualmente para outros territórios do país (Bahia e Rio Grande do Sul) e do Estado de São Paulo (Paulínia e São José dos Campos).

Além disso, a inauguração de um terminal portuário em São Sebastião, ligado ao polo petroquímico de Cubatão através de um oleoduto, levou a um arrefecimento do movimento de granéis líquidos no porto de Santos, desse modo:

De 1980 a 1989, a movimentação de carga cresceu apenas 28,5%, passando de 23,6 milhões para 30,4 milhões de toneladas. Esse aumento ocorreu em um contexto de grande esforço para geração de superávits comerciais. Entre os anos de 1981 e 1988, o valor em exportações de Santos subiu 56%, enquanto o de importações decresceu em 16%. Pelo lado da movimentação, o crescimento de embarques foi de 59,3% enquanto o de desembarques foi marcado por uma retração de quase 0,6% no volume total (COLANTONIO, 2009, p. 55).

Esse novo contexto vivenciado pela logística portuária acabou por reduzir seus efeitos indutores regionais (geração de emprego e renda). O mesmo autor, baseando-se no censo de 1991, relata que o pessoal ocupado em atividades relacionadas diretamente ao transporte marítimo passou para 20,6 mil pessoas, representando uma redução de 3,2 mil trabalhadores na década, ou 13,5% do total de 1980.

Como efeito direto sobre a diferenciação socioespacial regional, Cano (1992) destaca a perda do papel de segundo aglomerado populacional paulista, apenas atrás da metrópole de São Paulo. De fato, conforme apontado por Baeninger e Siqueira (2009, p. 35):

Pode-se notar que até 1980 houve uma tendência de participação crescente da RM no total populacional do interior. Em 1960, a RMBS era responsável por 5,16% da população interiorana, enquanto que em 1980 este valor aumenta para 7,72%. Em 1991, há uma leve queda na participação relativa da RM, que passa para 7,56%, e a partir de 2000, os percentuais voltam a crescer.

Colantonio (2009), por sua vez, argumenta que a região perdeu peso no total do interior devido aos efeitos menos pronunciados da recessão econômica do período em outras áreas do interior paulista, mais especificamente as aglomerações urbano-regionais de Campinas e do Vale do Paraíba. Estas foram contempladas com as políticas de interiorização do desenvolvimento desenvolvidas pelo governo paulista na época, atraindo fluxos de pessoas relativamente maiores do que a Baixada Santista.

No que se refere à dinâmica urbana intrarregional, observa-se a intensificação do fenômeno da metropolização em curso desde as últimas duas décadas. A valorização do solo urbano do núcleo, com alto custo de moradia – realçada pela componente de turismo e segunda residência – determinou a periferização de determinados grupos sociais em outros municípios mais distantes geograficamente em relação ao polo regional, mais precisamente aqueles do litoral sul.

Salienta-se, contudo, que essa desconcentração populacional não foi acompanhada por uma desconcentração econômica (mercado de trabalho), já que as principais causas dessa mobilidade residencial são a saturação urbana e a incapacidade financeira de se manter nos centros geradores de postos de trabalho, agravada pela crise econômica dos anos 1980. A

contrapartida deste fenômeno é um considerável movimento pendular da população da região, majoritariamente entre as periferias e o núcleo metropolitano (COLANTONIO, 2009).

A década de 1990 não representou grandes mudanças na trajetória da Baixada Santista. Sua economia apresentou até o início dos anos 2000 um ritmo de crescimento semelhante ao da década de 1980. Apesar do saneamento financeiro do Estado brasileiro vinculado ao controle da inflação, observou-se um aumento do desemprego e da informalidade na economia. Dedecca (2009, p. 14-15), utilizando o censo de 2000, dimensiona essa configuração do mercado de trabalho regional, tendo em vista que apenas:

Cerca de 63% dos trabalhadores da região da Baixada Santista estavam inseridos no mercado de trabalho formal. Esse dado indica que uma parcela significativa da população ocupada ainda se encontrava inserida de forma precária, isto é, informalmente no mercado de trabalho.

As causas para o quadro descrito acima se relacionam ao fato de que o período comportou significativas mudanças nas relações de produção. A financeirização da economia, a reestruturação dos sistemas de produção e a desregulamentação e maior concorrência dos mercados obrigando as empresas a buscar incessantemente ganhos de produtividade, proporcionaram uma redução expressiva de trabalhadores em muitos ramos da indústria, assim como diversos segmentos do setor terciário.

No que se vincula à inserção regional da Baixada Santista, verificou-se um aprofundamento da dinâmica de perda de importância relativa para outras regiões do interior paulista. Se a especialização industrial da região, baseada nos complexos petroquímicos, siderúrgicos e de fertilizantes, se manteve, Santos e sua área de influência regional ficaram à margem do movimento de alocação dos setores mais dinâmicos da indústria, dotados de potenciais efeitos de indução regional. No bojo do processo de desconcentração industrial paulista, tais setores preferencialmente se direcionaram para outras aglomerações urbano-regionais próximas à capital – Campinas, São José dos Campos e Sorocaba, principalmente – que continham vantagens indiscutíveis em relação à Baixada Santista. Além da proximidade com a capital e seu mercado consumidor, essas regiões são dotadas de boa infraestrutura e principalmente de centros de pesquisa e universitários de qualidade, aspecto último inexistente na RMBS (CARRIÇO, 2006; COLANTONIO, 2009).

Em consonância à tendência de esvaziamento econômico vivenciada no período pela metrópole de Santos, Baeninger e Siqueira (2009, p. 42) destacam que entre as regiões mais importantes do Estado de São Paulo, a Região Metropolitana da Baixada Santista

registrou, na década de 1980, a menor taxa decrescimento (2,19% a.a.). “Abaixo da taxa média interiorana que foi de 2,30% a.a. Nos anos 1990 e 2000 esta taxa continua a reduzir, ficando em torno de 2,17% a.a. e 1,92% a.a.”.

No âmbito intrarregional, o empobrecimento da região, com o crescente número de desempregados e queda dos salários reais nos anos 1990, intensificou o processo de segregação residencial, induzindo/forçando determinados grupos sociais a migrar do núcleo para os municípios periféricos do litoral sul (JAKOB, 2003). De acordo com o autor, é nesse período que a região atinge os altos índices de urbanização observados na atualidade, próximos dos 100%. Além disso, é verificado um espraiamento para os municípios do litoral sul e norte, que igualmente chegam a patamares muito elevados de urbanização, fazendo com que, em 2000, apenas dois municípios, Peruíbe e o recém-criado município de Bertiooga, tenham seu índice abaixo de 99%.

Como verificado acima, o esvaziamento econômico relativo foi acompanhado por um processo de crescimento populacional ainda que em um ritmo mais reduzido (2,17% a.a., em 1991/2000), e de periferização. Em decorrência, como é apontado por Zündt (2006), o curso do processo de metropolização agregado aos fatores de ocupação – legal e ilegal – e a conurbação levou à integração das problemáticas (transporte, abastecimento, meio ambiente, habitação, planejamento, entre outros) que, de individualizadas a cada especificidade municipal, adquirem a condição de uma ordem comum. Dada a necessidade de resolver os referidos problemas de forma integrada regionalmente, trabalha-se por institucionalizar a metropolização da Baixada Santista com a figura jurídica da Região Metropolitana da Baixada Santista em 1996.

Ainda de acordo com as elucidações do último autor, a partir das possibilidades criadas pelas constituições Federal e Estadual de 1988 e 1989 foi instituída a Região Metropolitana da Baixada Santista, a primeira do Brasil sob o novo formato constitucional.

O novo conceito de regionalização foi alicerçado na formação de um Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista – CONDESB, de caráter deliberativo e normativo; na criação de uma Agência de Desenvolvimento – Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM, que tem a função executiva das ações de interesse comum; e na criação de um Fundo de Desenvolvimento da Baixada Santista – Fundo, com funções específicas de caráter de financiamento (ZÜNDT, 2006, p. 330).

Conforme é apontado pelo referido autor, a institucionalização de uma governança regional, apesar de relativamente às outras aglomerações urbanas do estado lograr alguns sucessos, ainda se ressentem de promover soluções efetivas no enfrentamento de determinados

problemas integralizados em âmbito regional. Isso fica bem evidente no que se refere à questão socioambiental e de transporte, que emergiram no final da década de 1990 como um dos principais “gargalos” da Baixada Santista.

Sendo assim, pretendeu-se, com esse breve resgate histórico, entender como foram social e historicamente produzidos até os limiares do começo dos anos 2000: a inserção da Baixada Santista na rede urbana regional e nacional; e os desequilíbrios intrarregionais, no que se relaciona à sua divisão social e econômica do espaço. Obviamente, lançou-se de mão de muitas simplificações e generalizações de fatos e processos importantes nessa trajetória. Isso, entretanto, não se configurou um problema, dado o objetivo central dessa seção não ser puramente histórico, mas sim apenas resgatar o que foi realmente importante para se entender os padrões de diferenciação socioespacial vigentes na última década, os quais vêm sofrendo substanciais alterações que, se espera, poderão ser vistas e analisadas com o desenvolvimento do presente trabalho.

1.3. Sobrepondo as dinâmicas metropolitanas: a inserção da RMBS na “Macrometrópole Paulista”

Conforme pôde ser visto anteriormente, a dinâmica histórica de metropolização da RMBS esteve ligada à sua inserção na divisão territorial do trabalho em âmbitos regional, nacional, e até mesmo, internacional. No caso em questão, tal realidade mostra-se ainda mais pronunciada, tendo em vista seu precoce processo de metropolização e, mais recentemente, por participar da dinâmica da “metropolização expandida” paulista (OLIVEIRA, 2009), fazendo parte do conjunto de metrópoles do Estado de São Paulo, denominado por Souza (1978) de “Macrometrópole Paulista”.

Desse modo, para entender determinadas dinâmicas sociodemográficas próprias da escala intrametropolitana (produção social do espaço, mobilidade populacional intrametropolitana e segregação residencial), deve-se, em primeira mão, analisar o papel que a região exerce na totalidade em que está inserida. Da mesma forma é importante levar em conta a dinâmica de integração entre suas partes (os municípios) quando se considera ela própria uma totalidade (metrópole). Sendo assim, o enfrentamento da discussão dos conceitos de metrópole e metropolização, próprios da escala urbano-regional, mostra-se de grande valia para uma melhor compreensão da trajetória recente da RMBS, proposta do presente trabalho.

1.3.1. Dos espaços metropolitanos à metropolização do espaço

Fenômenos demográficos eminentemente espaciais, como a migração, ao serem estudados enquanto contrapartidas a outras dinâmicas que ocorrem no espaço geográfico, como a urbanização requer ser vistos considerando-se diferentes categorias de análise que deem conta da complexidade dessa dimensão da realidade. Santos (1996) e Lefebvre (1971) *apud* Lencioni, 1998, p. 2, em linhas gerais, convergem na distinção de quatro categorias de análise do espaço geográfico: forma, processo, função e estrutura. Para Lefebvre:

Em primeiro lugar, as três noções forma, função e estrutura devem ser utilizadas igualmente, com o mesmo peso para analisar o real. Em segundo lugar, elas permitem conceber estabilidades provisórias e equilíbrios momentâneos. Em terceiro lugar, elas revelam um conteúdo às vezes resguardado, implícito e dissimulado nas formas, estruturas e funções analisadas. Através do emprego lógico desses conceitos para a análise se chega a um movimento mais profundo, mais real: o movimento dialético da sociedade e da história.

Nesse sentido, o reconhecimento da urbanização e metropolização, enquanto processos resultantes dos movimentos históricos concentradores do modelo capitalista de produção (MOURA, 2009) e das cidades e metrópoles enquanto formas associadas aos mesmos colocam-se de fundamental importância para o entendimento das diferenciações que assumem na atualidade. De fato, os arranjos espaciais chamados de metrópoles são fruto do modelo de desenvolvimento vigente, no qual a produção do espaço urbano-regional se dá pela interação de processos concentradores de pessoas, bens, riqueza e conhecimento, profusão de fluxos e multiplicação de escalas nas relações socioespaciais. Tal conjunção resulta em assimetrias entre os elementos componentes e em suas configurações espaciais, o que faz com que determinadas porções do território assumam a condução das dinâmicas principais da inserção do estado/país na divisão social do trabalho.

Harvey (1981), corroborando tal perspectiva de análise, pontua que as metrópoles são os espaços que melhor reúnem as condições gerais de produção capitalista, especialmente no período de acumulação “fordista”. De acordo com este autor, essas condições vão desde um conjunto de infraestruturas básicas, imprescindíveis principalmente para a produção industrial, passando por um conjunto de regulações trabalhistas, até ao ambiente construído reservado à reprodução social dos trabalhadores das indústrias, como os centros de consumo e as áreas residenciais a eles destinadas (HARVEY, 1981).

Tais condições, que desempenham uma função fundamental à viabilização das atividades industriais, auferem o papel de externalidades às mesmas devido à sua baixa

rentabilidade enquanto capital fixo. A demanda de quantidades vultosas de investimento inviabiliza esta operação por parte de apenas um capital particular, tendo em vista sua baixa lucratividade. Logo, lança-se mão do que Santos (1994) chamou de socialização capitalista, que consiste na criação de capitais comuns, de meios coletivos à disposição do processo produtivo. É socialização em virtude de que não são os capitais individuais que a devem empreender diretamente, mas sim o Estado; é capitalista porque os beneficiários são poucos, segundo uma hierarquia que vem do seu poder enquanto capitalista. A cidade, e, sobretudo, a metrópole, passa a se configurar, nas palavras do mesmo autor, como um grande capital geral a ser apropriado e moldado segundo os interesses das forças hegemônicas do sistema de acumulação vigente.

É, pois, a partir dessa sistematização de ações e objetos segundo os processos descritos acima, que se lançam as bases da metrópole fordista ou industrial. Segundo Kayzer (1990) *apud* Lencioni, 2013, a principal característica desses espaços refere-se à intensidade de fluxos que passa a constituí-los, tais como, os fluxos de pessoas, de capitais, mercadorias e informações. O referido autor sintetiza o espaço metropolitano como aquele estrita e concretamente ligado à grande cidade por meio desses fluxos, que são bastante intensos e permanentes, coincidentes, de fato, com os grandes eixos de urbanização. Para além da concentração de fluxos, Ascher (1998, p. 4), aponta a questão da concentração, conforme já enunciado, como outra peculiaridade desses espaços, especialmente no período fordista. Para o autor, a noção de metrópole é utilizada frequentemente para “qualificar de uma forma geral as principais aglomerações urbanas de um país que contêm algumas centenas de milhares de habitantes, que sejam multifuncionais e que mantenham relações econômicas com muitas outras aglomerações estrangeiras”.

Enquanto contrapartida da forma urbana desdobrada no espaço geográfico pelos processos relatados acima, Davanzo et al. (2011) lembram que a fase inicial de crescimento da metrópole ocorre por meio da conurbação de municípios a partir da expansão física do município-sede, caracterizando-se pela monocentralidade. Para o caso específico das metrópoles industriais, Ascher (1998), reportando-se ao contexto urbano francês, afirma que nos anos 1950/60, auge do fordismo, as grandes aglomerações metropolitanas cresceram de forma bastante compacta (modelo “mancha de óleo”), através, principalmente, da construção de edifícios coletivos, da realização de grandes operações urbanas e da densificação dos subúrbios existentes.

Ainda de acordo com o autor supracitado, transformações significativas das formas assumidas pelas aglomerações metropolitanas passam a ser observadas a partir dos anos 1970 e, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990.

No que toca às transformações físicas, a “mancha urbana” das metrópoles alargou-se e os territórios metropolitanos estenderam-se progressivamente às periferias, diminuindo a densidade média das aglomerações. [...] a isto acrescenta-se a integração, no sistema de funcionamento quotidiano das metrópoles e das cidades, de aglomerados e de aldeias periféricas, às vezes, de novas urbanizações (habitação ou emprego) bastante asfaltadas, aumentando a descontinuidade dos espaços metropolitanos. As metrópoles estão, assim e ao mesmo tempo, mais diluídas e mais compactas, mais integradas e mais descontínuas (ASCHER, 1998. p. 9).

De fato, essas mudanças não se resumem apenas às formas assumidas pelas metrópoles, remontando antes disso às transformações nas estruturas em que as mesmas estão inscritas. Tais modificações das principais aglomerações urbano-metropolitanas se inscrevem num processo geral de mudanças na base produtiva do sistema capitalista que entrou em curso a partir dos anos 1970.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva, analisada por Harvey (1993) e por Benko (1996), como regime de *acumulação flexível*, e por Soja (1993), como *especialização flexível*, apresenta-se como resultado e condicionante da emergência de uma nova fase do padrão de acumulação capitalista em escala global. Ribeiro (2009, p. 126) resume esse processo geral de reestruturação do capitalismo, segundo três dimensões básicas: “mudanças nas relações de produção e trabalho (reestruturação produtiva); a ampliação e diversificação dos sistemas de modalidade de bens, serviços e pessoas e as mudanças de padrões de consumo com ampliação e densificação dos mercados”.

Nesse contexto, o grande capital geral representado pela metrópole fordista torna-se um entrave à acumulação de capital, tanto por parte dos setores de atividade econômica que assumem a hegemonia do sistema, terciário superior e quaternário, quanto pelos setores industriais, que veem suas margens de lucro caírem diante das deseconomias de aglomeração criadas pela crescente densificação da ocupação das metrópoles. Exigem-se mudanças na estrutura desses espaços, uma vez que, segundo Soja (1993), a ordem estrutural vigente já se encontrava suficientemente esgarçada demandando, para além de remendos adaptativos que já não se mostravam mais suficientes, uma expressiva mudança estrutural, isto é, uma reestruturação.

Enquanto resultado na forma e função associadas às estruturas metropolitanas diante dessa nova conjuntura para o sistema de acumulação vigente, encontram-se as

tendências de concentração geográfica dos referidos setores hegemônicos, produzindo verdadeiros “espaços de globalização” nos núcleos metropolitanos. Por outro lado, a dispersão dos setores produtivos tradicionais para além das conturbações metropolitanas induz uma urbanização mais espraçada.

Deve-se pontuar, no entanto, a partir de uma leitura mais ampla sobre esse novo contexto empreendido por Harvey (2011), a natureza estruturante ao sistema de acumulação, dos processos de concentração e dispersão narrados acima. Antes de se remeterem somente à conjuntura de crise e reestruturação produtiva vivida nos anos 1970 e 1980, o autor defende tais movimentos enquanto fator intrínseco ao capital para superar seus momentos de crise, especialmente aquelas de superacumulação, nos quais os excedentes de capital são investidos no ambiente construído (principalmente o mercado imobiliário).

Só que, como o assevera o autor, esse processo se mostra esquizofrênico na medida em que, enquanto em um determinado momento, um lugar é propício a gerar mais acumulação de capital e sobre lucro, em outro subsequente é uma barreira a tais metas. Desse modo, segundo Santos (1994), sucedem-se ciclos de hegemonia e obsolescência do ambiente construído, os quais, mais recentemente, dão-se de forma muito mais rápida.

Nesse sentido, as vantagens locacionais tornam-se cada vez mais um atributo dos lugares. Se por um lado, as rendas diferenciais são extraídas pela maior produtividade advinda da tecnologia, por outro, elas também são auferidas por uma localização privilegiada. Assim, a constante busca pela intensificação dos lucros leva a uma frenética mudança de localização das atividades que podem se beneficiar de tais condições, em um processo viabilizado pela flexibilização da produção e pelos avanços verificados nos transportes e telecomunicações.

Se a estrutura e funções dos espaços circunscritos pelas grandes aglomerações urbanas mudam diante do novo contexto discutido nos parágrafos anteriores, as formas a que estão associadas também se alteram, redefinindo os sentidos do que se define como metrópole, e do processo a que se encontra vinculado, a metropolização. De fato, o que se vê é um descolamento entre o processo a que se chama de metropolização e a forma a que tradicionalmente se encontra associado, a metrópole. Leresche (1995) *apud* Moura, 2009 corrobora essa visão ao observar que o processo de metropolização, dada sua característica de inversão da relação estrutura/dinâmica da hierarquia urbana, revela-se mais importante que sua configuração espacial ou sua morfologia.

Assim sendo, conforme ressalta Ascher (1998), a metropolização coloca-se, pois, com um fenômeno que ultrapassa as metrópoles, não se restringindo ao crescimento e à

multiplicação das grandes aglomerações, mas também, à progressiva concentração de populações, das atividades e das riquezas no seu interior. Assim:

A noção de metrópole que utilizamos até o presente para descrever estas grandes aglomerações parece assim inadaptada para qualificar este novo tipo de espaço; por um lado, porque esse conceito evoca mais o caso de uma grande cidade que assume as funções mais elevadas na hierarquia urbana regional, por outro, porque não introduz, nem a ideia de uma nova estruturação dos espaços urbanos, nem a formação de um novo espaço de funcionamento cotidiano de atividades econômicas e sociais (ASCHER, 1998. p. 16).

Mas, quais características dão unidade a essas aglomerações? Como pôde ser visto, não apenas a concentração, mas, sobretudo a dispersão e heterogeneidades internas são aspectos patentes desses arranjos espaciais, o que, a princípio, depõe contra a identificação dessa unidade. A acepção do conceito de região mostra-se, pois, útil para elucidação da questão colocada acima.

A metrópole fordista guarda como uns de seus principais aspectos que a configuram como uma região a relativa homogeneidade interna comparativamente ao seu entorno, dada pela densificação das atividades e ocupações (mancha urbana contínua e conurbação), embora uma de suas marcas seja a significativa heterogeneidade interna, principalmente, sob o ponto de vista social. Na mesma medida, trabalha a favor do referido caráter de região, o alto nível de integração entre suas partes, por meio do estabelecimento de uma divisão territorial do trabalho, marcada igualmente por uma densificação dos fluxos, sobretudo, materiais.

Todavia, em boa parte das aglomerações urbanas da atualidade, os dois aspectos já destacados – contiguidade da ocupação e articulação entre as partes, apesar de sua heterogeneidade – não possuem pesos iguais no sentido de dar o caráter regional às mesmas. A unidade do fenômeno metropolitano nesses espaços não está mais respaldada na localização geográfica contígua e concentração de seus objetos, e sim na integração sistemática entre as suas partes, sobretudo no que tange ao processo produtivo.

Os fluxos, os movimentos, as ligações (linkages) entre as partes, bem como as complementariedades entre partes e funções, que se dão pela mediação de diversas dinâmicas e processos e que se desenvolvem no interior da região, são elementos constitutivos da integração (LENCIONI, 2015, p. 49).

Dentro desse novo contexto, o regional não somente dá sentido a esse tipo de urbanização, como também se torna a sua escala. Assim sendo, a forma correspondente a essa

nova fase da metropolização pode ser denominada de ‘aglomeração urbano-regional’ (MOURA, 2009). Segundo a autora:

[...] o processo de metropolização contemporâneo tem se manifestado na forma de arranjos urbano-regionais, que transcendem o padrão das aglomerações urbanas (de constituição simples de polo e periferia), alcançando uma escala urbana mais complexa e dimensão regional. Conjugando o urbano e o regional, tem-se como resultado uma configuração híbrida, complexa e multiescalar (local, regional, nacional e global) (MOURA, 2009, p. 16).

Segundo a argumentação da autora, a concentração, o conhecimento, a mobilidade e a conectividade, que agem como elementos essenciais no processo de metropolização e configuração dos arranjos urbano-regionais, são inerentes à dinâmica produtiva em sua dimensão urbano-regional, estando relacionados aos estágios mais avançados da inserção do território na divisão social do trabalho. Dialeticamente, operam como condicionantes e resultantes dessa inserção, acionando as mais diversas escalas. Emanam da escala urbana, alcançam uma perspectiva regional e se inserem na escala nacional, integrando-se como principais espaços articuladores da divisão socioterritorial do trabalho.

Essas aglomerações urbano-regionais vêm sendo, pois, identificadas em diversos contextos urbanos do mundo nas últimas décadas, assumindo diferentes denominações, por parte dos autores que se dedicaram a estudá-las: megalópole, cidade-região, exópole, cidade difusa, metápole, entre outras. O Brasil também não fugiu a essa tendência, com a emergência de diferentes aglomerações urbano-regionais em seu território recentemente.

O exemplo mais ilustrativo dessa nova dinâmica urbana nacional é a “Macrometrópole Paulista” (SOUZA, 1978), assim definida pela Emplasa (2012). Ela é composta por 168 municípios distribuídos entre as quatro Regiões Metropolitanas oficiais do Estado de São Paulo, além daqueles situados nas áreas de influência de Piracicaba, Sorocaba, Jundiaí, São Roque e Bragança Paulista⁷ (Mapa 1).

⁷ Ressalta-se que, recentemente, a então aglomeração urbana de Sorocaba foi também alçada à categoria de Região Metropolitana.

MAPA 1 – “Macrometrópole Paulista” por unidades urbanas – 2015



A chamada “Macrometrópole Paulista” ocupava, segundo dados de Cunha et al. (2013), 20% do território do Estado de São Paulo e possuía 30 milhões de habitantes em 2010, representativos de cerca de 73% da população estadual. Além disso, em termos econômicos, é responsável por 83% da riqueza gerada no estado e por 28% do total produzido no país.

Segundo Lencioni (2015), sua formação está associada ao avanço da urbanização, da interiorização do desenvolvimento econômico e da desconcentração produtiva e populacional da RMSP. Desses processos surgiu a configuração de um território marcado por significativa heterogeneidade estrutural, que acumula condições e potencialidades de desenvolvimento socioeconômico diferenciadas do restante do país e concentra, igualmente, expressiva dívida social, na forma da existência de precárias condições de moradia, de ocupação de áreas de risco, de carência de infraestruturas urbanas e sociais, etc.

A integração funcional entre as partes, compondo uma divisão do trabalho regional, é um dos seus principais aspectos, como também o é a mescla de dinâmicas socioespaciais próprias da escala da rede urbana e do espaço urbano. Assim sendo, qualquer análise que busque o entendimento do processo de estruturação de uma de suas partes, como é o caso do presente trabalho, ou seja, o processo de metropolização da Baixada Santista, deve fazê-lo sempre levando em conta a sua inserção nessa totalidade, representada pela Macrometrópole Paulista. Moura (2009) corrobora essa perspectiva analítica, ao afirmar que, mesmo que as morfologias urbanas remetam a uma integração, as cidades perdem o sentido se apreendidas isoladamente ou de forma desconectada, por mais que cultivem sólidas relações circunscritas aos seus próprios limites.

Logo, empreende-se na próxima seção a análise da inserção da RMBS na Macrometrópole Paulista, tendo em vista tal processo como um dos principais condicionantes para sua estrutura urbano-regional.

1.3.2. A inserção da RMBS na “Macrometrópole Paulista”

A inserção da RMBS no bojo da metropolização expandida paulista fica bem marcada quando se analisam os diferentes aspectos da estruturação socioespacial da Baixada Santista na última década. Sob o ponto de vista da estrutura produtiva, como foi visto ao longo do seu processo histórico de ocupação, observa-se ainda claramente sua complementaridade produtiva com a RMSP.

O transcurso dos processos de reestruturação produtiva condicionou mudanças importantes no arranjo das atividades econômicas ao longo da Macrometrópole Paulista, no que se convencionou chamar de desconcentração das atividades econômicas. Tal quadro é ilustrado pela Tabela 1, cujos dados mostram a geração de riquezas da Macrometrópole Paulista, em relação ao Estado de São Paulo, e das quatro regiões metropolitanas que compunham a referida unidade regional.

TABELA 1 – Valor Adicionado Bruto. RMs selecionadas. Macrometrópole paulista – 2000-2010

Nível geográfico	2000		2010	
	mil reais	%	mil reais	%
Brasil	2.002.430.080	-	3.227.180.667	-
São Paulo (1)	702.713.034	35,1	1.036.697.979	32,1
Macrometrópole (2)	514.666.965	73,2	738.112.982	71,2
RMSP	394.378.977	76,6	576.662.247	78,1
RMC	52.168.048	10,1	79.938.838	10,8
RMVPLN	45.296.431	8,8	52.325.659	7,1
RMBS	22.823.508	4,4	29.186.238	4,0

Fonte: Fundação Seade. Tabulações especiais do autor.

(1) Porcentagem em relação ao Valor Adicionado total do Brasil.

(2) Porcentagem em relação ao Valor Adicionado total do estado São Paulo.

Tanto em 2000 quanto em 2010, a macrometrópole paulista registrava protagonismo com a representatividade de seu valor adicionado bruto⁸ acima do patamar de 70% em relação ao estado de São Paulo como um todo. Por sua vez, a RMBS possuía a participação mais acanhada entre as quatro RMs componentes, com apenas 4% do total. Devem ser ponderados aí os diferenciais entre as regiões quanto ao tamanho populacional, do mercado de trabalho, etc., que são condicionantes importantes para as diferenças observadas.

Todavia, não pode ser desconsiderada a anteriormente mencionada posição coadjuvante vivida pela Baixada Santista no curso do processo de desconcentração das atividades econômicas paulistas. Ao se configurar, em grande parte, enquanto extensão do parque industrial do ABCD paulista, especialmente no que se refere ao município de Cubatão, a RMBS, assim como a RMSP, sofreu intensamente os efeitos do processo de dispersão das atividades econômicas, principalmente da indústria, como também da redução dos investimentos estatais a partir dos anos 1980.

Em contrapartida, houve um processo de centralização das atividades de comando vinculadas aos setores de atividade econômica que tenderam a se desconcentrar, na RMSP, em especial no município de São Paulo. Tal cenário explica a ainda majoritária participação

⁸ O valor adicionado bruto se constitui da receita de venda deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros. É, portanto, o valor que a atividade econômica agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, obtido pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário. Priorizou-se esse indicador em detrimento do valor adicionado fiscal (diferença entre o valor das saídas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação prestados no seu território e o valor das entradas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação adquiridos, em cada ano civil), conforme comumente se utiliza em análises do tipo, tendo vista este indicador não estar disponível em âmbito nacional, inviabilizando comparações, como as procedidas no presente trabalho.

desta região na geração de riquezas dentro da Macrometrópole Paulista, com valores próximos a 80%, e os valores reduzidos da RMBS, uma vez que esta não observou as mesmas contrapartidas para o processo em questão.

Ao se desdobrar os Valores Adicionados Brutos (VABs) por setores de atividade econômica, constata-se a predominância da administração pública na geração de riquezas em quase todas as unidades espaciais de análise consideradas. Especialmente após o pacto federativo de 1988, no que tange à dinâmica econômica, grande parte das municipalidades brasileiras ficaram dependentes de repasses públicos das prefeituras. Tal realidade atinge mais fortemente os municípios do Norte e Nordeste, onde mais de 90% de suas riquezas são geradas pela administração.

Na Baixada Santista, todavia, esse panorama não é muito diferente, já que os municípios menos dinâmicos economicamente (litoral sul) são justamente aqueles com maior participação da administração pública em seus valores adicionados brutos. Ressalta-se que tal dependência econômica e financeira dos cofres públicos implica sujeição a quedas eventuais desses recursos, evidenciando-se a vulnerabilidade econômica das municipalidades em questão.

Ao se eliminar a administração pública e apenas considerar os três setores de atividade econômicos principais – agropecuários indústria e serviços (Gráfico 1) – esboça-se um quadro, ainda que incipiente, da divisão territorial do trabalho e dos efeitos do processo de reestruturação produtiva na última década na macrometrópole. De fato, ao se considerar o comportamento da participação dos setores de atividade em três pontos no tempo (2002, 2010 e 2014), verifica-se claramente entre as quatro RMs consideradas a diminuição do peso relativo da indústria VAB.

Tal tendência parece ter sido mais acentuada para a RMBS, em comparação às outras RMs, as quais, por sinal, apresentaram maior participação da indústria na geração de riquezas, em detrimento dos setores de atividade de serviços e de agricultura. Esse último aspecto ficou mais evidenciado para a RMC e a RMVPLN, que registraram participação da indústria mais acentuada do que aquela verificada para a RMSP, fato que pode ser correlacionado com o processo de desconcentração industrial.

Segundo Carriço (2006), tal desconcentração não contribuiu para o estabelecimento de novas indústrias na RMBS nas décadas mais recentes, pois estas, baseadas em processos produtivos flexíveis, estabeleceram-se preferencialmente em localizações próximas à RMSP e no interior paulista, como Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, São Carlos e outras. Desse modo, conforme apontado por Oliveira (2009), a RMBS

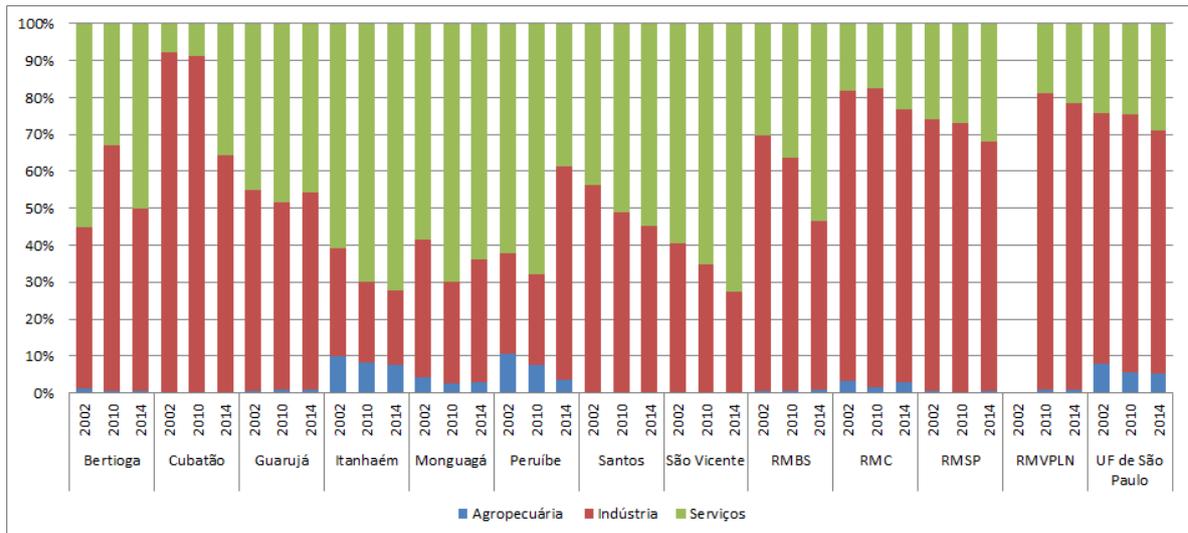
diferencia-se por possuir estrutura produtiva pouco diversificada e especializada, articulando-se na divisão inter-regional do trabalho do país e do Estado de São Paulo por meio de suas atividades turísticas, do fornecimento de bens intermediários e de centro portuário, uma vez que abriga o principal porto nacional, o Porto de Santos.

No que se refere à posição dos municípios da RMBS nessa divisão econômica do trabalho regional, ainda chama atenção o papel proeminente da indústria no município de Cubatão, embora se possa verificar, de 2010 para 2014, uma queda substancial em sua participação relativa, o que até certo ponto pode ser relacionado ao processo de reestruturação produtiva, no qual determinadas etapas da cadeia industrial foram terceirizadas, vindo a ser classificadas enquanto serviço, setor que ainda é responsável pela maior parte da geração das riquezas dessa municipalidade.

Nos outros municípios da região, o setor de serviços tende a ganhar hegemonia, em função das atividades ligadas ao turismo balneário e ao setor de transportes, que é o caso específico das municipalidades abrangidas direta e indiretamente pelos efeitos indutores das atividades portuárias, como Santos, Guarujá e Cubatão. Outras atividades de serviços de mais alta complexidade (como bancárias, telecomunicações, etc.), além daquelas ligadas ao comércio, também contribuem para o maior peso desse setor.

Todavia, de acordo com Oliveira (2009), a RMBS encontra-se submetida, mais do que as outras RMs consideradas, aos efeitos polarizadores da diversificada economia da RMSP, de maneira que determinadas demandas por serviços de sua população sejam satisfeitas no planalto. Tal concorrência explica a pouca diversificação econômica verificada na Baixada Santista, especialmente no que tange ao setor de serviços.

GRÁFICO 1 – Valor Adicionado Bruto, segundo setores de atividade econômica. Municípios selecionados. RMBS – 2002, 2010 e 2014

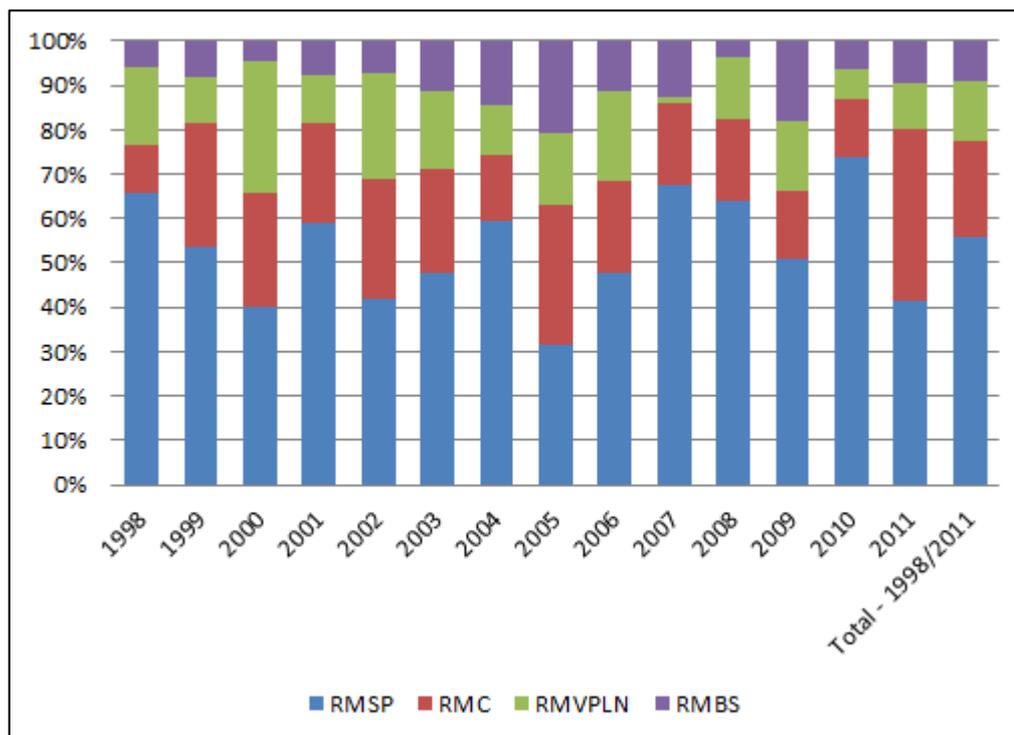


Fonte: Fundação Seade. Tabulações especiais do autor.

O quadro descrito até aqui é ainda mais reforçado ao se apresentar a distribuição relativa dos “investimentos anunciados”⁹ entre as RMs que compõem a Macrometrópole Paulista (Gráfico 2). Entre 1998 e 2011, o que se pode perceber é a manutenção do padrão de desequilíbrio dos investimentos entre as quatro RMs consideradas, com a maior parte deles direcionados à RMSP, e, em segundo plano, à RMC e RMVPLN, ficando a RMBS com a menor parcela relativa dos mesmos.

9 A Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (Piesp), realizada pela Fundação Seade, acompanha os anúncios de investimentos produtivos de empresas veiculados na imprensa, fornecendo informações que auxiliam a identificação de tendências setoriais e regionais da economia paulista.

GRÁFICO 2 – Distribuição relativa dos “investimentos anunciados”. RMs selecionadas. Macrometrópole paulista – 1998-2011



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – Piesp. Tabulações especiais do autor.

Em linhas gerais, a apresentação do breve panorama de inserção econômica da RMBS na macrometrópole mostrou um dos principais condicionantes dos padrões de ocupação e da dinâmica sociodemográfica observados na região em questão na última década. Apesar de sentir mais pronunciadamente os efeitos negativos do processo de reestruturação produtiva, principalmente em termos econômicos e sociais que as demais RMs componentes da Macrometrópole Paulista (CARRIÇO, 2006), a RMBS apresenta sua dinâmica de estruturação metropolitana estreitamente imbricada com a estruturação socioespacial da própria macrometrópole, exercendo um papel peculiar na divisão do trabalho regional.

De fato, a inserção econômica da RMBS na macrometrópole, em especial suas articulações produtivas estabelecidas com as outras RMs, colocam-se como condicionantes para as articulações sociodemográficas observadas, especialmente no que se refere à configuração de um mercado de trabalho inter-regional.

Igualmente, são fatores que influenciam outra ordem de condicionantes sociodemográficos, especificamente o tipo e a intensidade de ocupação observada em determinadas partes de seu território macro e intrametropolitano, nesse caso mediado principalmente pela dinâmica do mercado de terras regional.

Como se pode perceber por meio da Tabela 2, há padrões específicos do tipo e intensidade de ocupação do ambiente construído entre as RMs que constituem a macrometrópole paulista. A partir dos dados da pesquisa de pré-coleta¹⁰ do censo demográfico, pode-se chegar a certas *proxies* das referidas dimensões de análise.

Assim, no que se relaciona à ocupação residencial, é possível perceber que a RMBS e a RMVPLN têm parte significativa de suas ocupações ligadas ao setor do turismo e ao fenômeno da segunda residência. Para o caso específico da Baixada Santista, a proporção de domicílios particulares permanentes destinados ao uso ocasional chega a pouco mais de 30% das unidades visitadas. Além disso, chama atenção a proporção comparativamente superior às demais RMs avaliadas de edificações destinadas ao uso residencial, cujo valor atinge pouco mais de 91%.

TABELA 2 – Edificações visitadas, por espécie. RMs selecionadas. Macrometrópole paulista – 2010

Nível geográfico	Unidades visitadas (%)													Total	
	Domicílio					Uso residencial	Estabelecimento				Edificação em construção	%	N° abs.		
	Particular permanente			Particular improvisado	Coletivo		Agropecuário	De ensino	De saúde	De outras finalidades					
	Ocupado	Fechado	Uso ocasional		Vago	Com morador					Sem morador				
Brasil	69,19	1,10	4,82	7,48	0,13	0,05	0,08	82,85	3,32	0,29	0,20	10,26	3,07	100	81.552.176
São Paulo	72,89	1,33	5,22	6,49	0,07	0,06	0,07	86,12	0,78	0,17	0,23	10,19	2,51	100	17.283.155
Macrometrópole	74,03	1,88	5,23	6,35	0,05	0,06	0,06	87,67	0,10	0,16	0,19	9,81	2,08	100	10.772.183
RMSP	77,26	2,11	1,55	6,40	0,05	0,05	0,04	87,46	0,03	0,16	0,17	10,30	1,87	100	7.672.413
RMBS	33,63	1,87	30,39	5,46	0,05	0,12	0,07	91,59	0,02	0,13	0,15	6,64	1,47	100	950.886
RMC	75,76	1,37	2,97	5,87	0,06	0,08	0,08	86,18	0,18	0,16	0,26	9,98	3,24	100	1.129.910
RMVPLN	66,86	0,67	11,95	7,37	0,06	0,09	0,17	87,16	0,57	0,20	0,26	8,90	2,90	100	1.018.974

Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Com relação ao processo de formação de um mercado de terras macrometropolitano relacionado à desconcentração das atividades econômicas, ao se mapear a taxa de crescimento média anual dos domicílios particulares permanentes no período 2000-2010 (Mapa 2), constata-se, em linhas gerais, a formação de um complexo composto pelos núcleos metropolitanos da RMSP e RMBS, onde se tendeu a apresentar um ritmo de crescimento dos domicílios relativamente menor, com valores inferiores a 1% a.a. para o município de Santos, destacado no referido mapa na cor amarela relativa à categoria que registra os menores valores dentre os municípios considerados.

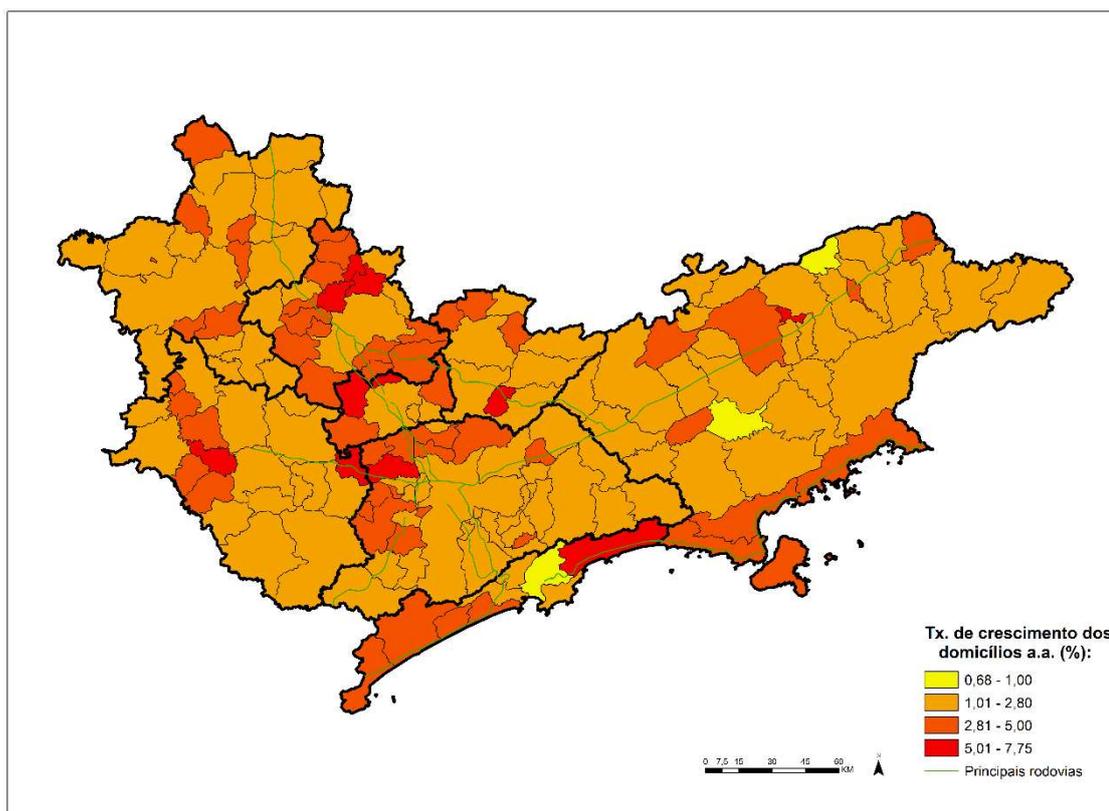
Contudo, os municípios periféricos de todas as unidades regionais que compõem a Macrometrópole Paulista exibiram taxas de crescimentos dos domicílios relativamente mais altas, com valores acima da média de regional de 2,8% a.a. Além disso, percebe-se que as

¹⁰ A pesquisa de pré-coleta procedida anteriormente à realização do censo demográfico permite o levantamento de informações referentes aos endereços que serão ou não abrangidos pela pesquisa censitária (IBGE, 2010). Entre as informações verificadas estão a espécie, o tipo e a situação da edificação situada no endereço visitado, constituindo-se, por conseguinte, uma excelente fonte para se analisar a natureza e a intensidade da ocupação de determinadas áreas.

áreas de maior expansão do número de domicílios tendem a se concentrar ao longo dos principais eixos viários da referida macrometrópole. Tal padrão espacial fica bem marcado nas cercanias do sistema viário Anhanguera-Bandeirantes e pela rodovia Castelo Branco.

De fato, tal seletividade espacial da ocupação ao longo do processo de metropolização expandida, associada à formação da Macrometrópole Paulista, já foi marcada por Lencioni (2015). A autora, apesar de ressaltar a não ocorrência de uma metropolização expandida em eixos, como ocorre no Rio de Janeiro, destaca que a maior densidade de ocupação na macrometrópole tende a ocorrer ao longo dos principais eixos de ligação entre as unidades regionais. Neles estão concentradas as condições gerais de produção que viabilizam a permanência das atividades produtivas nas mesmas e possibilitam a rápida circulação de mercadoria e pessoas ao longo do território.

MAPA 2 – Taxa de crescimento médio anual dos domicílios. Municípios selecionados. Macrometrópole Paulista – 2000/2010



Fonte: IBGE (Dados do universo do Censo Demográfico 2010). Tabulações especiais do autor.

Para além de mostrar apenas um processo de dispersão da urbanização vinculado ao processo de desconcentração das atividades econômicas, as tabelas e ilustrações apresentadas anteriormente pressupõem uma articulação socioespacial entre as diversas unidades regionais que compõem a macrometrópole. Entre os condicionantes dessa

articulação está a própria atividade produtiva, que determina a vigência de fluxos topográficos e topológicos.

Todavia, no que toca especificamente à ocupação do tipo residencial, observa-se outra ordem de condicionantes associados a essa articulação socioespacial. A formação de um mercado de terras entre as regiões metropolitanas que compõem a macrometrópole parece ser uma realidade patente à sua consolidação e que pode explicar o delineamento de algum dos padrões de ocupação vistos no mapa e nas tabelas apresentados anteriormente.

Enquanto elemento empírico ilustrativo do mercado de terras macrometropolitano, apresenta-se a Figura 1, que retrata um slide apresentado na convenção do Secovi-SP de 2012¹¹, onde se expõem aos agentes do mercado imobiliário os motivos de se investir no interior do Estado de São Paulo, fazendo-se referência especificamente à Macrometrópole Paulista. De modo geral, conforme se pode verificar na referida ilustração, são colocados todos condicionantes de algum modo citados anteriormente, que explicam o processo de descontração das atividades econômicas e da ocupação da RMSP para as RMs do interior.

¹¹ Secovi-SP – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo.

FIGURA 1– Ilustração apresentada na “Convenção Secovi 2012”

CONVENÇÃO
SECOVI
2012

MOTIVOS PARA INVESTIR NO INTERIOR

1. Grande potencial de crescimento do mercado imobiliário, em função da demanda habitacional;
2. **Cada vez mais empresas de grande e médio porte estão se deslocando para o interior para aproveitar oportunidades como espaço, infraestrutura, e incentivos governamentais;**
3. Grande quantidade de jovens entrarão no mercado de trabalho nas próximas décadas, gerando impacto no mercado imobiliário;
4. **Redução da taxa de juros e aumento de prazo do financiamento propiciará a inclusão;**
5. Maior disponibilidade de áreas para incorporação e loteamento.
6. **Maior qualidade de vida (segurança, trânsito, etc)**
7. Melhor custo benefício



Fonte: Secovi SP (2012).

Conforme se pôde acompanhar ao longo da presente seção, o processo de metropolização expandida paulista e os processos econômicos e sociais a que se encontra associado agem como um dos principais condicionantes da inserção da RMBS na Macrometrópole Paulista. Suas raízes são tanto históricas, como pôde ser visto na seção anterior, quanto contemporâneas, com a possível formação de um mercado de trabalho e, principalmente, de terras em âmbito macrometropolitano. Como principais consequências da vigência de processos de tal ordem, encontram-se a produção do espaço intraurbano das unidades regionais que compõem a macrometrópole e a dinâmica sociodemográfica à qual o primeiro está vinculado.

Discorrer sobre esses dois últimos processos apenas segundo uma perspectiva endógena, ignorando os condicionantes de ordem exógena, especialmente aqueles ligados à inserção da RMBS na Macrometrópole Paulista, significaria deixar uma lacuna na análise da produção de seu espaço metropolitano e sua dinâmica sociodemográfica. A Baixada Santista, mais do que as outras RMs do interior, possui vínculos históricos de sua regionalização e metropolização com a RMSP. Além disso, apesar de ter sido um espaço relativamente

preterido em relação às outras RMs, no que se refere à desconcentração das atividades econômicas, participa ativamente do processo de desconcentração da ocupação. Apresenta não apenas sua estrutura produtiva, mas também seu mercado de trabalho e de terras vinculado especialmente à RMSP.

De fato, uma série de fatores endógenos à região explica a peculiar maneira pela qual a Baixada Santista vem se inserindo na ordem socioespacial da Macrometrópole Paulista, e como esse processo se expressa na produção de seu espaço intraurbano. É, pois, no sentido de apresentar como o espaço intrametropolitano se encontra configurado e quais os condicionantes endógenos à região que explicam tal configuração que se empreende o próximo item do trabalho.

1.4. A produção do espaço intraurbano da RMBS

A configuração atual do espaço intraurbano da Baixada Santista, conforme já foi apresentado no Item 1.2 do presente trabalho, encontra-se estritamente vinculada ao seu histórico e longo processo de urbanização. Contudo, segundo Carriço (2006, p. 306), a:

Evolução da urbanização da RMBS resultou de um processo em que suas principais atividades econômicas orientaram a ocupação do espaço regional, determinadas pelas transformações econômicas e produtivas concernentes a cada período do capitalismo no Brasil.

Desse modo, ao sofrerem transformações relacionadas ao processo de reestruturação produtiva, ocorrido nas últimas décadas, às atividades econômicas, ao se reconfigurarem, também vêm produzindo mudanças na produção do espaço na RMBS no período em questão. Não somente as atividades econômicas, mas os agentes modeladores do espaço urbano ligados direta ou indiretamente a elas (ex. Estado, incorporadores imobiliários, etc.), também alteram suas práticas espaciais, produzindo câmbios importantes no uso e ocupação do espaço regional, especialmente, na última década.

1.4.1. Os padrões de uso e ocupação do solo urbano

O elevado grau de urbanização parece ser uma das principais peculiaridades da ocupação da RMBS em relação a outras aglomerações urbanas no Brasil. Como se nota na

Tabela 3, a Baixada Santista é a RM brasileira mais urbanizada do país, com valores de 99,59%, em 2000, e 99,79%, em 2010.

No entanto, segundo dados da Agem-Santos (Mapa 3¹²), o uso e ocupação efetiva do solo urbano em 2014 correspondia a apenas 17% da totalidade do território regional. Por sua vez, as áreas de uso e ocupação rural configuram somente 2% do território da RMBS, explicando o elevado grau de urbanização verificado para a região.

De fato, a elevada urbanização predomina na trajetória de ocupação da Baixada Santista, muito em função dos condicionantes geomorfológicos (poucos espaços propícios ao desenvolvimento da agricultura) e da natureza eminentemente urbana das atividades econômicas (portuária, industrial, turismo de veraneio, etc.) que orientaram o processo de ocupação da região.

Essa elevada urbanização da região encontra-se conjugada a um precoce processo de metropolização, o qual, no entanto, não atingiu níveis tão elevados de avanço quanto o de algumas regiões metropolitanas apresentadas na Tabela 3. Efetivamente, de acordo com Carriço e Souza (2015), baseado em Ribeiro et al. (2012), apenas os cinco municípios mais centrais da região (Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e Praia Grande) possuem um nível de integração muito alto, de forma a conformar um complexo urbano-metropolitano. Tal fato, como se pode apreender do estudo de Ribeiro et al. (2012), igualmente ocorre com outras RMs institucionalizadas, todavia, na maior parte delas de forma menos intensa em relação ao observado para a Baixada Santista.

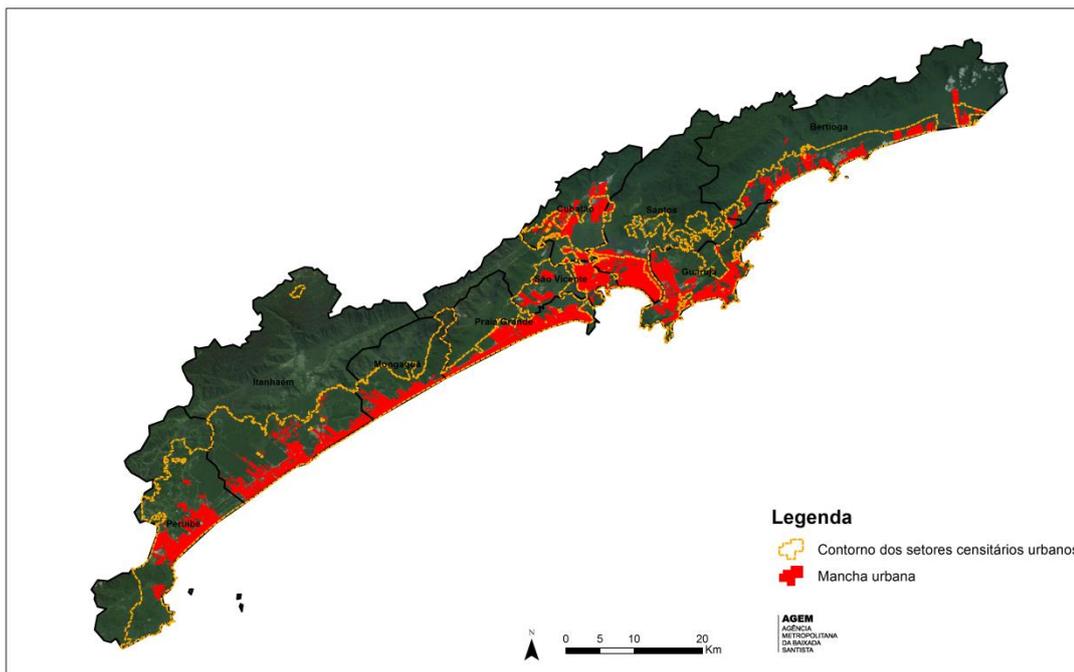
¹² A utilização do termo urbanização de *facto* se refere ao tipo de ocupação efetivamente urbana, ilustrado pela mancha urbana da região. Em contraposição, é apresentada a urbanização de direito representada pelos limites político-institucionais dos setores censitários urbanos. Sabe-se que o urbano não se encerra na contiguidade da mancha urbana, todavia a não sobreposição espacial entre os dois limites considerados mostra as possibilidades de expansão da ocupação urbana na região.

TABELA 3 – Grau de Urbanização. RMs selecionadas. Brasil – 2000 e 2010

2000			2010		
Ordem	RMs	Urbano %	Ordem	RMs	Urbano %
1°	Baixada Santista - SP	99,59	1°	Baixada Santista - SP	99,79
2°	Rio de Janeiro - RJ	99,26	2°	Rio de Janeiro - RJ	99,51
3°	Salvador - BA	98,42	3°	São Paulo - SP	98,86
4°	Goiânia - GO	98,38	4°	Grande Vitória - ES	98,30
5°	Grande Vitória - ES	98,33	5°	Salvador - BA	98,10
6°	Belém - PA	97,73	6°	Goiânia - GO	98,02
7°	Campinas - SP	97,07	7°	Maceió - AL	97,83
8°	Recife - PE	96,92	8°	Belo Horizonte - MG	97,57
9°	Belo Horizonte - MG	96,89	9°	Aracaju - SE	97,45
10°	Maceió - AL	96,56	10°	Campinas - SP	97,43
11°	Fortaleza - CE	96,53	11°	Recife - PE	97,25
12°	Porto Alegre - RS	95,93	12°	Porto Alegre - RS	97,12
13°	São Paulo - SP	95,75	13°	Belém - PA	96,90
14°	Maringá - PR	95,44	14°	Macapá - AP	96,17
15°	Londrina - PR	94,8	15°	Fortaleza - CE	96,11
16°	Curitiba - PR	91,69	16°	Foz do Rio Itajaí - SC	95,89
17°	Florianópolis - SC	90,19	17°	Maringá - PR	95,19
18°	Vale do Aço - MG	88,85	18°	Londrina - PR	95,15
19°	Norte/Nordeste Catarinense - SC	88,14	19°	Manaus - AM	93,81
20°	Natal - RN	87,37	20°	João Pessoa - PB	93,11
21°	Vale do Itajaí - SC	86,55	21°	Vale do Rio Cuiabá - MT	92,48
22°	Grande São Luís - MA	81,95	22°	Curitiba - PR	92,05
23°	Brasil	81,25	23°	Florianópolis - SC	91,99
			24°	Vale do Aço - MG	91,50
			25°	Norte/Nordeste Catarinense - SC	90,58
			26°	Natal - RN	89,97
			27°	Vale do Itajaí - SC	89,54
			28°	Brasil	84,36
			29°	Sudoeste Maranhense - MA	83,56
			30°	Lages - SC	83,23
			31°	Carbonífera - SC	83,14
			32°	Grande São Luís - MA	82,49
			33°	Cariri - CE	78,82
			34°	Chapecó - SC	78,62
			35°	Tubarão - SC	78,61
			36°	Campina Grande - PB	73,88
			37°	Agreste - AL	55,14

Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

MAPA 3 – Setores censitários urbanos e Mancha urbana (1). Municípios selecionados RMBS – 2010- 2014



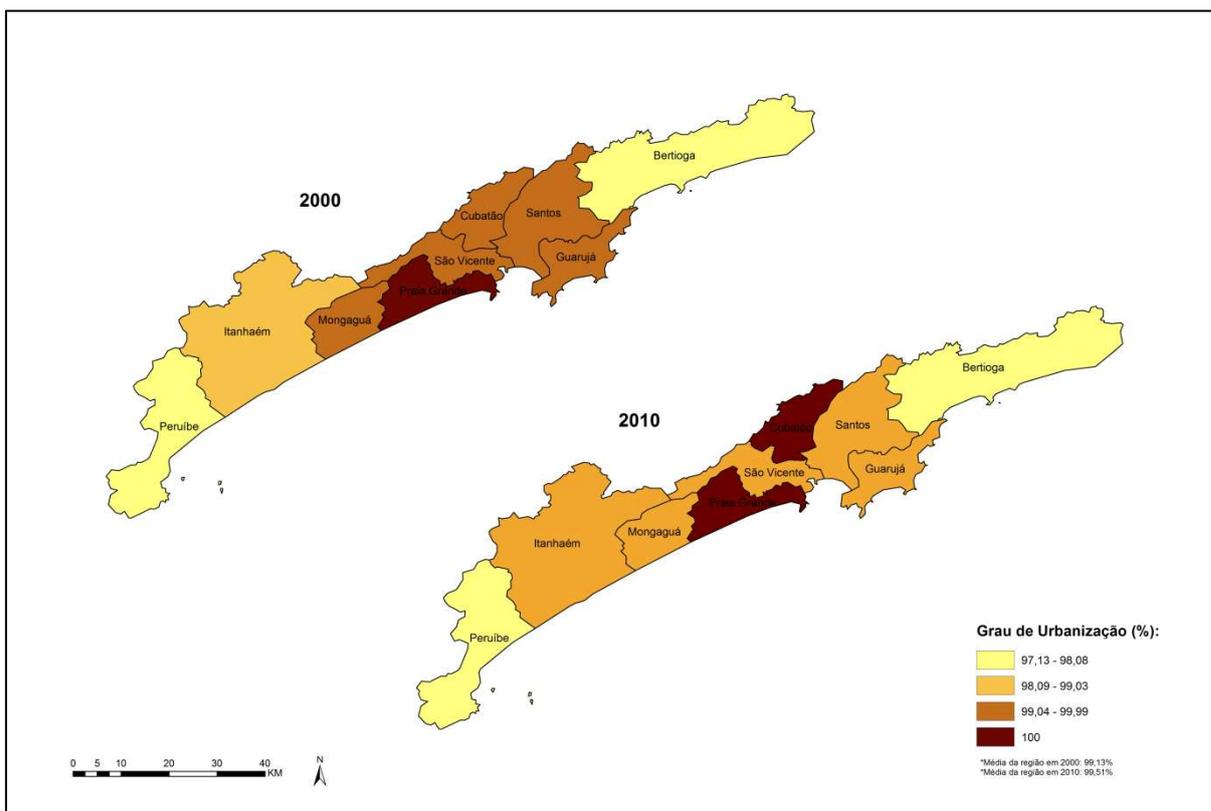
Fonte: Agem (Dados brutos do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico de 2014). Tabulações especiais do autor.

(1) Urbanização *de facto* vs. Urbanização de direito.

Quando se desdobra o indicador “grau de urbanização” por município (Mapa 4) verifica-se, de modo geral, uma convergência entre os valores registrados na totalidade das municipalidades: todas apresentaram números acima de 97%. Em alguns casos, como Cubatão e Praia Grande, este índice atinge 100%. Além dos condicionantes brevemente discutidos anteriormente, tal quadro encontra-se relacionado ao fato de a região apresentar uma extensa área de proteção ambiental, que dificulta uma ocupação extensiva do território.

Os menores graus de urbanização foram registrados para os municípios mais periféricos geograficamente, como Peruíbe e Bertioga, onde justamente se tem um alargamento da planície costeira, viabilizando-se, ainda que de forma incipiente, ocupações e atividades do tipo rural. No caso de Peruíbe, não se podem esquecer suas históricas ligações com a região do Vale do Ribeira e sua tradição na bananicultura.

MAPA 4 – Grau de urbanização. Municípios selecionados. RMBS – 2000/2010



Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Com relação ao ritmo de produção do ambiente construído a ser analisado por meio do Mapa 5, em primeira linha, percebe-se que as áreas rurais tendem a apresentar as maiores intensidades de incremento dos domicílios. Enquanto a média das taxas de crescimento geométrico anual dos domicílios nos setores urbanos é de 2% a.a., nos rurais ela é de 3,6% a.a. De fato, o reduzido volume de domicílios nestas últimas áreas concorre para a ocorrência dos valores sensivelmente maiores, já que, do total de 534.033 domicílios registrados na Baixada Santista em 2010, somente 1.155 localizavam-se nas áreas rurais.

Ao se comparar o Mapa 3 e o Mapa 5, verifica-se que as maiores taxas de crescimento dos domicílios encontram-se nos setores urbanos que não se sobrepõem à mancha urbana, configurando-se como as principais áreas de expansão do ambiente construído. Ressalta-se ainda que tais setores censitários tendem a se apresentar bastante heterogêneos quanto ao seu preenchimento por parte da mancha urbana, sendo, portanto, prudente considerar que as maiores alterações no volume do número de domicílios tenham ocorrido na área compreendida pela mancha urbana.

Apesar das ressalvas metodológicas mencionadas no parágrafo anterior, de maneira geral, consegue-se delimitar, segundo Negreiros (1992), eixos de expansão urbana, indicados pelas setas roxas presentes no Mapa 5. Conforme já descrito anteriormente no Item

1.2., a partir da década de 1970, quando houve a intensificação do processo de metropolização, a evolução da ocupação da região orientou-se segundo três eixos: Santos/São Vicente/Cubatão; Praia Grande; e Guarujá/Bertioga.

O padrão espacial representativo do processo de metropolização expandida paulista (Macrometrópole Paulista) não apresenta sua forma em eixos como verificado por Davidovich (2010) para o caso fluminense. De fato, tende a se expressar espacialmente de forma mais circular, irradiando-se a partir da RMSP, embora se verifiquem maiores densidades nas zonas próximas aos principais eixos de circulação (LENCIONI, 2015). No entanto, o padrão espacial de expansão urbana na RMBS, observado pela unidade de análise dos setores censitários no Mapa 5, parece tender a se apresentar igualmente na forma de eixos de urbanização, condição esta que também poderá ser vista mais à frente no texto, quando se for analisar o crescimento populacional intraurbano.

Na Baixada Santista, todavia, os condicionantes tendem a ser diferentes dos registrados em território fluminense, estando mais vinculados à geomorfologia e restrições ambientais à ocupação que limitam as zonas propícias a novas ocupações às estreitas e compridas planícies paralelas à linha de costa. Não se pode desprezar, entretanto, o papel da localização das principais atividades econômicas da região (indústria e porto), as quais respondem, em grande parte, pela posição do primeiro eixo de expansão considerado ao longo do sistema Anchieta-Imigrantes.

Desse modo, com relação a este último eixo, seu segmento Santos/São Vicente apresenta uma mancha urbana contínua e homogênea, ficando circunscrita à Ilha de São Vicente. Como se pode constatar na janela de *zoom* do Mapa 5 nessa zona registram-se as menores as taxas de crescimento, com valores abaixo da média regional de 2,17% a.a., sendo alguns até mesmo negativos.

De acordo com Carriço (2006), tal eixo apresenta como principal condicionante a saturação em sua ocupação, impossibilitando a ampliação do ambiente construído, sobretudo o de natureza horizontal. Além disso, outros condicionantes vinculados à dinâmica do mercado imobiliário, a serem mais explorados no próximo item do trabalho, explicam também as mudanças nos padrões de ocupação observados, especialmente aquelas que resultam nos valores negativos verificados.

Esse primeiro eixo de expansão, contudo, ainda se mantém ativo em seu vetor noroeste – São Vicente/Cubatão (já fora da Ilha de São Vicente) –, situado ao longo da Via Anchieta e da Via Imigrantes e caracterizado pela presença do complexo industrial de Cubatão, assim como pela intensa incidência de conjuntos habitacionais. Nesse caso,

destacam-se as "zonas das cotas" de Cubatão, localizadas ao longo das pistas norte e sul do trecho de serra da Via Anchieta, cujos setores censitários correspondentes chegam a exibir crescimento acima de 10% a.a.

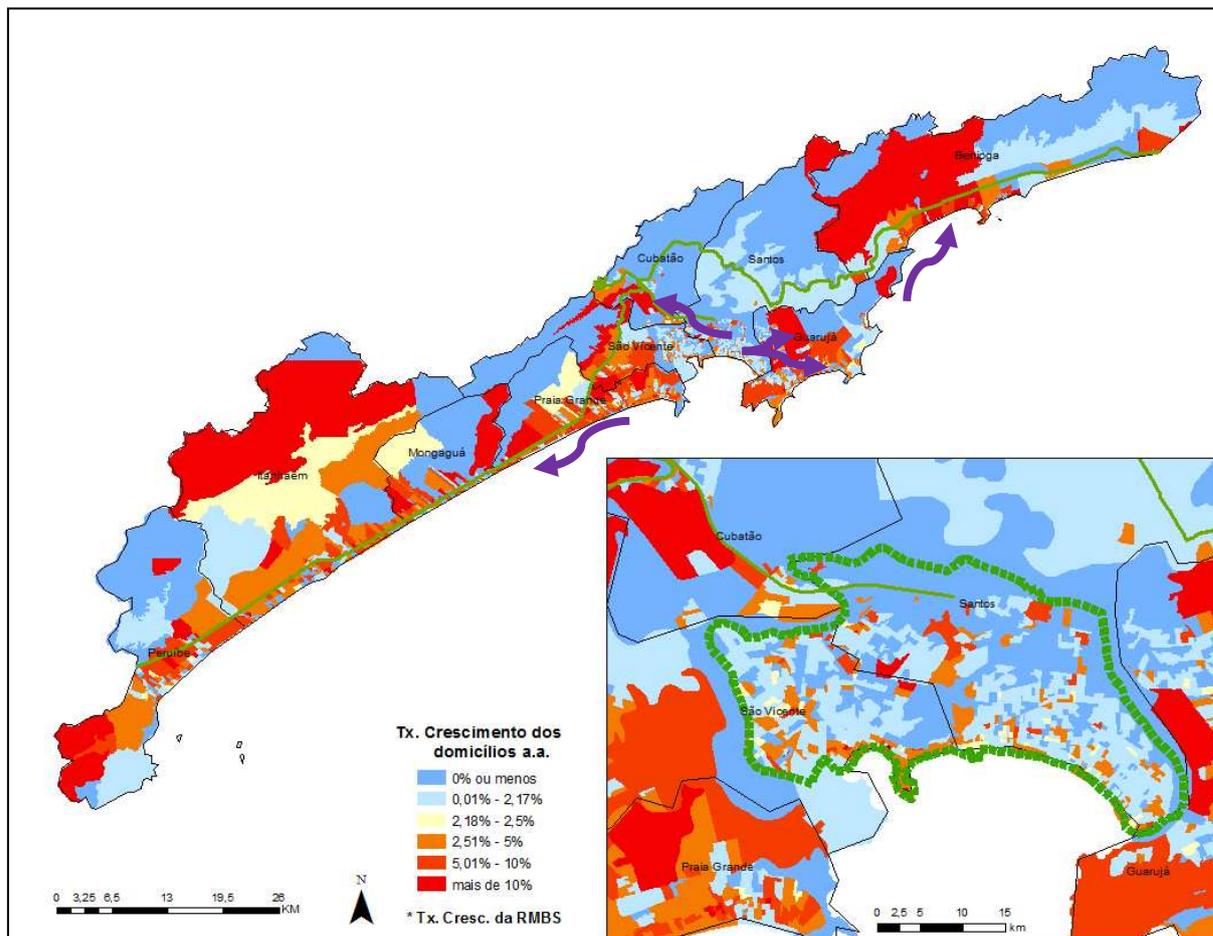
O segundo vetor de expansão dirige-se à Praia Grande, sendo marcado principalmente pelo processo de redistribuição espacial da população de Santos e São Vicente, assim como, pelo processo de metropolização expandida paulista, aspecto a ser mais bem desenvolvido mais adiante neste estudo. Pelo Mapa 5, percebe-se que neste eixo é onde se concentra a maior quantidade de setores censitários com crescimento de domicílio elevado registrando valores médios em torno de 4% a.a. Inicia-se na zona continental de São Vicente, passando pela zona Leste de Praia Grande, estendendo-se em uma mancha contínua e cada vez mais limdeira à linha de costa até Mongaguá.

Para o terceiro eixo de expansão – Guarujá/Bertioga – ressalta-se a existência de três frentes: o distrito de Vicente de Carvalho, a orla do Guarujá e a orla de Bertioga. Em Vicente de Carvalho, verifica-se que a zona de ocupação mais antiga, próxima à margem esquerda do Porto de Santos, encontra-se relativamente saturada em termos de ocupação urbana, apresentando crescimento dos domicílios abaixo da média regional (em torno de 0,7% a.a.). Todavia, nos setores que abrangem os assentamentos precários e favelas junto ao porto e ao estuário, os valores são relativamente altos, acima de 10% a.a.

Na frente relativa ao litoral do município do Guarujá, observam-se nos setores censitários imediatamente adjacentes à orla marítima de Pitangueiras e da Enseada as mesmas tendências constatadas para Santos. O crescimento do número de domicílios não é tão alto, ficando, na maior parte dos casos, abaixo dos valores considerados para a RMBS como um todo. No entanto, nos setores censitários mais recuados da orla, os quais congregam o setor de morros do município, o valor do indicador considerado tende a novamente a crescer atingindo até 10% a.a.

Por fim, na frente de expansão urbana de Bertioga, verifica-se um ritmo de crescimento intenso por toda a extensão da mancha urbana do município. O adensamento da zona representada pelo intenso ritmo de crescimento dos domicílios pode ser visto tanto nas áreas próximas ao mar, quanto nas mais recuadas, atravessando a rodovia Rio-Santos em direção à serra. Segue-se, portanto, o mesmo padrão de crescimento dos domicílios do litoral sul, ainda que os padrões de urbanização sejam diferentes, conforme poderá ser visto mais à frente.

MAPA 5 – Taxas médias geométricas anuais de crescimento dos domicílios. Setores censitários selecionados. RMBS – 2000-2010



Fonte: IBGE (Dados do universo do Censo Demográfico 2010). Tabulações especiais do autor.

Uma vez apresentada de forma detalhada a intensidade da expansão do ambiente construído na Baixada Santista, a partir da dinâmica de crescimento das edificações destinadas ao fim residencial no período 2000/2010, passa-se a qualificar tal expansão por meio do indicador “espécie da edificação” cujos valores são apresentados na Tabela 4.

Esses dados permitem identificar as diferentes categorias de espécie do domicílio em cada município que compõe a RMBS. Se o papel da atividade do turismo e do fenômeno da segunda residência marcou a espécie predominante de domicílio da região como um todo, constatam-se importantes diferenciais entre os municípios. Isso porque, justamente nos municípios onde se situam as principais frentes de expansão urbana são registradas as maiores participações relativas dos domicílios de uso ocasional. Quanto a estas características, destaca-se Bertioga, que apresenta quase 60% dos domicílios nesta situação; seguem em magnitude os municípios de Mongaguá, Itanhaém e Praia Grande, no litoral, que apresentam percentuais de 55,7%, 49,26% e 46,66%, respectivamente.

Por sua vez, os municípios que compõem o *core* metropolitano são aqueles que possuem o maior percentual de domicílios permanentemente ocupados. No grupo em questão, podem ser destacados Santos, São Vicente e Cubatão, com valores acima de 70% para a categoria considerada.

TABELA 4 – Edificações, por espécie. Municípios selecionados. RMBS – 2010

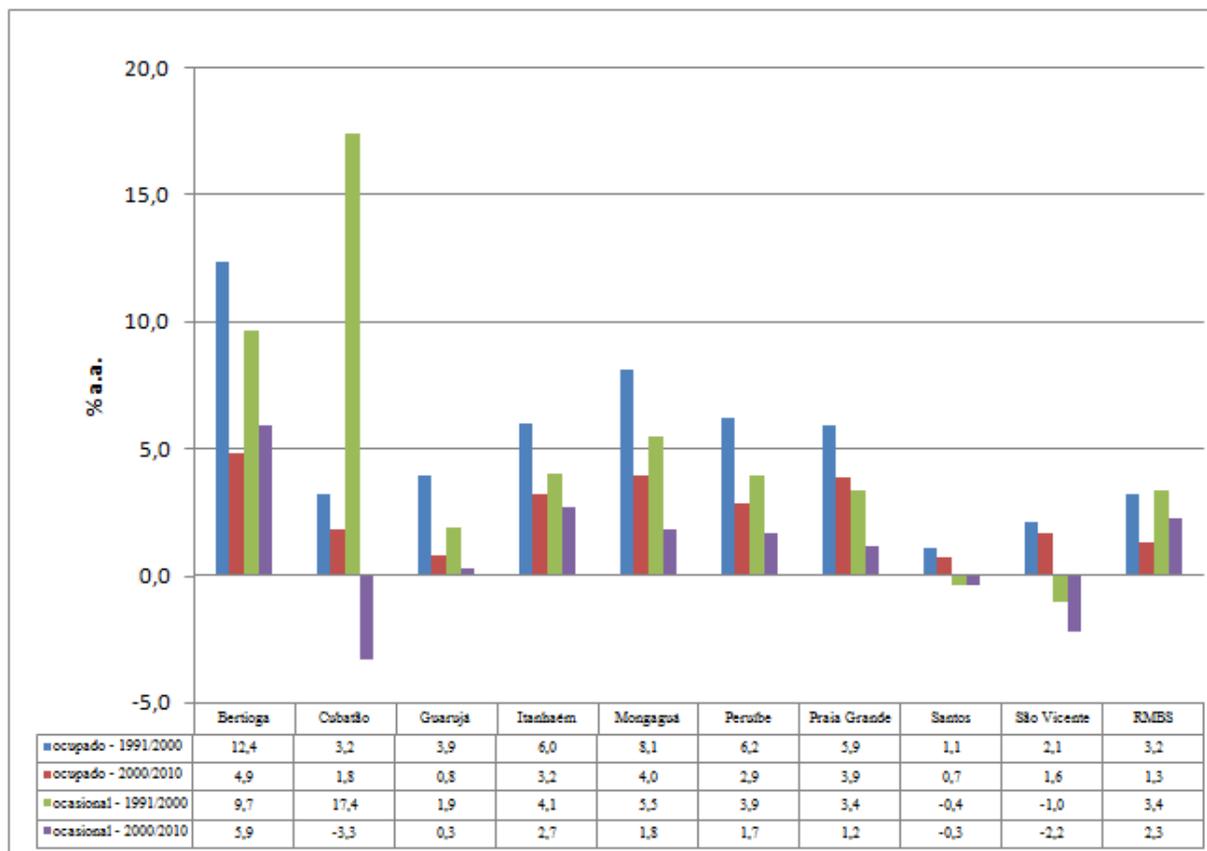
Municípios	Unidades visitadas (%)											Total		
	Domicílio					Estabelecimento				Edificação em construção	%	Nº abs.		
	Particular permanente				Particular improvisado	Coletivo		Agropecuário	De ensino				De saúde	De outras finalidades
	Ocupado	Fechado	Uso ocasional	Vago		Com morador	Sem morador							
Bertioga	29,19	1,05	58,00	4,71	0,09	0,07	0,16	0,00	0,08	0,10	4,34	2,21	100,00	48.068
Cubatão	82,36	1,55	0,50	4,98	0,06	0,11	0,08	0,00	0,19	0,19	8,64	1,33	100,00	43.457
Guarujá	52,17	4,33	30,81	4,02	0,05	0,03	0,07	0,00	0,11	0,11	6,92	1,39	100,00	150.406
Itanhaém	37,79	0,03	46,66	5,27	0,05	0,04	0,09	0,05	0,10	0,10	6,19	3,64	100,00	74.699
Mongaguá	32,08	0,00	55,70	4,09	0,02	0,05	0,04	0,27	0,12	0,08	5,65	1,90	100,00	45.473
Peruibe	42,67	0,00	39,27	6,69	0,05	0,10	0,15	0,06	0,14	0,13	8,05	2,69	100,00	45.164
Praia Grande	37,87	1,31	49,26	5,41	0,03	0,02	0,04	0,00	0,06	0,06	4,77	1,17	100,00	212.988
Santos	71,95	2,01	10,27	6,19	0,06	0,05	0,07	0,00	0,19	0,33	8,36	0,51	100,00	195.532
São Vicente	72,76	2,52	8,59	6,68	0,05	0,55	0,03	0,01	0,18	0,13	7,06	1,46	100,00	135.099

Fonte: IBGE (Dados do universo do Censo Demográfico 2010). Tabulações especiais do autor.

Ressalta-se que Praia Grande, principal frente de expansão metropolitana (Gráfico 3), apresentou, tanto no período 1991-2000 quanto 2000-2010, taxas de crescimento dos domicílios particulares permanentes ocupados sensivelmente maiores do que aquelas referentes aos destinados ao uso ocasional. Desdobra-se, a partir do resultado considerado, que, aos poucos, este município está deixando de ser uma estância-balneária da população da RMSP e do Interior, para ser, de fato, uma frente de expansão metropolitana vinculada, conforme será visto mais à frente, ao crescimento populacional da própria RMBS, assim como da RMSP. O referido quadro igualmente pode ser visto, ainda que envolvendo um volume de domicílios menor, nos demais municípios do litoral sul.

Por sua vez, o município de Bertioga foi o único da região que registrou uma dinâmica inversa. No período 2000/2010, em particular, a taxa de crescimento para os domicílios ocupados foi de 4,9% a.a., enquanto para aqueles de uso ocasional foi de 5,9% a.a., confirmando a tendência apontada por Carriço (2006) que rotulava este município como a principal frente de expansão regional do turismo e do fenômeno da segunda residência, utilizando-se para isso do padrão loteamento/condomínio fechado, tendência que parece estender-se até o litoral norte.

GRÁFICO 3 – Taxas médias geométricas anuais de crescimento dos domicílios particulares permanentes ocupados e de uso ocasional¹³. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010



Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

A visualização dos dados através de uma unidade espacial de análise intramunicipal, propiciada pela apresentação do quesito de espécie de domicílio por setor censitário em uma superfície contínua¹⁴ para o ano de 2010 (Mapa 6), possibilitou verificar que os domicílios particulares permanentes de uso ocasional tendem a se concentrar nas zonas mais próximas à orla. No caso de Bertioga, em particular, alguns setores censitários chegaram a registrar todos os domicílios com destinação ao uso ocasional.

¹³ Os valores de 17,4% a.a. (1991-2000) e -3,3% a.a. (2000-2010) de crescimento dos domicílios de uso ocasional registrados para o município de Cubatão, tendem a chamar atenção, em um primeiro momento, considerando que, reconhecidamente, esta cidade não é uma estância-balneário como as demais da Baixada Santista. Ressalta-se que o estoque relativamente reduzido de domicílios, da ordem de pouco mais de 300 em 2000, contribua para o quadro descrito anteriormente, já que pequenas variações, nesses casos, tendem a se repercutir em altos valores das taxas de crescimento, sem que, de fato, tenham alguma significância para o processo de ocupação do território do município em questão.

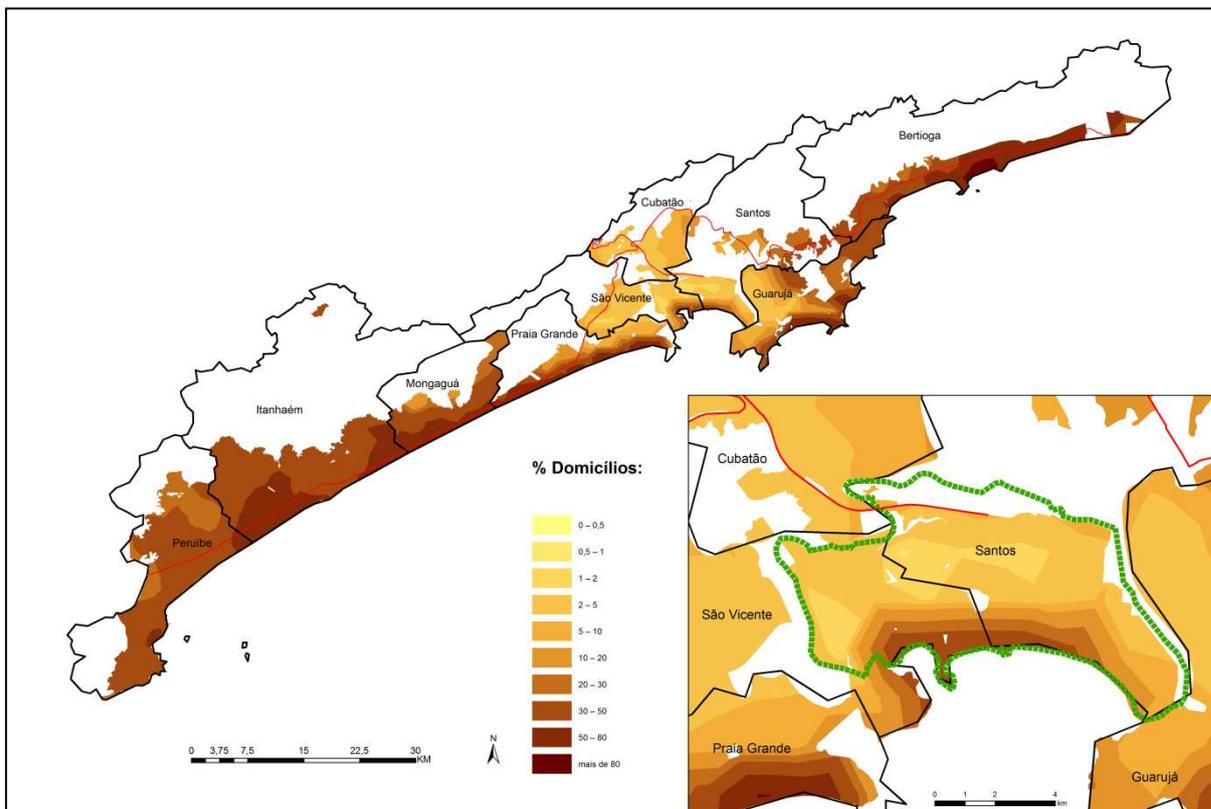
¹⁴ A interpolação dos dados por meio da técnica da *krigagem* permite a representação espacial de dados originalmente apresentados de forma discreta nos mapas (a unidade espacial de análise assume um valor único para a variável considerada) em uma superfície contínua. Dessa forma, os valores intermediários dos dados são preservados, sendo o resultado final um *dégradé* de dados mais suavizados, minimizando os contrastes entre unidades espaciais de análises, e enfatizando as maiores concentrações espaciais de alguma variável. Com isso, consegue-se uma representação mais fiel à realidade dos fenômenos sociais analisados quando considerados em sua manifestação espacial.

Desse modo, o fator amenidade natural, propiciado pelo mar, explica o padrão espacial verificado. Até mesmo nos municípios litorâneos que apresentaram pouca representatividade de domicílios com uso destinado para tal fim – situações como a de Santos e São Vicente – verifica-se, através da janela de zoom do mapa em questão, que nas faixas imediatamente litorâneas à orla marítima concentram-se domicílios da espécie considerada.

Não por acaso, conforme foi observado no trabalho de Carriço e Barros (2015), essas são áreas mais dinâmicas com relação à atuação do mercado imobiliário destinado às classes mais abastadas. É onde, efetivamente, nas últimas décadas, percebeu-se a construção de mais edificações, processo este possibilitado pela instituição de uma legislação urbanística específica voltada a entender os interesses do mercado imobiliário e que será discutida mais detalhadamente na próxima seção.

Como se pôde notar no Mapa 5, o processo ressaltado no parágrafo anterior não possui uma contrapartida no número de domicílios, visto que, de acordo com Carriço e Barros (2015), a tipologia de domicílios mais comum corresponde a um menor número de unidades domiciliares por edificação, privilegiando-se o aproveitamento de espaço das áreas de uso comum. Tal padrão de ocupação explica o fato dessas áreas acusarem, em muitos de seus setores censitários, crescimento negativo do número de domicílios.

MAPA 6 – Percentagem de domicílios particulares permanentes de uso ocasional. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2010



Fonte: IBGE (Dados do universo do Censo Demográfico 2010). Tabulações especiais do autor.

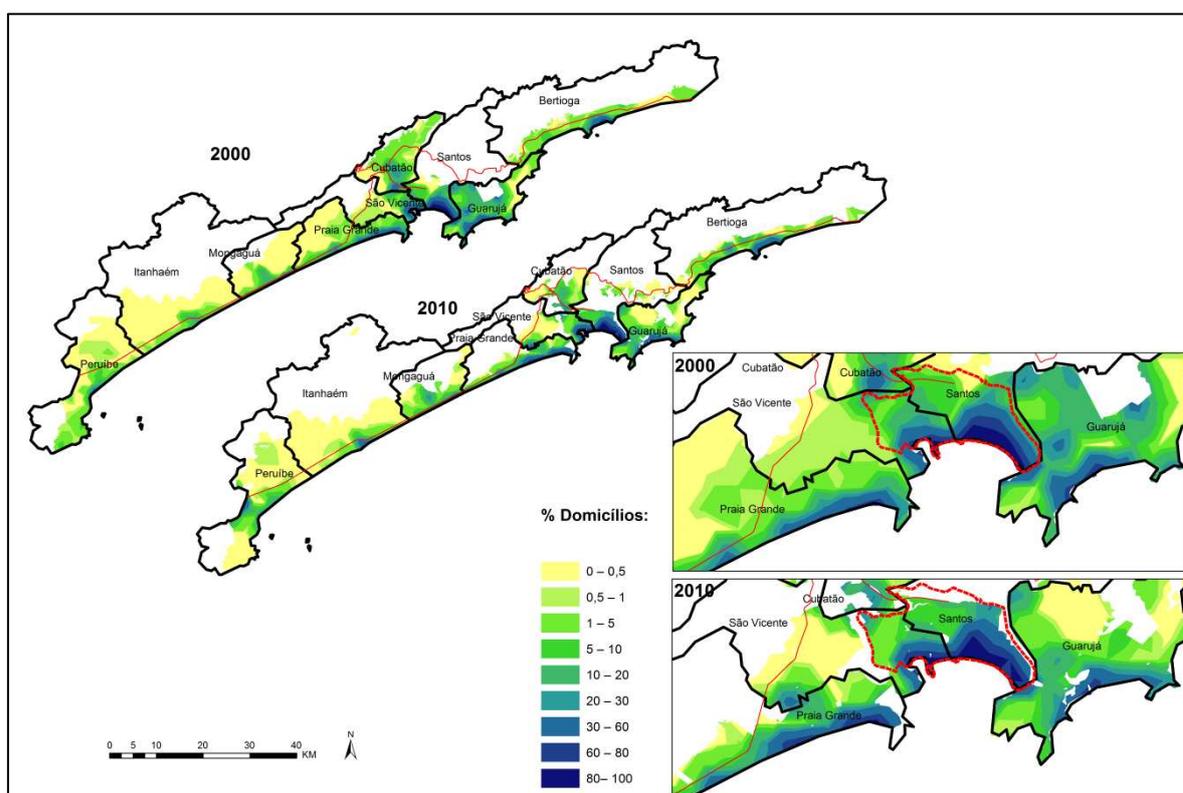
Ademais, percebe-se certa correlação espacial entre os domicílios de uso ocasional e aqueles do tipo apartamento. Isso porque, as moradias com tais características tendem a se concentrar nas zonas próximas ao litoral. Elas adquiriram peso relativo na região, sendo que, mesmo em suas áreas mais periféricas, observou-se ganho de representatividade. De fato, de acordo com os dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, o grau de verticalização da região subiu por volta de 14% em 2000 para 17% em 2010.

Com relação à região como um todo, observa-se que a verticalização é maior ao longo da linha de costa, diminuindo sua intensidade gradativamente à medida que se afasta da orla (Mapa 7). Em Santos, particularmente, em razão da saturação da ocupação horizontal da área insular e, de acordo com Seabra (1979), de um histórico de legislações urbanísticas propícias ao máximo aproveitamento do solo urbano, verifica-se que a presença dos domicílios do tipo apartamento é mais frequente, não ficando restrita apenas à orla. Embora com menor intensidade, os demais municípios do *core* metropolitano, à exceção de Cubatão, seguem a mesma lógica de ocupação do espaço.

Todavia, conforme se pode observar no mapa, o padrão de ocupação do norte do município do Guarujá e da maior parte de Bertioga tende a ser mais horizontalizado, baseado

no binômio condomínio/loteamento fechado de casas, voltado aos grupos sociais mais abastados e ao fenômeno da segunda residência (CARRIÇO, 2006). A exceção fica por conta da zona delimitada pelo residencial Riviera de San Lourenço, onde o gabarito das edificações é maior, o que pode ser percebido nos mapas, por meio de uma mancha indicativa de maior concentração de domicílios do tipo apartamento situada no meio de seu território.

MAPA 7 – Percentual de domicílios do tipo apartamento. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2010



Fonte: FIBGE (Dados do universo do Censo Demográfico 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Apresentada, em linhas gerais, a configuração da ocupação do solo voltado predominantemente a uso residencial na Baixada Santista na última década, empreende-se a seguir uma breve análise de seus condicionantes. Se a produção do ambiente construído, conforme se verá mais à frente, apresenta correlação com a dinâmica sociodemográfica regional, os condicionantes relativos à produção do espaço igualmente apresentam suas contrapartidas populacionais (CUNHA, 1994). Mais do que isso, não somente influenciam os volumes e do perfil da população que reside em cada parte do território da RMBS, mas também, quantos e quem migram, de onde para onde. Ademais, tem implicações sobre quais grupos sociais vão residir em que segmentos do território, mais ou menos valorizados pelo

mercado imobiliário, configurando, por conseguinte, o espaço segregado que se pode ver na atualidade.

1.4.2. Os condicionantes¹⁵

A produção do espaço na Baixada Santista possui inúmeros condicionantes, especialmente quando analisada em sua profundidade histórica. Considerá-los em toda a sua complexidade não se coloca enquanto propósito da presente seção, tendo em vista que este não se constitui o intuito principal do presente trabalho. Todavia, ao se consultar a literatura sobre o tema, percebe-se que determinada ordem de condicionantes tende a possuir maior ou menor influência na dinâmica de produção do espaço, a depender do período e área que se considera. No caso da RMBS, parece que a localização das atividades econômicas, a ação do Estado mediante legislações urbanísticas e ambientais, e a atuação do mercado imobiliário vêm sendo os principais condicionantes para a delimitação da forma, função e estrutura assumida pela ocupação residencial nos últimos anos.

Mais do que isso, conforme pôde ser visto nas seções anteriores, no passado, a localização das atividades econômicas, especialmente aquelas ligadas à indústria e ao porto, agiram enquanto os principais condicionantes da ocupação da região, seja diretamente por meio da reserva de largas parcelas do espaço metropolitano que foram direcionadas aos seus respectivos usos, seja de forma induzida, por intermédio da expansão do ambiente construído voltado ao uso residencial, associado à atração do grande contingente populacional atraído pelo mercado de trabalho criado direta e indiretamente pelas atividades econômicas.

No entanto, atualmente as práticas espaciais dos agentes modeladores do espaço urbano vinculados à dinâmica imobiliária parecem exercer o protagonismo na configuração da ocupação do espaço metropolitano da Baixada Santista. Neste tocante, o Estado, por meio de sua ação direta, de sua omissão ou leniência no que tange ao disciplinamento dos padrões de ocupação do solo através das legislações urbanísticas apresenta-se como importante instrumento do capital imobiliário para modelar o espaço regional segundo seus interesses.

Carrico (2002) corrobora tal perspectiva de análise ao afirmar que para a Baixada Santista a questão relevante no que se relaciona à produção do espaço é a seletividade espacial quanto à aplicação da legislação de controle do uso dos territórios dos municípios. Enquanto

¹⁵ O uso do termo “condicionantes” é uma escolha, considerando que os fatores analisados condicionam, mas não determinam de fato a produção espaço urbano, tampouco suas contrapartidas sociodemográficas, como a migração.

as áreas com maior oferta de infraestrutura são rigidamente disciplinadas pelas legislações urbanísticas, nas zonas periféricas desprovidas de equipamentos de infraestrutura, e por isso desprezadas pelo mercado imobiliário voltado às classes mais abastadas, o nível de regulamentação era sensivelmente inferior. Afinal de contas, era necessário “blindar” as melhores localizações da região em relação aos grupos sociais menos abastados, reservando-as às elites locais, no caso dos domicílios permanentes, ou, às elites do planalto, no caso dos domicílios de uso ocasional ou dos estabelecimentos voltados ao turismo.

Evidentemente, o papel do Estado a serviço das elites imobiliárias não é absoluto, considerando sua ação no provimento de habitação popular, principalmente através do Programa “Minha Casa, Minha Vida” nos últimos anos. Mesmo a legislação ambiental, ainda que muitas vezes leniente com a ação do capital imobiliário, mostra-se relativamente rigorosa na Baixada Santista, restringindo 73,5% de seu território total a qualquer tipo de ocupação.

Assim sendo, analisam-se mais detalhadamente as legislações urbanísticas que diretamente influenciaram, nos anos 2000, a produção do espaço de Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Praia Grande e Bertioga (sejam aquelas pretéritas ou, em vigor, no período). Tais municípios, conforme pôde ser visto no item anterior, participam mais ativamente, seja do processo de metropolização vivenciado pela região nos últimos anos (cinco primeiros municípios citados), seja de sua expansão urbana (Bertioga).

No caso de Santos, especificamente, o conjunto de legislações urbanísticas instituídas no final da década de 1960¹⁶ aparenta ter sido um dos principais condicionantes para a configuração do ambiente construído observado no começo dos anos 2000. Tinham como aspecto mais proeminente sua perspectiva funcionalista, delimitando normativamente uma divisão econômica e social do espaço do território insular santista. Isso porque, instituía zonas de ocupação claramente voltadas ao uso residencial destinado aos grupos sociais de mais alta renda (zona turística e zona residencial) e ao uso residencial destinado ao público popular (zona residencial noroeste).

Em função da exiguidade de espaços onde se delimitavam as melhores localizações e do conflito pelo uso e ocupação do território com as atividades portuárias, a legislação urbanística em questão foi fundamental para reservar um espaço às elites na Ilha de São Vicente. Para tanto, os parâmetros urbanísticos utilizados para disciplinar a ocupação de cada zona foram determinados na medida certa para selecionar o grupo social que teria

¹⁶ A Lei nº 3.529, de 16 de abril de 1968 – Plano Diretor Físico do Município; a Lei nº 3.530, de 16 de abril de 1968 – Código de Edificações do Município de Santos; a Lei nº 3.531, de 16 de abril de 1968 – Código de Posturas do Município de Santos e a Lei nº 3.533, de 16 de abril de 1968 – Normas Ordenadoras e Disciplinadoras da Urbanização e da Preservação da Paisagem Natural dos Morros de Santos.

condições de atendê-los, assim como, qual a espécie de construção (residencial, comercial, portuário e industrial) seria tolerada.

De acordo com Carriço (2002), nas zonas residencial e turística, além da já mencionada rigidez nos parâmetros urbanísticos, notabilizou-se o alto adensamento admitido, pelo qual era autorizado edificar até seis e cinco vezes a área do lote. Esses índices permitiram a fixação de um adensamento da ocupação bastante alto mesmo em relação às demais cidades litorâneas do país, consolidando a zona leste de Santos como uma das áreas mais populosas da cidade. Além disso, para atender as necessidades de reprodução social e econômica das elites que residiam nessa área, que a princípio teriam de se deslocar ao centro de Santos para tal fim, permitiu-se o uso comercial nas zonas originalmente destinadas apenas ao uso residencial. Por sua vez, no setor noroeste (retaguarda da Ilha de São Vicente), além dos parâmetros urbanísticos mais permissivos, induzindo os grupos sociais de menor status socioeconômicos a residir nessa área, a legislação foi mais permissiva no que se refere aos conflitos de uso e ocupação do solo com as atividades portuárias (uso misto), admitindo-se os inconvenientes da convivência diária com tais tipos de uso, entre eles o tráfego pesado, ruídos, poluição atmosférica, etc.

A Lei complementar nº 312/98 (Plano Diretor de 1998) introduziu mudanças significativas à legislação urbanística, que estava em vigor por longos 20 anos. Todavia, elas não produziram alterações com relação à lógica de produção do espaço "elitista" em vigor até então. Ainda que apresentassem instrumentos de política urbana de natureza redistributiva¹⁷ os principais parâmetros urbanísticos apenas realçaram as possibilidades de lucro e extração de renda da terra por parte dos agentes imobiliários.

De fato, não se pode deixar de contextualizar tal momento ao processo de reestruturação produtiva vivido no período (já discutido anteriormente) em que largas parcelas do capital produtivo são redirecionadas a produzir lucros e rendas justamente no setor imobiliário (HARVEY, 2011). Se efetivamente não se produziu um processo de reestruturação urbana na área insular de Santos, novas localizações precisavam ser produzidas no saturado território deste município.

Em termos práticos, a legislação urbanística em questão atendeu às novas demandas do capital imobiliário, visto que, conforme apontado por Carriço (2011), ela tendeu a ser por demais permissiva, justamente, nos parâmetros que possibilitaram a produção de novas localizações e inovações do produto imobiliário. Nas saturadas áreas próximas à orla

¹⁷ A legislação em questão introduziu mecanismos equivalentes à outorga onerosa do direito de construir, institucionalizados alguns anos após com a promulgação do Estatuto das Cidades.

(zona da orla), a lei foi omissa com relação ao limite de gabarito das edificações, permitindo a produção de novas unidades habitacionais em patamares de altura jamais vistos até então. Por sua vez, verificou-se um aumento do potencial construtivo em áreas ainda não valorizadas pelo mercado imobiliário voltado à média e alta renda, como na zona intermediária entre a zona da orla e o centro de Santos. Além disso, ao não prever, no cômputo da área construída, as áreas comuns das edificações (circulação, estacionamento, etc.), possibilitou a introdução de inovações tipológicas nas edificações, como, por exemplo, a maior oferta de infraestrutura de lazer privativa nas edificações erguidas.

Ademais, das implicações ambientais apontadas por Carriço (2011), a lógica de produção do espaço descrita nos últimos parágrafos produziu consequências sociodemográficas substanciais que explicam, até certo ponto, a dinâmica observada para a Baixada Santista como um todo¹⁸. Isso porque, segundo a leitura do mesmo autor baseado em Meyer, a supervalorização dos bairros da orla — que pode ser observada minuciosamente no Mapa 8 — tende a produzir cada vez mais seletividade no que se relaciona a quais grupos sociais poderão residir naquele espaço.

De fato, ao se analisar detalhadamente os valores do metro quadrado praticados na zona leste de Santos em comparação ao setor noroeste e à zona de morros, em alguns casos, verifica-se que os preços dos primeiros chegam a corresponder a pouco mais de cem vezes os dos últimos. Em uma situação hipotética, considerando que a renda média de um responsável por domicílio situado no setor noroeste era de R\$1.100,00, em 2010, quitar um imóvel de 50 metros quadrados na zona leste de Santos¹⁹, dispendendo 30% de sua renda mensalmente para tal fim, levaria quase 140 anos.

Tal quadro ilustra a inacessibilidade para o uso residencial permanente dos grupos sociais menos abastados de Santos a uma extensa porção de seu território. Mais que do isso, em muitos casos, tende-se a condicionar o valor de uso dos imóveis a seus valores de troca, levando à ociosidade de um grande estoque de domicílios nessa área, no sentido de produzir reservas de mercado. Além disso, não se pode esquecer que também se tem o uso dos imóveis para a segunda residência, fenômeno que gera outro grande estoque de domicílios semiciosos.

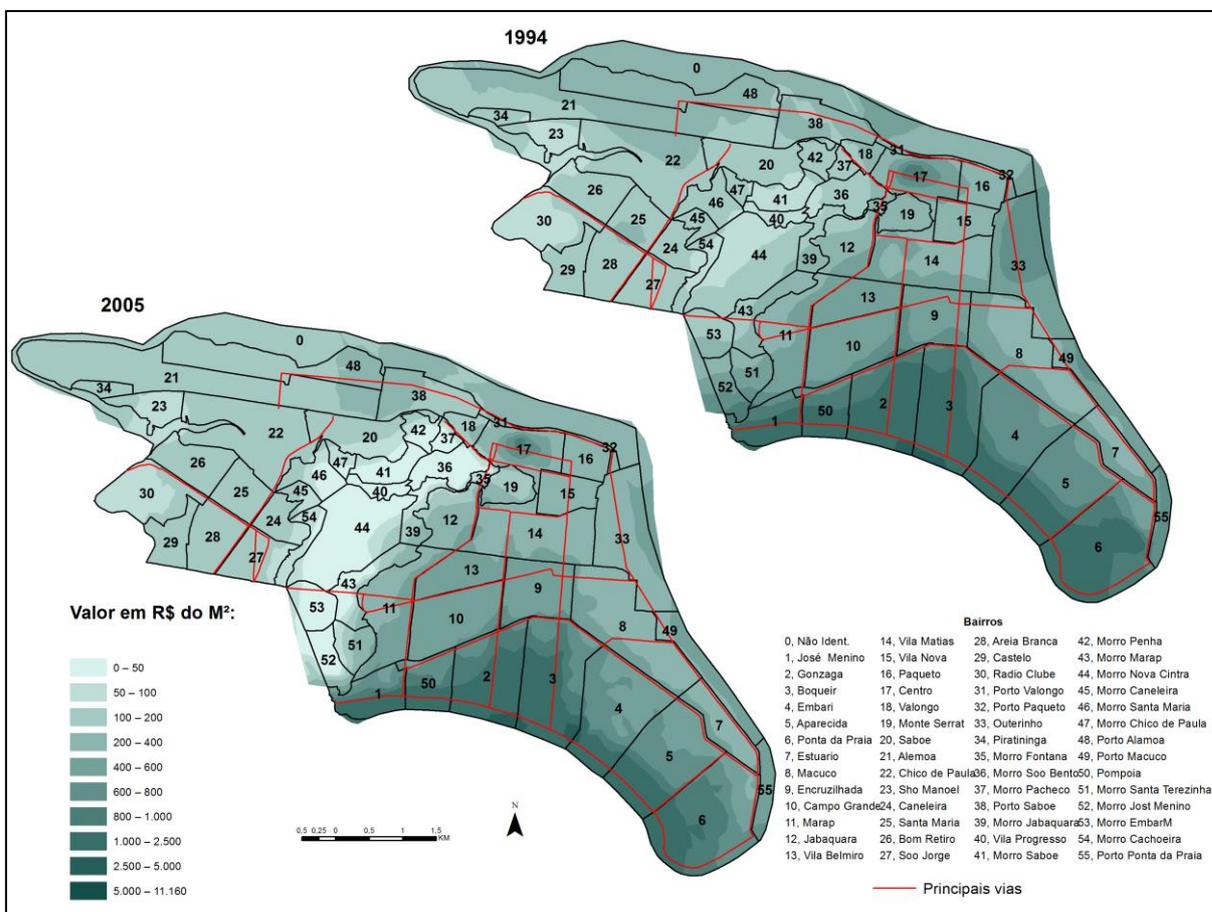
Essas pressões imobiliárias, conjugadas à falta de espaço para novas ocupações na Ilha de São Vicente, ainda de acordo com Jakob (2003) e Carriço (2011), conduziram ao que

¹⁸ Nas próximas seções do trabalho tais consequências, enxergadas enquanto contrapartidas sociodemográficas, poderão ser vistas com mais detalhamento.

¹⁹ Considerou-se o valor nominal de 11.000 reais por metro quadrado praticado em algumas quadras dos bairros do Boqueirão e Gonzaga, em 2005.

Meyer denominou “efeito bilhar”. Tal aumento na seletividade do acesso de determinados grupos sociais aos bairros da orla seria repercutido para as demais partes de seu território, mesmo para aquelas até então desprezadas, o setor noroeste de Santos. Esse processo correria a tal ponto que até mesmo os grupos populacionais situados na base da pirâmide social seriam induzidos a emigrar de Santos, já que não encontrariam outras alternativas habitacionais em seu território insular.

MAPA 8 – Gradientes do preço do solo urbano. Bairros e setores censitários selecionados. Santos/SP (área insular) – 1994-2005



Fonte: Prefeitura Municipal de Santos. Diário Oficial de Santos. Planta de Valores Venais.

1994 (1) e 2005 (1) Valores deflacionados através da aplicação do INPC (IBGE/SNIPC), segundo valores reais de 2005.

Não se pode esquecer que por detrás do conjunto das legislações urbanísticas que tanto influenciam a produção do espaço há a ação política de agentes e grupos sociais que pautam suas práticas no sentido de adequar tais leis segundo uma ordem de interesses que visam prioritariamente atender sua reprodução econômica e social (LEFEBVRE, 1976)²⁰. Ainda segundo Carriço (2002), em Santos, a lógica seguida não foi muito diferente, tendo em

²⁰ Original de 1972.

vista que no bojo da instituição das legislações urbanísticas de 1968 foi criado o Conselho Consultivo do Plano Diretor (COPLAN) que, após 1998, foi transformado em Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU).

Composto majoritariamente por membros da elite, tornou-se um espaço influenciado por este grupo social, que chegou até mesmo a controlar "o aparato técnico de planejamento e a classe política da cidade, de forma a legislar em benefício próprio". (CARRIÇO, 2002, p. 156). Em outra obra, o mesmo autor corrobora tal discussão ao afirmar que há um vínculo estreito entre segregação socioespacial e a produção do espaço urbano segundo os interesses das elites. Nesse contexto, o estabelecimento das regulamentações urbanísticas de acordo com os ditames do último grupo social somente ocorre em função da força sociopolítica dos empresários do ramo imobiliário os quais pressionam, com sucesso, autoridades municipais, técnicos do setor e a imprensa (CARRIÇO, 2011).

Com relação à legislação urbanística dos demais municípios metropolitanos considerados para fins da presente análise, pode-se afirmar que, em linhas gerais, seguiram a lógica observada para Santos. Guardadas as especificidades relacionadas aos padrões históricos de ocupação e as geomorfologias de seus territórios, verificou-se que os interesses das elites com relação à indução e disciplinamento da produção do espaço, na maior parte das vezes se sobrepujaram às necessidades básicas de habitação adequada dos grupos sociais menos abastados.

Em São Vicente, Guarujá e Praia Grande, por exemplo, os planos e legislações em vigor seguiram a cartilha funcionalista, disciplinando a produção do espaço urbano que geralmente determinava uma divisão econômica e social do espaço segundo os interesses do capital imobiliário e industrial. Logo, os bairros da orla desses dois municípios onde se situavam as melhores localizações apresentavam legislações muito rigorosas quanto ao tamanho mínimo dos lotes (muito grande) e parâmetros arquitetônicos para edificação, os quais tendiam a ser relaxadas conforme se afastava das mesmas. Além disso, esse mesmo relaxamento era observado para os inconvenientes gerados pelo convívio conflituoso entre as atividades portuárias e industriais e as áreas residenciais destinadas ao público de menor status socioeconômico.

Especificamente em Cubatão, tendo em vista as classes médias e elites vinculadas a seu Parque Industrial não residirem prioritariamente no município, as legislações urbanísticas, em geral, não demonstram a preocupação em criar territórios de exclusividade, como nas cidades litorâneas (CARRIÇO, 2002). Todavia, verifica-se que os melhores terrenos em seu território foram reservados para as indústrias, ficando a população mais humilde

praticamente relegada aos morros e às áreas de manguezal de seu território. No que tange as primeiras, ainda como aponta o autor, as legislações apresentavam dispositivos que desobrigavam o poder de público de atuar no provimento de infraestrutura e disciplinamento das áreas de favela, ignorando, portanto, suas responsabilidades relacionadas a uma questão intrínseca ao histórico de ocupação do município.

No que toca ao município de Bertioga, conforme descrito na seção anterior, percebe-se um tipo de ocupação do solo peculiar em relação aos demais municípios litorâneos que compõem o *core* metropolitano, ou seja, marcada predominantemente pelos loteamentos e condomínios horizontais. De acordo com Pólis (2013), tal aspecto relaciona-se ao fato de o município, até 1991, se constituir política e administrativamente enquanto um distrito de Santos. Dessa forma, o então distrito de Bertioga estava inscrito no planejamento funcionalista de Santos, regido por legislação específica para a área continental do referido município.

Assim, na época, a produção do espaço de Bertioga, com repercussões no que pôde ser visto nos anos 2000, teve como um de seus principais condicionantes a disputa entre a administração municipal de Santos, que desenvolveu parâmetros para regular o uso e a ocupação do solo no distrito do qual se originou o município de Bertioga, e os interesses dos setores da construção civil e do mercado imobiliário que visavam tornar este município um território urbano predominantemente formado por loteamentos e condomínios horizontais constituídos por “segundas residências”.

No que tange ao conjunto de legislações urbanísticas instituídas em 1998²¹, ainda segundo o estudo supracitado, é notório um disciplinamento no processo de parcelamento do solo para fins de instalação de loteamentos e condomínios fechados. Contudo, chama atenção o silêncio da lei acerca do aspecto “dimensão máxima” dos terrenos passíveis da implantação de um condomínio, não sendo encontrada na legislação municipal qualquer vedação à criação de condomínios de grandes dimensões com restrição de acesso dentro do tecido urbano.

Como resultado, verifica-se a formação de uma mancha urbana fragmentada, produzida pela implantação desarticulada de loteamentos e condomínios ocupados predominantemente enquanto “segunda residência”. Ainda segundo Pólis (2013), isso gera uma espécie de “espalhamento urbano” caracterizado por grandes distâncias e desconexões entre os bairros existentes. Conseqüentemente, essa fragmentação provoca descontinuidades

²¹ Os princípios e diretrizes da política urbana – já consagrados pelo texto constitucional de 88 e o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) – são regulados por diversas leis municipais em Bertioga: o Plano Diretor (Lei municipal nº 315/98), a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei municipal nº 317/98), o Código Ambiental (Lei municipal nº 294/98), a Lei Orgânica entre outras.

nos sistemas de ruas, drenagem urbana, abastecimento de água, coleta de esgotos, entre outros. Torna ainda o transporte coletivo ineficiente e causa aumento nas distâncias entre os bairros, prejudicando a coesão social e territorial.

Talvez o exemplo mais ilustrativo da configuração peculiar do uso e ocupação do solo de Bertioga seja o condomínio Riviera de São Lourenço (Figura 2). Com implantação iniciada em 1979, sua ocupação evoluiu lentamente, ganhando impulso após a inauguração da rodovia Mogi-Bertioga, em 1982, e da pavimentação da Rio-Santos, em 1985. Desta forma, o acesso do planalto à Riviera ganhou uma nova opção, mais próxima do norte da RMSP.

FIGURA 2 – Portaria do Condomínio Riviera de São Lourenço – 2016



Fonte: Autor do trabalho.

O referido condomínio ilustra o processo de fragmentação do espaço de Bertioga, tendo em vista que, ao contrário de parte majoritária do território municipal, possui empreendimentos residenciais verticais. Todavia, de acordo com Pólis (2013), pode-se observar que o processo de verticalização, nesse caso, não é decorrente de uma política de desenvolvimento urbano e habitacional voltada para adensamento de áreas de moradia da população fixa. Também não se trata de uma medida voltada para otimizar o aproveitamento da malha urbana da cidade, com o adensamento de áreas providas de infraestrutura adequada. Muito pelo contrário, a legislação urbanística que versa sobre o tema é omissa quanto à integração da verticalização ao seu entorno urbano. De fato, conforme se verifica para as demais partes do litoral da Baixada Santista, o perfil dos empreendimentos verticais

construídos atende às famílias de média e alta renda oriundas de outras cidades para fins de uso ocasional.

Entretanto, no caso do Riviera de São Lourenço, o contraste com o seu entorno municipal imediato é muito eloquente sob o ponto de vista da infraestrutura urbana, habitacional e do perfil socioeconômico do grupo social que a ele tem acesso. Enquanto efeito disso, segundo entrevistas realizadas por Pólis (2013) com residentes de Bertiooga, o empreendimento acaba sendo mais conhecido do que o próprio município, o qual vê seus espaços públicos esvaziados de ocupação, infraestrutura e de cidadania.

QUADRO 1 – Instrumentos legais de ordenamento territorial vigentes no começo dos anos 2000
Municípios selecionados – RMBS

Município	Instrumento Legal
Bertiooga	Lei orgânica de 12/03/1993 Lei nº 315/98 – Plano diretor de desenvolvimento sustentado Lei nº 317/98 – Código de uso e ocupação do solo
Cubatão	Lei orgânica de 09/04/1990 Lei comp. nº 2512/98 – Plano Diretor de desenvolvimento integrado Lei comp. nº 2513/98 – Normas de parcelamento, uso e ocupação do solo
Guarujá	Lei orgânica de 17/04/1990 Lei comp. nº 43/98 – Zoneamento, uso, ocupação e parcelamento do solo
Praia Grande	Lei orgânica de 06/04/1990 Lei comp. nº 152/96 – Plano diretor Lei comp. nº 153/96 – Ordenamento do uso e da ocupação e do parcelamento do solo
Santos	Lei orgânica de 05/04/1990 Lei comp. nº 311/98 – Plano diretor de desenvolvimento e expansão urbana Lei comp. nº 312/98 – Ordenamento do uso e ocupação do solo na área insular do município Lei nº 54/92 – Ordenamento do uso e ocupação do solo na área continental do município (APA Santos-Continente)
São Vicente	Lei orgânica de 05/04/1990 Lei comp. 29/12/1999 – Plano diretor

Fonte: Afonso (2006).

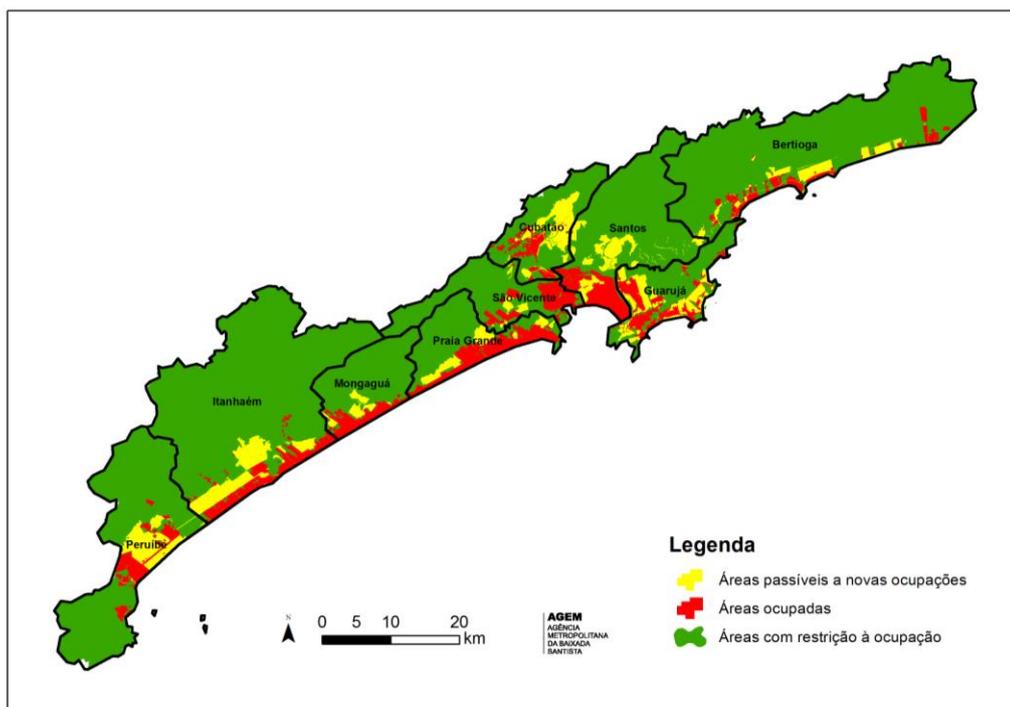
Se a urbanização de *direito* vigente através do conjunto de legislações apresentadas no Quadro 1 induziu onde e como se deu a configuração do ambiente construído, como também, a divisão social e econômica do espaço regional, na urbanização de *facto*, outra ordem de condicionantes igualmente possui papel importante para a consecução do processo em questão.

Assim como em toda a zona costeira, na Baixada Santista a ocupação urbana está diretamente vinculada ao processo de valorização da terra e de sua distribuição pelos diferentes segmentos da sociedade. No entanto, sua peculiar configuração física regional estabelece condições específicas, favorecendo ou limitando as possibilidades de expansão urbana (AFONSO, 2006).

De fato, a geomorfologia da região limitou as áreas propícias à ocupação. Segundo a mesma autora, apenas as escassas planícies não inundáveis da região atenderiam os requisitos para tal fim, ao contrário da maior parte de seu território, cuja cobertura é composta predominantemente por manguezais, planícies inundáveis, as escarpas da Serra do Mar, além da vegetação de restinga e dos promontórios rochosos distribuídos ao longo da linha de costa. Dessa forma, historicamente, o condicionante geomorfológico respondeu pela maior parte dos padrões espaciais de ocupação da região, visto que as áreas de maior longevidade temporal destinadas à ocupação urbana são, justamente, suas escassas planícies não inundáveis.

Como resultado disso, verifica-se que, em 1999, o território da Baixada Santista assim era composto: 40,3% por Mata Atlântica; 10,6% por vegetação de restinga; e 8,8% por manguezais (AFONSO, 1999,). Conforme é ilustrado no Mapa 9, segundo a Agem (2014), em 2014, 73,5% do território regional – que correspondia a 1.774 km² – era constituído de áreas não passíveis de ocupação, em função de apresentarem um destes três tipos de terreno, ou, por simplesmente, o terreno não possibilitar tal aproveitamento. Por sua vez, a mancha urbana municipal correspondia a 21,42%, ficando as áreas disponíveis para novas ocupações, conforme destacado anteriormente, a apenas 5,08% do território da Baixada Santista. Em suma, só restavam cerca de 123 km² de novos terrenos para expansão do ambiente construído.

MAPA 9 – Possibilidade de ocupação do solo no território. Municípios selecionados. RMBS – 2014



Fonte: Agem (Dados brutos do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico de 2014).
Tabulações especiais do autor.

Quando essa análise é desdobrada por município (Tabela 5), observa-se que os maiores detentores de áreas passíveis de expansão do ambiente construído concentram-se fora do *core* metropolitano, especialmente no litoral sul. Em 2014, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe agrupavam a maior parte dos lotes vagos (85,8%), terrenos sem vegetação (55%) e áreas com oportunidade à ocupação (75%) de toda a Baixada Santista. Em contrapartida, Santos, polo metropolitano, apresentou valores próximos a zero para os indicadores em questão, ilustrando-se aí a saturação da ocupação de seu território, característica, aliás, recorrentemente mencionada neste trabalho.

TABELA 5 – Distribuição relativa das áreas expansíveis. Municípios selecionados. RMBS – 2014

Áreas expansíveis	Em porcentagem									
	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	RMBS
Lotes vagos	6,2	0,0	2,4	46,5	9,3	30,0	4,4	0,6	0,6	100,0
Terrenos sem vegetação	5,8	1,7	13,6	28,5	11,9	15,5	19,6	0,0	3,5	100,0
Áreas com oportunidade ocupação	19,5	0,0	4,6	47,7	1,1	25,9	1,2	0,0	0,0	100,0

Fonte: Agem (Dados brutos do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico de 2014). Tabulações especiais do autor.

Também contribui para a configuração do quadro descrito no parágrafo anterior, a implementação de Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral (Parques Estaduais da Serra do Mar, Xixová-Japuí e Marinho da Laje de Santos) e de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental Litoral Centro e Áreas de Relevante Interesse Ecológico das Ilhas Queimada Grande, Queimada Pequena e do Ameixal), bem como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Baixada Santista, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 58.996, de 25 de março de 2013 (BRANDÃO et al., 2015). Além disso, podem-se citar as normativas urbanísticas apresentadas no Quadro 1, que preveem diretrizes legais para a conservação e proteção ambiental de diversas áreas de seu território municipal.

Ressalta-se que, em 2014, as áreas de conservação ambiental previstas legalmente, ou mesmo, impróprias para novas ocupações, cobriam mais de 50% do território de todos os municípios da RMBS. Em Bertioga, por exemplo, correspondiam a cerca de 85% de seu território, sendo que nos três municípios do litoral sul (Mongaguá, Peruíbe e Itanhaém) o valor ficou acima do patamar de 70%.

Seguindo a lógica verificada anteriormente para a legislação urbanística, observa-se, todavia, certa seletividade da aplicação efetiva e da abrangência dessas normativas ambientais em função do grupo social e do tipo de atividade econômica de interesse para determinada área. Em termos mais práticos, por exemplo, o ZEE da Baixada Santista previu a possibilidade de instalação de atividade portuária nas áreas de manguezais da zona de

continental de Santos, proposta claramente incompatível com a configuração ambiental dessa porção do território.

A geomorfologia e as questões legais ambientais são importantes limitadores para o processo de ocupação da região, assim como para a redistribuição espacial da população metropolitana, porém, não são seus únicos condicionantes. Compartilham este papel com outro conjunto destes últimos que igualmente explicam a configuração do ambiente construído e a distribuição da população ao longo de seu território. Dessa forma, de acordo com Villaça (1998), o processo de estruturação urbano-regional de grandes aglomerações urbanas como a Baixada Santista possui como principais condicionantes a acessibilidade e a polarização. Todavia, em uma região que conta com um ativo ambiental tão valorizado socialmente como a orla marítima, adiciona-se outra limitação:

O que há de peculiar à orla marítima é que [...] não são as vias regionais de transportes que “puxam” (valorizam a terra e provocam a expansão urbana) a urbanização ao longo das praias: são os interesses intraurbanos que trazem um sistema viário local e a urbanização. Nesses setores define-se uma área que atrai o interesse das camadas de alta renda. Estas, pelo poder político que apresentam, pressionam o Estado, que investe nesses setores. A orla oceânica atua como fato a atrair a expansão urbana antes de haver significativa melhoria do sistema de transportes regional e mesmo do local. Ela faz nascer um setor em que a demanda antecede a oferta de transportes (ao contrário das vias regionais) e do restante da infraestrutura; essa demanda se manifesta inicialmente por meio do interesse no setor imobiliário enquanto agente daquelas camadas (VILLAÇA, 1998, p. 107).

No que tange à acessibilidade, explica-se o porquê da já discutida urbanização em eixos. Conforme é apontado por Afonso (2006), verifica-se uma densificação da ocupação na região ao longo dos principais eixos viários, mesmo em pontos mais afastados do núcleo metropolitano. A autora vai mais além, destacando que muitos assentamentos precários situados em áreas lindeiras às principais vias que cortam a região, instalados em terrenos inadequados a tal fim (manguezais e encostas muito íngremes), são justificados pela acessibilidade propiciada por essas localizações.

Deve-se lembrar que as limitações para ocupação demográfica impostas pela peculiar geomorfologia da região igualmente afetam a acessibilidade ao longo de seu território. Tal fato justifica, segundo Carriço e Barros (2015), o congestionamento à circulação verificado em seu núcleo metropolitano, especialmente na Ilha de São Vicente. Como consequência, pode-se afirmar que, em grande parte, a limitada extensão do processo de metropolização dos municípios centrais da região encontra-se vinculada ao seu formato longitudinal.

A título de ilustração, constata-se que o tempo de deslocamento despendido entre alguns municípios do litoral sul e o congestionado centro comercial e de serviços de Santos é equivalente ao que é gasto para se chegar a São Paulo pelo moderno sistema viário Anchieta-Imigrantes. Tal realidade pode ser visualizada pelos dados da Tabela 6, onde se observa que o tempo de deslocamento dos municípios mais distantes como Bertiooga e Peruíbe para Santos, ou para bairros mais ao sul do município de São Paulo, como Jabaquara é praticamente o mesmo.

TABELA 6 – Tempo de deslocamento pelo modal rodoviário de carro e distâncias entre os municípios da RMBS e as principais centralidades regionais (municípios Santos e a RMSP) (1) Municípios selecionados. RMBS – 2017

Local de origem	Santos		RMSP	
	Tempo	Distância	Tempo	Distância
Bertiooga (2)	1h 15	74 km	1 h 30	110 km
Cubatão	30 minutos	18 km	50 minutos	50 km
Guarujá	1 h	11 km	1 h 15	86 km
Itanhaém	1h	55 km	1h 20	101 km
Mongaguá	1 h	44 km	1 h 15	90 km
Peruíbe	1h 25	83 km	1 h 50	128 km
Praia Grande	30 minutos	13 km	1h	65 km
São Vicente	20 minutos	7 km	52 minutos	60 km

Fonte: Google Maps. Elaboração do autor.

(1) O local de referência para a estimação das distâncias e dos tempos de deslocamento foi o bairro do Jabaquara, localizado na zona sul da capital.

(2) Tempo e distância para Mogi das Cruzes: 1 h e 54 km.

No que tange à concentração e à polarização, ainda seguindo a leitura de Afonso (2006), destacam-se a zona industrial de Cubatão, o centro de serviços e comércio de Santos, e a zona portuária. Ressalta-se que os mesmos são os principais indutores do processo de urbanização e metropolização, especialmente na zona compreendida pelo *core* da RMBS. Isso porque concentra as maiores oportunidades da região, especialmente com relação ao seu ainda relativamente amplo mercado de trabalho (mesmo após a crise financeira e o ajuste fiscal sofrido Estado brasileiro) e variada oferta de serviços.

Não por acaso, constata-se a densificação da ocupação no entorno dessas áreas (parque industrial de Cubatão, além do centro e do porto de Santos), conforme pode ser visualizado no Mapa 10. De certa forma, conforme elucidado por Afonso (2006), muitas das ocupações residenciais induzidas pelo efeito de polarização produzido pelos condicionantes em questão (concentração e polarização) transcenderam as limitações impostas pelos condicionantes geomorfológicos e ambientais. Como principais exemplos, destacam-se as

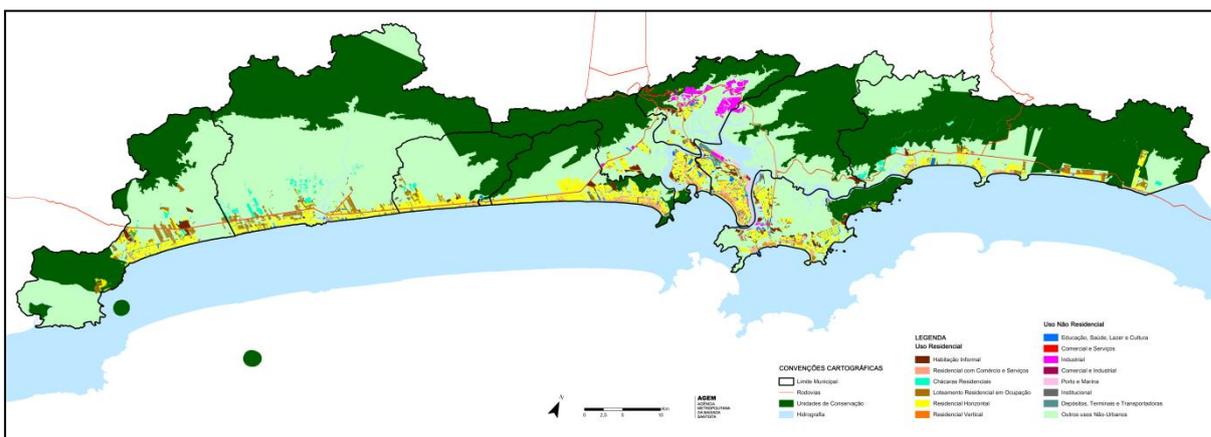
ocupações dos terrenos pantanosos do estuário e das íngremes áreas da escarpa da Serra do Mar em Cubatão. Ademais, ressalta-se a ocupação da zona de morros de Santos e do distrito de Vicente de Carvalho no Guarujá, no outro lado do estuário.

No que diz respeito ao processo de urbanização *stricto sensu*, segue-se a lógica descrita por Kowarick (1979) para o processo de urbanização observado na década de 1970 nas grandes aglomerações urbanas do Brasil. Em uma primeira fase da ocupação, criam-se vários loteamentos autônomos arbitrariamente adjacentes ou não contíguos à mancha urbana preexistente, separados por vazios correspondentes a glebas de outros proprietários ou terrenos de difícil ocupação (AFONSO, 2006). Posteriormente, as zonas "a princípio desprezadas" pelo mercado imobiliário valorizam-se em decorrência de sua proximidade ao centro e às áreas com ocupação consolidada e por já serem providas de infraestrutura urbana. Logo, sua ocupação passa a ser viabilizada financeiramente mesmo em terrenos não propícios à ocupação do tipo residencial. De acordo com a referida autora, essa lógica de ocupação do espaço pode ser verificada na zona continental de São Vicente, em Praia Grande e também poderia ser estendida para os demais municípios do litoral sul e para Bertioga.

Por fim, quanto à proximidade às praias, outro condicionante do processo de estruturação urbana citado por Villaça (1998), ressalta-se, enquanto seu principal efeito no processo de expansão urbana da Baixada Santista, a disposição da mancha urbana de forma linearmente distribuída ao longo da linha de costa. Na RMBS, tal mancha tende a se irradiar do litoral de Santos e São Vicente, tanto em direção ao sul quanto ao norte, neste último caso, intercalado por terrenos mais íngremes rentes ao litoral no Guarujá, e de forma descontínua em Bertioga, conforme já discutido anteriormente.

Nesse sentido, define-se um padrão de ocupação distinto do que foi tradicionalmente verificado em outros contextos urbanos nacionais. Isso porque, as esparsas manchas urbanas que davam forma às pequenas cidades que compunham historicamente a Baixada Santista foram substituídas por uma mancha urbana contígua ao litoral, não respeitando os limites municipais. As melhores localizações são estabelecidas não apenas pela proximidade com o mar e a praia, mas também pelo fato dessas áreas serem mais bem providas de infraestrutura urbana. Logo, a orla marítima assume a função de parque urbano, sendo que as vias à beira-mar passam a exercer o papel de polo aglutinador de população e de urbanização. Determina-se, pois, um padrão de urbanização peculiar, associado às atividades de turismo e segunda residência que, especialmente nos municípios mais centrais da região, sobrepõem-se à dinâmica de metropolização do espaço.

MAPA 10 – Uso e ocupação do solo. Municípios selecionados. RMBS – 2014



Fonte: Agem (Dados brutos – do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico de 2014). Tabulações especiais do autor.

No que se refere à atuação do Estado enquanto agente importante da produção do espaço por meio de suas políticas de provisão ou subsídio ao acesso à habitação, observa-se que seu maior ou menor peso relaciona-se ao contexto regional e histórico específico do processo de urbanização regional. Da mesma forma, o *layout* das políticas públicas também influi em sua maior ou menor capilaridade no território regional.

Conforme já discutido anteriormente, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a COHAB foram os principais indutores do processo de ocupação do eixo de expansão metropolitana compreendido por Santos, São Vicente e Cubatão (NEGREIROS, 1992).

Todavia, a partir de 2008, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) assume o protagonismo das políticas habitacionais no Brasil. Na Baixada Santista, no entanto, sua eficácia e abrangência territorial estiveram limitadas aos demais condicionantes do processo de produção do espaço discutidos até aqui, principalmente àqueles relacionados à reduzida disponibilidade de espaços destinados à ocupação dos grupos sociais mais pobres. De fato, de acordo com Pólis (2014), o desempenho do PMCMV na RMBS foi menos destacado que nas demais regiões metropolitanas paulistas. Enquanto a área metropolitana de maior desempenho no Estado de São Paulo foi a RM de Campinas, onde o estoque moradias produzido representava 4,75% do total de domicílios existentes, na Baixada Santista foi de apenas 0,64%.

Ainda segundo o estudo supracitado, a discreta atuação do programa na região encontra-se relacionada às peculiaridades da dinâmica do mercado imobiliário regional, atrelada ao mercado de domicílios de uso ocasional, assim como às restrições ambientais para

a ocupação de grande parte do território. Tais aspectos implicam uma maior escassez e preço da terra, dificultando a implementação do PMCMV.

Em suma, as fragilidades da política pública em questão em suprir as demandas habitacionais dos grupos sociais menos abastados – mais precisamente da modalidade empresas do PMCMV²² – (ROLNIK, 2015), ficam mais ressaltadas em um contexto de ocupação do território com os condicionantes citados no parágrafo anterior. Por conseguinte, não somente se percebem efeitos de tais condicionantes sobre o valor reduzido de unidades habitacionais produzidas, como também sobre a desigual distribuição geográfica dos empreendimentos ao longo do território da RMBS.

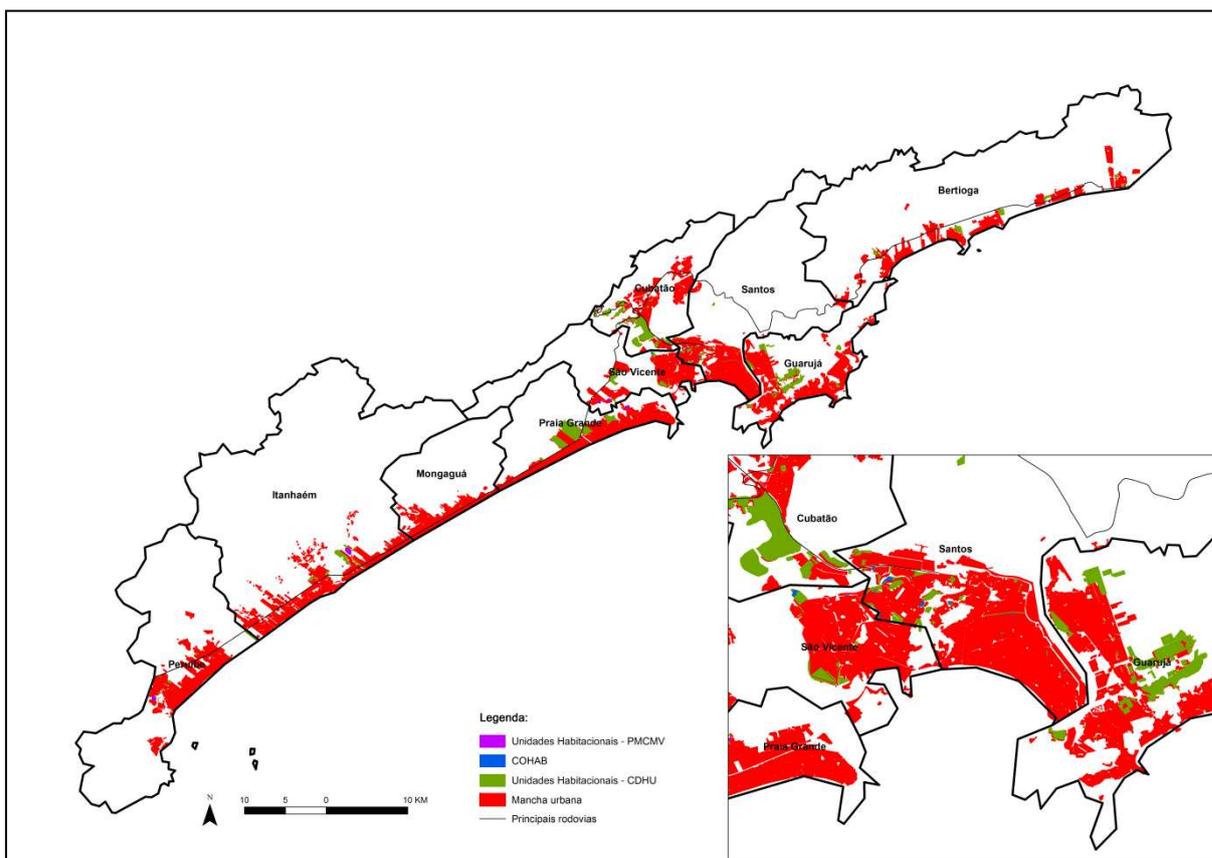
Segundo Pólis (2014), constatou-se que, na primeira fase, a implantação dos empreendimentos (considerando-se as três faixas de atendimento do programa) deu-se de forma mais distribuída nos municípios da Baixada Santista, com exceção de Cubatão e Guarujá, únicos municípios em que não houve aprovação de projetos. Já na segunda fase do Programa, somente três municípios contrataram empreendimentos: Praia Grande, São Vicente e Bertioga.

Os municípios de Cubatão e Guarujá não tiveram nenhuma contratação do Programa em ambas as fases. Para o primeiro caso, ressalta-se a atuação mais ostensiva do Programa da Serra do Mar da CDHU do governo estadual, que de certa forma polarizou a produção habitacional voltado ao interesse social (Mapa 11). No caso do Guarujá, a escassez de terrenos propícios para novas ocupações, aliada à produção imobiliária destinada ao veraneio de alta renda, dificultou a viabilidade de novos empreendimentos do PMCMV no município. Tendo em vista que, na modalidade empresas, as construtoras ficam a cargo de escolher os terrenos, localizações com alto preço do solo tendem a inviabilizar financeiramente a instalação de empreendimentos nessas áreas, especialmente aqueles vinculados à faixa 1²³. No município em questão, praticamente todo o território utilizável possui preços do solo que inviabilizam tais empreendimentos.

²² O PMCMV é dividido em duas modalidades: “empresas e entidades”. A primeira modalidade utiliza a verba do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) advindo de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e tem a Caixa Econômica Federal (CEF) como administradora desse fundo, sendo também a responsável pela oferta do financiamento e do subsídio ao beneficiário. A Caixa contrata as construtoras, as quais são responsáveis pela execução de entregas das obras. A modalidade “entidades” é destinada às famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos. O trabalho é feito por meio da produção, aquisição ou requalificação de imóveis já existentes. A União concede subsídio para a construção da unidade por meio de financiamentos a beneficiários organizados de forma associativa por uma entidade.

²³ Em áreas urbanas, o PMCMV foi dividido em três faixas de renda mensal: até R\$ 1.600 (faixa 1), até R\$ 3.100 (faixa 2) e até R\$ 5 mil (faixa 3).

MAPA 11 – Produção estatal de habitação. Municípios selecionados. RMBS – 2014



Fonte: Agem (Dados brutos do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico de 2014). Tabulações especiais do autor.

A lógica de instalação do PMCMV é mais bem observada quando se analisa a distribuição dos empreendimentos em função das faixas de renda de atendimento. Conforme verificado em outras realidades metropolitanas, os municípios que compõem o *core* metropolitano, ao lado de Bertioga, concentraram a produção dos empreendimentos das faixas 2 e 3 do programa.

Enquanto isso, os municípios “periféricos” do litoral sul, ao lado de São Vicente, concentraram os empreendimentos vinculados à faixa 1. Mais precisamente, conforme pode ser observado na Tabela 7, a maior parte dos empreendimentos voltada a essa faixa de rendimentos encontra-se situada nos limites da mancha urbana. Enquanto aspecto proeminente dessas localizações coloca-se o baixo preço do solo urbano, especialmente nas áreas mais recuadas em relação ao litoral (zona continental, no caso de São Vicente), as quais não são ainda disputadas pelos projetos destinados ao veraneio ou aos grupos sociais de status socioeconômico mais elevado para uso permanente.

TABELA 7 – Unidades habitacionais construídas no âmbito do PMCMV segundo faixa de atendimento. Municípios selecionados. RMBS – 2012

Municípios	Faixa (%)			Total	
	1	2	3	%	Nº abs.
Bertioga	0,0	19,8	20,5	8,8	478
Guarujá	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Santos	2,2	14,9	38,5	13,4	723
Cubatão	0,0	0,0	0,0	0,0	-
São Vicente	29,0	0,0	14,7	19,8	1.068
Praia Grande	7,9	56,5	26,4	22,1	1.194
Mongaguá	0,0	8,8	0,0	1,8	96
Itanhaém	43,4	0,0	0,0	24,4	1.316
Peruíbe	17,4	0,0	0,0	9,8	528
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	5.403

Fonte: Pólis (2014). Tabulações especiais do autor.

Pólis (2014, p. 19) destaca algumas relações entre a lógica de espacialização dos empreendimentos na Baixada Santista e o concomitante processo de metropolização e periferização. Por exemplo, a instalação de empreendimentos voltados às faixas 2 e 3, em Praia Grande, “possui relação com a crescente procura por imóveis no município em função da valorização imobiliária em Santos, no bojo de uma crescente dinâmica metropolitana que vem se estabelecendo entre estes municípios”. Além disso, não se pode deixar de vincular tal procura aos grupos sociais da RMSP que veem o município como alternativa habitacional, realizando uma mobilidade residencial para a RMBS em um processo que será discutido mais detalhadamente nos capítulos posteriores.

O mesmo estudo ainda levanta a hipótese de que algumas destas unidades estejam sendo direcionadas ao uso ocasional vinculado às atividades de turismo e segunda residência, desvirtuando o objetivo do PMCMV. Como exposto anteriormente, no município de Bertioga os empreendimentos da faixa 3 estão localizados em áreas predominantemente destinadas a casas e apartamentos de veraneio.

Para além da localização, percebem-se diferenças substanciais quanto ao tipo de ocupação do território entre as faixas de atendimento do programa. No que tange à inserção urbana dos empreendimentos, verifica-se que os empreendimentos das faixas 2 e 3 tenderam a aparecer de forma dispersa no território, nas melhores localizações regionais. Enquanto isso, os empreendimentos da faixa 1, em realidade, reproduzem o padrão de ocupação dos grandes conjuntos habitacionais construídos na época do Banco Nacional de Habitação (BNH),

composto por várias unidades habitacionais e blocos de apartamento, reeditando os padrões de segregação residencial das grandes “periferias tradicionais metropolitanas” e seguindo os termos os propostos por Cunha (2018) para designar as zonas metropolitanas em questão. No entanto, em virtude de as regras específicas do programa limitar em o número máximo de unidades por empreendimento, as construtoras implantam vários condomínios de moradia contíguos um ao lado do outro, formando na prática grandes conjuntos.

Pólis (2014) ratifica a perspectiva de análise levantada no parágrafo anterior ao afirmar que, na verdade, reproduz-se um modelo de urbanização baseado em grandes conjuntos habitacionais monofuncionais, embora separados por muros e gradis, com estruturas de gestão condominial distinta. Acabam por reproduzir o padrão de ocupação dos condomínios fechados das zonas e periferias elitizadas metropolitanas, trabalhando por fragmentar o tecido urbano (CUNHA, 2018). Além disso, dificultam o acesso a equipamentos e áreas comerciais, uma vez que o condomínio, ao contrário do loteamento, não prevê áreas de utilidade pública.

De fato, tais padrões de ocupação do espaço reproduzidos pelo PMCMV para a faixa 1 na Baixada Santista acabam por impulsionar o processo de heterogeneização das periferias tradicionais metropolitanas, identificado por Cunha e Falcão (2017) na RMC. Se, de um lado, contribuem para intensificar a segregação residencial, por outro, definem novas formas de produção do espaço nas periferias metropolitanas, distintas daquelas tradicionalmente observadas no processo de periferização metropolitana verificado desde anos 1970 no Brasil, como já dito, marcado pela homogeneidade das condições precárias de ocupação desses espaços.

Por fim, conforme discutido anteriormente, para a legislação urbanística e suas relações com a produção do espaço na Baixada Santista, não se podem esquecer os agentes modeladores do espaço urbano que atuam por detrás da ação do Estado na implementação da política habitacional em questão. Dessa forma, de acordo com o que foi apurado por Pólis (2014), observa-se que a maior parte dos empreendimentos realizados na RMBS, em ambas as fases do programa, foi implementada por construtoras de atuação local, que ficaram responsáveis pelos empreendimentos destinados à faixa 1, ou seja, justamente aqueles assentamentos que se encontram associados ao processo de esgarçamento da mancha urbana das zonas de periferização dos grupos sociais menos abastados (municípios do litoral sul e áreas mais recuadas em relação ao litoral). Já as construtoras com atuação nacional foram aquelas responsáveis pela implementação dos empreendimentos voltados às faixas 2 e 3, em

outros termos, aqueles situados nas zonas providas de melhor infraestrutura e que, portanto, se constituem nas melhores localizações metropolitanas.

Dessa forma, essa lógica de envolvimento dos agentes modeladores do espaço urbano com as faixas de atendimento do PMCMV pode ser estendida para a produção de domicílios não vinculada ao programa. Isso porque, na produção do ambiente construído voltada à classe média e às elites demandam-se maiores níveis de investimentos, ao mesmo tempo em que se conseguem extrair maiores volumes de renda terra. São, portanto, mais viáveis aos agentes modeladores que possuem maior capacidade investimento, isto é, aos grupos empresariais que atuam na escala nacional. Enquanto isso, nas áreas de periferia, as possibilidades de extração de renda da terra são menores, sendo pouco atrativas aos últimos agentes, logo, os capitais imobiliários locais tendem a atuar mais ostensivamente na produção do espaço nessas áreas.

Apresentados os condicionantes endógenos (intrametropolitanos) e exógenos (escala da macrometrópole e intraestadual) do processo de estruturação urbano-metropolitana da Baixada Santista, empreende-se, na próxima seção do presente trabalho, a análise de suas contrapartidas sociodemográficas. Não é demais lembrar que a produção do espaço da RMBS, em razão da qual se fundamentou a construção do capítulo é o resultado da ação de vários atores e envolve a mobilização de grupos sociais, selecionados em função de seu poder político, renda, idade, sexo, entre outras características sociodemográficas. Nesse sentido, entende-se existir uma relação dialética entre a dinâmica de produção do ambiente construído e as dinâmicas sociodemográficas associadas, não fazendo sentido discutir uma, sem levar em consideração a outra.

Por isso mesmo, o próximo capítulo irá se dedicar a analisar o outro lado do processo de produção do espaço na Baixada Santista. Na verdade, para além da produção e configuração histórica e contemporânea do ambiente construído (uso e ocupação do solo) e de seus condicionantes sociais, políticos e ambientais (legislações urbanísticas e ambientais, polarização das atividades econômicas e amenidades ambientais, além das políticas habitacionais), há uma dimensão sociodemográfica envolvida, sendo que identificá-la e compreendê-la é um dos maiores objetivos deste estudo.

Tanto assumindo o papel de condicionante quanto de consequência dos processos em questão, a dimensão sociodemográfica do processo de produção do espaço se mostra de extrema importância, visto que, por meio do comportamento das variáveis demográficas (natalidade, mortalidade e migração), podem ser dimensionados quantitativa e qualitativamente os grupos sociais envolvidos. Mais do que isso, vistas enquanto

consequências socioespaciais, tais fenômenos podem revelar a intensidade das suas articulações entre as diversas partes do território, os impactos sobre a demanda por políticas públicas (crescimento vegetativo diferencial), a dinâmica das desigualdades sociais (seletividade sociodemográfica da migração), além de tantos outros fenômenos sociais.

CAPÍTULO 2 – AS CONTRAPARTIDAS SOCIODEMOGRÁFICAS

O processo de periferização observado nos contextos metropolitanos da atualidade encontra-se associado à dinâmica de redistribuição espacial da população. Este seria, de fato, o fenômeno sociodemográfico que estaria efetivamente em jogo quando se estudam as causas e consequências da localização diferenciada dos diferentes extratos populacionais no espaço urbano, à luz do processo de produção social do espaço.

Portanto, a redistribuição espacial da população possui, em sua gênese, motivações diversificadas. De um lado, os fatores demográficos interferem no referido processo por meio da dinâmica de suas três variáveis básicas: natalidade, mortalidade e migração. De outro, existem fatores sociais, políticos, econômicos, geográficos e culturais que diferenciam a redistribuição da população de uma região para outra, no espaço e no tempo (LOBO; MATOS; GARCIA, 2012). A migração é a variável demográfica nesse contexto que mais internaliza esses fatores, aspecto este que explica seu caráter multidimensional.

No Brasil, em virtude da progressiva queda da fecundidade, principalmente a partir dos anos 1980, a migração foi se consolidando como a principal protagonista na redistribuição espacial da população e, por conseguinte, pelo crescente e inexorável processo de urbanização da população brasileira.

Martine (1994) ressalta, todavia, que mesmo com o papel decisivo da migração nessa época, não se pode desprezar o peso dos diferenciais regionais de fecundidade existentes no Brasil enquanto propulsores da redistribuição espacial da população. Deve-se ressaltar que, embora no "senso comum" haja uma tendência imediata de associar a redistribuição espacial da população à migração, não se pode perder de vista que o componente vegetativo também pode ter especial impacto. Como Cunha e Baeninger (2001) demonstram, as áreas mais desenvolvidas do Sudeste e Sul chegavam a registrar taxas de fecundidade, em média, 25% menores que as mais pobres. Em virtude disso, pode-se supor que contemporaneamente, com a redução da migração, o crescimento vegetativo possa intervir de maneira ainda mais importante no processo de redistribuição espacial da população.

No entanto, talvez este não seja o caso da RMBS, uma vez que os diferenciais de fecundidade entre os municípios não são significativos o bastante para se esperar que o crescimento vegetativo atue de forma decisiva para explicar a forma como a população tem se redistribuído no espaço regional. Desse modo, o entendimento teórico da migração para além

de apenas uma componente demográfica, mas, sobretudo, enquanto uma efetiva variável sociodemográfica, auxilia no entendimento de seu papel no processo de redistribuição espacial da população na Baixada Santista.

Atendo-se, portanto, especificamente à migração, observa-se que a trajetória de seu debate teórico esteve permeada por duas perspectivas analíticas: neoclássica e estruturalista. A primeira visão advém da contribuição pioneira de Ravenstein, e, posteriormente, de Lee, com base na teoria da modernização. Para o primeiro autor, o fenômeno migratório seria regido por leis, as “leis de migração”, encontrando-se atrelado ao desenvolvimento capitalista. Para Lee, a decisão de migrar seria baseada em um cálculo racional do indivíduo, ponderado por fatores de atração e repulsão nos locais de origem e destino, bem como os obstáculos intervenientes que envolvem o deslocamento. A maior ou menor aptidão dos migrantes em relação a tais fatores e obstáculos daria à migração um caráter seletivo (LEE, 1980)²⁴.

Na perspectiva estruturalista, a partir da abordagem de Singer (1980)²⁵ sobre o fenômeno da migração interna brasileira nas décadas de 1960 e 1970, a migração seria histórica-estruturalmente condicionada. Conforme aponta o autor, estaria inserida num processo global de mudanças, produtor de desigualdades regionais historicamente construídas. Ele estaria associado à dinâmica de industrialização geradora do empobrecimento relativo das áreas que não participam do mesmo, que alimentaria os fatores de modernização e estagnação das potenciais áreas de origem dos fluxos migratórios. Da mesma forma, a migração interna desempenharia papel de grande relevância nas transformações das estruturas econômicas e sociais, extinguindo e criando novas classes sociais necessárias à reprodução do modo de produção vigente.

Além disso, ainda segundo Singer (1980), o desencadear dos movimentos populacionais estaria associado a causas e motivos, que operariam, respectivamente, nas escalas macroestrutural e do indivíduo. As causas associadas a fatores estruturais seriam o que colocaria o grupo social em movimento e os motivos, segundo condições objetivas e subjetivas, determinariam que indivíduos desse grupo realizariam efetivamente a migração. Para o autor, não seriam as pessoas que seriam postas em movimento, mas as classes sociais, sendo, portanto, de cunho social e não individual o primeiro condicionante do fenômeno.

Conforme salientam Patarra e Pacheco (1997) e Matos (1995), apesar de sua importância para compreensão dos deslocamentos do tipo rural-urbano, especialmente das

²⁴ Original de 1966.

²⁵ Original de 1973.

décadas de 1960 e 1970, a teoria sobre migração de Singer, a partir dos anos de 1980, passa a não mais dar conta sozinha de elucidar o fenômeno em questão de sua complexidade assumida desde então. Isso porque, associada à crise econômica brasileira dos anos 1980, à reestruturação do sistema capitalista (passagem do modelo de acumulação fordista para o modelo de acumulação flexível) e todas suas implicações para organização espacial da produção e mercado de trabalho, observam-se novas tendências para a dinâmica sociodemográfica nacional e a redistribuição espacial da população em específico.

Entre os diversos elementos que caracterizam essas novas tendências, destacam-se: arrefecimento da tendência de concentração espacial populacional nas grandes metrópoles do sudeste nos anos 1970 e 1980, com redução do volume das tradicionais correntes migratórias originárias no nordeste, Minas Gerais e Paraná (CUNHA; BAENINGER, 2001); avanço da transição demográfica e da fecundidade, levando à diminuição da pressão demográfica até então existente em determinadas áreas do território brasileiro (MARTINE, 1994; CUNHA, 2015b) e, arrefecimento do crescimento populacional.

Essas mudanças, em termos das trajetórias espaciais e de escala geográfica dos fluxos populacionais, aparecem como uma adaptação da dinâmica migratória perante as condições econômicas e sociais vigentes na década de 1980, flexibilizando-se para atender às novas demandas (BRITO, 2000). Com isso, a migração de mais longa distância tem perdido espaço, o que, de acordo com o autor, pode ser explicado pela redução das oportunidades, pois os movimentos de mais longa distância não oferecem as mesmas possibilidades das décadas anteriores, principalmente pelo distanciamento evidente entre mobilidade espacial e a mobilidade social, intensificado com a crise econômica brasileira dos anos 1980. Como consequência, o declínio da migração do tipo rural-urbano permitiu que fossem evidenciadas outras modalidades migratórias, tais como a migração do tipo urbano-urbano, intraestadual, intrametropolitana, entre outras, que antes eram ofuscadas pelos fluxos em questão.

No contexto metropolitano brasileiro, segundo Rodríguez e Busso (2009), a dinâmica demográfica, por sua vez, passa a não mais depender tanto da imigração externa, o que leva a que se preste mais atenção na migração endógena com característica centrífuga. De fato, mesmo crescendo menos, as RMs ainda representam grandes desafios sociodemográficos, não apenas pela grande concentração de pobreza, particularmente em suas periferias, mas também pelo alto potencial que apresentam de redistribuição interna de sua população (CUNHA, 2011), o que pode ser verificado com os recentes processos de (re)estruturação urbana das principais metrópoles brasileiras.

Desse modo, para além das causas estruturantes e motivações que explicam as modalidades migratórias tradicionais, como a migração rural-urbana, a migração intrametropolitana ou mobilidade residencial²⁶ se encontraria relacionada aos fatores estruturantes da metrópole, como o mercado de terras e a divisão territorial do trabalho. Segundo Cunha (2015a, p. 80), “pode-se considerar que muitas das questões referentes aos movimentos de curta distância podem, em certo sentido, ser remetidas diretamente àquelas relacionadas à estruturação e à expansão do meio urbano”.

Sobrino (2007) corrobora tal perspectiva analítica, ao afirmar que os principais condicionantes da mobilidade residencial nas aglomerações metropolitanas são as dinâmicas do mercado de trabalho e de terras. Mais do que isso, afirma que, até então, o primeiro condicionante tinha maior peso em relação ao segundo, enquanto impulsionador dos movimentos populacionais em questão. Mais recentemente, no bojo do processo de reestruturação urbana pelo qual as principais metrópoles vêm passando nos últimos anos, a mobilidade residencial passa a ser condicionada principalmente pela dinâmica do mercado de terras, principalmente nos espaços metropolitanos.

Apesar de uma literatura ainda relativamente incipiente no Brasil, são apresentadas, a seguir, a partir da compilação de Manfredo (2007), abordagens inovadoras que empreenderam uma leitura da questão da mobilidade espacial da população em seu papel no processo de estruturação territorial das metrópoles nacionais. Em primeira linha, tem-se o trabalho de Bógus (1980), que buscou analisar os efeitos de um programa de reurbanização sobre a população residente numa determinada área da cidade de São Paulo, a Vila do Encontro, no final da década de 1970. Partindo da análise de formulários e entrevistas em profundidade, a autora apreendeu os efeitos contraditórios da ação estatal no espaço urbano, mostrando o quanto a mesma reflete as políticas de classe dos segmentos populacionais de mais alto status socioeconômico.

Smolka (1992) buscou quantificar e qualificar os fluxos populacionais intraurbanos, inovando em seu estudo sobre mobilidade intraurbana no município do Rio de Janeiro, ao utilizar as guias de recolhimento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) como fonte de dados quantitativos para a mensuração do fenômeno em questão, perspectiva inviabilizada com a utilização do Censo Demográfico. Identificou que os padrões

²⁶ Segundo Sobrino (2007), a mobilidade residencial é a mudança de domicílio dentro de uma área metropolitana, possuindo correspondência conceitual com a migração intrametropolitana. No entanto, diferencia-se da migração *stricto sensu*, especialmente em relação às modalidades migratórias de mais longa distância (intraestadual e interestadual), pois não envolve necessariamente mudanças no espaço de vida de quem a realiza. De acordo com Courgeau (1975), o espaço de vida seria o espaço onde o indivíduo realiza as atividades relativas à sua reprodução social e econômica (trabalho, lazer, compras, estudo, etc.).

espaciais encontrados ratificam a estratificação social urbana, já que ocorrem de forma majoritária internamente às zonas de segregação residencial.

Cunha (1994), por sua vez, tenta compreender o processo de estruturação e consolidação da RMSP. Mostra que o componente migratório não somente é condicionado pelos processos de produção do espaço e estrutura da metrópole, como também tem um papel decisivo na configuração dos mesmos. Assim, defendeu que os condicionantes mais próximos da migração intrametropolitana seriam elementos ligados aos mercados de terras e de trabalho, definidores, junto de outros fatores, de uma estrutura de incentivos e constrangimentos à migração intrametropolitana.

Em um estudo ancorado em dados quantitativos, conforme realizado pelo último autor, Lago (2000) estuda as desigualdades e segregação socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1970 e 1990, possuindo, como uma de suas principais hipóteses, a ideia de que as transformações sociais e espaciais ocorridas nos anos 1980 apontam para a necessidade de revisão do modelo centro-periferia. A autora reconhece, seguindo a mesma linha de Cunha (1994), a mobilidade intrametropolitana enquanto um processo inerente à estruturação do espaço urbano.

Acompanhando a perspectiva dos dois últimos autores, Caiado (2006) realiza um estudo tentando avaliar as alterações na distribuição e no perfil socioespacial da população na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno, associando esse processo ao de urbanização e estruturação urbana deste espaço. Observa que o processo de estruturação interna de uma cidade se dá a partir da mediação entre fatores estruturais ligados ao processo produtivo e ao cotidiano das populações.

Seguindo essa mesma linha, Jakob (2003), a partir de uma perspectiva histórica, faz uma análise sociodemográfica da constituição do espaço urbano da RMBS. Observa uma clara relação entre a modificação das formas de ocupação dos espaços e o comportamento demográfico. Segundo seus principais achados, os novos arranjos familiares são em grande parte os responsáveis pelas mudanças nas formas de ocupação dos espaços, apresentando implicações visíveis nos processos de periferização, via mobilidade residencial realizada para tais áreas, e no envelhecimento populacional de certos locais.

Silva (2013) propõe uma reflexão sobre a relação entre a cidade, o urbano e o metropolitano com a localização da população e o seu comportamento demográfico. Como principais achados, observaram-se significativas diferenças na dinâmica populacional a partir da divisão social do espaço metropolitano. Os padrões percebidos se mostraram correlacionados à mobilidade e imobilidade espacial da população, condicionadas às

perspectivas de incentivos ou constrangimentos a quem potencialmente poderia se mover no território. Além disso, constatou-se a coexistência de lógicas para os movimentos populacionais intermunicipais que passam tanto pela clássica relação centro-periferia, assim como, por novos padrões assumidos pela estrutura metropolitana.

Mais recentemente, Dota (2015) analisou relevância do contexto territorial para o fenômeno migratório, tanto em relação às características dos migrantes quanto no destino dos fluxos migratórios. Constatou que tais movimentos (volumes, fluxos e características), ao mesmo tempo, respondem ao processo de produção do espaço e também podem estruturá-lo a partir da criação de novos assentamentos.

Além de exporem uma relação intrínseca entre mobilidade espacial da população e expansão urbana, observada em contextos metropolitanos distintos, alguns dos estudos citados acima mostraram associações entre a mobilidade residencial e a intensificação dos processos de segregação ou autosegregação socioespacial da população.

Para este último sentido, Cunha (2015a) salienta que os fatores que colocam a população em movimento tendem a gerar seletividades específicas dos migrantes não apenas em termos demográficos, como sexo, idade, ciclo vital e tipo de família, mas também e, sobretudo, em termos socioeconômicos. Préteceille (2003) corrobora essa argumentação, ao afirmar que a mobilidade residencial é, para uma família, um meio de melhorar individualmente sua acessibilidade aos equipamentos e/ou aos empregos. Todavia, essa prerrogativa é seletiva, já que essa mobilidade está hierarquizada socialmente. Ela é mais fácil e mais frequente para as categorias superiores, nas quais as rendas e os recursos sociais permitem escolhas mais amplas. Por sua vez, é mais difícil e menos frequente para as classes populares, que estão ou constrangidas pelas regras de acesso às habitações sociais, ou dependentes do mercado de aluguel de baixa qualidade que tende a se reduzir, ou são proprietárias nos segmentos menos demandados do mercado, geralmente mais distantes, nas periferias pobres e favelas.

Sabe-se que habitar essas áreas não é uma escolha individual, conforme foi apresentado no capítulo anterior. É, pois, produto da ação modeladora dos agentes econômicos, que em suas políticas de classe interferem na localização das instituições e nos usos da terra que se faz nas cidades, moldando a estrutura, de incentivos e constrangimentos, à migração. Sendo assim, estudar a redistribuição da população, e dos grupos sociais em particular, é de importância fundamental, seja para compreender o acesso a bens e serviços essenciais, seja pela importância dessa localização nas possibilidades de ascensão social (CORRÊA, 2011).

2.1. A dinâmica sociodemográfica da RMBS nos últimos 20 anos²⁷

A Baixada Santista não foge ao padrão da dinâmica sociodemográfica associada ao processo de metropolização vivido pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras recentemente e descrito no item anterior. Evidentemente, no recorte espacial em questão, tal processo ganhou nuances específicas, tendo em vista a peculiaridade dos seus condicionantes de ocupação da região, apresentados no primeiro capítulo.

Além disso, ressalta-se que o recorte temporal dos últimos 20 anos vincula-se às especificidades assumidas pela dinâmica de ocupação da região nesse período. Mais precisamente, faz menção às articulações socioespaciais da RMBS com o processo de metropolização expandida paulista, que ficaram mais pronunciadas neste período e que condicionaram significativamente a produção do espaço intrametropolitana. Como não poderia ser diferente, este fenômeno também afetou diretamente sua dinâmica sociodemográfica interna.

2.1.1. A redistribuição espacial da população

Ao longo de sua trajetória histórica, o processo de dispersão da ocupação na Baixada Santista, exposto no capítulo 1, apresenta contrapartidas populacionais claras que se inscrevem em um processo mais amplo de periferação/suburbanização metropolitana. Conforme se pode notar ao se consultar a literatura sobre o tema, refere-se mais à suburbanização do que à periferação para se denominar o processo de dispersão urbana ao longo das aglomerações metropolitanas. Em verdade, observa-se que o uso dos termos suburbanização e periferação e suas respectivas expressões espaciais possuem raízes históricas que explicam as diferenças na utilização dos termos em determinados contextos de expansão urbana.

Assim sendo, segundo Fishman (1966), o processo de expansão urbana anglo-americano foi orientado predominantemente por uma lógica liberal com menos interferência estatal, segundo a qual burguesia se instalou em suas periferias geográficas, longe da poluição das fábricas e dos grupos sociais de menor poder aquisitivo, configurando os subúrbios. Não por acaso, de acordo com Martins (2001, p. 7), a noção de subúrbio nesses contextos

²⁷ Esta seção beneficia-se dos resultados de atlas elaborados por Cunha e Jakob (2005) e Cunha e Farias (2017) para a Região Metropolitana da Baixada Santista e divulgados em 2005 e em 2017. Para maiores detalhes ver: Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/atlas/atlas_santos_new/index.php> e <<http://www.librum.com.br/santosmetro/info/>>.

usualmente esteve associada "aos espaços residenciais de alto nível ao redor das grandes cidades, algo no limite entre o rural e o urbano, ou o lado 'bom' do urbano".

Por sua vez, nas cidades europeias continentais e suas discípulas latino-americanas, incluindo-se aí as cidades brasileiras, essa periferia geográfica foi ocupada pelos grupos sociais menos abastados, reservando-se o *innercity* para a residência da burguesia. Como aponta Fishman (1966), a ação do Estado burguês foi decisiva no sentido de “limpar” as áreas centrais das cidades do proletariado por meio de grandes reformas urbanas, como a de Haussman em Paris. Tal processo foi viabilizado mediante a implementação de transporte público para essas zonas periféricas, assim como, por meio de incentivos fiscais para a instalação de atividades econômicas nas mesmas.

No caso do Brasil, dadas as peculiaridades da ocupação das áreas periféricas geograficamente em relação às zonas centrais metropolitanas, em um processo geralmente associado à precariedade social da urbanização de tais áreas, denomina-se o processo de ocupação das mesmas de *periferização*. No entanto, Martins (2001), reportando-se ao exemplo da cidade de São Paulo, ressalta que os primórdios do processo de expansão urbana para as periferias geográficas guardavam aspectos relativos à configuração de um subúrbio. Neste caso, o padrão de ocupação de tais áreas mesclava aspectos do urbano com o rural, resguardando-se a qualidade de vida dos que ali residiam, mesmo que não pertencessem a grupos sociais abastados, como acontecia em muitos subúrbios industriais da capital paulista. Posteriormente, na visão do último autor citado, a concepção de subúrbio foi "subvertida" pela de periferia. Enquanto um dos símbolos da urbanização no capitalismo periférico, a periferia seria a própria negação do urbano, não somente por seu acúmulo de carências, mas por se constituir em um dos fatores de atraso do próprio capitalismo, já que era produto da especulação imobiliária, da segregação residencial, etc.

Mais recentemente, ressalta-se que, em decorrência do processo de reestruturação urbana, novos grupos sociais passam a ocupar as zonas periféricas geográficas das cidades, as quais, até então, se constituíam nas periferias definidas nos termos discutidos por Martins (2001) no parágrafo anterior. Nesse novo contexto de ocupação urbana, haveria novamente uma ressignificação da noção de periferia, a partir do surgimento das “novas periferias metropolitanas” (COSTA, 2006) ou "periferias elitizadas" (CUNHA 2018), vinculadas à ocupação de grupos sociais mais abastados. Elas acabam por se inscreverem no processo de *periferização* das aglomerações urbanas nacionais da atualidade, ao lado das periferias "tradicionais", voltadas à ocupação dos extratos mais pobres da população.

Enquanto correspondência sociodemográfica do processo de periferização se encontra a redistribuição espacial da população, a qual, ora ocorre simultaneamente ao processo de expansão periférica do ambiente construído, em uma relação dialética com o mesmo, ora a seu reboque, assumindo o papel de uma contrapartida sociodemográfica. Sobrino (2007) corrobora essa última perspectiva de análise ao afirmar que a suburbanização/periferização refere-se usualmente à dispersão da população do centro para a periferia. Uma maneira simples de dimensionar esse fenômeno consistiria em analisar a mudança na participação da cidade central e da periferia na concentração de população durante um período de tempo. Em seguida, estudar-se-iam o grau, a velocidade e a intensidade do fenômeno em questão.

Levando-se em conta que a RMBS faz parte do processo de metropolização expandida paulista, procede-se à análise considerando sua inserção na Macrometrópole Paulista (MMP). Isso porque, verifica-se um processo de dispersão da ocupação na escala da unidade análise regional em questão, sendo que a RMBS, em decorrência de seus particulares condicionantes de ocupação, apresenta uma participação igualmente peculiar em comparação com as demais unidades regionais que compõe a MMP.

Conforme se pode consultar na Tabela 8, a RMBS registra certa estabilidade de valores na participação relativa de sua população, ficando no patamar de 5%, para os anos considerados. Outras unidades regionais que conformam a MMP, por sua vez, apresentam incrementos em seu peso relativo na população total da MMP, como é o caso da RMC, que passou de 5,9% a 6,8%, entre 1991 e 2010. Podem parecer valores pouco representativos em seu tamanho, dada a primazia da RMSP, mas retratam a tendência de espraiamento da ocupação ao longo da MMP, em um processo vinculado à "desconcentração concentrada" da estrutura produtiva paulista (SILVA; CUNHA; ORTEGA, 2017).

A RMBS, como discutido no primeiro capítulo, não foi privilegiada no processo de desconcentração das atividades econômicas como seus pares metropolitanos do interior. No entanto, apresenta importantes trocas populacionais, especialmente com a RMSP, o que, conforme se poderá ver posteriormente, têm influências substanciais no aumento da participação relativa da população e na dinâmica demográfica de alguns municípios da Baixada Santista, e, por conseguinte, da região como um todo.

Desdobrando o estudo da dinâmica populacional metropolitana por município, consegue-se visualizar mais claramente o processo da redistribuição espacial da população na Baixada Santista, tanto sob o ponto de vista de sua magnitude, quanto de sua velocidade. Assim sendo, como pode ser verificado para outras regiões metropolitanas brasileiras, torna-

se notável a desconcentração espacial da população dos municípios centrais para os mais periféricos, conformando-se o que se entende aqui por *periferização*.

Percebe-se que, ao longo do período considerado, os municípios centrais da região (Cubatão, São Vicente, Santos e Guarujá) tendem a manter ou diminuir a sua participação relativa, enquanto que os periféricos (Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe) tendem a aumentar seu peso no total da população regional. Mais especificamente, verifica-se que Santos, o polo regional, em 1970, representava mais de 50% da população da região, no entanto, sua participação foi paulatinamente reduzida ao longo dos anos, ficando restrita a cerca de 1/4 da população da RMBS em 2010.

Além disso, observa-se que a velocidade da perda de participação de Santos na população regional variou ao longo do período de tempo considerado. Isso porque, de 1970 para 1980, de 1980 para 1991, de 1991 para 2000 e de 2000 para 2010, os valores reduziram-se em torno de 10%, 8%, 6% e 3%, respectivamente.

Conforme pode ser verificado na Tabela 8, constata-se que essa redução na participação relativa não se deu por perda absoluta de população, ainda que o crescimento tenha sido relativamente pequeno nos períodos mais recentes. De fato, Santos vem perdendo participação relativa em função de seu baixo ritmo de crescimento populacional em relação aos demais municípios metropolitanos.

Observa-se igualmente que, a partir da década de 1990, os demais municípios do *core* metropolitano adjacentes a Santos seguem essa mesma dinâmica populacional. Cubatão, a partir dos anos 1980, apresenta, mesmo que suavemente, contínuo decréscimo em sua participação relativa. Não é demais lembrar que é a partir desse período que se sentem os efeitos mais pronunciados da crise econômica e do ajuste fiscal neste município. São Vicente e Guarujá seguem a mesma tendência a partir de 1991 e 2000, respectivamente.

Em contrapartida, os demais municípios periféricos metropolitanos apresentaram aumento em sua participação, ainda que a primazia da ocupação regional encontre-se restrita aos cinco municípios componentes do que vimos chamando de *core* metropolitano: Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande. Mesmo em 2010, essas municipalidades, em seu conjunto, eram representativas de cerca de 85% da população da RMBS.

Logo, o processo de *periferização* ocorre com representatividade e de *facto* em Praia Grande, município que se apresenta como o mais importante vetor de expansão metropolitana da Baixada Santista. Em 1970, respondia por apenas 3% da população regional, passando para 15% no período mais recente. Além disso, ressalta-se que seu ritmo de crescimento, apesar da tendência de arrefecimento, continua alto em comparação às demais

municípios, tendo como consequência a elevação de quase três pontos percentuais em sua participação relativa na população regional no último decênio.

Em suma, verifica-se que, assim como outras regiões metropolitanas brasileiras, a RMBS apresenta um baixo crescimento demográfico, especialmente em decorrência da aceleração da queda das taxas de fecundidades ocorrida nas últimas décadas e arrefecimento dos fluxos migratórios de longa distância. Todavia, ainda possui um grande potencial endógeno de redistribuição espacial da população, uma vez que continua apresentando grande disparidade interna na distribuição geográfica dos seus habitantes entre os municípios que a compõem. Este cenário fica bem claro entre aqueles que fazem parte do *core* metropolitano e os que integram a periferia metropolitana e regional.

TABELA 8 – População residente, crescimento populacional e peso relativo da população. Municípios selecionados. RMBS – 1970-2010

Unidade geográfica	População residente					Participação relativa (%)					Referência
	1970	1980	1991	2000	2010	1970	1980	1991	2000	2010	
Bertioga (1)	3.575	4.233	11.473	30.039	47.645	0,55	0,44	0,94	2,03	2,86	RMBS
Cubatão	50.906	78.631	91.136	108.309	118.720	7,79	8,18	7,47	7,33	7,13	
Guarujá	94.021	151.120	210.207	264.812	290.752	14,39	15,72	17,23	17,93	17,47	
Itanhaém	14.515	27.464	46.074	71.995	87.057	2,22	2,86	3,78	4,88	5,23	
Mongaguá	5.213	9.928	19.026	35.098	46.293	0,80	1,03	1,56	2,38	2,78	
Peruibe	6.966	18.411	32.773	51.451	59.773	1,07	1,92	2,69	3,48	3,59	
Praia Grande	19.694	66.004	123.492	193.582	262.051	3,01	6,87	10,12	13,11	15,75	
Santos S/Bertioga	342.055	412.444	417.450	417.983	419.400	52,35	42,91	34,21	28,30	25,20	
São Vicente	116.485	193.008	268.618	303.551	332.445	17,83	20,08	22,01	20,55	19,98	
RMBS	653.430	961.243	1.220.249	1.476.820	1.664.136	.	.	5,30	5,43	5,45	
Macrometrópole (MMP)	.	.	23.015.932	27.217.885	30.517.375	.	.	72,86	73,50	73,96	ESP
ESP	17.771.948	25.042.074	31.588.925	37.032.403	41.262.199

Unidade geográfica	Crescimento populacional							
	Nº absolutos				Taxa média anual (%)			
	70/80	80/91	91/00	00/10	70/80	80/91	91/00	00/10
Bertioga (1)	658	7.240	18.566	17.606	1,70	9,49	11,29	4,72
Cubatão	27.725	12.505	17.173	10.411	4,44	1,35	1,94	0,92
Guarujá	57.099	59.087	54.605	25.940	4,86	3,05	2,60	0,94
Itanhaém	12.949	18.610	25.921	15.062	6,58	4,82	5,08	1,92
Mongaguá	4.715	9.098	16.072	11.195	6,65	6,09	7,04	2,81
Peruibe	11.445	14.362	18.678	8.322	10,21	5,38	5,14	1,51
Praia Grande	46.310	57.488	70.090	68.469	12,86	5,86	5,12	3,07
Santos S/Bertioga	70.389	5.006	533	1.417	1,89	0,11	0,01	0,03
São Vicente	76.523	75.610	34.933	28.894	5,18	3,05	1,37	0,91
RMBS	307.813	259.006	256.571	187.316	3,94	2,19	2,14	1,20
Macrometrópole (MMP)	.	.	4.201.953	3.299.490	.	.	1,88	1,15
ESP	7.270.126	6.546.851	5.443.478	4.229.796	3,49	2,13	1,78	1,09

Fonte: IBGE (Dados da amostra e do universo dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

(1) O município de Bertioga era um distrito de Santos até o Censo Demográfico de 1991. Para fins de comparação, seus valores foram considerados separados em relação ao polo regional desde o Censo Demográfico de 1970. O IBGE apenas disponibiliza os dados desagregados de Bertioga advindos do boletim da amostra para os de 1970 e 1980, logo os valores desses dois anos são referentes a tal fonte, enquanto os de 1991, 2000 e 2010 são relativos ao Universo, sem prejuízo para o curso das análises propostas pelo trabalho.

Atendo-se ao ritmo de crescimento populacional da região, fica ainda mais claro o panorama descrito anteriormente, visto que se o volume absoluto desse crescimento em muitas situações acaba não chamando a atenção, a intensidade de ocorrência do fenômeno em

questão, revelada pelas taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional, pode ressaltar importantes diferenciais em sua dinâmica demográfica e de ocupação do seu território. Sobrino (2007) corrobora tal assertiva ao afirmar que o processo de suburbanização/periferização encontra-se mais relacionado com o tamanho da população, enquanto a descentralização da ocupação associa-se melhor com a taxa de crescimento populacional.

Ainda observando Tabela 8, percebe-se que a RMBS apresentou uma sensível queda no ritmo de crescimento, passando do patamar de quase 4% a.a., nos anos 1970, para apenas 1,2% a.a., nos anos 2000. O processo de reestruturação produtiva e os ajustes fiscais dos anos 1990 afetaram intensamente a RMBS, contribuindo para o arrefecimento dos fluxos migratórios de longa distância destinados à região. Ademais, a aceleração da queda da taxa de fecundidade, a partir dos anos 1980, concorreu para acentuar essa redução do ritmo de crescimento. Característica peculiar à região, a falta de espaços propícios à expansão urbana, levando à saturação de quase totalidade de seu território ocupável, igualmente, foi um importante condicionante que contribuiu para intensificar a dinâmica demográfica em questão.

Contextualizando a intensidade do crescimento populacional da Baixada Santista com a MMP, constata-se que a região apresenta taxas de crescimento ligeiramente acima das observadas para a RMSP (1,64% a.a. - 1991/2000 e 0,97% a.a. - 2000/2010), para a macrometrópole como um todo (1,88% a.a. - 1991/2000 e 1,15% a.a. - 2000/2010) e para o Estado de São Paulo (1,78% a.a. - 1991/2000 e 1,09% a.a. - 2000/2010). Todavia, seus valores tendem a ser geralmente menores que as demais regiões metropolitanas do interior consideradas: RMC (2,54% a.a. - 1991/2000 e 1,81% a.a. - 2000/2010) e RMVLN (2,1 % a.a. - 1991/2000 e 1,29% a.a. - 2000/2010).

Esse último resultado, em linhas gerais, correlaciona-se com aqueles apresentados no primeiro capítulo sobre a expansão do ambiente construído ao longo da MMP. Isso porque, ilustra a seletividade espacial patente ao processo de desconcentração das atividades econômicas e da ocupação ao longo da MMP, o qual tendeu a privilegiar as outras unidades regionais interioranas da macrometrópole em detrimento da RMBS.

Se o ritmo de crescimento populacional para a Baixada Santista como um todo apresentou forte redução, principalmente nos anos 2000, quando a análise é feita por município, esse quadro muda. Em primeira linha, mesmo com o fato de em todos os casos ser constatada queda nas taxas, verifica-se uma nítida diferenciação do ritmo de crescimento entre eles. Da década de 1970 até os anos 2000, notou-se que o número de municípios que

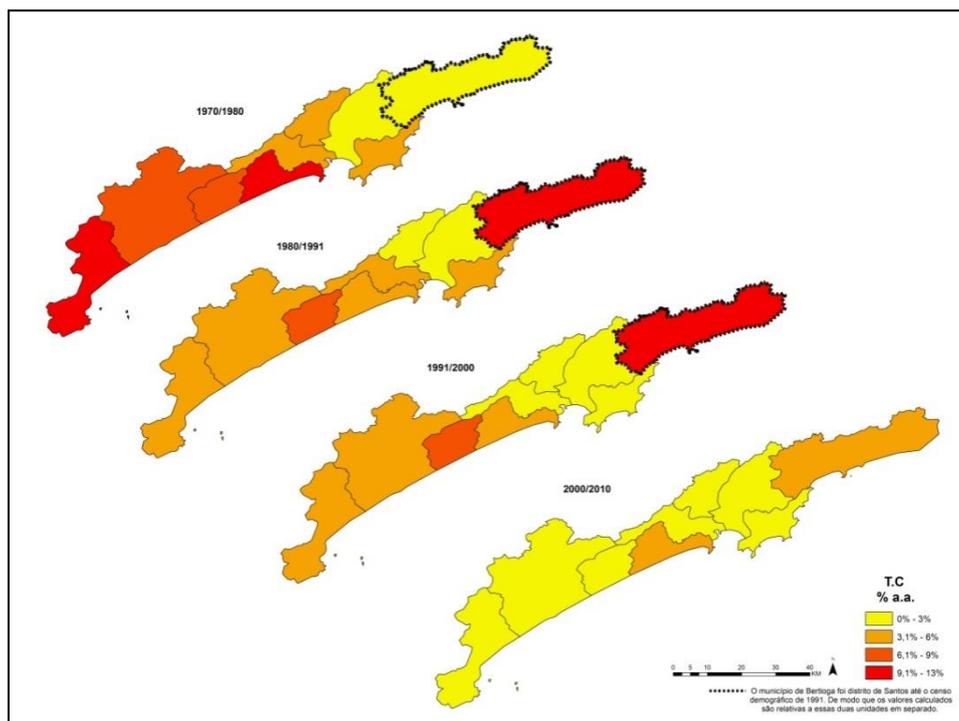
criaram abaixo da média metropolitana aumentou, sendo que, em 2000/2010, nitidamente, aqueles que compunham o *core* metropolitano – Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá – formaram o grupo em questão.

Santos, por exemplo, desde 1970, apresentou valores abaixo da média da RMBS, oscilando de 1,89 % a.a., em 1970-1980 até 0,03% a.a., em 2000-2010. Nesse caso específico, parece que fica claro que essa dinâmica populacional é determinada, tanto por condicionantes sociodemográficos mais gerais que afetam de forma comum os núcleos das regiões metropolitanas brasileiras, como a aceleração da queda da taxa de fecundidade e redução da imigração de origem externa, quanto por condicionantes endógenos à Baixada Santista. Neste último caso, cita-se a já mencionada saturação da ocupação da Ilha de São Vicente, a qual explica os valores extremamente reduzidos da taxa de crescimento populacional no município de Santos, principalmente nas três últimas décadas consideradas.

Por sua vez, os municípios que são considerados as principais “frentes” de expansão metropolitana – Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém, ao sul, e Bertioga, ao norte – apresentaram taxas de crescimento sempre acima da média regional. Em específico, Praia Grande e Bertioga destacam-se ainda mais nesse quesito, tendo em vista que apresentaram valores muito acima da média regional em 2000/2010 (3,07% a.a. e 4,72% a.a., respectivamente), mesmo num período de menor ritmo de crescimento para a RMBS.

A visualização do Mapa 12 evidencia o fato de que o processo de desconcentração espacial, apesar da redução da intensidade do incremento populacional, ainda se mantém e talvez ganhe mais representatividade na dinâmica demográfica metropolitana. Isso porque, embora também apresentem tendência de redução de seu crescimento, os municípios periféricos sempre apresentam taxas geométricas de crescimento relativamente mais altas que a dos municípios centrais de ocupação mais antiga, marcando a intensidade do processo de dispersão da ocupação e periferização na região.

MAPA 12 – Taxas geométricas médias anuais de crescimento populacional. Municípios selecionados. RMBS – 1970-2010



Fonte: IBGE (Dados do universo do Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Considerando que os processos de redistribuição espacial de população e de periferização de *facto* não respeitam os limites político-administrativos das municipalidades, a visualização da taxa de crescimento populacional segundo setores censitários permite observar sua variabilidade geográfica. Aliás, Sobrino (2007) ratifica essa perspectiva analítica ao afirmar que muito da extensão e ritmo do processo de suburbanização/periferização pode ser escamoteado em decorrência do uso de unidades espaciais analíticas muito agregadas.

Mais do que isso, o uso dos setores censitários, para a apresentação do indicador em questão, permite observar ou, no mínimo, vislumbrar as contiguidades socioespaciais do processo de ocupação metropolitana, mostrando-se com isso que, em uma área metropolitana como a Baixada Santista, as dinâmicas sociodemográficas não respeitam os limites político-administrativos, integralizando-se entre os municípios que compõem a região, mediante a atuação dos condicionantes da ocupação da região.

Dessa maneira, a partir da leitura do Mapa 13, verifica-se um quadro relativamente diferente do observado anteriormente para a escala municipal. Isso porque, municípios que figuravam com baixo crescimento populacional, em seu agregado territorial, exibem grande heterogeneidade interna. Essa realidade fica bem evidenciada nos municípios do *core* metropolitano.

Assim sendo, se nos setores censitários, correspondentes a Ilha de São Vicente em Santos e São Vicente, observou-se crescimento negativo ou próximo de zero, na zona continental de São Vicente, localizada na fronteira com Praia Grande e ao longo da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, constatou-se elevado ritmo de crescimento populacional, com valores acima de 5% a.a. Aí, seguindo a leitura de Negreiros (1992) do processo de expansão urbana da RMBS, configura-se o vetor de expansão urbana sul, que se estende ao longo da linha de costa até o município de Peruíbe. Da mesma forma, fica evidente o vetor de expansão noroeste, que ainda merece destaque pelos valores acima da média regional, em particular na zona mais ao norte de Cubatão às margens das Rodovias Anchieta e Imigrantes.

Por fim, o vetor de expansão urbana norte pode ser claramente identificado nos padrões espaciais de crescimento populacional, já que tanto na zona relativa ao distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá, como em Bertioga, neste caso, voltada às elites, registraram-se taxas acima de 5% a.a.

Não é demais lembrar que esses vetores de crescimento populacional correspondem, conforme se pode visualizar com o cartograma da janela do canto superior esquerdo do Mapa 13, aos mesmos vetores de expansão de domicílios detectados a partir da análise do mapa de crescimento médio anual dos domicílios no capítulo 1. Todavia, essa correlação espacial entre os indicadores de crescimento populacional de pessoas e domicílios não significa que as intensidades sejam as mesmas. De fato, se, em 2000/2010, a taxa de crescimento populacional da RMBS foi de apenas 1,2% a.a., a registrada para os domicílios particulares permanentes foi de 2,1% a.a. Em alguns setores censitários, as discrepâncias foram ainda maiores: observou-se um crescimento domiciliar superior a 10% a.a., enquanto que a intensidade do crescimento populacional correspondente foi de maneira geral bem menor.

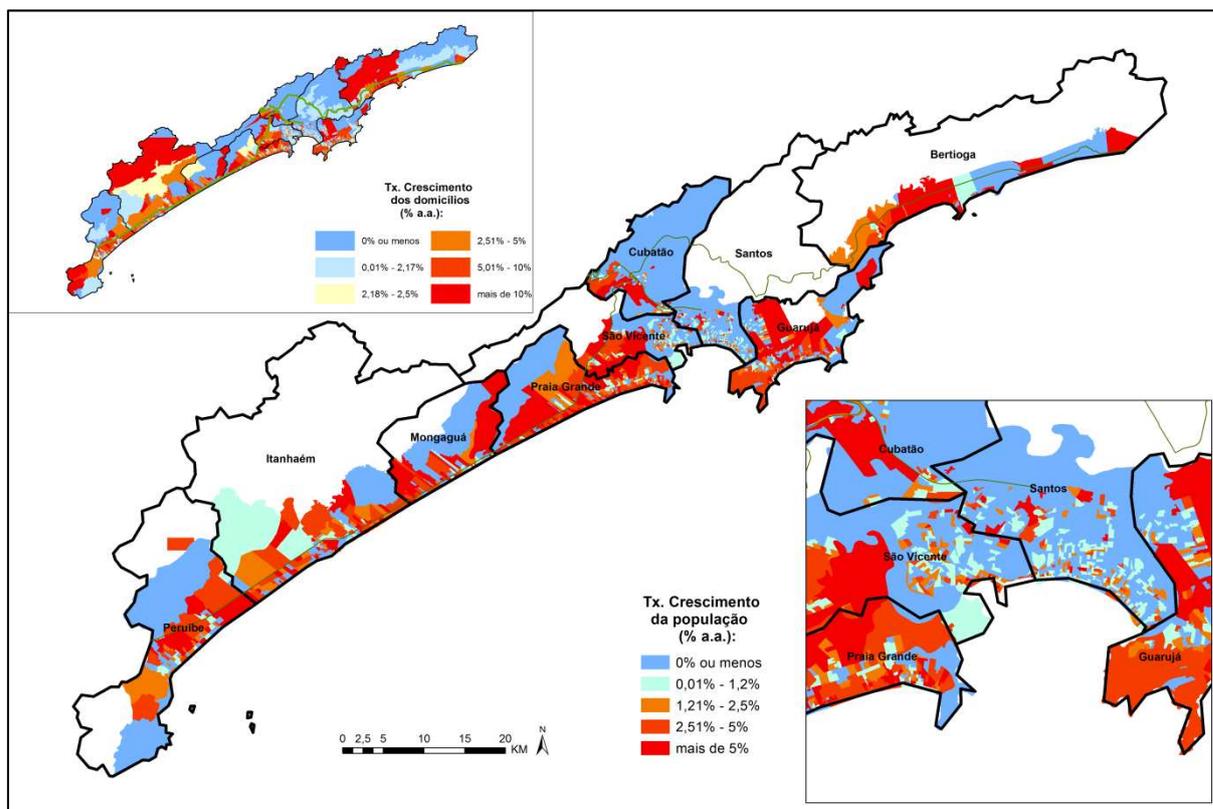
De acordo com Ojima (2016), o ritmo de crescimento dos domicílios mais elevado em relação ao populacional não é somente resultado das transformações sociais e econômicas – discutidas no capítulo 1 – vinculadas aos desdobramentos geográficos, discutidos por Harvey (2011), do processo de reestruturação produtiva, no qual os excedentes de capitais gerados no circuito de reprodução do capital passam a ser reinvestidos no mercado imobiliário em detrimento do processo produtivo. Mais do que isso, esse descompasso no ritmo de crescimento entre pessoas e domicílios também está ligado a mudanças na dinâmica demográfica. Por exemplo:

Uma das consequências da redução do ritmo de crescimento populacional brasileiro será a mudança na composição etária e nos arranjos domiciliares. Assim, uma família de casal jovem com filhos onde 5 pessoas ocupavam um mesmo domicílio, hoje mais envelhecido, deve ocupar pelo menos 3 domicílios. Um onde eventualmente permanecem os pais, mais idosos hoje. E outros onde vivem os filhos que, já adultos jovens, constituíram nova família ou vivem sós (OJIMA, 2016, p. 22-23).

Em suma, os domicílios tendem a possuir, em média, menos pessoas. Em contrapartida, em função da tendência de fragmentação das famílias, ilustrado pelo exemplo hipotético da citação anterior, espera-se uma maior proporção de domicílios, assim como, uma maior quantidade de cômodos por domicílio. Em uma sociedade tão heterogênea como a brasileira, no entanto, tal processo deve ser relativizado, tendo em vista que essas tendências de mudança nas famílias tendem a ocorrer em graus diferenciados nos diferentes grupos sociais que constituem a população do país.

Ainda segundo Ojima (2016), percebe-se que o crescimento populacional, mesmo em níveis mais baixos em comparação ao passado, ainda se constitui num indutor da dispersão urbana. Contudo, considerando outras variáveis sociodemográficas (arranjos domésticos, densidade domiciliar, etc.), nota-se que há elementos muito mais relevantes, que influem no processo de dispersão, periferação e metropolização da RMBS.

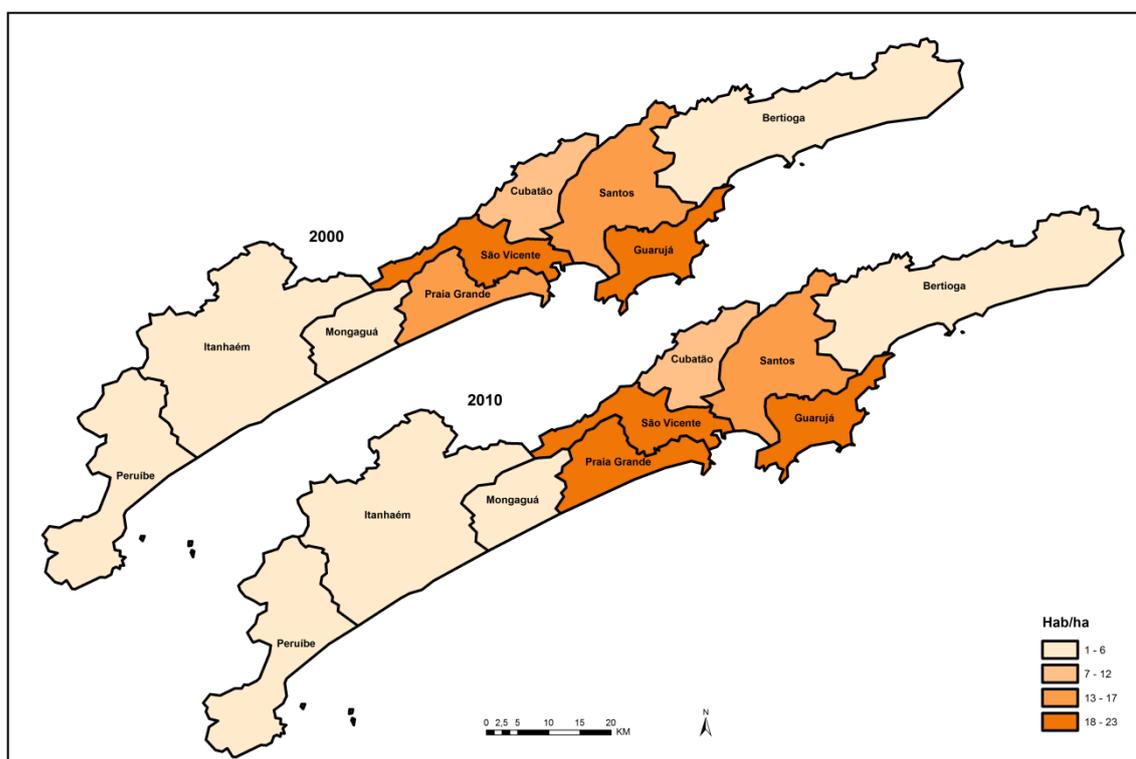
MAPA 13 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2000/2010



Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Conforme apontado por Sobrino (2007), a densidade demográfica, ao lado da distribuição proporcional da população no território e das taxas de crescimento populacional, coloca-se como um indicador útil para avaliar o processo de redistribuição espacial da população nas áreas metropolitanas. Para a RMBS (Mapa 14), este indicador mostra uma relativa estabilidade de valores para os municípios do *core* metropolitano (Santos, por exemplo, repetiu o valor de 14,9 habitantes por hectare, em 2000 e 2010), fato que pode estar relacionado à saturação dos espaços destinados à ocupação, especialmente na Ilha de São Vicente. Por sua vez, as frentes de expansão metropolitana registraram aumentos mais significativos em suas densidades demográficas, destacando-se, principalmente, Praia Grande, que passou de 13 para 17,5 hab./ha, no período considerado.

MAPA 14 – Densidade demográfica. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010

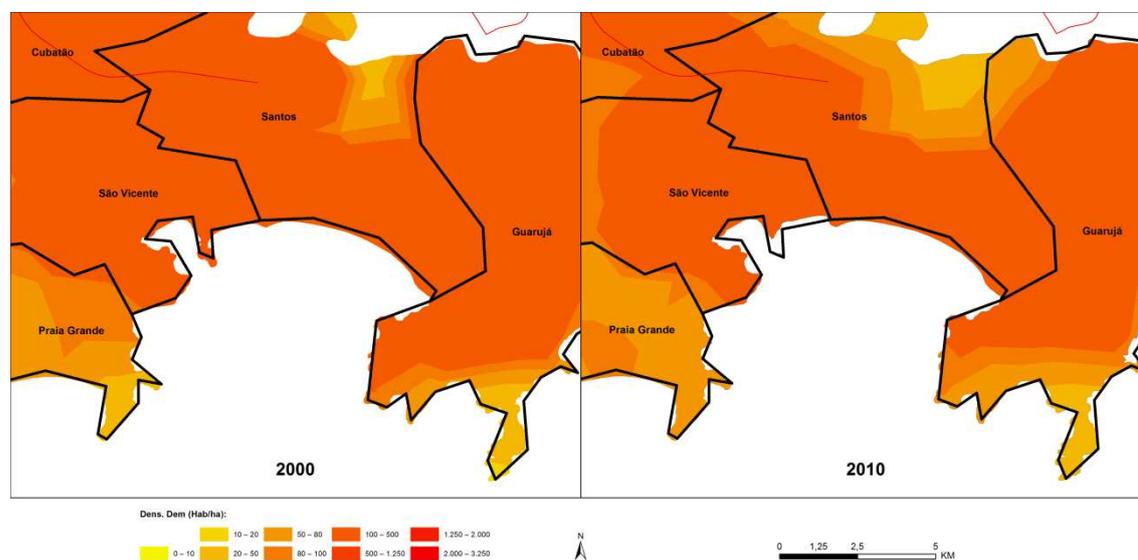
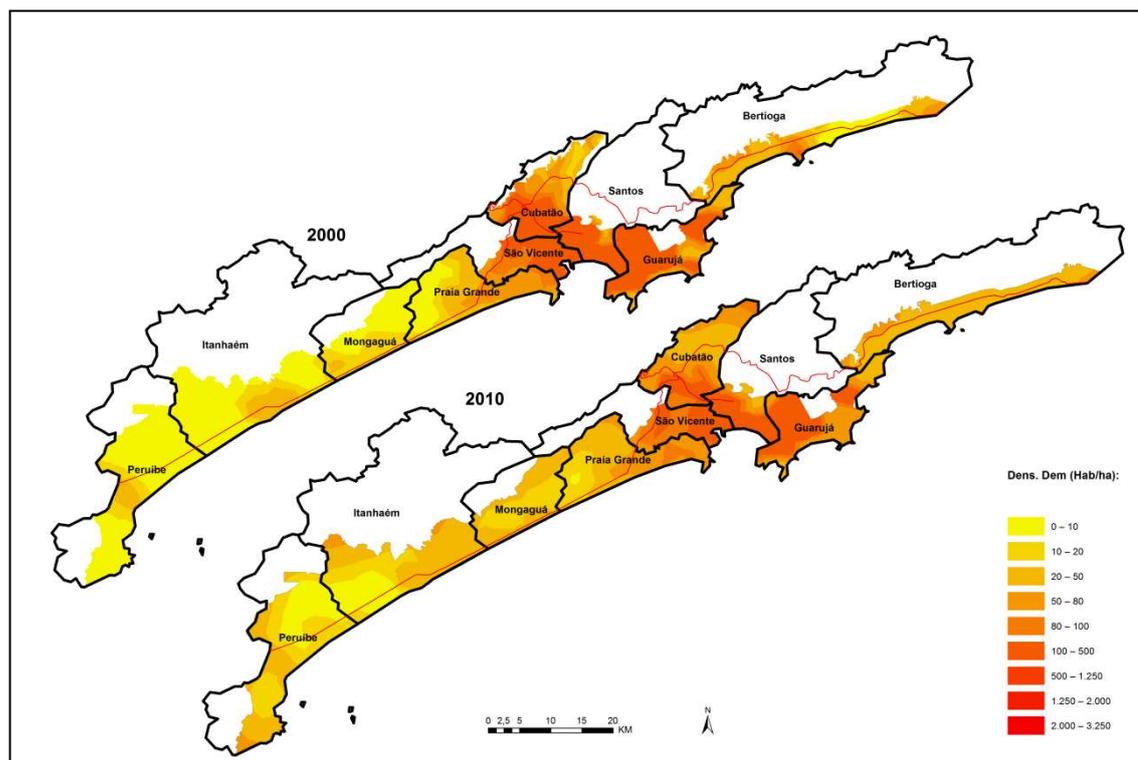


Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

A análise da densidade demográfica por setores censitários permite uma visualização mais precisa da distribuição da população ao longo da mancha urbana da Baixada Santista. Assim, conforme se pode notar na janela de *zoom* do Mapa 15, os maiores valores registrados são observados na Ilha de São Vicente, com valor médio de 232 e 243 habitantes por hectare, em 2000 e 2010, respectivamente. Ademais, percebe-se maior densidade populacional no vetor noroeste de expansão urbana, entre São Vicente e Cubatão, além da Ilha de Santo Amaro (município de Guarujá), conformando-se em uma mancha contínua de ocupação mais intensa²⁸.

²⁸ Ao se realizar a análise da densidade demográfica por setores censitários urbanos, deve-se ter cuidado com a variação territorial dessas unidades de análise ao longo dos levantamentos em questão. Isso porque houve um aumento significativo dos setores urbanos de 2000 para 2010, o que parece explicar a nítida redução da densidade demográfica em alguns pontos da mancha urbana, a despeito do notório incremento da populacional no período em questão. Para se contornar essa questão, utilizaram-se os setores censitários compatibilizados entre os dois anos considerados.

MAPA 15 – Densidade demográfica. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2000-2010



Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Não por acaso, essa é a área de ocupação mais antiga da região e, portanto, aquela sujeita mais ostensivamente às limitações impostas pelos condicionantes à expansão urbana discutidos no primeiro capítulo. Entre estes últimos podem-se citar: morros, mangues, estuário e áreas destinadas às atividades industriais e portuárias.

Por outro lado, percebe-se claramente um processo de adensamento populacional ao longo do vetor sul de expansão urbana, destacando-se Praia Grande, Mongaguá e

Itanhaém. Da mesma forma, Bertioga também registra uma intensificação de sua ocupação, não mais restrita à área do condomínio/bairro “Riviera de São Lourenço”, mas também por todo o seu território urbano. Não é demais lembrar que essas são justamente as áreas que apresentaram crescimento populacional mais elevado, assim como, aquelas que receberam mais imigrantes metropolitanos ou oriundos da RMSP.

Em suma, a análise do processo de redistribuição espacial da população da Baixada Santista, nos últimos anos, apresentou nuances específicas relacionadas às peculiaridades de seus condicionantes da ocupação. Seguindo a proposta de Sobrino (2007)²⁹, o qual propôs a existência de um "ciclo de vida" do processo de urbanização/metropolização das grandes aglomerações urbanas, conclui-se que a RMBS encontra-se na fase de suburbanização/desconcentração. Isso porque, a periferia apresenta um maior ritmo de crescimento populacional em relação à cidade central, apesar de ainda se registrar crescimento absoluto positivo nesta última.

Todavia, conforme se pode verificar nos mapas de densidade demográfica, a primazia do processo de ocupação até o momento é restrita ao que se chama aqui de *core* metropolitano, que ainda apresenta as maiores concentrações de população e as maiores densidades urbanas. Além disso, verificou-se que o processo de desconcentração populacional é tímido geograficamente, ficando restrito aos municípios adjacentes ao polo metropolitano.

De fato, o único vetor de expansão urbana com relevância metropolitana foi o município de Praia Grande, já que os demais municípios metropolitanos, embora apresentassem incremento absoluto em sua população e na sua participação relativa regional, não possuíam uma dinâmica de ocupação articulada com o polo. Tal questão ficará mais clara nas próximas seções quando se tratar das componentes sociodemográficas do processo de periferização metropolitana, por meio das quais se conseguirá ver com mais clareza as complementaridades socioespaciais estabelecidas entre os municípios da região.

De qualquer forma, conforme já foi discutido, sob o ponto de vista da produção do espaço, outro fenômeno afeta a dinâmica de ocupação da região, o turismo e a segunda residência, que age como um condicionante da dinâmica sociodemográfica regional, já que uma ampla parcela do espaço urbano e dos serviços públicos é destinada, ou mesmo “reservada”, à população flutuante.

²⁹ De acordo com Sobrino (2007), as etapas do processo de metropolização são: 1) urbanização, ou concentração, quando a taxa de crescimento demográfico da cidade central supera a da periferia; 2) suburbanização, ou desconcentração, quando a periferia alcança um maior ritmo de crescimento populacional em relação à cidade central; 3) desurbanização, ou despovoamento, quando a cidade central apresenta um saldo migratório negativo e prossegue até o decréscimo absoluto de sua população; e, 4) reurbanização, ou repovoamento, quando a cidade central retoma seu crescimento demográfico.

Conforme mostram os dados da Tabela 9, a população flutuante da RMBS corresponde a pouco mais da metade da população residente regional, com tendências a se reduzir. Assim como se pôde verificar para o estoque de domicílios de uso ocasional, constata-se grandes diferenciais entre municípios, muito em função de sua inserção na dinâmica metropolitana regional, e em razão da disponibilidade em seu território da principal amenidade natural e mais valorizada da região: a praia.

Dessa maneira, enquanto São Vicente, que possui uma faixa de litoral mais restrita e exerce o papel de periferia metropolitana imediata de Santos, apresenta uma população flutuante que corresponde a apenas 10% de sua população residente, Bertioga, uma “estância balneária” por excelência, vê praticamente sua população triplicar no período. Além disso, em termos absolutos, a população flutuante deste último município tende a apresentar aumento em sua projeção de 2010 até 2017.

Por sua vez, conforme foi visualizado para os domicílios ocasionais, Praia Grande é o município que recebe o maior volume de população flutuante, apresentando em seu pico 346.673 pessoas, o que é representativo de 132,6% de sua população residente. Todavia, percebe-se uma tendência de redução do volume da população flutuante tanto em relação ao seu volume absoluto quanto ao seu peso relativo frente à população residente. Esse último resultado, em específico, parece estar associado ao fato de o município mudar seu papel de estância balneária para zona de expansão metropolitana, em um processo que vem ocorrendo nos últimos anos.

Em suma, além de induzirem a reserva de uma ampla parcela do território metropolitano, os largos contingentes de população flutuante recebidos pela região oneram os serviços de infraestrutura urbana, os quais, geralmente, são subdimensionados ao volume de pessoas que chegam aos municípios nos períodos de "alta temporada".

Desse modo, os grupos sociais de menor status socioeconômico tendem a sofrer mais intensamente as consequências sociais negativas do processo de periferização metropolitana, uma vez que são obrigados a usufruir dos serviços de infraestrutura de baixa qualidade nas zonas residenciais segregadas, ainda mais pressionados com o aumento da demanda nos referidos períodos do ano.

TABELA 9 – População flutuante projetada e peso relativo sobre a população residente. Municípios selecionados. RMBS – 2010-2017³⁰

Município	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	%	Nº abs.														
Bertioga	194,1	92.120	192,1	94.132	190,2	96.188	188,2	98.288	186,3	100.434	184,4	102.627	183,8	104.958	183,2	107.341
Cubatão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guarujá	52,7	153.146	51,9	152.101	51,1	151.063	50,3	150.032	49,5	149.008	48,8	147.993	48,1	147.108	47,4	146.228
Itanhaém	132,5	115.182	131,2	115.610	130,0	116.040	128,7	116.471	127,5	116.904	126,2	117.338	125,3	117.875	124,3	118.414
Mongaguá	181,2	83.691	178,1	83.754	175,0	83.817	171,9	83.880	168,9	83.943	166,0	84.004	163,8	84.138	161,5	84.272
Peruíbe	98,2	58.607	97,1	58.598	96,1	58.589	95,0	58.580	94,0	58.571	93,0	58.562	92,1	58.602	91,3	58.642
Praia Grande	132,6	346.673	129,4	345.607	126,3	344.544	123,2	343.484	120,3	342.427	117,3	341.374	115,1	340.613	112,9	339.854
Santos	15,8	66.329	15,6	65.489	15,4	64.660	15,1	63.841	14,9	63.033	14,7	62.235	14,5	61.499	14,3	60.772
São Vicente	11,5	38.364	11,2	37.555	10,9	36.763	10,6	35.988	10,3	35.229	10,0	34.485	9,7	33.787	9,5	33.103
RMBS	57,4	954.112	56,7	952.846	56,1	951.664	55,5	950.564	54,8	949.549	54,2	948.618	53,7	948.580	53,2	948.626

Fonte: Fundação Seade.

Apresentado o curso do processo de redistribuição espacial da população metropolitana na Baixada Santista nos últimos anos, além de suas especificidades locais, enfocam-se, no próximo item do trabalho, as suas componentes demográficas de forma a tentar desvendar as “forças” que explicam, de um lado, o baixo crescimento populacional como um todo e, de outro, as dinâmicas demográficas tão diferentes verificadas entre os municípios metropolitanos. Além disso, permite-se uma perspectiva analítica para além das contiguidades do processo de ocupação regional, podendo-se melhor compreender as complementaridades socioespaciais existentes ou vislumbradas entre os municípios da RMBS e, com isso, dimensionar melhor a extensão do processo de metropolização na região.

2.1.2. O peso da migração

Conforme foi enunciado anteriormente e confirmado pelos dados da Tabela 10, quando se consideram as componentes do crescimento populacional metropolitano³¹, é possível observar claramente a variação, tanto em termos temporais quanto espaciais, da participação relativa da migração sobre o crescimento populacional na RMBS. De fato, a importância do peso da componente migratória sobre o processo de REP nas metrópoles do

³⁰ Apesar de a Fundação Seade não divulgar a metodologia de estimação da população flutuante para os municípios turísticos da Baixada Santista, acredita-se que tenha um nível de acurácia aceitável a ponto de ser considerada para a presente análise, tendo em vista que se aproxima daquelas procedidas para os mesmos anos por outros estudos. Godinho (2008), por exemplo, através dos dados mensais de consumo da SABESP, estimou uma população flutuante de 1.263.860 pessoas para o ano de 2010 na RMBS como um todo, excluindo Cubatão. No mesmo período, conforme se pode verificar através da tabela 9, a Fundação Seade estimou tal contingente em 954.112 pessoas para a região em questão. De toda forma, salienta-se que tais estimativas não são fruto de adivinhações, mas tão somente metodologias calcadas no uso de variáveis sintomáticas sensíveis às populações flutuantes. Logo, as diferenças nas projeções tendem a se remeter à escolha dessas variáveis e do método utilizado, do que propriamente na robustez das estimativas.

³¹ As componentes do crescimento populacional podem ser sintetizadas pela chamada equação “compensadora” ou “balanceadora” da demografia: $P^f = P^i + (N - O) + (I - E)$. Onde: P = população no momento inicial (i) e final (f); N = nascimentos no período; O = óbitos no período; I = imigração; E = emigração.

século XXI pode ser verificada em outros contextos metropolitanos, tanto brasileiros como pode ser visto em Cunha, Silva e Farias (2017), quanto de outras partes do mundo.

Mais uma vez, reportando-se à leitura de Sobrino (2007) sobre o processo de metropolização das grandes aglomerações urbanas do México, o autor afirma que o crescimento demográfico dos distintos contornos metropolitanos é produto da combinação da componente natural ou vegetativa e do componente migratório. Pode-se dizer que, nos anos 2000, a componente natural passou a apresentar pouca variação ao longo do tecido metropolitano, enquanto que o componente migratório (migração e mobilidade residencial) opera como o principal mecanismo do processo de suburbanização/periferização.

De maneira geral, é justamente esse o quadro sociodemográfico que se percebe para a Baixada Santista nos últimos anos, uma vez que a componente natural apresenta baixa contribuição para o crescimento populacional, com tendência à convergência entre os municípios metropolitanos.

A análise dos indicadores das Taxas Brutas de Natalidade (TBN) e Taxas de Fecundidade Total (TFT)³² – (Tabela 10), evidencia que tanto a natalidade quanto a fecundidade na RMBS vêm se apresentando com valores muito reduzidos, sendo que para o último indicador, abaixo do nível de reposição da população que, segundo os demógrafos, seria a média de 2,1 filhos por mulher. Em 2016, os municípios que apresentavam os maiores valores para a TBN e TFT eram, respectivamente, Bertioxa e Peruíbe, o qual, justamente, registrava o nível de reposição citado anteriormente para a fecundidade. Por sua vez, Santos apresentava uma natalidade de apenas 10,7 crianças nascidas vivas para cada mil pessoas e fecundidade de 1,5 filhos por mulher; a região como um todo exibiu igualmente TBNs e TFTs reduzidas, com valores de 13,5 crianças nascidas vivas para cada mil pessoas e 1,8 filhos por mulher.

Mais do que isso, conforme mostra a última coluna da Tabela 10, verifica-se uma tendência de convergência dos valores da natalidade e da fecundidade entre todos os municípios da RMBS. Se, em 2000, a diferença entre a maior e a menor fecundidade era de 1,2, em 2016, foi de apenas 0,6. A mesma dinâmica se percebeu para a natalidade que passou

³² Não se podem perder de vista as diferenças técnicas e analíticas entre taxa de natalidade e taxa de fecundidade. Enquanto a primeira é obtida pelo quociente entre nascidos vivos e a população total em determinado ano, a segunda é derivada de taxas específicas por idade calculadas pelo quociente entre os nascidos vivos por idade da mãe e o número de mulheres naquela idade. Assim, enquanto o primeiro indicador diz respeito à intensidade de nascimento na população como um todo, o segundo refere-se ao número médio de filhos por mulher. Embora ambos os indicadores estejam relacionados com a reprodução da população e com a quantidade de nascimentos ocorridos, o primeiro deles sofre o efeito da estrutura etária, ao passo que o mesmo não acontece com o segundo. De qualquer maneira, com a pouca variação da estrutura etária na RMBS, as taxas de natalidade apontam para a mesma tendência de queda do número de nascimentos que a taxa de fecundidade.

de 8,1 para 7,3 no período. Como consequência, o crescimento demográfico diferencial entre as diversas subáreas que compõem a região tende a não receber a contribuição da fecundidade diferencial entre centro e periferia, conforme se viu no passado.

TABELA 10 – Taxa Bruta de Natalidade – TBN (1) e Taxa de Fecundidade Total – TFT (2)
Municípios selecionados. RMBS – 1994- 2016

Medida	Ano	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	RMBS	Diferença entre o maior e o menor valor
TBN	1994	21,6	22,7	23,1	21,4	18,5	22,1	19,8	15,0	20,0	-	8,1
	2000	24,0	23,0	21,5	19,7	22,1	24,2	20,1	14,9	18,8	19,1	9,4
	2010	20,0	15,6	15,6	15,9	14,7	18,2	15,1	11,7	15,2	14,7	8,3
	2016	18,0	13,4	14,5	13,9	14,6	15,3	14,8	10,7	13,7	13,5	7,3
TFT	1994	2,4	2,4	2,5	2,6	2,2	2,7	2,3	1,8	2,2	2,2	0,9
	2000	2,4	2,4	2,3	2,2	2,7	2,9	2,2	1,7	2,1	2,1	1,2
	2010	2,2	1,8	1,8	2,1	2,0	2,4	1,8	1,5	1,8	1,8	0,9
	2016	2,0	1,8	1,9	1,9	1,8	2,1	1,8	1,5	1,8	1,8	0,6

Fonte: Datasus. Estatísticas vitais (1994, 2000, 2010, 2016).

(1) Número de crianças nascidas vivas para cada mil habitantes.

(2) Número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva.

Nota: Não se procedeu a nenhuma correção dos indicadores em questão, mediante técnicas de estimação indireta dos mesmos, tendo em vista as Estatísticas Vitais para o Estado de São Paulo serem reconhecidamente de boa qualidade, não requerendo tal tipo de ajuste para o dimensionamento fidedigno à realidade do referido fenômeno. Além disso, considerando-se que, em linhas gerais, não se observam grandes diferenciais na estrutura etária dos municípios da RMBS, não se procedeu a uma padronização direta das TBNs, tendo em vista, os possíveis efeitos de composição não produzirem grandes influências em seus níveis a ponto de inviabilizarem comparações entre os valores.

Paralelamente ao processo descrito nos parágrafos anteriores, observa-se mais recentemente a diminuição da participação relativa da migração sobre o crescimento populacional (Tabela 11)³³, assim como foi visualizado para o México por Sobrino (2007). Isso porque, quando se analisa o peso da migração no crescimento populacional, chama a atenção sua redução entre os dois períodos, para os quais se possuem dados para a região como um todo: se, em 1991/2000, este componente respondia por cerca de 46% do incremento populacional, em 2000/2010, foi responsável por apenas 26,8%. Concorre para gerar tal quadro a já mencionada retração da imigração para a região, especialmente aquela de origem interestadual, conforme poderá se observar com mais detalhe na próxima seção do trabalho.

No entanto, se para toda a RMBS a importância da migração para o crescimento populacional diminuiu, é notória a heterogeneidade de seu papel na dinâmica de crescimento

³³ Deve-se lembrar que, em função do Censo Demográfico de 1991 não ter respeitado uma periodicidade decenal, os três períodos considerados são diferentes entre si, com tamanhos de 11, 9 e 10 anos. Fato que pode ter influência, e, por isso, deve ser levado em conta na comparabilidade dos dados, ainda que as diferenças não sejam tão grandes.

populacional dos diferentes municípios e para o processo de redistribuição espacial no intervalo de tempo em questão.

De fato, para os municípios do *core* metropolitano, à exceção de Praia Grande, no período 1991/2000, os valores correspondiam a -3.711,5% para Santos, 11,9% em Cubatão, 38,1% no Guarujá e 6,7% em São Vicente, passando para -952%, -32,2%, -25,3%, -4,6%, respectivamente, no decênio seguinte³⁴. Não se pode deixar de relacionar esse resultado ao fato de serem essas áreas justamente aquelas onde se encontra maior saturação quanto ao processo de ocupação, sendo, portanto, o que justificaria, em grande medida, os saldos migratórios negativos.

Ressalta-se que os valores desproporcionais do indicador analisado para Santos, em relação aos demais municípios da RMBS, são reflexos da combinação entre saldos migratórios negativos expressivos e um crescimento natural também reduzido que não é capaz de se sobrepôr às perdas demográficas decorrentes do processo migratório. De certa forma, esse resultado mostra-se surpreendente quando comparado com os polos das demais RMs que compõem a macrometrópole paulista (CUNHA et al., 2013), nos quais tais valores tão elevados não são observados, apesar de seguirem a tendência de baixa contribuição da migração para crescimento populacional. O que fica evidente é que Santos, em sua função de polo metropolitano, está submetido às mesmas dinâmicas sociodemográficas (reduzido crescimento vegetativo, diminuição da migração de origem externa e perdas populacionais para as periferias metropolitanas) verificadas para diferentes contextos metropolitanos do Brasil (CUNHA; SILVA; FARIAS, 2017). Todavia, em decorrência das especificidades na ocupação de seu território, as dinâmicas sociodemográficas, associadas ao processo de expansão urbana da região em que se encontra inserido, acabam por assumir certas particularidades não observadas em outras metrópoles.

Por sua vez, não por acaso, as principais frentes de expansão metropolitana e regional – Praia Grande e Bertioga –, ainda que tenham registrado diminuição nos valores, foram as municipalidades que apresentaram maior peso relativo da migração no crescimento populacional, com percentuais acima de 60%. Além disso, os demais municípios do litoral sul (Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe), igualmente, seguiram tal tendência, exibindo altos valores.

³⁴ Os valores negativos podem chamar a atenção, mas eles estão corretos e apenas mostram que a migração líquida negativa nestes municípios teria implicado uma redução da população não fosse o efeito contrário do crescimento natural.

TABELA 11 – Participação relativa da migração no crescimento populacional, saldo migratório e taxa média anual de migração líquida (1). Municípios selecionados. RMBS – 1980-2010

Municípios	Participação relativa da migração sobre o crescimento populacional no período (%)			Saldo migratório no período (Nº abs.)			Taxa média anual de migração líquida (% a.a.)		
	80/91	91/00	00/10	80/91	91/00	00/10	80/91	91/00	00/10
Bertioga (2)	.	83,2	63,6	.	15.444	11.200	0,0	8,3	2,9
Cubatão	-79,3	11,9	-32,3	-9.922	2.043	-3.360	-1,1	0,2	-0,3
Guarujá	22,5	38,1	-25,3	13.277	20.826	-6.570	0,7	1,0	-0,2
Itanhaém	53,9	73,2	49,5	10.032	18.963	7.460	2,5	3,6	0,9
Mongaguá	69,9	82,9	69,9	6.358	13.320	7.820	4,0	5,5	1,9
Peruibe	62,2	66,9	20,2	8.932	12.501	1.680	3,2	3,3	0,3
Praia Grande	72,0	74,7	68,3	41.404	52.371	46.740	4,0	3,7	2,1
Santos	-913,0	-3.711,4	-952,0	-	-	-	-1,0	-0,5	-0,3
São Vicente	36,8	6,7	-4,6	27.852	2.349	-1.320	1,1	0,1	0,0
RMBS	0,0	46,0	26,8	52.228	118.035	50.170	0,4	1,0	0,3

Fonte: Fundação Seade.

(1) Taxa de migração líquida anual é dada por: $TML = \left(\frac{sm}{\bar{p}} \right) * 100 / t$. Onde: TML é a Taxa de migração líquida anual, sm é o saldo migratório no período, \bar{p} é a população no meio do período e t são os anos do período analisado.

(2) No período 1980-91, o município de Bertioga era distrito de Santos, por isso, seus valores para o referido período apresentam-se zerados.

A análise do papel da migração sobre o crescimento populacional pode ser mais bem balizada e dimensionada através do volume da migração e de sua intensidade ao longo período de tempo considerado (Tabela 11). Assim sendo, constata-se que realmente a redução do peso da migração sobre o crescimento populacional da RMBS é justificada pelos seus seguidos decréscimos durante as últimas décadas. Mesmo considerando a comparação entre um período menor que outro (1991-2000, com 9 anos e, 2000-2010, 10anos), verificou-se que o saldo migratório da região reduziu-se para pouco menos de sua metade, comparando-se os anos 1990 com os anos 2000, ainda que ostente valores positivos e relativamente altos no período mais recente.

Com relação à intensidade do fenômeno representado pelas taxas anuais de migração líquida, verifica-se um panorama parecido, visto que, se ainda eram relativamente altas, entre 1991 e 2000, apresentando o número de 1% a.a., entre 2000 e 2010, o indicador cai relevantemente para 0,3% a.a.

Desdobrando as taxas médias anuais de migração líquida por municípios, percebe-se a mesma discrepância, observada para os demais indicadores, de valores entre os municípios em função de sua posição na estrutura metropolitana. Os municípios mais centrais de ocupação mais antiga e saturada de seus territórios chegaram a apresentar inclusive taxas

de migração negativas no último período considerado. Enquanto isso, os periféricos, de expansão metropolitana e regional, apresentaram taxas relativamente mais altas, como no caso de Praia Grande, 2,1% a.a., no decênio 2000/2010. Ressalta-se que, ainda assim, esse e os outros valores do indicador relativos aos demais municípios periféricos são menores que aqueles aferidos nas décadas anteriores, mostrando-se que, de fato, o arrefecimento da migração afeta a região como um todo, embora com intensidades diferentes.

Em suma, pôde-se observar, mais claramente e em pormenores, a importância da migração enquanto componente demográfico relevante para o processo de redistribuição espacial da população e metropolização da Baixada Santista. Tomada aqui enquanto uma variável demográfica verificou-se que, em determinados municípios, especialmente naqueles onde a expansão urbana está ativa, ela é o fator principal, apesar da tendência de arrefecimento de seu volume nos últimos anos.

Conforme já visto em outros trabalhos sobre a região, como o de Jakob (2003), o estudo da migração mostra-se imprescindível para se entender a expansão urbana na RMBS. Além disso, especificamente na última década, o fenômeno ganhou nuances específicas associadas à intensificação da incorporação da Baixada Santista no processo de metropolização expandida paulista. Dessa forma, a abordagem da migração, para além de sua dimensão demográfica— considerando o seu papel enquanto variável sociológica—, ajuda a entender a complexidade assumida enquanto fenômeno social em um contexto metropolitano como o da RMBS e suas repercussões no processo de redistribuição espacial da população deste recorte espacial. Mais do que isso, auxilia no entendimento de suas causas e motivações, especialmente aquelas relacionadas ao processo de produção do espaço da RMBS, discutido no capítulo 1.

2.2. As modalidades migratórias

Até aqui foi possível aquilatar a importância da migração como componente do crescimento demográfico e do processo de redistribuição espacial da população na RMBS. Como se pode mostrar, mesmo que com pesos e impactos diferentes nos vários municípios e, claramente, num patamar de volume e intensidade bem menores nas décadas mais recentes, a migração tem contribuído significativamente para determinar a dinâmica demográfica regional e de suas cidades componentes. No entanto, o propósito deste estudo é ir mais além desse diagnóstico, no sentido de associar o processo migratório observado ao longo das

décadas analisadas às transformações ocorridas nas formas de ocupação do espaço urbano regional e nas condições socioeconômicas da população.

Dessa maneira, considera-se central aprofundar a análise e recorrer a novos dados que permitam avaliar, a partir da consideração da origem e destino dos movimentos, elementos que sugiram tal associação. É assim que esta seção utiliza dados diretamente coletados pelo Censo Demográfico sobre residência anterior e atual dos migrantes. Na verdade, de forma a poder utilizar os censos de 2000 e 2010, a informação mais adequada seria a relativa à chamada “data fixa” que permite definir o migrante como aquele que cinco anos antes do recenseamento residia em um município distinto daquele onde foi recenseado. Chama-se atenção, portanto, para o fato de que os dados agora analisados, válidos para os quinquênios imediatamente anteriores ao censo, são diferentes dos utilizados na seção anterior.

A divisão dos movimentos migratórios segundo a origem e destino, mais que uma nova forma de olhar o dado, coloca-se como um recurso analítico importante no sentido de analisar o fenômeno da migração considerando sua complexidade. De fato, as causas e motivações dos fluxos migratórios mudam de acordo com a origem e destino dos movimentos, aqui qualificados em função de sua escala e contexto geográficos em que estão inseridos: interestadual, intraestadual³⁵ e intrametropolitano³⁶. Logo, as modalidades migratórias – termo que se vem utilizando para denominar os movimentos, sobretudo, segundo o contexto geográfico de sua origem –, para além de meras classificações dos diferentes fluxos, são, em realidade, categorias analíticas úteis para o estudo da migração em sua complexidade adquirida na atualidade.

Assim sendo, ao se analisar o saldo migratório quinquenal³⁷ decomposto por modalidades migratórias (Tabela 12), permite-se uma leitura mais detalhada do papel da

³⁵ Em decorrência de a RMBS fazer parte do processo de metropolização expandida paulista, estabelecendo complementaridades socioespaciais específicas com determinadas unidades regionais da macrometrópole paulista, percebeu-se que seria analiticamente produtivo desagregar a modalidade migratória intraestadual. Logo, considera-se enquanto modalidades migratórias distintas os movimentos com origem e/ou destino na RMSP, RMC, RMVPLN e os demais municípios paulistas.

³⁶ A migração internacional seria uma modalidade a ser levada em conta, todavia sua relevância enquanto contrapartida demográfica é ínfima (em torno de 2%, em 2010) para ser considerada para fins analíticos no presente estudo. Ressalta-se, contudo, que, em termos sociológicos, sua importância não pode ser desprezada.

³⁷ Mostra-se importante diferenciar o indicador em questão, do saldo migratório apresentado no item anterior, o qual cobre o período censitário como um todo. Neste último caso, trata-se de uma estimativa indireta da migração, calculada por meio da diferença entre o crescimento populacional e o crescimento vegetativo (dado pela diferença entre nascidos vivos e óbitos, obtido por meio das estatísticas vitais) no período considerado. O saldo migratório quinquenal, por sua vez, é uma estimativa direta da migração, calculada por intermédio do quesito de “data fixa” do censo demográfico. Cobrindo apenas o quinquênio anterior à data de referência do Censo Demográfico, embora não se constitua uma medida expressa para fins de cálculo da participação relativa da migração sobre o crescimento populacional (até mesmo por ser derivada de uma amostra estatística), possui a

migração sobre a dinâmica demográfica da RMBS e de seus municípios, considerando-se sua posição no processo de redistribuição espacial da população na estrutura urbano-metropolitana. Isso porque, assim como se evidenciou a partir da análise do saldo migratório decenal para a região como um todo, o saldo migratório quinquenal também se reduz do primeiro para o segundo período considerado (de cerca de 63.400 para 55.300 pessoas).

Desagregando-se o indicador analisado por modalidade migratória, destaca-se a diminuição expressiva do saldo migratório interestadual entre os quinquênios, mesmo que ainda tenha se mantido positivo. Se, em 1995-2000, era de 25.000 pessoas, em 2005-2010, foi de apenas 10.600, ou seja, menos da metade. Em uma dinâmica inversa, o saldo migratório com a RMSP apresentou-se em um patamar relativamente maior, acima de 40.000 pessoas, aumentando entre os dois quinquênios.

Este último resultado deixa claro que a Baixada Santista, conforme enunciado no capítulo 1, embora não tenha sido privilegiada no processo de dispersão das atividades econômicas ao longo da macrometrópole, participa ativamente do processo de dispersão da ocupação demográfica. Mais do que isso, recebe contingentes populacionais maciços diretamente da RMSP, a qual é, de fato, o principal emissor externo de migração para região, ao contrário das décadas anteriores, quando os movimentos de mais longa distância, interestaduais provenientes do Nordeste eram os mais importantes (JAKOB, 2003).

Analisando os saldos por município, chamam atenção os valores negativos verificados para todas as modalidades migratórias do polo metropolitano representado por Santos. No entanto, em termos de magnitude dos números, as perdas populacionais para os demais municípios da própria região (intrametropolitano) tendem a ser maiores do que aquelas verificadas para outras unidades da federação (-13.308 contra -2.311 pessoas, respectivamente, em 2005-2010).

Essas são as contrapartidas demográficas, de fato e de direito, dos condicionantes da ocupação na última década discutidos no capítulo 1. Evidentemente, os saldos migratórios negativos intrametropolitanos estão associados aos condicionantes ligados à dinâmica do mercado de terras na Baixada Santista que faz, principalmente, da área insular de Santos, um espaço caro para se viver e saturado para a expansão do ambiente construído. Por outro lado, pode-se considerar que os saldos negativos interestaduais estejam vinculados à dinâmica do mercado de trabalho, afetado diretamente pelos efeitos da crise econômica do Estado

vantagem de poder ser decomposta segundo modalidades da migração. Para mais detalhes sobre as formalidades e pressupostos envolvendo as estimativas da migração ver Naciones Unidas (1972) e Rigotti (2011).

brasileiro na década 1980 e do ajuste fiscal dos anos 1990, os quais trabalharam por restringir significativamente a oferta de empregos na região (COLANTONIO, 2009).

Apesar do menor volume de pessoas envolvidas, Guarujá segue o mesmo comportamento para todas as modalidades migratórias que o verificado para Santos. Contudo, Cubatão, embora apresente saldos intrametropolitanos negativos, que dobraram dos anos 1990 para os anos 2000, ainda exhibe valores positivos relativos para o balanço entre entradas e saídas de migrantes interestaduais, nos dois períodos considerados. Nesse caso, conforme salientado por Jakob (2003), as redes sociais remanescentes de décadas anteriores, quando os fluxos provenientes do Nordeste eram mais intensos, deveriam explicar a permanência de tais valores ainda relativamente altos.

Quanto aos demais municípios metropolitanos, ficou bem marcado quem participa de *facto* do processo de periferização metropolitana da Baixada Santista. Isso porque, somente São Vicente e Praia Grande apresentaram saldos migratórios intrametropolitanos positivos expressivos em termos numéricos. No primeiro caso, o saldo intrametropolitano registrado foi de 5.160 pessoas, em 1995-2000, e de 4.155 pessoas, em 2005-2010; constata-se para este município que igualmente relevantes foram os saldos interestaduais, de 5.828 pessoas no primeiro período considerado, e de 4.328 no último.

Já no caso de Praia Grande, enquanto principal frente de expansão metropolitana da RMBS, este município apresentou o maior saldo migratório intrametropolitano, 9.600 pessoas, em 1995-2000, valor que, na contramão da dinâmica de arrefecimento da migração, aumentou para 11.643 pessoas, em 2005-2010. Entretanto, esta municipalidade, assim como se percebe para os demais do litoral sul da região e Bertioga, possui os maiores saldos migratórios registrados nas trocas migratórias com a RMSP nos dois períodos considerados. Tais ganhos populacionais atingiram valor superior a 16.000 pessoas com tendência de incremento.

Tendo-se como pano de fundo o panorama esboçado pela análise do saldo migratório desagregado por modalidades, enfoca-se a partir de agora a imigração por modalidades (Gráfico 4), uma vez que tais tipos de movimentos são aqueles que, de fato, contribuem para o processo de expansão urbana dos municípios.

Sendo assim, a análise da imigração segundo a origem (ou modalidades) permite compreender melhor não apenas as diferenças entre os municípios quanto ao seu papel na rede urbana dentro da região metropolitana, mas também o motivo pelo qual, mesmo diante da forte queda da imigração para a região, alguns deles ainda continuam crescendo de forma significativa.

Dessa forma, mais uma vez, é possível distinguir padrões diferenciados de origem da migração entre os municípios do núcleo metropolitano (Santos e Cubatão) e os mais periféricos. Para os primeiros, ainda que em volume bem menor do que no passado, as modalidades de mais longa distância – interestadual e intraestadual – possuem maior representatividade do que aquelas de origem intrametropolitana.

Por outro lado, nas frentes de expansão metropolitana – Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Bertioga –, os fluxos intrametropolitanos e intraestaduais apresentam maior importância. Em vários casos, os fluxos intraestaduais são aqueles de maior participação, quadro este relacionado à, já mencionada, inter-relação das dinâmicas metropolitanas da RMBS e da RMSP. Sabe-se que muitos imigrantes provenientes de localidades mais ao sul da RMSP elegem a Baixada Santista como residência principal, mantendo seu local de trabalho naquela região.

Um aspecto importante a ser destacado, a partir da leitura do conjunto de dados absolutos e relativos sobre migração – já discutido por Cunha (2011) e na seção teórica do presente capítulo – é o fato de que, embora as modalidades migratórias de curta distância apresentem maior participação relativa na composição da migração, não necessariamente exibiram incremento de seus volumes.

Fora a principal frente de expansão metropolitana representada por Praia Grande, a Baixada Santista como um todo e a maior parte de seus municípios não registraram crescimento absoluto dos movimentos migratórios advindos da própria RMBS e da RMSP. Em verdade, a alteração mais significativa que se viu foi a redução absoluta da migração interestadual, a qual passou de 58.122 para 39.408 pessoas, de 1995-2000 para 2005-2010, respectivamente.

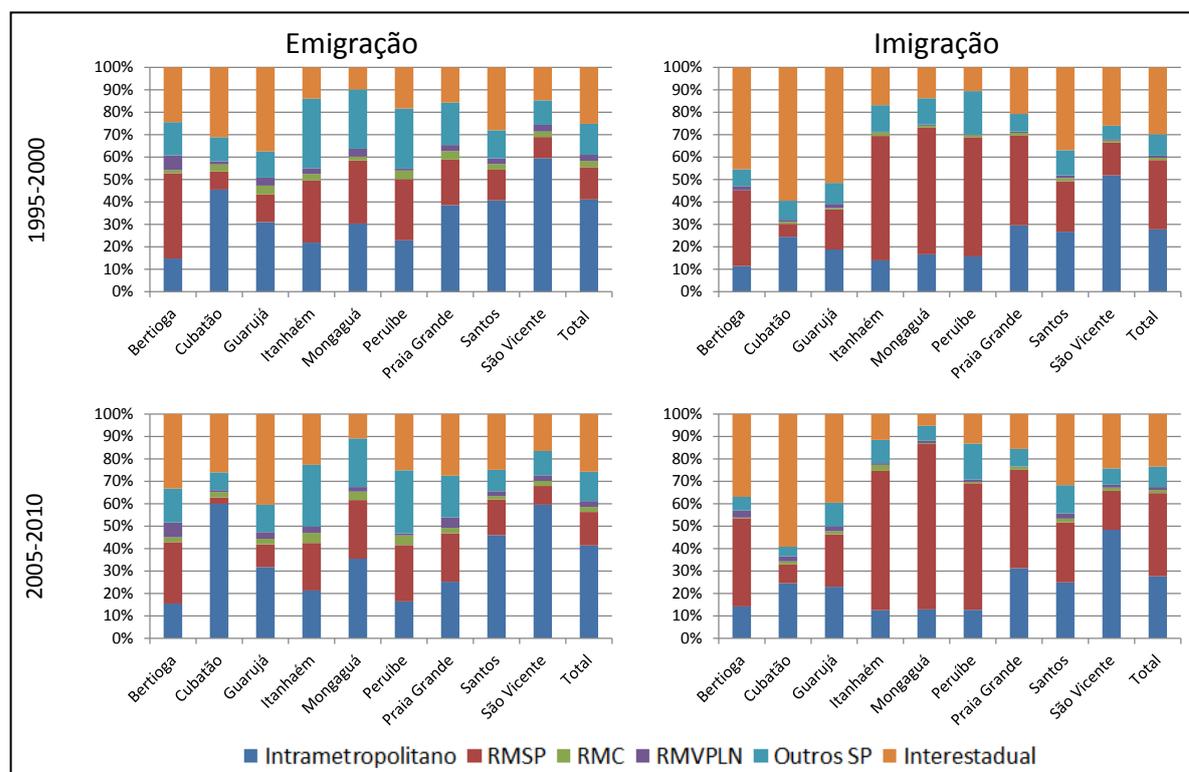
Como efeito desse rearranjo da migração, efetivamente ocorreu a perda de participação relativa dos fluxos interestaduais no agregado da migração. Em contrapartida, verificou-se o já discutido aumento do peso relativo da migração intrametropolitana e da RMSP. De fato, conforme se pode consultar em Jakob (2003) para a RMBS, assim como pode ser visto em outros contextos metropolitanos brasileiros em Cunha (2015b), essas últimas modalidades já se destacavam em volume absoluto desde os primórdios do processo de metropolização das décadas de 1960 a 1980. No entanto, tendiam a ser escamoteadas, no que tange a sua participação relativa no agregado da migração metropolitana, pela migração de mais longa distância que naquela época era mais intensa e volumosa e predominava no cenário migratório estadual e nacional.

TABELA 12 – Emigração, imigração e saldo migratório quinquenal por modalidades da migração. Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010

Município	Modalidades	1995-2000					2005-2010				
		Emigrantes		Imigrantes		Saldo Migratório	Emigrantes		Imigrantes		Saldo Migratório
		Nº abs.	%	Nº abs.	%		Nº abs.	%	Nº abs.	%	
Bertioga	Intrametropolitano	217	14,8	1.022	11,4	805	446	15,5	1.163	14,3	717
	RMSP	557	38,0	3.028	33,7	2.471	786	27,4	3.202	39,2	2.416
	RMC	21	1,5	10	0,1	-11	60	2,1	24	0,3	-36
	RMVPLN	95	6,5	175	1,9	81	193	6,7	262	3,2	70
	Outras localidades SP	218	14,9	676	7,5	458	432	15,1	498	6,1	65
	Outras UF	358	24,4	4.084	45,4	3.726	954	33,2	3.010	36,9	2.056
	Total	1.466	100,0	8.995	100,0	7.529	2.871	100,0	8.158	100,0	5.287
Cubatão	Intrametropolitano	3.740	45,5	2.327	24,5	-1.414	5.105	60,0	1.866	24,6	-3.239
	RMSP	668	8,1	536	5,6	-132	242	2,8	631	8,3	390
	RMC	260	3,2	88	0,9	-172	205	2,4	107	1,4	-98
	RMVPLN	113	1,4	94	1,0	-18	66	0,8	173	2,3	107
	Outras localidades SP	886	10,8	804	8,5	-82	681	8,0	319	4,2	-362
	Outras UF	2.559	31,1	5.645	59,5	3.086	2.212	26,0	4.492	59,2	2.280
	Total	8.226	100,0	9.494	100,0	1.267	8.511	100,0	7.588	100,0	-922
Guarujá	Intrametropolitano	4.974	31,0	4.624	18,8	-350	4.490	31,8	3.155	23,0	-1.334
	RMSP	1.974	12,3	4.405	17,9	2.432	1.425	10,1	3.194	23,3	1.769
	RMC	642	4,0	154	0,6	-487	345	2,4	201	1,5	-144
	RMVPLN	570	3,6	455	1,8	-115	425	3,0	298	2,2	-128
	Outras localidades SP	1.861	11,6	2.310	9,4	449	1.732	12,3	1.439	10,5	-294
	Outras UF	6.020	37,5	12.679	51,5	6.659	5.702	40,4	5.428	39,6	-274
	Total	16.041	100,0	24.627	100,0	8.587	14.119	100,0	13.714	100,0	-405
Itanhaém	Intrametropolitano	826	21,9	2.263	13,9	1.437	1.170	21,3	1.901	12,5	731
	RMSP	1.044	27,7	8.989	55,4	7.945	1.161	21,2	9.457	62,2	8.296
	RMC	108	2,9	271	1,7	163	245	4,5	401	2,6	156
	RMVPLN	95	2,5	41	0,3	-54	158	2,9	124	0,8	-35
	Outras localidades SP	1.170	31,0	1.922	11,8	752	1.511	27,5	1.578	10,4	67
	Outras UF	528	14,0	2.736	16,9	2.208	1.240	22,6	1.747	11,5	507
	Total	3.772	100,0	16.222	100,0	12.450	5.486	100,0	15.207	100,0	9.721
Mongaguá	Intrametropolitano	629	30,4	1.916	16,6	1.287	951	35,5	1.353	12,9	402
	RMSP	583	28,1	6.511	56,4	5.928	698	26,1	7.758	73,7	7.060
	RMC	35	1,7	107	0,9	72	101	3,8	45	0,4	-55
	RMVPLN	72	3,5	74	0,6	2	54	2,0	118	1,1	64
	Outras localidades SP	548	26,5	1.348	11,7	800	581	21,7	693	6,6	112
	Outras UF	204	9,8	1.585	13,7	1.382	291	10,9	553	5,3	262
	Total	2.070	100,0	11.541	100,0	9.471	2.675	100,0	10.520	100,0	7.845
Peruíbe	Intrametropolitano	972	22,9	1.831	15,7	859	838	19,6	1.072	14,6	234
	RMSP	1.158	27,3	6.209	53,2	5.051	1.283	30,1	4.755	64,7	3.472
	RMC	163	3,8	109	0,9	-53	220	5,1	49	0,7	-171
	RMVPLN	39	0,9	17	0,1	-22	48	1,1	92	1,3	44
	Outras localidades SP	1.136	26,7	2.271	19,4	1.134	1.437	33,7	1.341	18,2	-96
	Outras UF	781	18,4	1.240	10,6	459	1.281	30,0	1.115	15,2	-167
	Total	4.248	100,0	11.676	100,0	7.428	4.269	100,0	7.352	100,0	3.083
Praia Grande	Intrametropolitano	4.157	38,6	13.766	29,7	9.609	3.148	25,2	14.791	31,3	11.643
	RMSP	2.186	20,3	18.475	39,8	16.289	2.704	21,6	20.664	43,8	17.959
	RMC	411	3,8	618	1,3	207	306	2,4	678	1,4	372
	RMVPLN	294	2,7	270	0,6	-23	579	4,6	93	0,2	-486
	Outras localidades SP	2.028	18,8	3.624	7,8	1.596	2.328	18,6	3.672	7,8	1.344
	Outras UF	1.700	15,8	9.657	20,8	7.957	3.433	27,5	7.333	15,5	3.900
	Total	10.775	100,0	46.409	100,0	35.635	12.498	100,0	47.231	100,0	34.732
Santos	Intrametropolitano	25.760	40,7	8.362	26,8	-17.398	20.056	46,0	6.747	24,9	-13.308
	RMSP	8.640	13,7	7.030	22,5	-1.610	6.955	15,9	7.243	26,8	288
	RMC	1.605	2,5	421	1,3	-1.184	677	1,6	446	1,6	-231
	RMVPLN	1.618	2,6	396	1,3	-1.222	943	2,2	621	2,3	-323
	Outras localidades SP	7.916	12,5	3.512	11,2	-4.405	4.131	9,5	3.429	12,7	-702
	Outras UF	17.754	28,0	11.531	36,9	-6.223	10.880	24,9	8.569	31,7	-2.311
	Total	63.294	100,0	31.252	100,0	-32.042	43.643	100,0	27.056	100,0	-16.587
São Vicente	Intrametropolitano	12.721	59,5	17.885	51,9	5.164	10.147	59,6	14.302	48,4	4.155
	RMSP	2.015	9,4	5.006	14,5	2.991	1.419	8,3	5.146	17,4	3.727
	RMC	519	2,4	327	0,9	-192	384	2,3	394	1,3	9
	RMVPLN	641	3,0	211	0,6	-430	420	2,5	392	1,3	-27
	Outras localidades SP	2.347	11,0	2.076	6,0	-271	1.845	10,8	2.161	7,3	316
	Outras UF	3.137	14,7	8.965	26,0	5.828	2.813	16,5	7.160	24,2	4.348
	Total	21.379	100,0	34.470	100,0	13.091	17.027	100,0	29.555	100,0	12.528
Total	Intrametropolitano	53.997	41,1	53.997	27,7	0	46.350	41,7	46.350	27,9	0
	RMSP	18.824	14,3	60.188	30,9	41.364	16.674	15,0	62.050	37,3	45.376
	RMC	3.762	2,9	2.105	1,1	-1.657	2.543	2,3	2.345	1,4	-198
	RMVPLN	3.536	2,7	1.734	0,9	-1.803	2.886	2,6	2.173	1,3	-713
	Outras localidades SP	18.110	13,8	18.541	9,5	430	14.679	13,2	15.129	9,1	450
	Outras UF	33.040	25,2	58.122	29,9	25.082	28.807	25,9	39.408	23,7	10.601
	Total	131.270	100,0	194.686	100,0	63.416	111.100	100,0	166.382	100,0	55.282

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

GRÁFICO 4 – Emigração e Imigração por modalidades migratórias. Municípios selecionados RMBS – 1995-2000 – 2005-2010



Procedendo-se à leitura dos dados sobre origem da imigração transversalmente aos municípios (Gráfico 5), observa-se mais claramente o papel das diferentes modalidades migratórias em cada um deles e sua contribuição no processo de redistribuição espacial da população na região³⁸. Assim sendo, verifica-se que Santos, em seu papel de polo regional, mantém a primazia enquanto residência dos imigrantes oriundos de outras unidades da federação. Em realidade, assim como visto em outras UFs, o núcleo metropolitano é a porta de entrada dos fluxos migratórios de mais longa distância, os quais, muitas das vezes, acabam por serem sucedidos por movimentos de curta distância para as periferias da RM (CUNHA; SILVA; FARIAS, 2017).

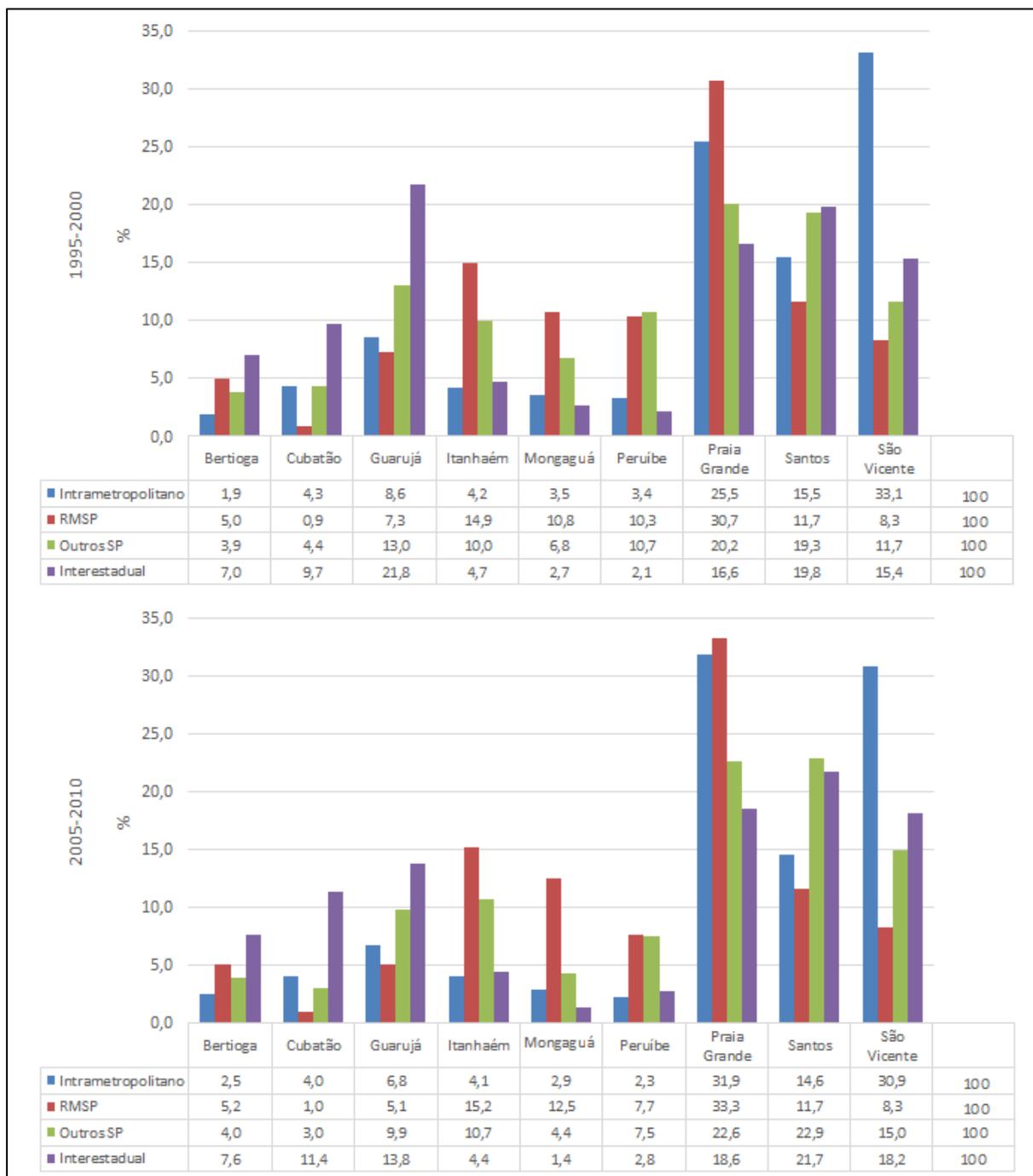
Já o município de Praia Grande mais uma vez se destaca na concentração dos imigrantes provenientes, tanto da RMSP, quanto da própria RMBS. Neste último caso, inclusive, passou a possuir a primazia da imigração intrametropolitana (31,4%), a qual, ainda era de São Vicente em 1995-2000, quando o município registrava 33,1% ante 25,5% de Praia Grande. Tal resultado reafirma o papel de Praia Grande enquanto periferia metropolitana

³⁸ Para fins de elucidação de algumas particularidades da dinâmica migratória existente entre alguns municípios da RMBS, são apresentadas nos apêndices B e C as matrizes migratórias a partir das quais se construíram as tabelas 12 e 13, gráficos 4 e 5, além do mapa 16.

“com dois centros”, já que mesmo o fluxo com origem na metrópole paulistana também poderia ser classificado como “mobilidade residencial” nos termos propostos por Sobrino (2007), embora ocorra entre duas RMs distintas. Essa dinâmica será mais bem vista no próximo capítulo, quando o referido fluxo será analisado segundo o seu perfil sociodemográfico, a partir do qual ficarão mais bem marcados seus vínculos com os condicionantes da ocupação da RMBS.

Além disso, chamou atenção igualmente o grande contingente de imigrantes da RMSP nos demais municípios do litoral sul. Como já observado a partir da análise dos saldos migratórios por modalidades, percebe-se que a dinâmica demográfica nessa parte da Baixada Santista, além dos fluxos intrametropolitanos, é também impulsionada por fluxos migratórios externos à região, resultado que, de certa forma, reforça o argumento, defendido pelo presente trabalho, segundo o qual tais municípios não fariam parte de *facto* do processo de periferação e metropolização regional, apesar de participarem do processo de desconcentração da ocupação ao nível da macrometrópole paulista.

GRÁFICO 5 – Distribuição relativa das modalidades migratórias. Municípios selecionados.
RMBS – 1995-2000 – 2005-2010



Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

2.3. Os fluxos migratórios estruturantes

Apesar da importância da imigração externa na Baixada Santista, especialmente aquela originária de seu entorno imediato, a mobilidade residencial ainda é um elemento estruturante da sua redistribuição espacial da população, como também das complementaridades e articulações socioespaciais entre os municípios metropolitanos que dão

unidade à região. De fato, esse é um dos principais fluxos topográficos que definem a extensão do fenômeno metropolitano na região, assim como sua dimensão sociodemográfica, tendo em vista que tal extensão também é definida pelo espaço de vida dos cidadãos metropolitanos.

Dessa maneira, como pode ser visto em outros contextos metropolitanos nacionais, os fluxos migratórios direcionados a todos os destinos da RMBS (Tabela 13) remetem a uma realidade na qual o polo metropolitano, representado por Santos, é o maior emissor de migrantes para os demais municípios da região. Em 1995-2000, era responsável por quase a metade dos mesmos, embora, em 2005-2010, este percentual tenha se reduzido, porém continua muito significativo, 43,3%.

Nesse caso, verifica-se a principal contrapartida sociodemográfica dos condicionantes relacionados à produção do espaço metropolitano discutidos no capítulo 1. De fato, a exiguidade de novos espaços para ocupação, mas, principalmente, os altos preços do solo, além da legislação urbanística altamente seletiva, em Santos, justificam o êxodo de grandes contingentes populacionais desse município. Essa última questão ficará mais clara quando forem analisadas, nas próximas seções do trabalho, as características sociodemográficas dos que migram, pois ajudarão a sugerir os incentivos ou constrangimentos a que os fluxos migratórios em questão estão associados.

São Vicente, Guarujá e Cubatão, em menor medida, também se destacaram na emissão de migrantes intrametropolitanos. Nesse caso, ao mesmo tempo com que partilham alguns condicionantes dos movimentos populacionais, com Santos, igualmente estão sujeitos a outra ordem de fatores específicos que os colocam na posição de periferias metropolitanas, receptoras de migrantes intrametropolitanos, provenientes em sua maioria do município polo.

Em Cubatão, particularmente, chamou atenção o seu expressivo ganho de participação relativa nas emissões de migrantes intrametropolitanos do período primeiro para o último período considerado (de cerca de 7% para 11%). Os efeitos mais pronunciados do processo de reestruturação produtiva, principalmente quanto ao encolhimento das ofertas de emprego nas indústrias, contribuíram para a não fixação de um volume relativamente amplo de população nesse município. Da mesma maneira, pode-se supor que os ainda relativamente elevados fluxos migratórios de longa distância destinados a essa municipalidade tendem a ser sucedidos por movimentos de mais curta distância em âmbito metropolitano.

Atentando-se aos principais destinos metropolitanos indicados na Tabela 13 – Praia Grande e São Vicente –, ressalta-se novamente a primazia de Santos enquanto principal local de origem dos fluxos migratórios intrametropolitanos direcionados aos municípios em

questão. Em São Vicente, o polo chega a responder por mais de 70% da mobilidade residencial recebida.

Além das complementaridades socioespaciais estabelecidas entre as duas cidades, a histórica contiguidade socioespacial do processo de ocupação na Ilha de São Vicente explica esse papel de periferia metropolitana assumida por São Vicente em relação a Santos. Ademais, o fato de possuir uma área continental ainda não totalmente saturada à ocupação, conforme mostram as maiores taxas de crescimento populacional apresentadas nessa parte de seu território, também contribui para fazer do município a residência de muitos migrantes metropolitanos provenientes de Santos.

Não é demais salientar, conforme já foi visto no item anterior, que São Vicente vem progressivamente dividindo tal condição de expansão periférica metropolitana com Praia Grande. Daí o fato dos fluxos provenientes de Santos estarem se reduzindo, tanto em volume, quanto em peso relativo. Concorre, igualmente, para tais resultados, a saturação da ocupação dos espaços no município, especialmente em seu território insular.

Com relação à Praia Grande, os fluxos de primeira ordem³⁹ destinados ao município são oriundos de Santos e São Vicente. Entre os dois períodos considerados, chama atenção a inversão dos papéis entre os dois últimos municípios, já que, em 1995-2000, quem detinha a primazia era São Vicente, e, em 2005-2010, este papel passa a ser desempenhado por Santos. Em realidade, estes dados ilustram a formação do vetor de expansão urbano-metropolitano sul, onde, de fato, se consuma o processo de metropolização da Baixada Santista, tendo em vista que tal processo possui, conforme se poderá constatar na próxima seção do trabalho, contrapartidas claras, em termos de outros movimentos metropolitanos, especialmente aqueles relacionados à pendularidade para estudo ou trabalho.

Nos demais municípios periféricos da região, percebe-se que os fluxos não possuem significância em sua magnitude. Em termos relativos, o maior peso é de municípios adjacentes aos seus próprios territórios, embora se observe importância daqueles com origem no polo regional. Nesses casos, questiona-se se tais fluxos se constituem mobilidade residencial, não havendo, portanto, mudança de espaço de vida dos indivíduos envolvidos, ou se se trata de uma migração intrarregional associada aos mesmos aspectos, condicionantes, causas e motivações de movimentos migratórios de mais longa distância. Tal discussão deverá ser mais detalhada no próximo capítulo quando esses fluxos serão desagregados segundo o perfil sociodemográfico dos migrantes.

³⁹ Termo técnico emprestado da Teoria dos Grafos para designar o maior fluxo topográfico ou topológico direcionado a uma unidade geográfica.

TABELA 13 – Migração intrametropolitana, por lugar de destino, segundo lugar de origem
Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010

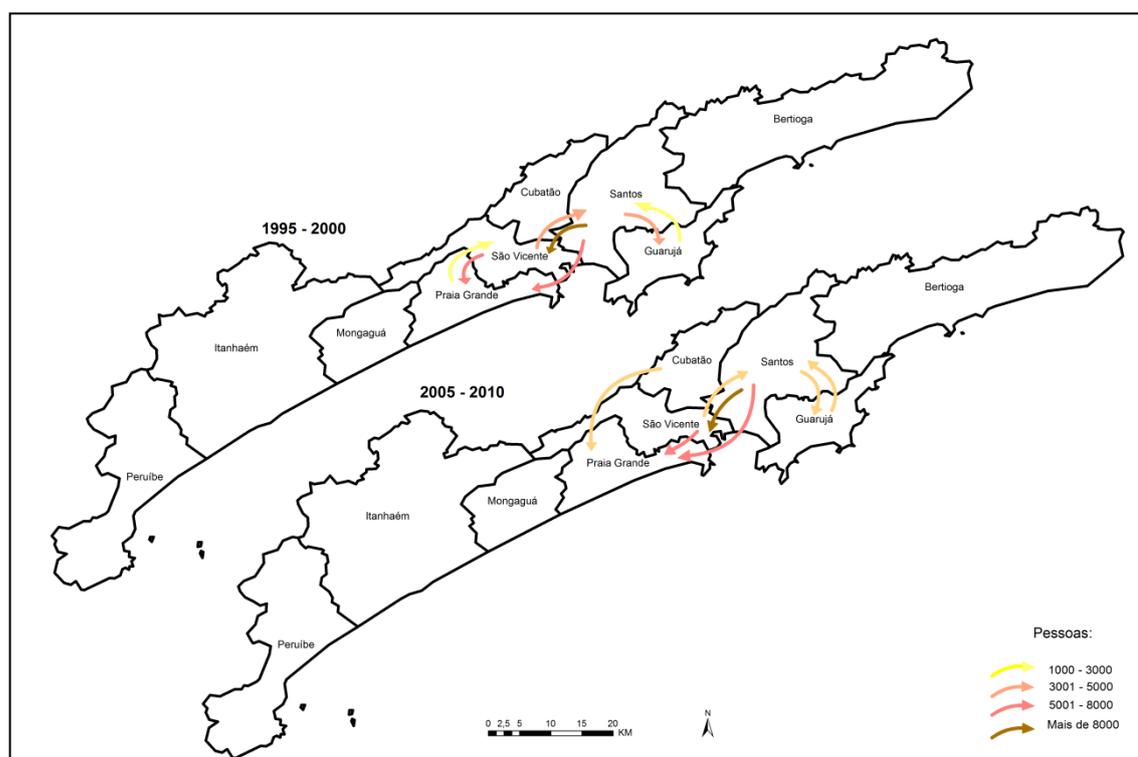
Local de residência há 5 anos	Local de residência na data de referência do censo				Local de residência há 5 anos	Local de residência na data de referência do censo			
	1995-2000		2005-2010			1995-2000		2005-2010	
	%	Nº abs.	%	Nº abs.		%	Nº abs.	%	Nº abs.
	Bertioga					Peruibe			
Bertioga	-	-	-	-	Bertioga	0,5	9	-	-
Cubatão	1,0	10	1,9	22	Cubatão	3,0	55	3,8	41
Guarujá	63,5	649	62,7	729	Guarujá	10,5	191	18,4	197
Itanhaém	-	-	4,2	48	Itanhaém	18,3	335	14,8	158
Mongaguá	-	-	6,3	73	Mongaguá	3,3	61	4,7	50
Peruibe	-	-	2,3	27	Peruibe	-	-	-	-
Praia Grande	3,3	34	1,0	12	Praia Grande	19,1	350	11,9	128
Santos	32,2	329	14,3	166	Santos	23,9	437	20,8	222
São Vicente	-	-	7,4	86	São Vicente	21,3	391	25,7	275
Total	100,0	1.022	100,0	1.163	Total	100,0	1.831	100,0	1.072
	Cubatão					Praia Grande			
Bertioga	0,6	14	2,2	41	Bertioga	-	-	0,1	12
Cubatão	-	-	-	-	Cubatão	7,0	961	13,6	2.015
Guarujá	4,0	93	4,4	82	Guarujá	5,9	808	3,6	529
Itanhaém	-	-	2,4	45	Itanhaém	0,8	109	2,4	353
Mongaguá	-	-	-	-	Mongaguá	1,8	241	2,4	358
Peruibe	1,6	38	1,6	29	Peruibe	0,6	80	1,9	286
Praia Grande	10,8	250	13,5	252	Praia Grande	-	-	-	-
Santos	51,9	1.209	40,4	755	Santos	41,2	5.672	38,5	5.696
São Vicente	31,0	722	35,5	663	São Vicente	42,8	5.895	37,5	5.542
Total	100,0	2.327	100,0	1.866	Total	100,0	13.766	100,0	14.791
	Guarujá					Santos			
Bertioga	1,3	59	3,4	106	Bertioga	1,4	114	2,9	193
Cubatão	3,5	162	4,9	154	Cubatão	13,8	1.153	18,5	1.251
Guarujá	-	-	-	-	Guarujá	21,9	1.829	23,9	1.611
Itanhaém	1,1	52	2,8	89	Itanhaém	0,9	77	3,1	211
Mongaguá	0,3	14	0,4	14	Mongaguá	0,6	53	1,3	90
Peruibe	1,0	48	1,2	39	Peruibe	2,8	231	3,1	210
Praia Grande	8,7	404	3,2	100	Praia Grande	9,0	751	11,9	802
Santos	69,9	3.233	67,0	2.114	Santos	-	-	-	-
São Vicente	14,1	652	17,1	540	São Vicente	49,7	4.155	35,3	2.380
Total	100,0	4.624	100,0	3.155	Total	100,0	8.362	100,0	6.747
	Itanhaém					São Vicente			
Bertioga	-	-	-	-	Bertioga	-	-	0,6	84
Cubatão	1,1	26	6,1	116	Cubatão	6,8	1.212	10,1	1.449
Guarujá	12,8	290	9,6	182	Guarujá	5,6	998	7,0	1.008
Itanhaém	-	-	-	-	Itanhaém	0,6	112	0,7	101
Mongaguá	7,9	178	17,0	323	Mongaguá	0,5	82	0,3	43
Peruibe	11,8	267	8,6	163	Peruibe	0,8	148	0,3	47
Praia Grande	19,8	447	12,7	241	Praia Grande	8,1	1.448	8,8	1.255
Santos	28,4	642	28,6	544	Santos	77,6	13.884	72,1	10.316
São Vicente	18,3	414	17,4	331	São Vicente	-	-	-	-
Total	100,0	2.263	100,0	1.901	Total	100,0	17.885	100,0	14.302
	Mongaguá					Todos os destinos na RMBS			
Bertioga	1,0	20	0,8	11	Bertioga	0,4	217	1,0	446
Cubatão	8,5	162	4,2	56	Cubatão	6,9	3.740	11,0	5.105
Guarujá	6,0	115	11,3	153	Guarujá	9,2	4.974	9,7	4.490
Itanhaém	7,4	141	12,1	164	Itanhaém	1,5	826	2,5	1.170
Mongaguá	-	-	-	-	Mongaguá	1,2	629	2,1	951
Peruibe	8,3	159	2,7	37	Peruibe	1,8	972	1,8	838
Praia Grande	24,6	472	26,5	359	Praia Grande	7,7	4.157	6,8	3.148
Santos	18,5	354	18,0	243	Santos	47,7	25.760	43,3	20.056
São Vicente	25,7	493	24,4	330	São Vicente	23,6	12.721	21,9	10.147
Total	100,0	1.916	100,0	1.353	Total	100,0	53.997	100,0	46.350

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

A espacialização dos principais fluxos migratórios intrametropolitanos (Mapa 16) permite melhor visualizar o seu papel cada vez mais importante no processo de redistribuição espacial da população regional e dos vetores de expansão urbano-metropolitano. De fato, se os fluxos principais reduziram seu volume entre os dois períodos considerados, suas orientações centrífugas (sentido centro-periferia) foram mantidas, ilustrando o processo de periferização ativo que ainda registra a região.

Assim, o fluxo mais significativo identificado foi aquele entre Santos e São Vicente, com valores acima de 8.000 pessoas para os dois quinquênios considerados. Como será mostrado mais adiante, verifica-se que esse movimento é composto predominantemente por grupos sociais de baixo status socioeconômico. Essa realidade pode ser estendida também para os significativos fluxos entre Santos e Praia Grande e entre Santos e Guarujá, com valores acima de 5.000 pessoas, muito embora mais heterogêneos quanto ao status socioeconômico dos grupos sociais que estão envolvidos nos mesmos.

MAPA 16 – Fluxos migratórios intrametropolitanos numericamente mais importantes (“data-fixa”). Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010



Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Além dos fluxos migratórios intrametropolitanos terem uma composição sociodemográfica diferenciada, a depender de sua origem e destino, eles também se encontram vinculados a ordens de condicionantes distintos – sintetizados nas dinâmicas do

mercado de terras e de trabalho (CUNHA, 1994; SOBRINO, 2007). Em um número crescente de casos, a mobilidade residencial metropolitana tem uma contrapartida socioespacial clara, principalmente da pendularidade para trabalho. Com isso, reforça-se o papel de tais fluxos topográficos no estabelecimento de complementaridades socioespaciais entre as unidades urbanas da região, além da consumação do processo de metropolização do espaço propriamente dito, ainda que não necessariamente se tenha conurbação entre as cidades.

Para o caso específico da Baixada Santista, a análise da mobilidade pendular permite de maneira muito eloquente dimensionar a extensão do fenômeno metropolitano na região, o qual, não necessariamente, coincide com sua extensão institucional. Ademais, contribui para o melhor entendimento da inserção e articulação socioespacial da RMBS, particularmente de alguns de seus municípios, na macrometrópole paulista, visto que, em muitos contextos, observam-se mais ligações com o planalto do que com outros municípios da própria baixada.

2.4. As complementaridades socioespaciais na RMBS: o que sugerem os dados sobre mobilidade residencial e pendular

Pode-se dizer que, no contexto das dinâmicas sociodemográficas das grandes aglomerações metropolitanas, a mobilidade pendular, apesar de seus estreitos vínculos com a mobilidade residencial, não se configura enquanto um fenômeno demográfico. Isso porque como fenômeno ela não é capaz de alterar nem o volume nem a composição da população (ou seja, não se encontra sequer indiretamente – como a nupcialidade, por exemplo – na clássica equação “compensadora” da demografia). No entanto, não há como negar que muitas vezes ela esteja associada à dinâmica das variáveis sociodemográficas, especialmente a mobilidade residencial nos contextos urbanos.

Em realidade, a pendularidade é um fenômeno socioespacial muito típico, embora não restrito, das grandes aglomerações urbanas. Estaria associado muito mais à dinâmica de produção e ocupação do espaço (divisão econômica e social do espaço) do que com a dinâmica demográfica propriamente dita, não obstante, não há como negar que esta última tenha seus efeitos sobre o fenômeno em questão.

De fato, no processo de periferação/suburbanização, em muitos casos, a pendularidade pode ser vista como uma espécie de contrapartida socioespacial, apresentando-se como uma estratégia (CUNHA; SOBREIRA, 2008) para os indivíduos que desejam alcançar as oportunidades oferecidas pelo ambiente metropolitano. Isso porque,

principalmente na atualidade, a expansão urbana em direção às periferias não está necessariamente associada ao espraiamento das atividades econômicas, em especial àquelas ligadas aos setores produtivos industriais, como ocorreu a partir da década de 1970 (GOTTDIENER, 1993).

Os crescentes investimentos, nas últimas décadas, de excedentes de capital produtivo no ambiente construído residencial, como aponta Harvey (2011), levam ao esgarçamento dos tecidos urbanos, aumentando os descompassos espaciais (*spatial mismatch*) entre lugares de moradia e de desenvolvimento das atividades. Não por caso, constata-se que os deslocamentos pendulares vêm crescendo tanto em volume quanto em extensão geográfica mais recentemente (CUNHA et al., 2013).

Não se pode esquecer o papel fundamental proporcionado pelo avanço dos meios técnicos, especialmente aqueles ligados ao setor de transporte, para a intensificação do fenômeno em questão. A fricção imposta pela distância é diminuída em seus efeitos, possibilitando deslocamentos rápidos, os quais, no passado não muito distante, não seriam viáveis tanto pela distância, quanto pela periodicidade com que são realizados atualmente.

Além disso, a própria dinâmica demográfica diferencial entre diferentes lugares potencialmente articuláveis em termos socioespaciais pode influenciar no aumento do volume de deslocamentos pendulares. Por certo, o crescimento vegetativo relativamente mais alto das periferias metropolitanas brasileiras, principalmente até o final dos anos 1980, incrementou, a médio e longo prazos, o estoque de população que potencialmente poderia realizar deslocamento pendular para os centros das grandes aglomerações urbanas.

Entretanto, em um contexto de queda de fecundidade e convergência espacial para um crescimento vegetativo baixo entre periferias e centros metropolitanos, parece que a condicionante demográfica que mais influenciaria no incremento da mobilidade pendular, seria, de fato, a mobilidade residencial, em particular aquela no sentido centro-periferia⁴⁰, especialmente, quando tal mobilidade esteja mais relacionada e condicionada pela dinâmica do mercado de terras do que pelo mercado de trabalho (SOBRINO, 2007).

A Baixada Santista não foge ao cenário descrito ao longo dos parágrafos anteriores, uma vez que viu sua pendularidade aumentar exponencialmente em volume. Efetivamente, se, em 2000, cerca de 127,8 mil pessoas se deslocam para fora de seu

⁴⁰ Não obstante a ênfase nos fluxos centrífugos (centro-periferia), recentemente já é possível observar também movimentos entre as periferias que podem ter implicações importantes sobre a dinâmica demográfica e principalmente no planejamento da mobilidade urbana.

município de residência para trabalhar ou estudar, em 2010, este valor chega a 200,8 mil, em 2010⁴¹.

Todavia, a observação do Gráfico 6 revela outro aspecto peculiar à dinâmica dos movimentos pendulares da Baixada Santista no que tange ao grau de fechamento⁴² de tais fluxos na região. Isso porque, para os dois anos considerados, os fluxos pendulares intrametropolitanos eram representativos de cerca de 80% do total de fluxos. Essa parece uma realidade patente às demais RMs do interior, já que tanto a RMC quanto a RMVPLN apresentaram valores semelhantes a esse para o indicador em questão (CUNHA et al., 2013). Por sua vez, a RMSP possui um grau de fechamento um pouco mais alto, que era de pouco mais de 90% em 2000, passando a 85,7%, em 2010.

Especificamente, a RMBS apresenta a particularidade de possuir a maior parte de seus fluxos pendulares externos direcionados à RMSP, que representam em torno de 14% do total dos deslocamentos pendulares registrados na região. Desdobrando o indicador por município, chama atenção o alto contingente de movimentos pendulares com destino à metrópole paulistana, principalmente em alguns municípios do litoral sul como Mongaguá e Itanhaém, onde chegam a representar quase 40% do total de movimentos. Praia Grande igualmente se destaca nesse aspecto, com cerca de 20%.

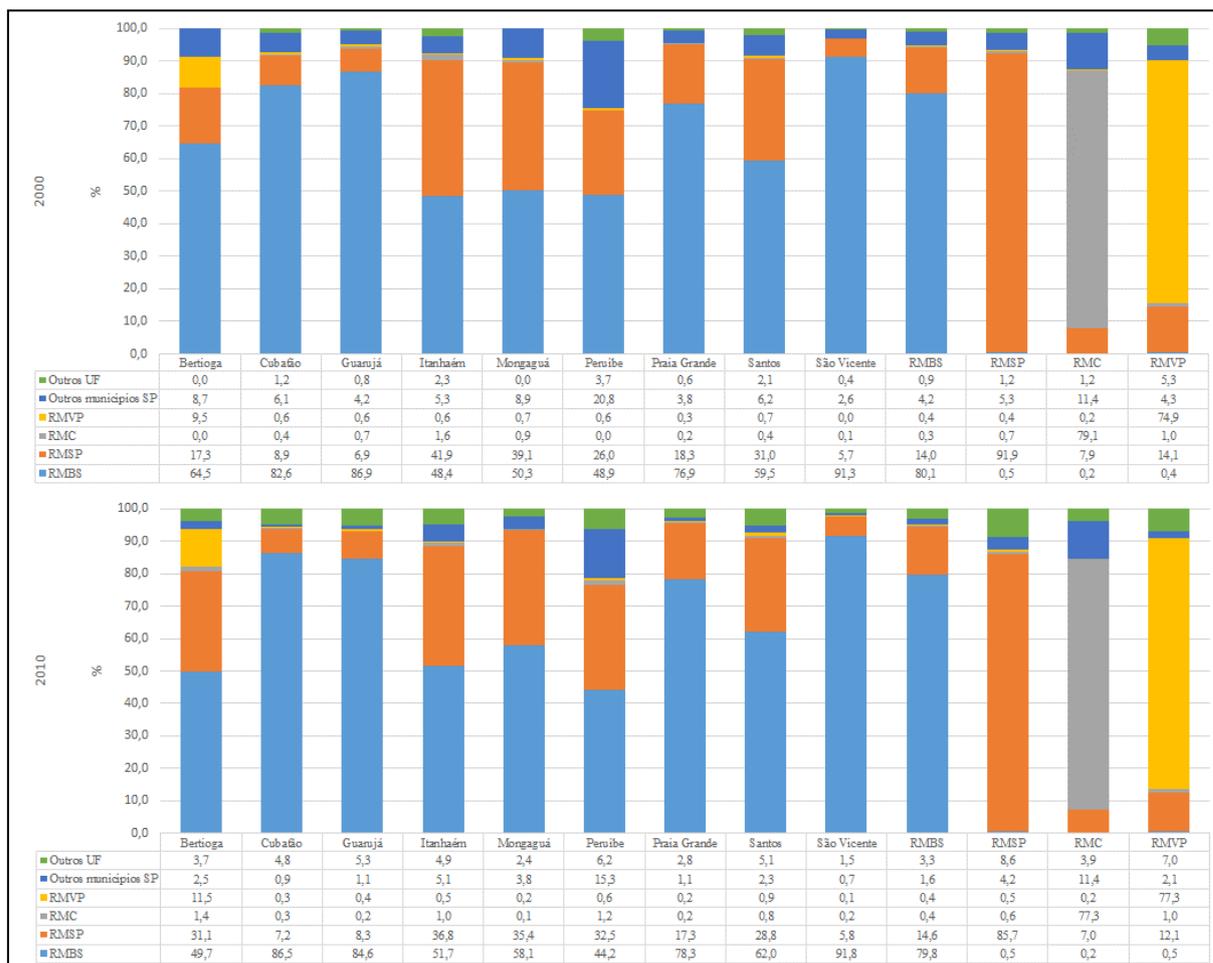
Nesse caso, parece ficar marcado um processo de sobreposição das dinâmicas metropolitanas, especialmente da RMSP sobre municípios periféricos da RMBS, no que vem sendo chamado de “periferias com dois centros”. Na verdade, tal papel pode ser atribuído com muito mais propriedade a Praia Grande considerando que, ao contrário de Mongaguá e Itanhaém, este município está plenamente integrado à dinâmica metropolitana da Baixada Santista.

Por sua vez, conforme já reiteradamente discutido no texto, os municípios metropolitanos da Baixada Santista (Cubatão, Guarujá, Praia Grande e São Vicente), com a exceção de Santos que é o polo regional, registram altos graus de fechamento de seus fluxos pendulares (acima de 80%), mostrando-se, com isso, que de fato e direito fazem parte da dinâmica metropolitana própria a RMBS.

⁴¹ Para fins de comparação entre 2000 e 2010, procedeu-se a uma compatibilização entre os dados sobre pendularidade dos dois Censos Demográficos considerados. Isso porque, no último levantamento, o quesito sobre movimentos pendulares foi separado segundo o motivo de trabalho e/ou estudo, ao contrário do Censo anterior, quando o quesito versava simultaneamente sobre os dois motivos. No sentido de evitar dupla contagem, para os casos em que o município de trabalho coincida com o município de estudo, considerou-se no cômputo dos deslocamentos apenas a municipalidade para trabalho.

⁴² O grau de fechamento dos fluxos de uma determinada região refere-se ao peso relativo dos fluxos circunscritos à região em relação ao total de fluxos.

GRÁFICO 6 – Movimentos pendulares para trabalho ou estudo, por lugar de destino. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010



Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Analisando-se os fluxos pendulares para trabalho e estudo intrametropolitanos (Tabela 14), percebe-se que São Vicente é o maior emissor, respondendo por quase metade dos deslocamentos pendulares registrados na região como um todo. Sua localização adjacente geograficamente ao polo metropolitano, em grande parte, contribui para este quadro e também explica o porquê de pouco mais da metade da pendularidade destinada a Santos ser proveniente de São Vicente.

Entre os condicionantes que explicam esse arranjo espacial e representatividade dos fluxos de São Vicente para Santos, cita-se o fato de o território insular deste último município encontrar-se mais saturado quanto à ocupação que São Vicente. Também há que se levar em conta o fato, já mostrado no capítulo, de o município apresentar um elevado preço do solo urbano, fazendo com que determinados grupos sociais que aí trabalham não consigam residir próximo a seu trabalho, o que os levaria a ter que buscar o município vizinho como local de moradia.

Ressalta-se, contudo, que tal dinâmica vem apresentando sinais de mudança de um censo demográfico para outro, já que a representatividade dos movimentos pendulares oriundos de São Vicente caiu de 2000 para 2010, ao passo que Praia Grande aumentou significativamente sua participação no período considerado. Neste último caso, se no começo da década representava pouco mais de 13% dos fluxos regionais, no final dos anos 2000, esta cifra elevava-se para pouco mais de 17%, superando com isso Guarujá e até mesmo Santos em representatividade na pendularidade regional.

Observando-se, em específico, os fluxos destinados ao polo metropolitano, constata-se um arranjo da origem dos fluxos muito parecido com aquele verificado para a região como um todo, o que, de certa forma, ilustra não apenas a alta polarização exercida por Santos quanto ao direcionamento dos fluxos metropolitanos, como também, a concentração das atividades econômicas e do mercado de trabalho em um ponto específico da região.

A divisão econômica do espaço na RMBS, conforme pode ser visto nos mapas sobre uso e ocupação do solo apresentados no primeiro capítulo, ainda remete a um padrão de estruturação urbano-metropolitana centro-periferia, mesmo que, na escala geográfica da macrometrópole paulista, esteja associado a uma estrutura polinucleada.

Cubatão, outro município que ainda apresenta grande oferta de postos de trabalho na região em função de seu parque industrial, tem Santos e São Vicente enquanto principais municípios de residência dos indivíduos que realizam deslocamentos pendulares que lá trabalham e estudam. Nesse caso, segundo Carriço (2006) e Hogan (1990), trabalhadores mais abastados elegem, como lugar de moradia, as melhores localizações dos municípios litorâneos ou mesmo do planalto.

Todavia, outra opção de local de residência parece estar emergindo mais recentemente, já que Praia Grande, de 9,3%, em 2000, passa a deter 15,6%, em 2010, dos deslocamentos pendulares com destino a Cubatão. Essa dinâmica poderá ser mais bem apreciada analiticamente no próximo capítulo, onde se desdobrarão tais fluxos segundo seu perfil sociodemográfico.

TABELA 14 – Movimentos pendulares para trabalho ou estudo intrametropolitanos, por lugar de destino, segundo lugar de origem. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010

Local de residência	Local de trabalho ou estudo				Local de residência	Local de trabalho ou estudo			
	2000		2010			2000		2010	
	%	Nº abs.	%	Nº abs.		%	Nº abs.	%	Nº abs.
Bertioga					Peruíbe				
Bertioga	-	-	-	-	Bertioga	-	-	-	-
Cubatão	2,0	23	1,5	31	Cubatão	-	-	1,1	9
Guarujá	64,7	729	54,7	1.100	Guarujá	-	-	-	-
Itanhaém	-	-	0,9	18	Itanhaém	53,2	107	56,1	480
Mongaguá	-	-	-	-	Mongaguá	-	-	5,5	47
Peruíbe	1,2	13	-	-	Peruíbe	-	-	-	-
Praia Grande	1,3	15	3,5	71	Praia Grande	3,5	7	16,6	142
Santos	26,3	296	35,8	720	Santos	33,8	68	10,9	93
São Vicente	4,4	50	3,6	72	São Vicente	9,5	19	9,9	85
Total	100,0	1.126	100,0	2.012	Total	100,0	201	100,0	856
Cubatão					Praia Grande				
Bertioga	0,2	38	0,1	24	Bertioga	-	-	-	-
Cubatão	-	-	-	-	Cubatão	4,5	234	3,3	278
Guarujá	9,8	1.544	8,3	2.285	Guarujá	1,6	82	2,5	212
Itanhaém	0,0	4	0,3	91	Itanhaém	2,7	140	6,7	566
Mongaguá	0,2	33	0,2	68	Mongaguá	3,7	193	10,8	913
Peruíbe	0,1	17	0,2	63	Peruíbe	1,3	67	1,5	128
Praia Grande	9,3	1.477	15,6	4.282	Praia Grande	-	-	-	-
Santos	39,3	6.207	34,9	9.574	Santos	25,2	1.307	21,9	1.846
São Vicente	41,0	6.479	40,2	11.010	São Vicente	60,9	3.154	53,2	4.485
Total	100,0	15.799	100,0	27.397	Total	100,0	5.177	100,0	8.428
Guarujá					Santos				
Bertioga	3,0	137	6,5	392	Bertioga	0,4	272	0,5	444
Cubatão	8,0	365	4,9	297	Cubatão	8,5	5.589	9,4	9.243
Guarujá	-	-	-	-	Guarujá	19,9	13.066	16,7	16.448
Itanhaém	0,6	28	1,0	59	Itanhaém	0,5	315	0,9	926
Mongaguá	0,5	22	0,3	20	Mongaguá	0,3	215	0,8	790
Peruíbe	0,4	16	-	-	Peruíbe	0,3	219	0,6	618
Praia Grande	5,5	252	7,7	463	Praia Grande	12,8	8.453	16,6	16.290
Santos	61,6	2.801	59,1	3.550	Santos	-	-	-	-
São Vicente	20,4	926	20,4	1.225	São Vicente	57,3	37.681	54,5	53.635
Total	100,0	4.547	100,0	6.006	Total	100,0	65.810	100,0	98.394
Itanhaém					São Vicente				
Bertioga	-	-	0,7	10	Bertioga	0,1	8	0,1	9
Cubatão	-	-	0,6	9	Cubatão	4,3	336	6,6	915
Guarujá	1,2	8	2,7	40	Guarujá	5,2	407	3,2	450
Itanhaém	-	-	-	-	Itanhaém	0,2	18	1,9	260
Mongaguá	23,3	157	30,5	455	Mongaguá	1,4	108	1,8	253
Peruíbe	25,3	171	32,2	481	Peruíbe	0,1	8	0,3	35
Praia Grande	16,4	111	19,4	290	Praia Grande	32,1	2.514	38,9	5.400
Santos	25,2	170	8,1	121	Santos	56,6	4.424	47,2	6.543
São Vicente	8,6	58	5,9	88	São Vicente	-	-	-	-
Total	100,0	675	100,0	1.494	Total	100,0	7.823	100,0	13.865
Mongaguá					Todos os destinos na RMBS				
Bertioga	-	-	-	-	Bertioga	0,4	455	0,5	879
Cubatão	1,0	12	-	-	Cubatão	6,4	6.559	6,7	10.782
Guarujá	-	-	1,1	20	Guarujá	15,5	15.836	12,8	20.555
Itanhaém	23,6	289	31,4	547	Itanhaém	0,9	901	1,8	2.947
Mongaguá	-	-	-	-	Mongaguá	0,7	728	1,6	2.546
Peruíbe	1,6	19	7,1	124	Peruíbe	0,5	530	0,9	1.449
Praia Grande	59,1	723	50,5	878	Praia Grande	13,2	13.552	17,4	27.816
Santos	5,3	65	5,5	95	Santos	15,0	15.338	14,1	22.542
São Vicente	9,5	116	4,4	76	São Vicente	47,4	48.483	44,1	70.676
Total	100,0	1.224	100,0	1.740	Total	100,0	102.382	100,0	160.192

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

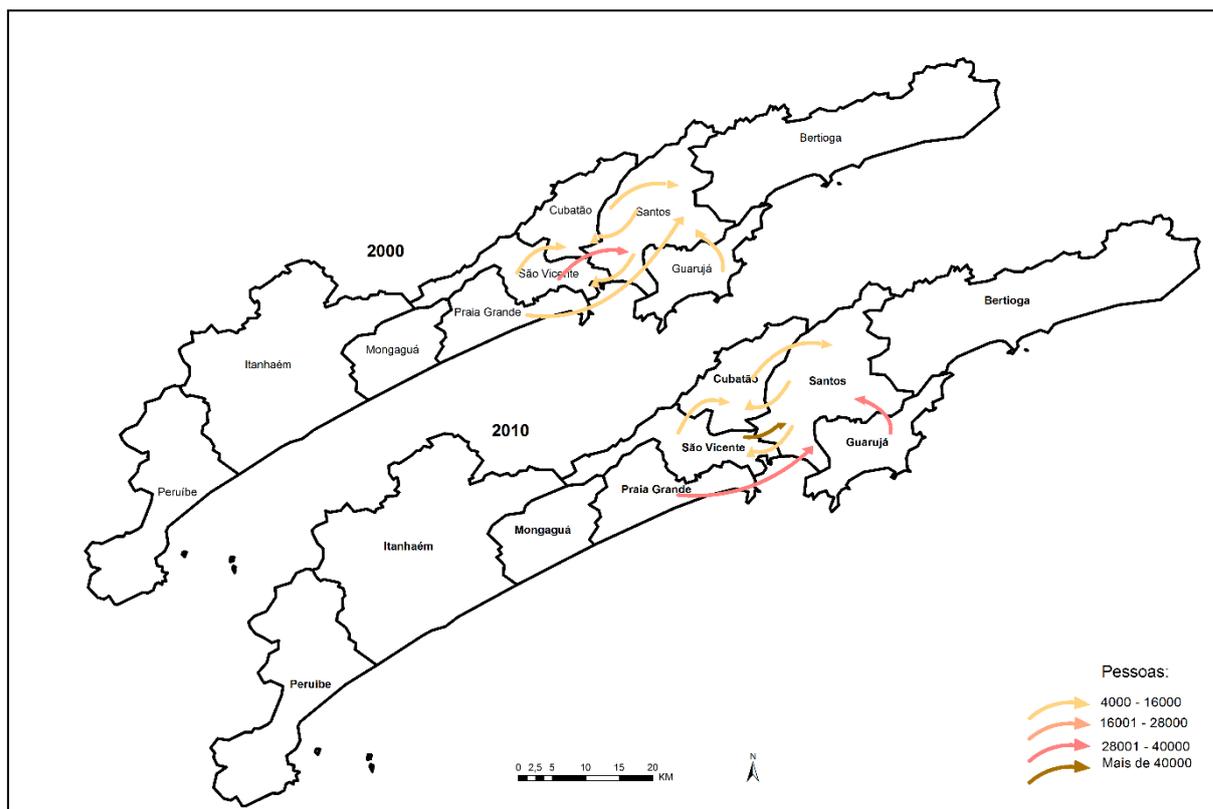
A espacialização dos fluxos pendulares de população em idade ativa para trabalho ou estudo (Mapa 17) ilustra o que foi apresentado até aqui e, curiosamente (embora não por acaso), mostra uma realidade distinta, quase inversa geograficamente, em relação à espacialização da mobilidade residencial (ou migração intrametropolitana). Neste caso, percebe-se uma orientação centrípeta dos mesmos, mais precisamente dos municípios imediatamente periféricos (Cubatão, São Vicente, Guarujá e Praia Grande) para o centro regional, a cidade de Santos.

Na verdade, o que se observa é uma dinâmica complementar – praticamente uma contrapartida – aos fluxos migratórios metropolitanos. Isso porque, as origens dos fluxos pendulares correspondem, geralmente, aos destinos daqueles que realizam a mobilidade residencial. Como já dito, mas vale reiterar, estes resultados decorrem do fato de que a expansão urbana, dada pelo processo de periferização da população metropolitana, não foi acompanhada pela descentralização das ofertas do mercado de trabalho e de oportunidades de estudo para além do núcleo metropolitano.

O quadro em questão parece se intensificar entre os dois períodos considerados, uma vez que os volumes dos fluxos nitidamente elevam-se de patamar entre 2000 e 2010, especialmente quando originários nas frentes de expansão metropolitana. Por exemplo, entre Praia Grande e Santos, o volume aumentou de cerca de 1,3 mil para 1,8 mil pessoas, dinâmica parecida com a observada no fluxo de São Vicente a Santos, que registrou valores de 6,4 mil e 8,5 mil pessoas, respectivamente.

Ressalta-se também que a representatividade numérica dos fluxos pendulares intrametropolitanos encontra-se concentrada no entorno imediato do núcleo, ao contrário do que se observa em outras RMs nas quais se verifica maior espraiamento dos mesmos (DOTA, 2015; CUNHA et al., 2013). Isso reforça o argumento defendido aqui de que a extensão do fenômeno metropolitano na Baixada Santista é bem mais restrita que o território total da RMBS; é bom notar também que muitos fluxos representativos, potencialmente direcionados a Santos, acabam por se dirigir para a RMSP, o que empresta à Baixada Santista outra característica bem peculiar, ou seja, o fato de ter com esta última região grande interação e complementaridade.

MAPA 17 – Principais movimentos pendulares intrametropolitanos da população em idade ativa para trabalho ou estudo. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010



Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Com o intuito de apresentar um panorama mais atualizado da mobilidade pendular na RMBS, tendo em vista os dados do último levantamento censitário datarem de pouco mais de oito anos atrás, analisam-se, por meio da Tabela 15, informações referentes aos passageiros transportados por ônibus intermunicipais no âmbito da RMBS, ao longo do ano de 2016, em linhas gerenciadas pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)⁴³.

Em linhas gerais, observa-se que as interações espaciais entre os municípios reveladas e mediadas pelo transporte coletivo rodoviário levam a resultados basicamente muito próximos daqueles verificados a partir da informação sobre pendularidade do Censo Demográfico (Tabela 14). Assim, estes dados revelam que Santos e São Vicente detinham, em 2016, a primazia no número de passageiros transportados intermunicipais, já que sozinhas

⁴³ Os dados sobre passageiros transportados pelas linhas gerenciadas pela EMTU são registros administrativos referentes a cada viagem realizada pelos ônibus. Logo, não há sentido dos fluxos, tratando-se somente de ligações entre os municípios. Assim, as terminologias utilizadas na Tabela 15 referem-se aos municípios de ligação e não aos municípios de origem e destino. Da mesma forma, podem estar computadas viagens intramunicipais, já que não são discriminados os locais de ponto de embarque e desembarque. Por isso, os dados absolutos, apesar de serem apresentados, tem pouco valor analítico, enfocando-se, portanto, a distribuição relativa dos mesmos, a qual, resguardadas as devidas especificidades da fonte de dados e do modal de transporte, podem ilustrar as articulações e complementaridades socioespaciais da Baixada Santista, assim como, os dados censitários.

compartilhavam pouco mais de 60% dos tipos de ligação em questão. Contribui para esse resultado a proximidade entre os municípios, além das múltiplas, embora congestionadas, ligações viárias entre seus territórios.

Essa realidade é relativamente distinta da visualizada para Guarujá, visto que o modal de transporte coletivo para deslocamento para outros municípios é diferente. Logo, se para os deslocamentos pendulares para trabalho e estudo, o município apresentava grande participação no total de movimentos, nas ligações mediadas por ônibus esse valor é muito baixo, tendo em vista que as viagens são realizadas através das balsas que ligam o município principalmente com a área insular de Santos.

Assim sendo, outra característica intrínseca ao tipo de ligação em questão é sua maior sensibilidade à fricção imposta pela distância. Conforme se percebe na Tabela 15, as ligações, em suas maiores intensidades, tendem a se restringir geograficamente aos municípios adjacentes. A forma longitudinal do território da RMBS contribui, porquanto, por limitar as ligações mediadas pelo modal rodoviário coletivo aos municípios centrais, em sua representatividade, tendo em vista que os municípios mais periféricos geograficamente ao polo ficam muito distantes do mesmo, inviabilizando deslocamentos pendulares de alta periodicidade pelo modal de ônibus urbanos.

Considerando que boa parte das viagens (por motivo de trabalho, estudo, lazer, compras, etc.) é realizada na região mediante o uso de ônibus, conclui-se que essa condição age igualmente enquanto fator que restringe o fenômeno metropolitano aos municípios do *core* metropolitano. Isso porque, tais deslocamentos apenas são viabilizados, em termos financeiros e de tempo, no espaço circunscrito por essas municipalidades.

TABELA 15 – Passageiros transportados através do modal rodoviário coletivo (ônibus), segundo municípios de ligação. Municípios selecionados. RMBS – 2016

Municípios de ligação	%	Nº abs.	Municípios de ligação	%	Nº abs.	Municípios de ligação	%	Nº abs.
Bertioga			Mongaguá			Santos		
Bertioga	-	-	Bertioga	-	-	Bertioga	1,1	208
Cubatão	-	-	Cubatão	3,5	38	Cubatão	10,5	2.018
Guarujá	46,6	236	Guarujá	-	-	Guarujá	12,0	2.308
Itanhaém	2,0	10	Itanhaém	25,6	278	Itanhaém	1,2	229
Mongaguá	-	-	Mongaguá	-	-	Mongaguá	1,4	279
Peruíbe	-	-	Peruíbe	4,5	49	Peruíbe	0,9	166
Praia Grande	6,7	34	Praia Grande	31,7	345	Praia Grande	24,0	4.630
Santos	41,1	208	Santos	25,6	279	Santos	-	-
São Vicente	3,6	18	São Vicente	9,1	99	São Vicente	49,0	9.437
Total	100,0	506	Total	100,0	1.088	Total	100,0	19.275
Cubatão			Peruíbe			São Vicente		
Bertioga	0,0	-	Bertioga	-	-	Bertioga	0,1	18
Cubatão	-	-	Cubatão	4,8	26	Cubatão	12,5	1.756
Guarujá	6,2	358	Guarujá	-	-	Guarujá	1,8	258
Itanhaém	0,8	46	Itanhaém	30,3	164	Itanhaém	0,5	75
Mongaguá	0,7	38	Mongaguá	9,1	49	Mongaguá	0,7	99
Peruíbe	0,4	26	Peruíbe	-	-	Peruíbe	0,2	29
Praia Grande	26,9	1.560	Praia Grande	19,8	107	Praia Grande	16,7	2.333
Santos	34,8	2.018	Santos	30,7	166	Santos	67,4	9.437
São Vicente	30,3	1.756	São Vicente	5,4	29	São Vicente	-	-
Total	100,0	5.802	Total	100,0	541	Total	100,0	14.005
Guarujá			Praia Grande			RMBS		
Bertioga	6,9	236	Bertioga	0,4	34	Bertioga	0,9	506
Cubatão	10,5	358	Cubatão	16,4	1.560	Cubatão	10,5	5.802
Guarujá	-	-	Guarujá	2,5	234	Guarujá	6,2	3.423
Itanhaém	0,8	29	Itanhaém	2,7	254	Itanhaém	2,0	1.085
Mongaguá	-	-	Mongaguá	3,6	345	Mongaguá	2,0	1.088
Peruíbe	-	-	Peruíbe	1,1	107	Peruíbe	1,0	541
Praia Grande	6,8	234	Praia Grande	-	-	Praia Grande	17,2	9.497
Santos	67,4	2.308	Santos	48,8	4.630	Santos	34,9	19.275
São Vicente	7,5	258	São Vicente	24,6	2.333	São Vicente	25,4	14.005
Total	100,0	3.423	Total	100,0	9.497	Total	100,0	55.222
Itanhaém								
Bertioga	0,9	10						
Cubatão	4,2	46						
Guarujá	2,7	29						
Itanhaém	-	-						
Mongaguá	25,6	278						
Peruíbe	15,1	164						
Praia Grande	23,4	254						
Santos	21,1	229						
São Vicente	6,9	75						
Total	100,0	1.085						

Fonte: EMTU (2016). Tabulações especiais do autor.

Cruzando-se as modalidades migratórias com o local de trabalho (Tabela 16), consegue-se visualizar mais claramente as complementaridades entre os fenômenos da mobilidade residencial metropolitana e da pendularidade, além de suas relações com a produção do espaço na Baixada Santista. Em primeira análise, verifica-se que, em 2010, a metade dos responsáveis pelos domicílios imigrantes que residem na RMBS trabalhavam no

próprio município de residência, o que sugere que a migração tenha sido mediada pela dinâmica do mercado de trabalho. Ou seja, a rigor, pode-se pensar que nestes casos o indivíduo tenha migrado para residir próximo ao local de trabalho.

Chama igualmente atenção que quase 17% dos responsáveis pelos domicílios imigrantes continuam trabalhando no município de residência anterior. Nesse contexto, conforme já enunciado em discussões anteriores apresentadas no texto, parece que a mobilidade residencial possui como principal condicionante a dinâmica do mercado de terras, considerando que residir próximo ao local de trabalho não se mostra um fator preponderante. Tal hipótese é especialmente reforçada no caso da Baixada Santista, haja vista o grau de concentração das atividades e empregos em alguns poucos municípios, em particular, Santos.

É preciso ressaltar, no entanto, que tais motivações afligem os diferentes grupos sociais de maneira distintas, de modo que, se a dinâmica do mercado de terras é o principal condicionante para a migração de tais indivíduos, a estrutura de incentivos e constrangimentos à migração atua mais ostensivamente nas escolhas da localização da moradia dos grupos sociais mais abastados (CUNHA, 1994). Por sua vez, os mais pobres têm na segregação residencial induzida, ou mesmo, "forçada", o impulso de tal dinâmica do mercado de terras na determinação de seu local de moradia na região. Neste último caso, se não são "obrigados" a residir nas periferias metropolitanas, têm poucas alternativas para o seu local de residência a não ser nessas últimas, tendo em vista as reservas de grandes parcelas das melhores localizações do território da RMBS para a residência permanente ou ocasional (turismo e segunda residência) dos mais ricos.

Entre os responsáveis pelo domicílio imigrantes intrametropolitanos, registra-se que cerca de 33,7% mantinham seu local de trabalho no município de residência em 2005, dado que ilustra que o processo de periferização da ocupação não foi acompanhado pelo espraiamento das atividades econômicas, especialmente do mercado de trabalho, como mostrado por Carriço (2006). Essa realidade mostra-se mais eloquente para o caso de São Vicente, onde pouco mais da metade dos imigrantes intrametropolitanos trabalhavam em seu município de residência anterior.

Particularmente, o alto preço do solo urbano, como mostrado no capítulo 1, aliado a uma legislação urbanística de cunho "elitista", contribui para tornar inviável a permanência dos mais pobres no município polo, onde ainda se encontram as maiores oportunidades de trabalho da região. Nesse caso, São Vicente, município relativamente mais pobre que Santos, acaba aparecendo como uma alternativa para aqueles que potencialmente poderiam morar

nesse último município, já que os custos financeiros para se residir lá são menores em comparação com o polo.

Guarujá, Cubatão e Praia Grande – periferias metropolitanas – igualmente apresentam grande porcentagem de imigrantes intrametropolitanos que trabalham em seu local de moradia anterior. Ressalta-se, no entanto, especialmente para o último município, que, como será demonstrado posteriormente neste estudo, tais tipos de fluxos tendem a ser mais heterogêneos, em termos socioeconômicos. Logo, os condicionantes e motivações que os impulsionam tendem a ser distintos dos apresentados para quem residia em São Vicente. Não somente o preço do solo urbano mais baixo, mas a busca por melhor qualidade de vida, possibilidade de novas formas de assentamento distintas do *core* justificam a escolha de muitos integrantes da classe média a residirem nesses municípios, mesmo trabalhando em Santos.

Supõe-se que a melhoria da acessibilidade propiciada pela implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) da Baixada Santista – já em operação entre Santos e São Vicente, com projeto de ampliação para Praia Grande – intensifique essa mobilidade residencial seguida de movimentos pendulares para o polo metropolitano. Além disso, a implantação da ligação rodoviária entre Santos e Guarujá, por baixo do estuário, também contribuirá no mesmo sentido, impulsionando o processo de periferização regional para este último município segundo as condições socioespaciais em questão.

Entre os responsáveis pelo domicílio imigrantes provenientes da macrometrópole paulista, verifica-se que pouco mais de 66% trabalhavam no mesmo município de residência. Todavia, uma parcela relevante continuava trabalhando no município de origem (14,7%). Para esta última condição, destacam-se Santos e, principalmente, Praia Grande com 17,9% e 18,5%, respectivamente.

Nesse caso, conforme já se observou para outras RMs da macrometrópole paulista (SILVA; CUNHA; ORTEGA, 2017), verifica-se um crescente contingente de indivíduos que, em função das deseconomias de aglomeração da RMSP (violência, poluição, saturação da ocupação, alto preço do solo, etc.), elegem certas localizações da MMP para viver, mesmo mantendo seus empregos na metrópole paulistana. No caso da RMBS, em específico, a presença da amenidade natural principal da região (praia) contribui por incrementar a qualidade de vida nessa região, sendo, portanto, um dos principais motivos para os indivíduos elegerem seu espaço de vida entre o planalto e a baixada.

Além disso, como já foi detalhadamente mostrado no primeiro capítulo – com exceção dos períodos de feriados e alta temporada–, a rápida ligação com as localidades

situadas mais ao sul da RMSP, através das modernas rodovias do Sistema Anchieta-Imigrantes, igualmente contribui para viabilizar tal condição de mobilidade macrometropolitana.

Para as demais modalidades migratórias, a condição de pendularidade dos indivíduos, como já se esperava, ficou, em sua maior parte, restrita aos municípios de residência. Não há dúvidas de que os movimentos migratórios de mais longa distância são impulsionados, em grande medida, pelos desequilíbrios regionais e pela dinâmica do mercado de trabalho.

Chamou a atenção em São Vicente a grande parcela de imigrantes interestaduais que trabalhavam em outro município de residência da RMBS (pouco mais de metade). Nas demais periferias metropolitanas – Praia Grande e Guarujá – esse número também é expressivo ficando acima do patamar de 20%. Para esses casos, podem estar ocorrendo dois processos: os migrantes dirigem-se diretamente para tais periferias metropolitanas, em função do processo de valorização do solo no polo regional e possivelmente incentivados pela ação das redes migratórias (CUNHA; CUNHA; JAKOB, 2013); ou, em verdade, a residência nestas áreas foi precedida de uma residência temporária no município polo, o que pode não ser captado pelo quesito censitário de data fixa, caso tenha ocorrido dentro do quinquênio de referência do censo.

Para uma possibilidade ou outra, fato o é que, se a dinâmica do mercado de terras não é o condicionante que impulsiona os movimentos migratórios de mais longa distância, condiciona sua alocação na região. Seja residindo diretamente nos municípios periféricos, seja sucedendo o movimento migratório com uma mobilidade residencial metropolitana, o preço da terra urbana em Santos, assim como, os demais condicionantes da produção do espaço urbano no polo metropolitano, parecem agir como impeditivos para que tais migrantes residam próximo aos locais onde estão localizadas as principais oportunidades de trabalho da região.

TABELA 16 – Responsáveis pelo domicílio migrantes de “data-fixa”, por local de residência, segundo modalidade e local de trabalho. Municípios selecionados. RMBS – 2005-2010

Modalidades migratórias	Local de trabalho	Município de residência em 2010									Total
		Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruibe	Praia Grande	Santos	São Vicente	
Intrametropolitano	No mesmo município (%)	84,4	53,5	42,5	70,8	53,7	76,5	37,8	59,6	23,7	40,8
	Município em 2005 (%)	4,1	21,6	31,3	9,9	20,8	0,0	30,3	21,8	52,0	33,7
	Outro município da RMBS (%)	3,1	14,8	20,0	16,7	21,5	23,5	24,0	10,3	16,8	18,1
	Outro município (%)	8,4	10,0	6,2	2,6	3,9	0,0	7,9	8,3	7,6	7,4
	Subtotal (Nº abs.)	264	477	828	482	258	230	3853	1870	4012	12274
Macrometrópole	No mesmo município (%)	90,9	71,0	76,3	75,2	69,7	87,3	59,9	64,4	42,4	66,6
	Município em 2005 (%)	4,5	11,1	11,1	14,4	16,7	7,3	18,5	17,9	12,3	14,7
	Outro município da RMBS (%)	1,2	6,3	8,0	5,6	8,3	2,4	14,3	7,9	39,7	12,4
	Outro município (%)	3,4	11,6	4,6	4,9	5,3	2,9	7,3	9,8	5,6	6,3
	Subtotal (Nº abs.)	860	184	1145	1805	1264	927	4196	2235	1611	14225
Outros municípios do Estado de São Paulo	No mesmo município (%)	100,0	100,0	59,3	86,9	100,0	68,8	74,5	76,7	51,0	72,6
	Município em 2005 (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0	0,0	1,9	0,0	2,7
	Outro município da RMBS (%)	0,0	0,0	16,0	6,8	0,0	10,2	13,2	19,6	38,7	16,9
	Outro município (%)	0,0	0,0	24,6	6,3	0,0	0,0	12,3	1,8	10,3	7,8
	Subtotal (Nº abs.)	51	60	262	264	54	251	466	621	338	2367
Interestadual	No mesmo município (%)	92,0	88,6	69,6	82,4	73,5	77,8	70,1	80,6	41,9	72,3
	Município em 2005 (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,1	0,8	1,1	0,8	0,7
	Outro município da RMBS (%)	4,9	9,3	27,0	5,7	14,1	6,7	23,7	11,9	52,4	21,6
	Outro município (%)	3,1	2,1	3,4	11,9	12,4	11,3	5,4	6,3	4,9	5,3
	Subtotal (Nº abs.)	722	1027	973	363	147	288	1547	2259	1602	8928
Total	No mesmo município (%)	90,7	77,5	64,1	76,4	68,6	81,5	53,7	69,4	32,7	59,9
	Município em 2005 (%)	2,6	7,1	12,1	10,5	15,4	7,8	19,4	12,1	30,4	16,8
	Outro município da RMBS (%)	2,8	10,2	17,5	7,5	10,5	7,2	19,4	10,9	30,2	16,7
	Outro município (%)	3,9	5,2	6,3	5,5	5,5	3,5	7,5	7,6	6,7	6,5
	Total (Nº abs.)	1898	1747	3208	2914	1723	1695	10061	6985	7563	37795

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Evidentemente, as contrapartidas sociodemográficas apresentadas até aqui, especialmente a migração em suas várias modalidades, apresentam seletividades sociodemográficas claras, conforme já foi sugerido em vários momentos do presente capítulo. Clivagens sociais ficam bem destacadas entre quem migra ou não, de onde para onde e quando, já que o que rege tais processos é o capitalismo, um modo de produção que se alimenta de tais seletividades e clivagens para sua reprodução, especialmente no que tange à produção do ambiente construído (HARVEY, 2016).

É, justamente, através do perfil sociodemográfico que se consegue melhor visualizar as conexões entre as contrapartidas sociodemográficas e os processos relacionados à produção social do espaço da Baixada Santista, assim como, os demais condicionantes associados à sua inserção na macrometrópole paulista e na rede urbana brasileira. Mais do que isso, possibilita, apesar das limitações impostas pelas fontes de dados utilizadas, enxergar as dinâmicas sociodemográficas para além de meras contrapartidas à produção social do espaço, e sim como força ou processo socioespacial que se relaciona dialeticamente com este último fenômeno.

CAPÍTULO 3 – O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA MOBILIDADE POPULACIONAL

Por envolver geralmente custos financeiros, associados ao transporte, à habitação, etc., os movimentos migratórios tendem a ser seletivos, isto é, possuem um perfil sociodemográfico diferenciado, seja com relação à modalidade migratória, seja entre quem realiza a migração e quem não se moveu, tanto no lugar de origem, quanto no local de destino. Da mesma forma, ao estar associada em boa parte das vezes em suas motivações e causas ao mercado de trabalho, a migração igualmente possui uma seletividade sócio-ocupacional em função da qualificação dos migrantes e do papel que determinadas localidades exercem na divisão territorial do trabalho, tanto na escala intrametropolitana, quanto na escala da rede urbana.

Conforme já se destacou no capítulo anterior a partir da leitura de Sobrino (2007), a dinâmica do mercado de trabalho tende a se associar mais intensamente com a migração de longa distância, enquanto a dinâmica do mercado de terras, a qual sintetiza os condicionantes dos movimentos migratórios relacionados à habitação, volta-se mais estritamente aos fluxos de curta distância. No entanto, é preciso que se reconheçam as influências da dimensão trabalho, como se poderá observar mais adiante no texto, nestes últimos tipos de movimento.

Dessa maneira, diversos estudos que abordaram a questão metropolitana no Brasil segundo o ponto de vista dos aspectos sociodemográficos de seus processos de expansão e estruturação (CUNHA, 1994; DOTA, 2015; SILVA, 2013) ressaltam a importância da análise do perfil sociodemográfico da migração enquanto elemento de grande relevância no sentido de se identificar as causas e motivações que levam determinados grupos sociais e indivíduos a se moverem e, portanto, de se conhecer as respostas demográficas aos condicionantes estruturais dos movimentos populacionais.

Sabe-se que, por conta das limitações analíticas impostas pelas fontes dados utilizadas no presente trabalho, não somente muitas das causas, mas principalmente as motivações dos movimentos migratórios não serão captadas em suas complexidades. No entanto, acredita-se que em função das possibilidades propiciadas especialmente pelos dados da amostra do Censo Demográfico⁴⁴ – em particular, o espectro amplo de cruzamentos de

⁴⁴ Os dados da amostra dos Censos Demográficos considerados representam, de fato, uma potencialidade, uma vez que disponibilizam muitas variáveis sociodemográficas, possibilitando cruzamentos entre elas, segundo diferentes unidades espaciais de análise. Não se pode esquecer, no entanto, que muitos desses cruzamentos podem apresentar limitações estatísticas relacionadas ao tamanho da amostra utilizada em cada levantamento nos municípios considerados. Logo, deve-se ter cuidado com alguns resultados, especialmente, aqueles relativos aos

variáveis sociodemográficas permitidos –, será possível obter várias indicações sobre estas questões.

3.1. Os aspectos sociodemográficos da migração⁴⁵

3.1.1. A idade dos migrantes

Pode-se dizer que a idade representa o momento da vida e sintetiza os eventos ao longo da trajetória dos indivíduos (COURGEAU; LELIÈVE, 2006). Encontra-se associada, portanto, ao momento do curso de vida das pessoas, podendo ser, igualmente, uma *proxy* do ciclo de vida familiar. Em função disto, pode ser um bom indicativo das chances de inserção laboral (o fato de estar em idade ativa ou não), do acúmulo de ativos, da probabilidade de estar em uma união, etc. Por exemplo, indivíduos em fases menos avançadas de seu curso de vida e ciclo de vida familiar tenderiam a apresentar condições de vida inferiores em comparação com quem estaria mais avançado em tais aspectos. Isso porque, estariam na fase inicial da vida econômica, o que implicaria menores salários e menor tempo de acúmulo de recursos financeiros, fator este determinante para a posse de bens, como a casa própria, entre outros ativos materiais. Da mesma forma, pessoas com tenra idade, dificilmente migrariam sozinhas, o mesmo passando com pessoas idosas que, sabidamente, representam uma baixíssima parcela dos que fazem algum tipo de movimento migratório (ROGERS; CASTRO, 1981; JAKOB, 2003).

Com efeito, estar ou não em fases mais ou menos avançadas do curso de vida individual e ciclo de vida familiar, tem implicações importantes conquanto a propensão dos indivíduos em migrar. Salienta-se que esta última ação pode se diferenciar não apenas em termos dos destinos (por exemplo, longas distâncias tendem a ser mais complicadas em certas idades) quanto dos tempos (lembrando que a idade também é um indicativo do que se poderia chamar de "coortes migratórias"). Em linhas gerais, é isso que se verifica a partir da leitura dos dados da Tabela 17.

municípios com volume de migrantes mais reduzidos, nos quais variáveis com muitas categorias de análise podem extrapolar os limites do coeficiente de variação da amostra para aquela localidade, inviabilizando o seu aproveitamento para análise.

⁴⁵ Tendo em vista os resultados apresentados nas seções anteriores que mostram maior representatividade estatística e analítica da migração originária da RMSP, em detrimento das demais unidades metropolitanas da macrometrópole paulista, considerar-se-ão, para efeitos das análises procedidas nas próximas seções, as seguintes modalidades: intrametropolitano, RMSP, intraestadual e interestadual.

Em primeira mão, ao se analisar os dados para a região como um todo, observa-se um processo de envelhecimento da população que ocorre na migração em geral, sendo verificado em todas as modalidades migratórias. Ressalta-se que não se trata apenas de um envelhecimento relativo, indicado pela diminuição na participação dos grupos etários mais jovens e consequente aumento da proporção dos grupos etários mais velhos, mas também de envelhecimento absoluto, dado pelo aumento do volume total da população de idosos.

De fato, conforme se pode visualizar na Tabela 17, a proporção do grupo etário mais jovem (5 a 14 anos), migrante “data-fixa”, diminuiu de 19,2% para 16% entre os períodos 1995-2000 e 2005-2010. Ao mesmo tempo, o grupo etário mais velho de 60 anos ou mais registrou os valores de 8,5% e 12,6%, respectivamente. Mais do que isso, passou de cerca de 16 mil para 21 mil pessoas, em um cenário em que o volume total de migrantes “data-fixa” reduziu-se de 188, para 167,4 mil indivíduos na região.

Não se pode esquecer que, conforme já sugerido nas seções anteriores, o processo de envelhecimento observado entre os migrantes atinge a população como um todo (Tabela 18), sendo condicionado principalmente pela aceleração na queda das taxas de fecundidade, além da redução das taxas de mortalidade infantil e geral.

Para a população brasileira nos anos 2000, o grupo etário de 0 a 14 anos, que era representativo de 29,6% da população total, passou, no final da década, a 24,1%. Enquanto isso, o grupo de 60 anos ou mais passou de 8,6% para 10,6%. Na Baixada Santista, os valores correspondentes foram de 25,9% e 22,1% para o grupo etário de 0 a 14 anos, e 10,2% e 13,1% para os idosos, respectivamente. O índice de envelhecimento, medida que sintetiza tais mudanças na dinâmica da estrutura etária, aponta para os valores de 39,4%, em 2000, e 59,4%, em 2010, na RMBS, enquanto que para o país como um todo, foi de 28,9% e 44,8%, de modo respectivo para os dois anos considerados. No entanto, ainda que seja um fator decisivo para o envelhecimento regional, não se pode negar que para a Baixada Santista o fluxo migratório apresenta certa seletividade no que se refere à maior participação de idosos.

Esse último aspecto fica ainda mais evidente quando se analisa a estrutura etária dos “não migrantes”⁴⁶ (apresentada no apêndice B), a qual se apresenta relativamente mais próxima da população total. Em realidade, para a RMBS como um todo, no começo da década considerada, o grupo etário de 0 a 14 anos era representativo de 27%, enquanto aqueles indivíduos que tinham 60 anos ou mais detinham participação relativa de 11%. No final do período em questão, os respectivos valores foram de 21,5% e 13,7%.

⁴⁶ Considerou-se “não migrante” os indivíduos naturais ou não naturais com tempo de residência maior ou igual a dez anos no município.

Conforme se pode perceber, a intensidade do envelhecimento populacional varia segundo o lugar e a escala geográfica de observação. Nesse particular, para além dinâmica das componentes do crescimento natural (fecundidade e mortalidade), a migração atua de forma decisiva, tendo em vista a seletividade dos fluxos por grupos etários segundo o seu destino e suas modalidades.

Entre as modalidades migratórias consideradas para a RMBS como um todo (Tabela 17), verifica-se que os migrantes oriundos da RMSP tenderam a ser mais envelhecidos que as demais modalidades. Em 2005-2010, o grupo de 60 anos ou mais tinha participação relativa na população total de 20,3%, enquanto que esse valor para os intraestaduais, intrametropolitanos e interestaduais era de 13,4%, 7,8% e 5,8%.⁴⁷ De fato, a migração proveniente de outras UFs concentrou a maior parte dos migrantes em idade produtiva, cerca de 79%, o que, de certa forma, reforça o argumento levantado em discussões anteriores do presente texto, que tal tipo de movimento estaria associado, em suas causas e motivações, à dinâmica do mercado de trabalho.

Por sua vez, registrou-se a maior porcentagem de crianças e adolescentes entre os imigrantes intrametropolitanos, com 17,2%. Esse grupo apresenta o maior equilíbrio na distribuição dos migrantes entre os grupos etários mais jovens e em idade produtiva, realidade esta que indica (como no caso de vários outros estudos, CUNHA, 2015a; DOTA, 2015) que tais tipos de fluxos possuem um maior caráter familiar em relação às demais modalidades.

Quando a análise é desdobrada por municípios, verifica-se que a distribuição relativa por grupos etários dos migrantes segue os padrões observados para as modalidades mais proeminentes na municipalidade. Assim, em Cubatão, onde, conforme já foi visto, a modalidade predominante é interestadual, o maior peso relativo, assim como registrado para a RMBS como um todo, foi para os jovens em idade ativa (15 a 29 anos), representativos de 42,4%, em 2005-2010. Por outro lado, em Praia Grande, onde tanto as modalidades intrametropolitana e RMSP tinham maior participação relativa, os migrantes tenderam a ser bem distribuídos entre os todos os grupos etários considerados. Nos demais municípios de expansão urbana regional do litoral sul, nos quais a migração oriunda da RMSP tem grande

⁴⁷ A idade é uma das poucas características sociodemográficas dos migrantes captadas através dos Censos Demográficos que podem ser referenciadas ao momento do movimento migratório, o que é viabilizado por meio da combinação da variável idade com o quesito censitário de tempo de residência. Em virtude de se estar utilizando o quesito de “data-fixa”, o qual cobre um período relativamente curto de tempo, até cinco anos, não se viu necessidade de realizar tal ajuste. Não é demais lembrar, para efeitos de esclarecimento, que as crianças menores de cinco anos não são captadas enquanto migrantes “data-fixa”, por isso os grupos etários são considerados somente a partir dos cinco anos. Portanto, a comparabilidade entre a categoria 5 a 14 anos calculada para os migrantes e 0 a 14 anos considerada para a população total e não migrantes fica um pouco comprometida, devendo-se, assim, ser procedida com cuidado.

peso relativo, o grupo etário de idosos (60 anos ou mais) foi mais significativo em comparação com os outros municípios da região.

O polo regional representado por Santos, onde os fluxos interestaduais e provenientes da RMSP são mais importantes, seguiu em menor intensidade o padrão verificado em Cubatão, com os jovens em idade produtiva sendo representativos de 34,1% entre os migrantes do último quinquênio considerado. Por sua vez, o grupo etário com menor participação relativa foi o de idosos, com apenas 11,8%. Esse último resultado suscita uma discussão que faz parte do senso comum na Baixada Santista e, especialmente, no município de Santos: que o maior peso relativo da população idosa dever-se-ia à migração de idosos (especialmente aposentados) para a cidade em busca de suas indiscutíveis amenidades. De fato, como pode ser visto na Tabela 18, Santos apresenta um envelhecimento populacional muito maior relativamente aos demais municípios da região e ao Brasil como um todo; enquanto seu índice de envelhecimento foi de 114% em 2010, Mongaguá, segundo município mais envelhecido da região, apresentou 61,2%⁴⁸.

Na verdade, como já dito, para além da redução da fecundidade e mortalidade, a migração também estaria contribuindo para o processo de envelhecimento de Santos, explicando em grande medida a sua elevada intensidade nesta cidade. De alguma maneira, Alonso (2011, p. 87) corrobora essa perspectiva ao afirmar que a:

Acentuada queda nas taxas de fecundidade, mortalidade infantil e mortalidade geral, combinada com um fluxo migratório seletivo que recebe pessoas mais velhas e perde pessoas mais jovens, forma o cenário que conduziu ao processo de envelhecimento a partir da década de 80, processo este desencadeado a partir do comportamento conjunto de todas estas variáveis.

Todavia, conforme indicado pelo mesmo autor e pelos resultados da Tabela 19, não é a imigração, conforme comumente se aponta no senso comum, o responsável principal para o incremento da participação de relativa de idosos na população santista. De fato, a emigração seletiva de grupos etários mais jovens, parece produzir um efeito muito mais forte e direto sobre o envelhecimento populacional intenso vivido pela cidade em questão.

Conforme aponta Alonso (2011), se, efetivamente, verifica-se um contingente relativamente elevado de idosos não naturais do município em Santos, quando se investiga o momento do movimento migratório, percebe-se que apenas uma pequena parcela dos mesmos (6%, em 2007) realizou a migração, já idoso. Ainda segundo o autor, a maior parte dos que

⁴⁸ O Índice de envelhecimento foi calculado através da relação entre a população de 60 anos ou mais e população de 0 a 14 anos multiplicado por 100.

migraram o fizeram em sua vida adulta, tornando-se idosos quando já eram residentes na região.

Tal quadro, em linhas gerais, foi percebido na análise da migração de “data-fixa”, onde a dimensão tempo do fenômeno abrange um curto período, podendo-se ter uma ideia relativamente precisa do momento de sua vida que o migrante realizou a migração. Pelos dados percebe-se que a maior parte dos migrantes que chegaram a Santos, no período 2005-2010, concentrava-se nos grupos etários de idade produtiva, isto é, não migravam idosos para o município.

Quando se analisa a emigração do município de Santos que, conforme visto nas seções anteriores, apresenta um grande saldo migratório negativo nos anos 2000, verifica-se mais claramente a seletividade dos fluxos para os grupos etários mais jovens em relação à população total, e mesmo, à imigração. Pouco mais de 45% daqueles que declararam residência em 2005 na cidade e, em 2010, já viviam em outra cidade, pertenciam aos grupos etários de 5 a 14 anos e 15 a 29 anos, ou seja, eram crianças, adolescentes ou jovens. Especialmente levando em conta que as crianças não migram sozinhas, estes dados sugerem também a importância de uma migração familiar e, mais que isso, de famílias no começo dos seus ciclos vitais.

Entre as modalidades dos movimentos migratórios de saída do município, percebe-se que as emigrações de caráter intrametropolitano e interestadual (aquelas mais importantes na emigração de Santos – com 46% e 25% do total de emigrantes, respectivamente, em 2005-2010) tendem a registrar um perfil mais rejuvenescido com quase 18% dos migrantes pertencentes ao grupo etário de 5 a 14 anos, em 2005-2010.

No que se refere especificamente à categoria intrametropolitana, observa-se que tais grupos etários em questão possuem como principal condicionante de seu movimento a produção do espaço e a dinâmica do mercado de terras associada no município. De fato, os altos custos do solo urbano da área insular de Santos (como já apresentado no primeiro capítulo do presente trabalho) inviabilizam a permanência de indivíduos e famílias mais jovens no município, considerando a pouca oferta de domicílios mais baratos existente nessa área voltada especialmente ao público mais jovem. Pelo que pode ser constatado pela leitura das tabelas apresentadas, tendem a migrar para periferias metropolitanas da região (Praia Grande, São Vicente e Guarujá), onde o preço do solo urbano é relativamente mais barato em comparação com o do polo metropolitano. Conforme foi apresentado no capítulo 1, nessas áreas há maior oferta de unidades domiciliares destinadas às famílias mais jovens com menor poder aquisitivo, tendência que, supõe-se, intensificou-se a partir de 2010 com o PMCMV.

Por sua vez, o pequeno grupo, porém importante de pessoas com 60 anos ou mais da idade, provenientes em sua maioria da RMSP, que imigraram para o município já neste grupo etário, de acordo com Alonso (2011), apresentam-se em condições financeiras que propiciam sua residência no município, mesmo com os seus altos custos de moradia. Lançando mão da Pesquisa Domiciliar do "Projeto Vulnerabilidade/Nepo/Unicamp" realizada na RMBS em 2007, o referido autor verificou que as motivações relacionadas a tais tipos de movimentos vinculavam-se muito mais à busca por mais qualidade de vida do que às questões associadas à dinâmica do mercado de terras e de trabalho.

Além disso, ainda segundo Alonso (2011), pode-se supor que, em muitos casos, os idosos já detinham vínculos com a região, possuindo residências de veraneio ou mesmo realizando turismo na Baixada Santista. De fato, o que era segunda residência pode ter se tornado a primeira em uma fase mais avançada do curso de vida de tais indivíduos.

Mostra-se importante salientar ainda que, no período 2005/2010, quase 50% dos imigrantes idosos com destino no município de Santos eram provenientes da RMSP. Tal resultado reforça o argumento de que se trata de um grupo social seletivo, que busca a região mais em função de sua qualidade de vida do que em virtude das motivações associadas aos movimentos dos indivíduos mais jovens, como os mercados de terras e de trabalho. De certa forma, essa mesma realidade pode ser verificada para Praia Grande e os demais municípios de expansão urbana na região do litoral sul e norte, o que contribui para os seus processos de envelhecimento no período considerado, mesmo que não tão intenso como o verificado no polo metropolitano.

**TABELA 17 – Imigrantes “data-fixa”, por grupos etários, segundo município de residência na data referência do Censo e modalidades migratórias. Municípios selecionados.
RMBS – 1995-2000 – 2005-2010**

Município de residência	Modalidades migratórias	1995-2000						2005-2010					
		Grupos etários (%)					Total (Nº abs.)	Grupos etários (%)					Total (Nº abs.)
		5 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais		5 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais	
Bertioga	Interestadual	19,0	54,1	19,6	5,0	2,3	3.906	19,6	51,9	19,4	6,3	2,8	3.013
	Intra-metropolitano	23,3	35,7	24,8	10,5	5,8	1.018	18,3	28,5	37,5	8,6	7,1	1.167
	Intraestadual	25,9	31,4	31,2	4,5	7,0	776	18,4	30,1	23,4	19,1	9,1	782
	RMSP	16,3	32,6	24,9	16,4	9,8	3.027	19,2	23,4	26,4	17,5	13,5	3.204
	Total	19,2	42,5	23,0	9,6	5,7	8.727	19,1	35,3	25,1	12,2	8,2	8.166
Cubatão	Interestadual	18,0	52,5	21,3	6,2	1,9	5.283	13,1	51,0	25,2	7,7	3,0	4.501
	Intra-metropolitano	17,8	36,8	28,7	11,0	5,7	2.326	19,1	29,4	36,6	12,2	2,7	1.870
	Intraestadual	18,9	51,2	15,8	9,6	4,5	783	15,6	35,1	27,9	13,6	7,9	596
	RMSP	22,0	38,2	28,9	4,9	6,0	536	18,5	26,8	41,4	11,4	1,9	631
	Total	18,3	47,4	23,2	7,7	3,4	8.928	15,2	42,4	29,5	9,6	3,2	7.598
Guarujá	Interestadual	20,8	51,0	18,2	6,9	3,2	11.961	16,2	51,0	20,6	8,2	4,1	5.444
	Intra-metropolitano	18,9	31,6	30,3	15,2	4,1	4.624	16,9	27,4	36,3	13,3	6,1	3.158
	Intraestadual	22,3	37,6	22,1	7,8	10,2	2.279	16,0	30,9	25,6	14,3	13,1	1.934
	RMSP	15,9	32,2	26,7	12,5	12,7	4.407	14,6	23,5	24,8	18,0	19,2	3.195
	Total	19,6	42,3	22,6	9,7	5,9	23.271	16,0	36,3	25,9	12,5	9,3	13.731
Itanhaém	Interestadual	24,5	40,5	20,2	10,2	4,5	2.652	16,6	39,4	19,5	15,4	9,2	1.745
	Intra-metropolitano	20,4	35,6	23,9	14,5	5,7	2.264	16,7	20,3	28,4	17,9	16,7	1.899
	Intraestadual	20,8	30,4	24,9	14,3	9,6	1.995	17,4	20,9	34,4	16,5	10,9	2.108
	RMSP	19,4	22,7	23,5	18,0	16,3	8.990	16,5	16,9	18,7	26,8	21,1	9.445
	Total	20,6	28,5	23,2	15,8	12,0	15.901	16,6	20,5	22,2	22,9	17,8	15.197
Mongaguá	Interestadual	26,1	40,5	19,4	10,1	4,0	1.547	9,1	43,7	20,0	12,6	14,6	549
	Intra-metropolitano	24,9	25,4	25,8	16,1	7,7	1.912	8,2	36,7	26,5	19,6	9,0	1.357
	Intraestadual	21,1	29,6	29,1	15,2	5,1	1.372	16,9	28,5	32,9	14,0	7,7	848
	RMSP	19,0	24,8	22,5	18,9	14,8	6.513	19,3	20,0	25,2	19,4	16,0	7.756
	Total	21,2	27,6	23,4	16,7	11,0	11.344	17,2	24,1	25,7	18,7	14,3	10.510
Peruíbe	Interestadual	21,2	45,3	20,3	10,7	2,4	1.191	21,3	27,5	27,3	13,3	10,6	1.111
	Intra-metropolitano	20,7	27,5	21,6	20,6	9,5	1.827	16,3	30,0	24,3	16,6	12,8	1.068
	Intraestadual	24,3	28,8	19,6	18,8	8,5	2.212	21,3	28,0	22,1	12,9	15,7	1.489
	RMSP	19,7	27,5	20,6	19,5	12,8	6.208	17,4	15,2	18,4	22,7	26,4	4.746
	Total	20,9	29,6	20,5	18,6	10,4	11.438	18,5	21,0	21,0	18,9	20,7	8.414
Praia Grande	Interestadual	20,0	51,2	18,6	7,1	3,2	9.040	13,8	46,5	23,5	8,5	7,7	7.337
	Intra-metropolitano	22,4	30,1	29,7	12,2	5,6	13.766	18,9	28,9	31,2	13,7	7,3	14.790
	Intraestadual	16,9	29,9	25,4	15,3	12,5	3.871	16,6	24,8	25,1	16,1	17,4	4.443
	RMSP	19,1	22,1	24,2	19,1	15,6	18.478	16,3	17,6	20,6	22,7	22,8	20.657
	Total	20,1	31,0	24,9	14,3	9,8	45.155	16,7	26,3	24,8	17,0	15,1	47.227
Santos	Interestadual	15,6	51,3	22,2	7,6	3,4	10.998	12,2	41,3	27,7	12,4	6,4	8.543
	Intra-metropolitano	18,0	34,0	30,1	12,5	5,4	8.370	12,8	31,4	31,3	15,7	8,7	6.745
	Intraestadual	13,0	34,1	25,4	15,5	12,0	4.057	12,2	39,9	20,2	16,5	11,2	4.503
	RMSP	17,3	23,1	27,1	14,8	17,7	7.029	10,3	24,5	23,9	20,0	21,4	7.241
	Total	16,3	37,7	25,9	11,6	8,4	30.454	11,9	34,1	26,3	15,9	11,8	27.032
São Vicente	Interestadual	22,3	48,6	20,3	5,8	3,0	8.330	13,4	48,8	21,5	11,1	5,3	7.151
	Intra-metropolitano	17,9	31,5	30,4	13,2	7,0	17.886	18,3	28,1	31,0	15,1	7,4	14.307
	Intraestadual	17,6	38,3	22,8	10,9	10,3	2.021	15,3	31,5	26,1	11,9	15,2	2.950
	RMSP	16,4	27,1	24,9	15,4	16,2	5.008	15,5	26,1	26,5	16,2	15,7	5.142
	Total	18,7	35,5	26,6	11,6	7,6	33.245	16,3	33,1	27,4	14,0	9,1	29.550
RMBS	Interestadual	19,8	50,2	19,9	7,0	3,1	54.908	14,3	46,4	23,4	10,0	5,8	39.394
	Intra-metropolitano	19,7	31,7	29,3	13,3	6,1	53.993	17,2	28,8	31,5	14,6	7,8	46.361
	Intraestadual	18,8	33,4	24,1	13,6	10,1	19.366	15,8	30,4	25,3	15,1	13,4	19.653
	RMSP	18,4	25,0	24,2	17,4	15,0	60.196	16,1	19,8	22,3	21,4	20,3	62.017
	Total	19,2	35,1	24,4	12,8	8,5	188.463	16,0	29,8	25,5	16,1	12,6	167.425

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

TABELA 18 – Distribuição relativa da população, por grupos etários e índice de envelhecimento
Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010

Local de residência na data de referência do Censo	2000							2010						
	Grupos etários (%)					Total (Nº abs.)	Índice de envelhecimento (%)	Grupos etários (%)					Total (Nº abs.)	Índice de envelhecimento (%)
	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais			0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais		
Bertioga	30,5	30,7	22,5	10,7	5,7	30.039	18,5	27,2	26,6	24,3	14,3	7,6	47.645	28,1
Cubatão	28,7	29,6	24,1	11,9	5,8	108.309	20,2	24,1	27,7	24,1	16,3	7,9	118.720	32,7
Guarujá	29,4	29,1	23,1	12,0	6,5	264.812	22,1	24,4	26,3	23,7	16,4	9,2	290.752	37,8
Itanhaém	28,9	27,0	20,1	14,1	9,9	71.995	34,1	24,7	22,5	20,4	17,8	14,6	87.057	59,2
Mongaguá	28,5	26,8	20,4	14,3	10,0	35.098	34,9	23,9	22,9	20,5	18,0	14,6	46.293	61,2
Peruibe	29,8	26,4	19,5	13,5	10,8	51.451	36,3	24,7	22,5	20,8	17,0	15,0	59.773	60,5
Praia Grande	27,9	27,5	21,4	13,8	9,4	193.582	33,8	23,6	24,6	22,6	16,8	12,4	262.051	52,7
Santos	19,6	25,1	22,5	17,2	15,6	417.983	79,5	16,8	21,8	21,8	20,4	19,2	419.400	114,4
São Vicente	27,1	28,1	22,5	13,8	8,5	303.551	31,5	22,6	25,8	23,1	17,3	11,1	332.445	49,2
RMBS	25,9	27,3	22,3	14,3	10,2	1.476.820	39,4	22,1	24,5	22,6	17,7	13,1	1.664.136	59,4
Brasil	29,6	28,2	21,1	12,5	8,6	169.799.170	28,9	24,1	26,9	22,4	15,9	10,8	190.755.799	44,8

Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

TABELA 19 – Emigrantes “data-fixa”, por grupos etários, segundo modalidades migratórias.
Santos/SP – 1995-2000 – 2005-2010

Período	Modalidades migratórias	Grupos etários (%)					Total (Nº abs.)
		5 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais	
1995-2000	Interstadual	18,3	33,0	27,0	14,0	7,7	17.771
	Intraestadual	18,1	28,4	26,9	15,9	10,7	11.134
	Intrametropolitano	16,6	31,0	29,4	15,2	7,8	25.757
	RMSP	15,1	39,6	27,3	11,0	7,0	8.641
	Total	17,2	32,3	28,0	14,4	8,2	63.303
2005-2010	Interstadual	17,8	28,4	27,8	16,8	9,3	10.873
	Intraestadual	11,3	32,5	25,4	18,6	12,2	5.744
	Intrametropolitano	17,5	27,0	30,3	16,3	8,9	20.055
	RMSP	10,2	41,2	29,4	12,1	7,2	6.957
	Total	15,6	30,3	28,9	16,1	9,1	43.629

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Mas afinal de contas, quais das dinâmicas realmente impactam a população regional explicando o processo de envelhecimento acentuado vivido pela Baixada Santista e, especialmente, seu núcleo metropolitano capitaneado pelo município de Santos nos anos 2000: a saída dos mais jovens ou a chegada dos mais velhos aos municípios?

Talvez o indicador mais apropriado para responder esta questão seja a taxa de migração líquida (TML)⁴⁹ calculada por grupos etários (Tabela 20), através da qual se observa

⁴⁹ Mostra-se importante salientar que as TMLs foram calculadas se utilizando os saldos migratórios quinquenais. Não se trata, portanto, da fonte de dados mais adequada a ser utilizada para tal fim, já que, conforme ressaltado em outra nota de rodapé no capítulo 2, não é representativa para o período intercensitário como um todo. No entanto, as alternativas disponíveis, a princípio mais adequadas, que seriam os saldos migratórios estimados pela Fundação Seade a partir de estatísticas vitais, mostraram-se inviáveis tendo em vista não serem calculados pela idade dos migrantes, não atendendo o propósito da análise aqui pretendida. Da mesma forma, a combinação do

melhor como o volume do saldo migratório impacta a população. De fato, conforme já foi mostrado com mais detalhe no capítulo 2, pode-se constatar a diminuição das taxas de migração líquida para a região como um todo.

De maneira geral, o curso geral de mudanças no que diz respeito à diminuição do impacto do fenômeno da migração na dinâmica demográfica pode ser vista em todos os grupos etários considerados, contudo, com intensidades diferentes. Para a RMBS como um todo, é possível notar que a imigração líquida de crianças ainda possui um papel importante em sua dinâmica populacional, já que, em 2005-2000, chegava a 2,6% a.a., a maior entre todos os grupos etários em questão.

Em verdade, considerando que logicamente se espera que essas crianças não migrem sozinhas, mas sim acompanhadas de seus familiares, para além de uma migração mais rejuvenescida, tais resultados refletem a migração de famílias mais jovens principalmente para as periferias metropolitanas. De fato, as TMLs do grupo de 5 a 14 anos registradas para a Monguagá e Praia Grande corroboram esta última perspectiva, visto que alcançaram as cifras relativamente altas de 6,6% a.a. e 5,6% a.a., respectivamente. Por sua vez, o grupo imediatamente seguinte, onde possivelmente foram registrados seus jovens pais, apresentaram os valores igualmente expressivos de 3,3% a.a. e 2,8% a.a., respectivamente.

Ainda analisando a Baixada Santista como um todo, mesmo que com uma intensidade relativamente menor, a imigração dos mais idosos (indivíduos com 60 anos ou mais) possui sua importância, com o valor de 1,1% a.a., no último quinquênio considerado. Destaca-se que este resultado é capitaneado pelos municípios de expansão metropolitana e regional do litoral sul, os quais ainda apresentam valores da TML altos para esse grupo etário. Em Praia Grande, por exemplo, a taxa de migração líquida foi de 3,6% a.a. para o grupo etário de 60 anos ou mais, a maior da RMBS.

Se é verdade que o processo de envelhecimento dos municípios periféricos da Baixada Santista pode ser vinculado à imigração dos idosos, em uma dinâmica, conforme pôde ser constatado nas tabelas anteriores, associada os movimentos migratórios originados no planalto, no que se refere ao polo metropolitano o panorama mostrou-se substancialmente diferente.

questo censitário sobre o município de residência anterior com o tempo de residência no município, que cobriria o período intercensitário, também se inviabilizou em virtude de se encontrar ausente do levantamento censitário de 2000. Coloca-se igualmente relevante ressaltar que foi utilizado enquanto denominador da TML a população da data de referência de cada rodada censitária considerada, visto que, por se tratar de um período muito curto de tempo, cinco anos, lançar mão de uma projeção de uma população para o meio do período em questão não alteraria significativamente os resultados a que se chegou.

Em um quadro de saldos migratórios negativos, como registrado no capítulo 2, verificou-se que as maiores intensidades de saídas do município, ainda que com números menores em comparação a 1995-2000, foram registradas nos grupos etários de 15 a 29 anos e de 30 a 44 anos, com valores das TMLs, em 2005-2010, de -0,8% e -1,1%, respectivamente. Por sua vez, a TML relativa aos indivíduos de 60 anos ou mais foi de -0,2%, ou seja, sem praticamente impacto algum sobre a dinâmica populacional de Santos no período considerado.

De fato, conforme já salientava Jakob (2003, p.20), reportando-se aos anos 80 e 90, o:

envelhecimento populacional, sobretudo junto à orla marítima, foi um processo lento e gradual, que diz respeito ao ciclo de vida familiar, por meio da fragmentação das famílias. Os idosos estariam, também, ocupando os espaços deixados pela população flutuante, que procurava locais mais adequados aos seus interesses, menos densos, etc.

TABELA 20 – Taxas de migração líquida, por grupos etários. Municípios selecionados
RMBS – 1995-2000 – 2005-2010

Municípios	Taxa de migração líquida (% a.a.)											
	1995-2000						2005-2010					
	5 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais	Total	5 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Bertioga	7,7	7,9	5,0	4,5	4,8	6,5	4,1	3,3	2,4	2,0	3,0	3,0
Cubatão	0,9	1,6	0,0	-0,2	-0,4	0,7	1,2	0,4	-0,2	-0,4	-0,9	0,1
Guarujá	1,2	1,5	0,6	0,6	1,2	1,1	1,4	0,2	-0,1	-0,1	0,1	0,3
Itanhaém	6,2	3,7	4,0	4,3	4,4	4,5	3,8	1,3	2,5	3,8	3,3	2,8
Mongaguá	8,4	5,2	6,8	7,0	6,2	6,6	6,6	3,3	4,6	3,9	3,5	4,3
Peruíbe	4,9	3,2	3,0	5,2	4,0	3,9	3,3	0,1	1,0	2,2	2,7	1,7
Praia Grande	6,5	4,6	4,6	4,2	4,3	4,9	5,6	2,8	2,8	2,8	3,6	3,4
Santos	-1,2	-1,4	-1,8	-1,4	-0,7	-1,3	-0,6	-0,8	-1,1	-0,6	-0,2	-0,7
São Vicente	2,0	1,7	1,2	0,8	1,1	1,5	3,6	1,1	0,8	0,6	0,8	1,3
RMBS	2,3	1,6	1,0	0,9	1,1	1,4	2,6	0,8	0,7	0,8	1,1	1,1

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Tendo em vista o caráter familiar⁵⁰ de muitos dos movimentos migratórios considerados, procedeu-se à análise dos mesmos a partir do ciclo de vida familiar dos casais que os realizam. Apesar da normatividade intrínseca ao conceito⁵¹, sabe-se que em muitos

⁵⁰ Em sua apreensão sociológica, o conceito de família apresenta uma definição bem estrita, distinguindo-se das noções de unidade doméstica, arranjo domiciliar, etc., já que as relações de parentesco e redes de apoio podem ultrapassar os limites das unidades domésticas ou não corresponderem a determinados arranjos, como no caso dos domicílios unipessoais (CAVENAGHI; ALVES, 2012). Mesmo sabendo que a família não se resume à existência de um casal, para fins da presente análise – tendo em vista as limitações impostas pela fonte de dados utilizada, utilizar-se-á o indicador de idade média do casal como *proxy* analítica para se indicar a fase do ciclo de vida familiar dos migrantes.

⁵¹ A normatividade do conceito de ciclo de vida familiar refere-se ao fato de que os eventos prescritos para cada fase (formação, consolidação e fragmentação) não necessariamente ocorrem na ordem estabelecida, com uma duração definida, entre outras questões. Dependem, antes de tudo, do contexto cultural, econômico, histórico,

contextos a decisão de migrar não é individual, sendo que o momento da vida familiar (mais jovem, mais avançado, etc.) igualmente pode se constituir em um importante condicionante para a maior ou menor propensão de migrar, estando mais ou menos associado a determinadas modalidades migratórias. Isto é, movimentos migratórios de mais longa distância (interestaduais e intraestaduais), em geral, dificultam a migração de famílias no começo de seu ciclo de vida ou em momentos mais avançados do mesmo. No caso específico da migração intrametropolitana, estar na fase de formação, consolidação e fragmentação em muito pode explicar o fato de não se poder arcar com os custos de morar nos núcleos metropolitanos e realizar a mobilidade residencial para as periferias, ou mesmo, vir a morar em áreas mais elitizadas com maior qualidade de vida.

Assim sendo, da mesma forma como observado com relação à estrutura etária dos migrantes⁵², a análise da idade média dos casais⁵³ segundo modalidades migratórias (Tabela 21) aponta uma tendência de envelhecimento dos casais migrantes, tendo em vista que aqueles com idade média de 45 anos ou mais passaram de 34,8%, em 1995-2000, para 43%, em 2005-2010. A mesma tendência foi verificada em todas as modalidades migratórias consideradas.

Comparando-se as modalidades migratórias, percebem-se diferenciais importantes, já que tanto a migração interestadual quanto a intrametropolitana tenderam a apresentar casais mais jovens em comparação com aqueles provenientes da RMSP e os intraestaduais. De fato, em 2005-2010, 56,2% dos casais migrantes interestaduais possuíam idade média abaixo de 35 anos, fase de formação da família. Entre os intrametropolitanos esse valor era de 39,6%. Por sua vez, os casais oriundos da RMSP e de outras regiões do Estado de São Paulo registravam os valores de 59% e 45% entre aqueles cuja idade média era superior a 45 anos, ou seja, já na fase de fragmentação da família.

Ao se desdobrar a análise por municípios, constata-se que aqueles de expansão metropolitana imediatamente periféricos ao polo, como São Vicente e Guarujá – onde a imigração intrametropolitana proveniente do polo possui maior peso relativo –, apresentam

geográfico, etc., além da trajetória de cada família. De qualquer forma, no sentido de analisar a dimensão familiar da migração, lançou-se mão do indicador de idade média do casal com o intuito de, mesmo que aproximadamente, diferenciar as famílias segundo os seus diferentes momentos, buscando relacioná-los à migração e suas possíveis motivações.

⁵² Na verdade, para o olhar demográfico, isso não representa grande novidade, visto que a pirâmide etária, de maneira geral, deixa transparecer também a possível composição familiar do grupo populacional analisado.

⁵³ No sentido de se obter uma *proxy* analítica dos ciclos de vida familiar, as idades médias dos casais foram divididas em grupos de até 35 anos, 35 a 45 anos e de 45 anos ou mais. Supõe-se que tais recortes possam de alguma maneira refletir as fases de formação, consolidação e fragmentação, respectivamente, das famílias.

maior participação de famílias em fase de formação com 40,9 % e 46,2%, respectivamente, nessa condição, em 2005-2010.

Praia Grande, onde predominam os fluxos intrametropolitanos e aqueles provenientes da RMSP, acaba por apresentar um valor mais intermediário da idade média de seus casais. Enquanto as famílias migrantes na fase de formação representavam 31,6% do total, no quinquênio considerado, aquelas em fase de fragmentação chegavam a 47,5%. Nesse quesito, a imigração intrametropolitana apresentou-se mais rejuvenescida, em termos familiares, visto que 45,5% dos casais pertenciam ao grupo abaixo de 35 anos, enquanto aquela originária da RMSP tendeu a ser mais envelhecida, com 62,7% dos casais com idade média acima de 45 anos.

Infere-se, especialmente para o contexto metropolitano, que as famílias em fase de formação que chegam aos municípios de expansão metropolitana da região, em grande parte, podem ter sido constituídas a partir daquelas que se fragmentam no núcleo metropolitano. Efetivamente, podem ser os filhos dos casais mais velhos que não conseguem arcar com os custos de moradia em localidades próximas às residências de seus pais, ou mesmo, que emigraram do município, por conta da falta de oferta de imóveis destinados a este último público.

De fato, isso é o que parece ocorrer, em certa medida, com o polo metropolitano representado por Santos, considerando que, se não houve grandes diferenciações entre as modalidades dos imigrantes que chegaram à cidade no período considerado, para a população total do município, observou-se um perfil bem diferenciado da fase do ciclo de vida familiar em comparação com a região como um todo. Em verdade, 64% dos casais residentes em Santos representavam famílias em fase de fragmentação, ou seja, que possuíam idade média acima de 45 anos, em 2010. Comparativamente, para a RMBS como um todo, esse valor foi de 53,7%, enquanto que para Bertioga, município regional mais rejuvenescido, a cifra atingiu os 38,3%.

Por fim, o grande contingente de famílias provenientes da RMSP que migram para os municípios litorâneos da região em fases mais avançadas do seu ciclo de vida, em linhas gerais, confirma as hipóteses, aventadas por Alonso (2011), de que esta seria uma migração motivada por fatores relacionados à busca por qualidade de vida. Mais do que isso, sugere-se que tais famílias podem ser originárias daquelas em fase de fragmentação no planalto e que cujos componentes buscariam sair da metrópole paulista e se afastar de suas deseconomias de aglomeração (congestionamentos, poluição, violência, etc.), encontrando mais possibilidades na baixada de vivenciar sua velhice com melhores condições de vida.

TABELA 21 – Casais imigrantes “data-fixa”, por grupos de idade média do casal, segundo município de residência na data referência do Censo e modalidades migratórias. Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010

Município de residência na data de referência do Censo	Modalidades migratórias	1995-2000				2005-2010			
		Até 34,5 anos	De 34,5 a 45 anos	45 anos ou mais	Total (Nº abs.)	Até 34,5 anos	De 34,5 a 45 anos	45 anos ou mais	Total (Nº abs.)
Bertioga	Intrametropolitano	63,8	14,4	21,8	399	49,2	23,4	27,4	394
	RMSP	39,5	22,5	38,1	1.070	29,0	27,3	43,7	1.130
	Intraestadual	44,9	34,0	21,1	272	41,2	12,7	46,1	270
	Interestadual	72,7	13,9	13,4	1.066	69,3	16,8	13,8	906
	Total	56,1	19,2	24,7	2.806	46,7	21,8	31,5	2.699
Cubatão	Intrametropolitano	42,9	34,6	22,5	800	42,3	38,5	19,2	596
	RMSP	55,2	31,1	13,7	142	70,5	11,5	18,0	184
	Intraestadual	34,8	39,6	25,7	221	60,7	15,6	23,7	171
	Interestadual	64,6	22,1	13,3	1.376	70,9	19,1	10,0	1.381
	Total	54,6	28,1	17,3	2.539	62,8	23,2	14,0	2.331
Guarujá	Intrametropolitano	41,4	27,8	30,7	1.537	42,1	32,3	25,6	1.007
	RMSP	32,8	27,4	39,8	1.637	27,9	20,3	51,7	1.412
	Intraestadual	43,1	20,1	36,8	893	38,6	19,8	41,6	648
	Interestadual	65,4	17,0	17,7	3.474	67,2	15,1	17,8	1.663
	Total	50,8	21,8	27,4	7.541	46,2	21,0	32,8	4.730
Itanhaém	Intrametropolitano	40,9	24,9	34,3	761	31,3	13,6	55,2	701
	RMSP	19,3	25,7	55,0	3.057	13,3	17,5	69,2	3.545
	Intraestadual	38,5	29,2	32,3	755	30,0	25,5	44,5	763
	Interestadual	55,3	20,4	24,4	728	41,4	17,1	41,5	601
	Total	30,1	25,3	44,6	5.301	20,8	18,1	61,1	5.611
Mongaguá	Intrametropolitano	27,4	27,8	44,8	521	36,5	18,9	44,6	387
	RMSP	20,6	23,5	55,9	2.231	16,6	25,6	57,8	2.559
	Intraestadual	36,4	21,8	41,8	438	17,9	28,8	53,3	177
	Interestadual	47,2	27,4	25,4	364	54,2	9,8	36,0	226
	Total	26,3	24,3	49,4	3.554	21,5	23,9	54,6	3.349
Peruibe	Intrametropolitano	35,2	17,8	47,0	560	35,2	32,4	32,4	380
	RMSP	27,3	19,9	52,8	2.063	14,1	14,5	71,4	1.808
	Intraestadual	27,6	26,7	45,7	784	26,2	26,9	46,9	513
	Interestadual	48,8	31,5	19,8	332	33,1	25,7	41,2	438
	Total	30,5	22,0	47,5	3.740	21,3	20,2	58,5	3.139
Praia Grande	Intrametropolitano	42,7	29,3	28,0	4.193	42,4	26,9	30,7	5.135
	RMSP	23,5	24,9	51,6	6.596	19,7	17,7	62,7	8.113
	Intraestadual	31,7	25,7	42,6	1.516	23,1	22,7	54,3	1.618
	Interestadual	63,7	16,1	20,1	2.356	55,5	18,3	26,2	2.278
	Total	36,3	24,9	38,8	14.660	31,6	21,0	47,5	17.144
Santos	Intrametropolitano	38,0	31,6	30,4	2.692	32,7	32,3	35,0	2.486
	RMSP	29,2	27,0	43,8	2.574	29,0	18,4	52,6	3.223
	Intraestadual	33,1	31,3	35,7	1.302	42,4	16,6	41,0	1.588
	Interestadual	57,0	26,3	16,7	3.116	48,5	23,4	28,2	3.078
	Total	41,1	28,6	30,3	9.684	37,7	22,9	39,4	10.375
São Vicente	Intrametropolitano	43,2	25,2	31,6	6.215	40,2	26,2	33,7	5.398
	RMSP	32,0	21,7	46,3	1.761	31,4	22,9	45,7	2.194
	Intraestadual	44,3	19,7	36,0	765	37,4	21,7	40,9	1.053
	Interestadual	60,9	23,0	16,1	2.128	53,7	19,0	27,3	2.199
	Total	44,9	23,8	31,3	10.869	40,9	23,6	35,5	10.844
RMBS	Intrametropolitano	41,8	27,4	30,8	17.678	39,6	27,5	32,9	16.485
	RMSP	26,1	24,5	49,4	21.131	21,6	19,4	59,0	24.165
	Intraestadual	36,0	26,4	37,6	6.944	33,8	21,1	45,1	6.799
	Interestadual	61,9	20,6	17,5	14.941	56,2	19,3	24,5	12.771
	Total	40,6	24,6	34,8	60.694	35,2	21,8	43,0	60.221

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

O caráter familiar da migração segundo seu destino e modalidade, conforme foi sugerido nas análises anteriores, revela-se como outra importante dimensão do fenômeno em questão. Isso porque, o tipo de arranjo familiar, assim como o momento do curso de vida individual e do ciclo vital familiar, pode ser um condicionante dos movimentos migratórios⁵⁴.

Assim sendo, verificou-se, entre os arranjos com responsáveis pelo domicílio migrantes para os períodos 1995/2000 e 2005/2010 na RMBS (Tabela 22), uma dinâmica mais geral, em que aqueles com maior número de membros e com filhos tendem a diminuir sua participação relativa, em favor daqueles com menos membros e sem filhos. Isto é, se o tipo "casais com filhos" ("nuclear *parsoniano*") era representativo de 38,6% entre os arranjos domiciliares com responsáveis migrantes no primeiro quinquênio considerado, passam a 28,5% no quinquênio mais recente. De forma menos intensa, o mesmo movimento foi observado para os tipos de arranjos "monoparentais com filhos" e estendidos. Por sua vez, os arranjos domiciliares do tipo unipessoal e casal sem filhos ganharam maior participação no curso dos anos 2000, passando de 16,7% para 22,6% e de 15,4% para 20,6%, respectivamente.

Mais uma vez, é preciso salientar que tal dinâmica também é verificada para a população como um todo, já que, seguindo um comportamento semelhante aos dos migrantes, observou-se uma tendência de diminuição da participação relativa dos arranjos do tipo casal com filhos (passou de 43,1% para 42,3% nos anos 2000) na população total da Baixada Santista. Ao seu turno, percebeu-se um aumento da participação do tipo de arranjo casal sem filhos, o qual passou de 12,5% para 16,8%, no período considerado.

Ressalta-se que as mudanças verificadas tanto entre os migrantes, quanto entre a população total se inscrevem em um processo mais geral de transformações na sociedade, responsável por uma maior heterogeneidade dos tipos de arranjos familiares existentes. Oliveira; Marcondes e Vieira (2015) afirmam que tal processo é decorrente de alterações profundas no regime demográfico, consolidado especialmente a partir da década de 1960. Este período é marcado por um intenso declínio da fecundidade, consequência das mudanças de caráter estrutural e, ao mesmo tempo, condicionante de outras transformações na vida privada que se seguiram. Vinculado a este processo se dá o envelhecimento populacional, fruto da redução de tamanho das coortes mais jovens, e do prolongamento da vida; estes

⁵⁴ Ressalta-se que o tipo de arranjo domiciliar do migrante, assim como se pode verificar para as demais variáveis sociodemográficas, é correspondente à data de referência do censo e não ao momento da migração. Tal característica, intrínseca aos dados do Censo Demográfico, deve ser levada em consideração nas análises, especialmente quando da observação de possíveis relações entre a migração e o tipo de arranjo domiciliar. Em muitos casos, o arranjo domiciliar pode ter sido constituído no local de destino, depois do movimento.

fatores abriram caminho para a redefinição das transições geracionais e suas inter-relações. Essas transformações, de caráter estrutural, ainda se relacionam à ampliação da disponibilidade de meios eficazes de controle dos nascimentos, assim como à generalização da demanda por seu uso. Isto expressa a incorporação da ideia de ter filhos como uma escolha e não um destino (particularmente feminino), envolvendo cada vez mais segmentos sociais diversos.

No que toca especificamente às migrações, segundo Champion (2001), esse processo de heterogeneização dos arranjos domiciliares possui estritas relações com o processo de estruturação das grandes aglomerações urbanas, sendo condicionadas e condicionando este último. Tal dinâmica se repercute no perfil familiar da migração, já que foi possível observar significativas diferenças do mesmo em função das modalidades migratórias consideradas.

De fato, a migração de cunho interestadual destinada a RMBS encontra-se mais associada aos arranjos domiciliares do tipo “casais com filhos” e “estendidos” (representativos de 30,5% e 22,5% em 2005-2010, respectivamente), resultado esperado, tendo em vista o caráter mais rejuvenescido desses movimentos, com maior destaque para os indivíduos em idade produtiva, conforme pode ser visto anteriormente.

Em linhas gerais, esse último resultado é parecido com aquele verificado para a migração intrametropolitana, visto que, relativamente às demais modalidades, os migrantes provenientes da própria RMBS foram aqueles que apresentaram a maior proporção de responsáveis pelos domicílios pertencentes a arranjos domiciliares do tipo “casais com filhos”, com 34% no final dos anos 2000. Mais do que nunca fica marcado aí o caráter familiar desse tipo de movimento, nesse caso composto por famílias mais jovens, conforme indicado na Tabela 17.

Com relação à imigração proveniente da RMSP, constata-se um perfil dos arranjos domiciliares significativamente diferente do visto para as demais modalidades migratórias. Isso porque, agora são os tipos “unipessoal” e “casais sem filhos” que, no período 2005-2010, apresentaram maior participação relativa, com 24,4% e 26%, respectivamente. Mostra-se importante salientar também que a imigração proveniente do planalto registrou uma nítida mudança em seu perfil ao longo da década em questão, considerando que, enquanto em 1995-2000, os responsáveis migrantes pertencentes ao arranjo “casal com filhos” eram os majoritários, respondendo por 34,5% do total, no final da década de 2000, este valor reduz-se para 24%.

De todo modo, os resultados dos tipos de arranjos por modalidade corroboram aqueles observados para a idade e idade média do casal, visto que igualmente pôde-se visualizar um perfil diferenciado da migração entre os migrantes provenientes da RMSP, da própria RMBS e de fora do Estado de São Paulo. De fato, os imigrantes provenientes do planalto tendem a pertencer a arranjos associados à fase de fragmentação das famílias, residindo individualmente ou acompanhados de seu cônjuge na baixada em uma fase mais avançada de seu ciclo de vida familiar, onde pode encontrar melhor qualidade de vida.

Desdobrando-se a análise dos tipos de arranjos domiciliares com responsáveis migrantes por municípios da RMBS, observa-se um perfil diferenciado em função do destino na estrutura metropolitana. Isso porque, os fluxos que se dirigiram ao *core* metropolitano, em específico a Santos, foram constituídos por responsáveis em arranjos do tipo “individual”, 28,5% em 2005-2010. Novamente, a questão relativa ao elevado preço do solo urbano para a aquisição de uma residência nesse município, principalmente na zona leste de sua área insular, pode ser levantada como um importante condicionante para explicar a predominância de indivíduos sozinhos, sem seus cônjuges e filhos, em fases mais avançadas do seu ciclo de vida individual.

Cubatão, cujos fluxos prevalentes ainda são os de longa distância (interestaduais), ao contrário, apresenta predominância dos arranjos do tipo “casal com filhos”, em primeiro lugar, com 34,2%, e do tipo “estendido”, 23,4%, no final da década considerada. Nas demais periferias de expansão metropolitana e regional, do litoral sul e Bertioga, igualmente os arranjos do tipo “parsoniano” mostraram-se ainda proeminentes, com valores entorno de 30%.

Praia Grande, principal periferia de expansão metropolitana, apresenta um perfil mais heterogêneo dos tipos de arranjos domiciliares com responsáveis migrantes. De um lado, enquanto periferia “tradicional” da RMBS apresenta ainda muita representatividade dos arranjos do tipo “casal com filhos” (29,1% em 2005-2010), resultado claramente associado aos fluxos intrametropolitanos destinados ao município, nos quais tal tipo de arranjo teve a participação relativa de 38,3%, no mesmo período. Por outro lado, registrou-se, simultaneamente, grande expressividade dos tipos de arranjos domiciliares “individual” (20,6%) e “casal sem filhos” (22,1%), em uma dinâmica vinculada com a crescente migração oriunda da RMSP que se dirige ao município.

TABELA 22 – Arranjos domiciliares com responsáveis pelo domicílio imigrantes “data-fixa”, por tipo, segundo município de residência na data referência do Censo e modalidades migratórias
Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010

Município de residência na data de referência do Censo	Modalidades migratórias	1995-2000						2005-2010					
		Arranjos domiciliares (%)					Total (N° abs.)	Arranjos domiciliares (%)					Total (N° abs.)
		Uni-pessoal	Casal sem filhos	Casal com filhos	Mono-parental com filhos	Estendido e outros		Uni-pessoal	Casal sem filhos	Casal com filhos	Mono-parental com filhos	Estendido e outros	
Bertioga	Intrametropolitano	8,7	20,5	49,1	12,0	9,7	399	16,8	15,5	43,6	9,2	14,9	394
	RMSP	12,9	22,0	35,2	12,7	17,2	1.070	24,1	17,4	35,0	9,5	14,0	1.130
	Intraestadual	13,0	7,2	49,6	10,5	19,8	272	29,5	23,7	33,4	3,4	9,9	270
	Interestadual	13,6	14,1	41,6	3,8	26,8	1.066	10,5	20,2	33,4	14,2	21,6	906
	Total	12,5	17,4	41,0	9,0	20,1	2.806	19,0	18,7	35,6	10,4	16,3	2.699
Cubatão	Intrametropolitano	17,0	15,0	44,8	8,3	15,0	800	6,8	11,3	48,7	21,9	11,3	596
	RMSP	13,2	14,5	33,1	7,5	31,7	142	28,8	32,4	33,0	0,0	5,8	184
	Intraestadual	7,9	13,0	34,0	4,1	40,9	221	6,0	24,2	37,1	0,0	32,8	171
	Interestadual	12,3	8,7	39,8	13,9	25,4	1.376	22,3	11,5	27,8	8,6	29,8	1.381
	Total	13,4	11,4	40,5	10,9	23,8	2.539	17,7	14,0	34,2	10,7	23,4	2.331
Guarujá	Intrametropolitano	13,5	16,1	37,3	15,6	17,5	1.537	20,8	19,2	41,3	5,8	13,0	1.007
	RMSP	22,1	16,4	33,9	13,9	13,8	1.637	26,1	27,4	22,6	12,1	11,8	1.412
	Intraestadual	22,5	11,2	37,4	15,8	13,1	893	20,5	23,8	31,4	15,8	8,5	648
	Interestadual	18,8	11,7	43,9	11,0	14,6	3.474	18,3	15,1	32,6	10,4	23,6	1.663
	Total	18,9	13,6	39,6	13,1	14,8	7.541	21,5	20,8	31,3	10,7	15,7	4.730
Itanhaém	Intrametropolitano	21,4	14,0	41,5	12,1	11,1	761	19,4	23,9	34,0	14,2	8,6	701
	RMSP	15,8	21,8	37,0	7,2	18,2	3.057	18,2	28,9	24,6	9,9	18,4	3.545
	Intraestadual	19,0	11,7	46,4	11,2	11,8	755	24,1	13,1	35,0	14,2	13,5	763
	Interestadual	18,5	7,7	46,1	11,2	16,5	728	26,3	15,1	24,6	7,9	26,1	601
	Total	17,4	17,3	40,2	9,0	16,0	5.301	20,0	24,6	27,2	10,8	17,3	5.611
Mongaguá	Intrametropolitano	20,7	10,8	43,2	1,1	24,2	521	12,7	19,7	34,7	18,6	14,2	387
	RMSP	20,3	20,2	33,6	10,3	15,6	2.231	16,0	24,0	32,5	9,4	18,1	2.559
	Intraestadual	12,8	23,2	43,8	10,1	10,2	438	18,7	6,0	47,8	22,4	5,1	177
	Interestadual	16,8	2,7	51,3	8,1	21,2	364	45,9	4,4	9,8	12,8	27,1	226
	Total	19,1	17,4	38,1	8,7	16,7	3.554	17,8	21,2	32,0	11,4	17,6	3.349
Peruibe	Intrametropolitano	12,0	17,1	37,4	18,5	15,0	560	13,8	26,0	26,7	13,6	20,0	380
	RMSP	14,7	19,0	41,9	10,1	14,3	2.063	26,4	27,7	25,5	3,8	16,5	1.808
	Intraestadual	17,2	19,9	47,2	7,5	8,4	784	20,8	15,3	29,1	17,7	17,1	513
	Interestadual	9,7	12,9	51,7	6,5	19,2	332	8,4	18,1	30,3	24,3	19,0	438
	Total	14,4	18,4	43,2	10,5	13,6	3.740	21,5	24,1	26,9	10,1	17,4	3.139
Praia Grande	Intrametropolitano	10,0	14,5	43,1	12,4	20,0	4.193	16,8	17,6	38,3	12,5	14,7	5.135
	RMSP	16,9	22,5	32,6	9,5	18,5	6.596	22,8	27,5	21,9	9,8	17,9	8.113
	Intraestadual	19,4	17,5	37,6	7,8	17,8	1.516	26,4	15,5	27,5	12,5	18,1	1.618
	Interestadual	15,4	11,0	41,5	9,8	22,3	2.356	16,9	17,7	35,4	7,3	22,6	2.278
	Total	14,9	17,8	37,6	10,2	19,4	14.660	20,6	22,1	29,1	10,6	17,6	17.144
Santos	Intrametropolitano	11,9	15,1	37,2	19,6	16,3	2.692	22,7	18,2	32,9	13,2	13,0	2.486
	RMSP	27,3	16,2	34,0	10,7	11,9	2.574	31,5	26,5	17,5	8,1	16,4	3.223
	Intraestadual	17,2	15,8	34,8	12,0	20,2	1.302	30,8	18,4	17,1	13,1	20,6	1.588
	Interestadual	18,5	13,3	37,0	10,5	20,8	3.116	28,9	15,8	31,5	7,0	16,8	3.078
	Total	18,8	14,9	35,9	13,3	17,1	9.684	28,5	20,1	25,3	9,8	16,3	10.375
São Vicente	Intrametropolitano	17,4	11,6	40,7	13,9	16,5	6.215	23,5	15,3	27,3	17,9	16,1	5.398
	RMSP	19,1	18,7	27,9	16,3	18,0	1.761	36,6	19,3	23,6	6,6	13,9	2.194
	Intraestadual	24,7	14,9	28,0	17,4	15,0	765	27,6	18,9	30,0	8,6	15,0	1.053
	Interestadual	12,7	5,6	44,6	13,9	23,2	2.128	18,6	19,0	26,6	11,5	24,3	2.199
	Total	17,2	11,8	38,5	14,6	17,9	10.869	25,5	17,2	26,6	13,4	17,2	10.844
Total	Intrametropolitano	14,3	13,8	40,8	14,0	17,1	17.678	19,7	17,3	34,0	14,5	14,5	16.485
	RMSP	18,5	20,2	34,3	10,5	16,5	21.131	24,4	26,0	24,0	8,9	16,7	24.165
	Intraestadual	18,6	15,5	38,8	11,1	15,9	6.944	25,8	17,5	27,8	12,5	16,4	6.799
	Interestadual	16,1	10,6	42,1	10,7	20,5	14.941	21,1	16,3	30,5	9,7	22,5	12.771
	Total	16,7	15,4	38,6	11,6	17,6	60.694	22,6	20,6	28,5	11,0	17,3	60.221

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Conforme se pode notar a partir da análise das variáveis idade e tipo de família do fenômeno migratório na RMBS, verificou-se, ademais da continuidade do processo de envelhecimento da migração e da população como um todo, uma intensificação sem precedentes e iguais de tal processo nos anos 2000, principalmente no município de Santos. Se os condicionantes demográficos associados ao processo de envelhecimento da população

brasileira como um todo são importantes para explicar esse quadro (aceleração na queda das taxas de fecundidade e redução das taxas da mortalidade infantil e geral), aqueles endógenos ao processo de ocupação da região são decisivos para determinar o elevado grau que o fenômeno chegou na RMBS.

Nesse sentido, o processo de elitização da ocupação das áreas centrais mostra-se determinante para a não retenção da população e famílias mais jovens no núcleo metropolitano, que se veem praticamente obrigadas a migrar para outras zonas de expansão urbana da região, nas quais o custo da moradia seja mais barato. Este último processo, conforme se pôde verificar nas tabelas anteriores, tem impactos substanciais na dinâmica demográfica, em especial no que se refere ao envelhecimento populacional, principalmente do polo regional. Além disso, o alto estoque de domicílios de uso ocasional, potencialmente ocupáveis por essa população em fases menos avançadas de seu ciclo de vida familiar, concorre para aumentar o peso relativo dos idosos na população residente, principalmente, nas áreas mais litorâneas da região.

3.1.2. A escolaridade dos migrantes⁵⁵

A escolaridade sintetiza a possibilidade de aproveitamento das oportunidades no mercado de trabalho e, de modo geral, está fortemente associada com o tipo de trabalho exercido e a renda⁵⁶. Tendo em vista que em sua dinâmica o mercado de trabalho oferece oportunidades diferenciadas territorialmente, indivíduos com escolaridade distinta são levados, ou não, a migrar para determinados lugares em função de como se encontra organizada a divisão territorial do trabalho e de suas possibilidades em aproveitar tais oportunidades.

⁵⁵ Para as variáveis sociodemográficas consideradas a partir deste ponto da presente seção, a análise será conduzida levando em conta apenas os responsáveis pelos domicílios, de modo a que as características dos migrantes não sofram o efeito de seus filhos. Em termos práticos, busca-se mitigar os efeitos de composição da estrutura etária nas diferentes populações consideradas, os quais trabalhariam por inviabilizar qualquer análise comparativa procedida, demandando um esforço técnico da padronização entre as mesmas, o que não se constitui o foco da pesquisa. Ademais, em termos analíticos, considera-se que a família é a melhor unidade de análise para o estudo da migração (WOOD, 1982; BILAC, 1997), sendo que parcela significativa da compreensão desse fenômeno poderia ser captada a partir da análise das características sociodemográficas dos responsáveis da família.

⁵⁶ Não por acaso, as variáveis renda e escolaridade encontram-se fortemente correlacionadas entre si, expressando uma única dimensão social do fenômeno socioespacial estudado (MARQUES, 2005). Logo, mostrou-se conveniente eleger uma ou outra no sentido de expressar a dimensão social da migração. Escolheu-se a escolaridade para efeitos da presente análise, tendo em vista os conhecidos problemas da variável renda no Censo Demográfico, principalmente quanto a sua tendência à subdeclaração. Além disso, para efeitos de comparação ao longo tempo, demandar-se-ia lançar mão de técnicas de deflacionamento dos valores nominais, inviabilizando o uso de categorias de valores predeterminadas. Essas limitações não afetam, em linhas gerais, a escolaridade, tornando-a um indicador mais robusto no sentido de expressar a dimensão social do fenômeno socioespacial em questão.

Além disso, o nível de instrução da população serve enquanto um eficiente indicador da estratificação social, uma vez que indivíduos com escolaridade mais alta tendem a se diferenciar socialmente daqueles com menor escolarização. Como já mostrado em outros estudos (CUNHA; JIMENEZ, 2006; DOTA, 2015), esta última dinâmica se reflete sobre os locais de moradia elegidos pelos mesmos ou impostos aos grupos sociais, configurando a divisão social e os padrões de segregação residencial observados, relacionando-se, portanto, à forma como os espaços urbano-metropolitanos são produzidos na atualidade.

No tocante à migração, com a tendência de redução do volume dos fluxos migratórios nos últimos anos (CUNHA, 2015b), espera-se uma maior seletividade dos mesmos quanto aos grupos sociais que podem realizar os movimentos. É, portanto, nesse quesito que a escolaridade parece ser um bom indicador no sentido de caracterizar os diversos grupos sociais que migram ou não, segundo diferentes modalidades migratórias, relevando as causas e motivações dos movimentos populacionais estudados.

Procedendo-se à análise da migração por nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio na Baixada Santista (Tabela 23), ressalta-se o aumento da escolaridade de todos os migrantes entre os dois quinquênios considerados. Enquanto os menos escolarizados (sem instrução e/ou com fundamental incompleto) passaram de 50% para 29,5%, o grupo de maior escolaridade (com nível superior completo) passou de 10,5% para 19,6%.

Assim como observado para o processo de envelhecimento populacional, o aumento da escolarização dos migrantes deve ser contextualizado com os avanços educacionais alcançados pelo país especialmente nos anos 2000, não sendo, portanto, uma especificidade de região ou dos migrantes. De fato, para o país como um todo, o grupo de responsáveis pelo domicílio com menor nível de instrução passou de 65,4% para 51,5%, entre 2000 e 2010, enquanto que aqueles com mais escolaridade passaram 6,5% para 10,5% no mesmo período.

No que se refere à Baixada Santista, a tendência de aumento do nível de instrução da população total foi relativamente semelhante, já que os responsáveis pelo domicílio sem instrução eram representativos de 54,4%, em 2000, passando a 39,2% em 2010. Enquanto isso, aqueles que possuíam nível superior completo, que eram apenas 6,5%, passaram a representar 10,5% do total de responsáveis.

Mais uma vez, assim como observado para a variável idade, ao se considerar os responsáveis pelo domicílio “não migrantes”, percebeu-se que sua escolaridade tendeu a se diferenciar daquela observada para os migrantes mais recentes. Isto é, aqueles “não migrantes” que não tinham instrução representavam 56,6%, em 2000, passando a apenas 41%

em 2010. Por sua vez, aqueles com nível superior completo passaram de 9,6% para 13% no curso do período considerado. Os “migrantes recentes” em geral tendem a possuir maior escolaridade que os “não migrantes” e a “população total”, realidade esta que pode estar relacionada à diminuição dos volumes de fluxos migratórios ao longo dos últimos anos, fazendo-se com que estes últimos tendam a ficar mais seletivos em termos dos grupos sociais envolvidos.

Entre as modalidades migratórias não se observaram grandes diferenças quanto ao nível de instrução, porém ficou claro que os migrantes interestaduais tenderam a ser os menos escolarizados entre todas as modalidades migratórias, com apenas 14,1% dos responsáveis pelo domicílio com curso superior completo, para os migrantes do período 2005-2010. As demais modalidades ficaram no patamar entre 20 e 25% para esta última categoria de escolaridade, com destaque para a intraestadual, com 25,3%.

De fato, para a RMBS, a imigração intrametropolitana, aquela proveniente da RMSP e a de origem intraestadual, mostraram-se bastante heterogêneas socialmente, registrando valores igualmente elevados para aqueles indivíduos com menor nível de instrução. Logo, a predominância de determinados grupos sociais associou-se muito mais ao lugar de destino dentro da divisão social do espaço metropolitano do que com o lugar de origem. Em linhas gerais, foi isso que pôde ser constatado ao se desdobrar análise da escolaridade por municípios de destino.

Procedendo-se à análise da imigração para o polo metropolitano, verifica-se que a migração a ele dirigida tendeu a ser nitidamente com maior nível de instrução em relação àquela direcionada para os demais municípios metropolitanos. Os responsáveis migrantes que residiam em Santos com nível superior completo eram representativos de 40,2% do total daqueles que tiveram a cidade como destino no quinquênio 2005-2010. Por sua vez, os migrantes com o menor nível de escolaridade considerado apresentaram o valor de apenas 13,1%. Em verdade, esse é um resultado, até certo ponto, esperado, tendo em vista que apenas uma população com maior status socioeconômico poderia arcar com os reconhecidamente altos custos financeiros demandados para se residir em Santos.

Entre as modalidades dos migrantes que se dirigiam a Santos, os responsáveis imigrantes provenientes da RMSP tinham nível de instrução ligeiramente superior aos demais, com o valor de 45,7% para quem possuía nível superior completo. Por sua vez, os migrantes interestaduais, novamente, apresentaram os maiores contingentes com menor escolaridade, ou seja, 23,7% sem instrução ou com fundamental incompleto.

Com relação à migração destinada aos municípios periféricos metropolitanos, percebe-se mais claramente a mencionada vinculação dos fluxos e modalidades ao papel de cada município na divisão social do espaço metropolitano. Isso porque, nas áreas tendentes à elitização da ocupação ou já elitizadas, foram registrados fluxos constituídos por grupos sociais mais escolarizados. Essa realidade ficou bastante evidente para Guarujá que, no período 2005-2010, registrou 25,2% de seus responsáveis pelo domicílio migrantes com nível superior completo.

Mais do que isso, ao se olhar diacronicamente para o indicador considerado, constata-se um aumento substancial para a categoria mais escolarizada, já que, em 1995-2000, seu peso relativo era de apenas 8,5%. Isto é, entre os dois quinquênios considerados, o aumento da participação daqueles com maior nível de instrução entre os migrantes foi de mais de 16,7 pontos percentuais. Levando-se em conta que o aumento correspondente para a população total e para os "não migrantes" foi somente de 4,3% e 3,4%, respectivamente, pode-se observar mais claramente que a migração para o município em questão vem se mostrando cada vez mais seletiva quanto ao alto status socioeconômico dos grupos sociais que a fazem.

Essa dinâmica de elitização do eixo de expansão da ocupação norte da região, encabeçada pelo município de Guarujá, já havia sido verificada por Cunha e Farias (2017), os quais observaram incremento dos responsáveis pelo domicílio com alta renda em tal área da Baixada Santista nos anos 2000. Este processo é ilustrado pelo Mapa 18, onde, a partir da categorização dos rendimentos médios do índice local de Moran⁵⁷, pode-se observar claramente na área correspondente ao município em questão a diminuição dos clusters do tipo baixo-baixo, representativos de áreas com população de menor poder aquisitivo, em favor dos

⁵⁷ O Índice Local de Moran, enquanto um indicador local de associação espacial (*Local Indicator of Spatial Association* – LISA), coloca-se como uma importante ferramenta estatística para identificar fortes padrões de autocorrelação espacial local no que se refere à distribuição ao longo do espaço urbano de variáveis socioespaciais (ANSELIN, 1995). Isso porque, cada observação fornece uma indicação da extensão de um agrupamento espacial significativo de valores similares para o indicador com relação ao seu entorno. Com isso, podem-se identificar agrupamentos locais espaciais, formados a partir de valores significativos contíguos do LISA. No caso específico do Índice Local de Moran, é possível identificar quatro tipos de agrupamentos ao se aplicar o índice para a variável a ser utilizada: *High-High* (Alto-Alto) – valor alto com valores altos no entorno–; *Low-High* (Baixo-Alto) – valor baixo com valores altos no entorno; *High-Low* (Alto-Baixo) – valor alto com valores baixos no entorno; *Low-Low* (Baixo-Baixo) – valor baixo com valores baixo no entorno. As observações remanescentes nas quais o índice não foi significativo (onde se verifica heterogeneidade na distribuição dos valores da variável analisada entre as observações) são, pois, classificadas como *Not Significant* (Não significante). Para a aplicação do Índice Local de Moran no Mapa 18, considerando que a variável utilizada é relativa aos "rendimentos médios do responsável pelo domicílio" – isto é, uma variável contínua, os agrupamentos "Alto-Alto" correspondem aos setores censitários com valores altos dos rendimentos médios dos responsáveis pelo domicílio com vizinhos na mesma condição, "Baixo-Alto" aos setores censitários com valores baixos rendimentos médios dos responsáveis com os setores censitários onde o valor dos rendimentos médios é alto, e assim por diante.

clusters baixo-alto e alto-alto, associados com uma população com status socioeconômico maior. Com os resultados apresentados na Tabela 23, pode-se supor que a migração contribuiu de forma decisiva para o processo de elitização desse município, principalmente na última década.

No que tange às modalidades dos fluxos migratórios destinados a Guarujá, ressalta-se que aqueles originários na RMSP tenderam ligeiramente a ser constituídos por responsáveis pelo domicílio com maior nível de instrução que as demais modalidades, tendo em vista que 36,5% possuíam nível superior em 2005-2010. De fato, entre os responsáveis migrantes dessa categoria, pouco mais de 44% eram provenientes da metrópole paulista.

Entre os fluxos intrametropolitanos, destaca-se o aumento na escolaridade dos migrantes verificada no curso da última década. Isso porque aqueles com ensino superior passaram de apenas 9,6%, em 1995-2000, para 30,9%, em 2005-2010. Mais uma vez, mostra-se que com a tendência de arrefecimento de seu volume, passou de pouco mais de 1.500 para 1.000 indivíduos no período considerado, a mobilidade residencial tende a ficar mais seletiva quanto a quem a pode realizar no espaço metropolitano com destino àquelas áreas mais valorizadas. Esse último processo, até certo ponto, contrapõe-se ao que os dados induzem a pensar sobre os ricos apenas estarem migrando mais recentemente. Em realidade, com a redução da migração, os pobres tendem a perder importância relativa no volume total dos fluxos, uma vez que os fatores de atração que incidem diretamente neste último grupo social deixam de existir e outros que afetam especificamente os mais ricos ganham relevância.

Com relação à migração com destino à Praia Grande, constatou-se que os fluxos a ela vinculados tendem a ser os mais heterogêneos relativamente àqueles direcionados aos demais municípios metropolitanos, concentrando os grupos sociais com escolaridade média da população. Assim, os responsáveis pelo domicílio migrantes com nível médio completo ou superior incompleto representavam 33,5% do total. Número semelhante foi registrado entre aqueles que não possuíam instrução ou tinha fundamental incompleto, 30,4%. Enquanto isso, os responsáveis migrantes mais escolarizados, com nível superior completo, eram representativos de 14,1%, em 2005-2010.

Não é demais lembrar que a heterogeneidade social dos fluxos destinados ao município em questão encontra-se associada à heterogeneidade socioespacial da ocupação de seu território, já descrita no primeiro capítulo. De fato, as diferentes alternativas abertas nos últimos anos em Praia Grande, tanto para os migrantes com maior poder aquisitivo, quanto para os mais pobres, diferenciam a referida municipalidade dos demais municípios que constituem as periferias metropolitanas e regionais da RMBS.

Considerando-se as modalidades migratórias, destaca-se que, entre os migrantes intrametropolitanos, registrou-se um aumento substancial dos responsáveis com o nível de instrução mais alto, passando de 5,5%, em 1995-2000, para 15,1%, em 2005-2010. Da mesma forma, esse crescimento em participação foi observado para a segunda categoria de responsáveis migrantes mais escolarizada (aqueles com ensino médio completo e superior incompleto), a qual, no curso da década considerada, passou de 25% para 36,7%.

Esses últimos resultados deixam claro o processo de elitização dos fluxos intrametropolitanos direcionados ao município, os quais passam a se equiparar quanto ao nível de instrução aos fluxos provenientes da RMSP que, conforme pode ser verificado na análise dos dados para 1995-2000, eram aqueles que detinham maior escolaridade em comparação com as demais modalidades. Essa maior seletividade social dos fluxos provenientes para o planalto, já foi salientada por Santos (2008) e ratificada por análise mais atual (CUNHA et al., 2018), que constatou que os imigrantes do fluxo com origem na RMSP possuem maior escolaridade que os provenientes de outras localidades, em especial os intrametropolitanos.

Relacionando tais resultados relativos à produção do espaço em Praia Grande nos anos 2000 com o que foi apresentado no capítulo 1 do presente trabalho, verifica-se o direcionamento de grandes parcelas de seu território destinadas à ocupação dos grupos sociais mais abastados, principalmente por meio de uma legislação urbanística restritiva aos grupos sociais mais pobres. De fato, pode-se supor que o município passa a ser uma alternativa residencial, não somente para as classes populares da região, como também, para as classes médias e elites locais que não queiram arcar com as limitadas e caras ofertas de residência na área insular de Santos.

Em linhas gerais, o processo em questão é ilustrado pelo Mapa 18, que permite visualizar que as áreas de Praia Grande que concentram população mais pobre, representadas pelo cluster baixo-baixo, tendem a diminuir em favor das áreas não significativas, as quais se associam a uma ocupação mais heterogênea do território. Pode-se supor que a imigração da RMSP, e mais recentemente, aquela proveniente da própria RMBS, em grande parte, alimentam tal processo de heterogeneização socioeconômica da ocupação de Praia Grande.

Em relação aos demais municípios de expansão metropolitana ou regional, percebeu-se uma dinâmica similar à de Praia Grande, ou seja, de heterogeneização da composição socioeconômica dos fluxos migratórios em função da modalidade considerada. A exceção fica por conta de Cubatão, cuja migração ainda é feita predominantemente por

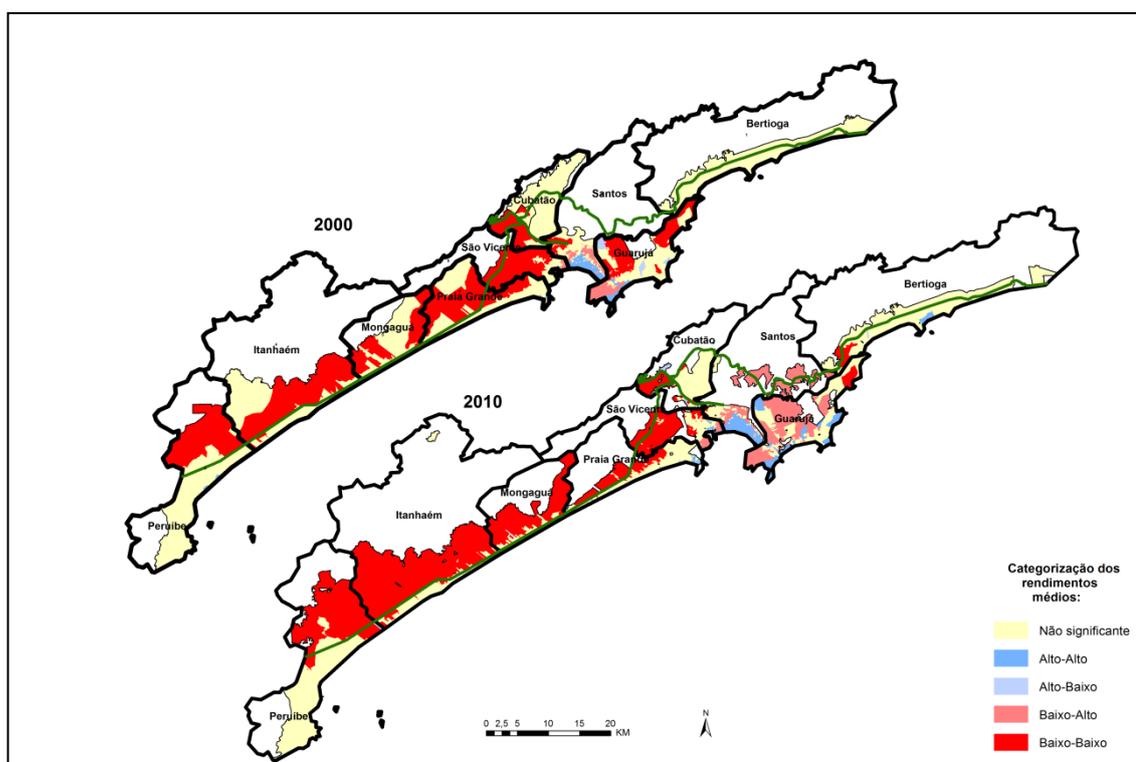
migrantes com escolaridade relativamente mais baixa; em 2005-2010, 43,4% deles não possuíam instrução ou tinham ensino fundamental incompleto.

TABELA 23 – Imigrantes “data-fixa” responsáveis pelo domicílio, por nível de instrução, segundo município de residência na data referência do Censo e modalidades migratórias. Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010

Município de residência	Modalidades migratórias	1995-2000					2005-2010				
		Nível de instrução (%)				Total (Nº abs.)	Nível de instrução (%)				Total (Nº abs.)
		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	
Bertioga	Interestadual	80,1	10,0	8,0	1,9	979	51,3	24,5	19,3	5,0	866
	Intrametropolitano	39,8	25,6	29,3	5,3	399	28,9	23,4	34,0	13,7	394
	Intraestadual	44,0	22,6	19,8	13,5	252	39,6	20,4	15,2	24,8	270
	RMSP	50,7	16,6	21,4	11,3	1.071	30,2	21,4	32,5	15,9	1.128
	Total	59,1	16,1	17,5	7,2	2.701	37,8	22,6	26,7	12,9	2.658
Cubatão	Interestadual	76,1	15,7	8,1	0,0	1.270	46,4	19,4	32,9	1,3	1.373
	Intrametropolitano	39,4	26,3	23,2	11,1	799	34,6	13,3	38,4	13,8	596
	Intraestadual	77,8	13,5	8,8	0,0	171	46,7	20,7	32,5	0,0	169
	RMSP	86,0	0,0	14,0	0,0	143	47,0	19,7	22,4	10,9	183
	Total	64,5	18,2	13,6	3,7	2.383	43,4	17,9	33,5	5,2	2.321
Guarujá	Interestadual	76,2	12,9	6,2	4,8	3.107	49,0	18,8	25,2	6,9	1.576
	Intrametropolitano	44,8	25,0	20,7	9,6	1.539	21,6	11,2	36,3	30,9	1.008
	Intraestadual	56,7	11,7	23,6	8,0	691	30,4	16,5	17,4	35,6	648
	RMSP	43,4	16,1	25,7	14,8	1.637	14,2	14,4	34,6	36,7	1.412
	Total	59,6	16,2	15,7	8,5	6.974	29,9	15,5	29,4	25,2	4.644
Itanhaém	Interestadual	78,6	16,5	2,8	2,1	667	40,6	13,0	27,6	18,8	522
	Intrametropolitano	52,7	18,5	22,9	6,0	752	38,3	15,5	22,1	24,1	689
	Intraestadual	58,6	14,7	19,1	7,7	666	40,9	15,4	23,5	20,2	762
	RMSP	52,8	20,9	21,8	4,5	3.057	39,7	21,0	29,7	9,6	3.534
	Total	56,9	19,2	19,1	4,8	5.142	39,8	18,8	27,7	13,8	5.507
Mongaguá	Interestadual	87,6	8,9	3,5	0,0	347	54,1	10,7	24,5	10,7	196
	Intrametropolitano	53,5	21,7	21,3	3,5	520	32,4	15,4	36,0	16,2	389
	Intraestadual	43,6	17,6	32,7	6,1	330	54,0	5,7	21,6	18,8	176
	RMSP	59,0	20,2	15,9	5,0	2.231	37,8	20,0	32,4	9,8	2.559
	Total	59,6	19,0	17,1	4,3	3.428	39,0	18,2	31,8	11,1	3.320
Peruibe	Interestadual	76,6	7,1	12,3	4,1	269	28,0	13,1	38,2	20,7	343
	Intrametropolitano	45,8	15,5	24,3	14,4	548	48,7	10,0	31,8	9,5	380
	Intraestadual	53,7	19,0	14,0	13,3	684	45,8	18,6	27,4	8,2	515
	RMSP	43,1	20,8	24,4	11,7	2.064	39,5	22,4	21,0	17,1	1.806
	Total	48,1	18,6	21,5	11,8	3.565	40,4	19,2	25,4	15,0	3.044
Praia Grande	Interestadual	69,3	11,8	14,9	4,0	2.103	41,0	22,9	28,9	7,2	2.188
	Intrametropolitano	49,1	20,5	25,0	5,5	4.170	26,8	21,8	36,3	15,1	5.126
	Intraestadual	54,6	13,5	20,6	11,2	1.221	24,3	20,1	38,7	17,0	1.610
	RMSP	40,5	20,4	27,4	11,7	6.590	31,0	22,2	32,0	14,8	8.084
	Total	48,6	18,5	24,3	8,6	14.084	30,4	22,0	33,5	14,1	17.008
Santos	Interestadual	48,4	12,4	23,3	15,8	2.772	23,7	13,0	28,2	35,1	2.630
	Intrametropolitano	30,1	19,9	30,0	20,1	2.681	12,4	10,7	40,3	36,5	2.485
	Intraestadual	21,7	14,0	33,3	31,0	1.193	7,1	8,7	41,2	43,0	1.589
	RMSP	21,3	12,3	33,7	32,7	2.561	8,1	10,4	35,8	45,7	3.225
	Total	32,1	14,7	29,4	23,7	9.207	13,1	10,9	35,8	40,2	9.929
São Vicente	Interestadual	72,4	9,6	13,9	4,1	1.903	43,6	19,6	26,6	10,2	2.028
	Intrametropolitano	48,6	17,3	26,1	7,9	6.185	22,7	17,8	41,6	17,8	5.399
	Intraestadual	36,4	19,6	25,4	18,6	547	29,9	13,9	33,6	22,6	1.041
	RMSP	34,3	24,0	24,5	17,2	1.760	20,6	17,0	37,4	25,0	2.184
	Total	49,9	17,2	23,6	9,4	10.395	27,0	17,6	37,1	18,3	10.652
RMBS	Interestadual	69,5	12,2	12,4	5,9	13.417	39,9	18,3	27,7	14,1	11.722
	Intrametropolitano	45,2	19,8	25,6	9,4	17.593	24,4	17,2	38,0	20,4	16.466
	Intraestadual	46,3	15,4	23,4	14,9	5.755	27,2	15,1	32,4	25,3	6.780
	RMSP	42,7	19,1	25,1	13,1	21.114	28,7	19,3	32,0	20,1	24.115
	Total	50,0	17,4	22,1	10,5	57.879	29,5	18,0	32,9	19,6	59.083

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

MAPA 18 – Categorização dos rendimentos médios mensais dos responsáveis dos domicílios, segundo o indicador de autocorrelação espacial local de Moran. Setores censitários urbanos selecionados. RMBS – 2000-2010



Fonte: IBGE (Dados do universo dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

3.1.3. A inserção sócio-ocupacional

Conforme recorrentemente se ressaltou ao longo do presente texto, o mercado de trabalho age como um importante condicionante dos movimentos migratórios, em muitos momentos motivando a escolha do local de residência dos indivíduos. Além disso, considerando seu papel enquanto principal meio de reprodução social destes últimos (DEDECCA, 2009), revela-se um condicionante para distinção dos indivíduos em grupos sociais, ademais de sua renda e nível de instrução, conforme argumentado anteriormente. Logo, a posição na ocupação dos indivíduos pode ser um bom indicativo de como as dinâmicas sociais e econômicas se relacionam no sentido influenciar na alocação de determinados grupos sociais em certas partes do território metropolitano em função de condição e modalidade migratória.

Com o intuito de operacionalizar a análise sobre a inserção sócio-ocupacional dos responsáveis pelos domicílios migrantes procedeu-se a uma compatibilização da variável “tipo de ocupação” presente nos Censos Demográficos 2000 e 2010 (detalhada no apêndice C do presente trabalho). Tal compatibilização se orientou a partir da organização das ocupações

previstas na variável, segundo uma hierarquia social e sua posição no mercado de trabalho, a fim de se criar efetivas categorias sócio-ocupacionais, chegando-se aos seguintes tipos: dirigentes e gerentes, intelectuais, nível técnico, servidores administrativos e outros.

Com relação especificamente à categoria “outros”, mostra-se importante esclarecer que, apesar de sua relativa heterogeneidade interna, ela se mostrou funcional para a análise aqui pretendida. Isso porque, em grande parte, refere-se aos trabalhadores manuais com menor renda, nas ocupações mais volumosas, menos valorizadas, porém não menos importantes no mercado de trabalho.

A fim de se ressaltar mais as diferenciações entre as modalidades do que propriamente a distribuição relativa das categorias sócio-ocupacionais por modalidade, a qual seria distorcida pela grande concentração de indivíduos na categoria "outros", lançou-se mão de índices de seletividade⁵⁸ para cada tipo de ocupação tendo como referência os imigrantes intrametropolitanos⁵⁹ (Tabela 24).

Sendo assim, verifica-se que, para a região como um todo, ficam bem marcadas seletividades entre as modalidades e a condição migratória, tendo em vista que, em linhas gerais, observa-se uma sobre-representação dos imigrantes intrametropolitanos em relação aos imigrantes interestaduais e aos "não migrantes" nas categorias sócio-ocupacionais nas categorias superiores e médias (diretores e gerentes, intelectuais, nível técnico e servidores administrativos). Em contrapartida, verifica-se uma sub-representação na categoria "outros", com o valor de -11,7% e 7,4%, respectivamente, no quinquênio 2005-2010.

Tal panorama acaba por se inverter em relações às demais modalidades migratórias, embora de forma menos intensa, já que os imigrantes intraestaduais mostram-se sobre-representados com relação aos imigrantes intrametropolitanos nas categorias “dirigentes e gerentes” e “intelectuais”. Nas ocupações médias, os imigrantes provenientes da própria RMBS são sobre-representados em relação aos originários em outras regiões do estado.

⁵⁸ O Índice de Seletividade é calculado através da fórmula:
$$IS = \frac{\%M_i - \%N_i}{\%M_i + \%N_i} * K$$

Onde: IS é o Índice de Seletividade, M_i e N_i referem-se à população migrante intrametropolitana e às demais modalidades migratórias, respectivamente, na categoria i . K é uma constante, a qual para o presente trabalho adotou-se 100. Sendo assim, o índice pode variar de -100 a 100, onde os valores negativos indicam uma sub-representação relativa dos migrantes intrametropolitanos ao grupo de comparação; e os valores positivos indicam predomínio desses migrantes na categoria em questão.

⁵⁹ Ressalta-se que os fluxos intrametropolitanos foram utilizados como categoria de referência para a aplicação do Índice de Seletividade por se tratarem, conforme se pôde visualizar nas seções anteriores do presente trabalho, daqueles que mais contribuíram para estruturação da dinâmica sociodemográfica e de ocupação do território da Baixada Santista nos últimos. Logo, um olhar comparativo da migração intrametropolitana em relação às demais modalidades potencializaria a visualização de eventuais seletividades existentes entre os diferentes tipos de fluxos analisados para as variáveis que se aplicou o referido índice.

Com relação aos imigrantes da RMSP, a sub-representação dos intrametropolitanos fica mais acentuada na categoria sócio-ocupacional mais elitizada (dirigente e gerentes), com o valor de -18,7%, no final dos anos 2000. Esse resultado marca uma relativa seletividade social dos imigrantes provenientes da RMSP em relação aos demais migrantes, a qual não ficou caracterizada a partir da análise dos dados sobre nível de instrução. No entanto, tal resultado dialoga com aqueles relativos à variável idade, que indicavam um perfil mais envelhecido daqueles que se mudavam do planalto para a baixada; de fato, o perfil mais elitizado revelado pela categoria sócio-ocupacional mostra-se compatível com um momento mais avançado no curso de vida dos indivíduos considerados.

É certo que o índice de seletividade em questão observou uma diminuição quando comparado a 1995-2000, quando chegava ao nível de -27,8%. Essa mesma dinâmica foi verificada para os índices nas demais categorias, mostrando uma diminuição na seletividade entre as modalidades migratórias consideradas, resultado, aliás, igualmente observado no caso da variável “nível de instrução”. Certamente que não somente as políticas educacionais empreendidas nos anos 2000, mas também o ciclo de crescimento da economia com ampliação das vagas no mercado de trabalho colaboraram para esse movimento de convergência relativa da inserção sócio-ocupacional dos indivíduos, verificado no final da década.

Ao se desdobrar a análise da seletividade do tipo de ocupação segundo a modalidade migratória e os municípios da RMBS, visualiza-se de forma mais clara como a divisão social e territorial do trabalho se relacionam com o fenômeno migratório. No que toca ao polo metropolitano, ficou ressaltado seu papel concentrador dos grupos sociais em posições sócio-ocupacionais mais elitizadas com relação à ocupação de seu espaço urbano. Em primeiro lugar, porque, ao contrário do que se pôde constatar para a região como um todo, não houve seletividade para a categoria “dirigentes e gerentes” entre os migrantes intrametropolitanos e aqueles provenientes da RMSP em 2005-2010, mostrando-se assim que, para se residir no núcleo, requisita-se um alto poder aquisitivo geralmente associado às categorias sócio-ocupacionais superiores.

Quanto aos responsáveis pelo domicílio da categoria “intelectuais”, revela-se, em Santos, um cenário de sub-representação dos imigrantes intrametropolitanos em relação às demais modalidades. Tal resultado pode ser relacionado à carência regional de Instituições de Ensino Superior formadoras de quadros do tipo ocupacional em questão, sendo que as poucas existentes concentram-se no município de Santos (CARRIÇO, 2006; LIMA; FARIAS, 2017). Esse quadro é ainda reforçado ao se constatar que o índice de seletividade para os "não

migrantes" foi pouco representativo, sendo de -3% no último quinquênio considerado. Logo, supõe-se que a região tenha que "importar" de outras localidades profissionais intelectuais para suprir as demandas locais, o que de certo modo pode explicar os peculiares resultados para o município de Santos do indicador de seletividade considerado.

Ao se analisar a seletividade dos fluxos direcionados ao município de Guarujá, constata-se, em linhas gerais, a mesma tendência de elitização da migração intrametropolitana observada na análise do indicador nível de instrução. Isso porque, se, em 1995-2000, havia uma sub-representação dos imigrantes intrametropolitanos nas categorias sócio-ocupacionais superiores e médias, a exceção dos imigrantes de outros estados, em 2005-2010, este cenário muda, sendo que se percebeu uma diminuição dessa sub-representação para tais categorias. A exceção fica por conta dos imigrantes originários da RMSP, os quais, assim como verificado nos outros municípios, tendem a se sobrerrepresentar na categoria dirigentes e gerentes.

Concomitantemente, constatou-se uma tendência de aumento da sobrerrepresentação dos imigrantes intrametropolitanos em relação aos "não migrantes" nas categorias sócio-ocupacionais superiores e médias do Guarujá, em contrapartida de uma sub-representação na categoria "outros". Da mesma forma, tais resultados ratificam a tendência apontada no parágrafo anterior relativa à tendência de elitização dos fluxos provenientes da própria RMBS destinados ao município em questão. Mais do que isso, assim como foi percebido para a escolaridade dos migrantes, este resultado reforça o argumento aqui defendido, ou seja, que com a tendência de diminuição dos volumes dos fluxos migratórios, a migração tenderia a tornar-se cada vez mais seletiva positivamente, principalmente em relação a quem não migra.

Por fim, ao se considerar o município de Praia Grande, de modo geral, visualiza-se uma síntese do que foi observado para a região como um todo. A imigração se viu sobrerrepresentada nas categorias superiores em relação aos imigrantes interestaduais e sub-representada para este mesmo quesito em relação às outras modalidades, intraestadual e RMSP. No entanto, especialmente em comparação com os imigrantes da metrópole paulistana, a seletividade foi mais pronunciada, visto que, em 1995-2000, o indicador atingia o valor de -41,3% e, em 2005-2010, -27,1%.

Para os demais municípios de expansão metropolitana e regional, a lógica dos resultados foi parecida, reforçando-se a hipótese de que há uma seletividade em função da origem dos migrantes, destacando-se aqueles provenientes da RMSP como os mais elitizados, os quais migram para a baixada, condicionados muito mais em função da dinâmica do mercado de terras do que do mercado de trabalho. Esse último ponto será desenvolvido mais à

frente no texto, quando for considerado o cruzamento das características sociodemográficas do migrante com sua condição de pendularidade e, portanto, o seu lugar de residência habitual.

TABELA 24 – Índices de seletividade dos imigrantes “data-fixa” responsáveis pelo domicílio intrametropolitanos com relação as demais modalidades migratórias, por tipo de ocupação, segundo município de residência na data referência do Censo. Municípios selecionados
RMBS – 1995-2000 – 2005-2010

Município de residência na data de referência do Censo	Modalidades migratórias	1995-2000					2005-2010				
		Diretores e Gerentes	Intelectuais	Nível técnico	Serviços adm.	Outras	Diretores e Gerentes	Intelectuais	Nível técnico	Serviços adm.	Outras
Bertioga	Interestadual	72,2	57,2	-	37,7	-11,3	-	-1,9	75,7	17,5	-25,9
	intraestadual	-	9,6	10,6	-28,5	-5,3	48,8	-40,3	-	-5,1	-20,0
	RMSP	-14,0	-13,1	22,9	-24,5	2,6	16,1	-13,5	64,8	13,8	-17,4
	Não migrante	30,6	23,9	29,0	-11,2	-5,4	43,1	11,3	59,6	27,2	-22,0
Cubatão	Interestadual	76,9	-	41,3	36,5	-18,3	-	78,3	40,8	-12,7	-6,5
	intraestadual	-	-	-51,7	-	-5,9	-	10,9	-33,6	-44,1	4,2
	RMSP	-3,5	22,6	1,2	-	-7,8	-60,8	11,2	-	-61,1	8,1
	Não migrante	58,3	73,6	25,0	26,5	-15,4	-12,8	32,0	-28,9	-17,0	0,9
Guarujá	Interestadual	55,0	26,2	49,5	87,0	-10,1	78,5	55,7	68,7	67,2	-23,8
	intraestadual	-23,8	-16,0	-7,3	42,8	1,4	20,5	-24,6	24,0	-	-7,2
	RMSP	-12,4	-20,6	-35,4	-	2,3	-27,7	8,6	12,7	57,9	-6,9
	Não migrante	37,6	33,0	9,1	39,1	-6,6	37,7	43,4	24,0	48,6	-18,3
Itanhaém	Interestadual	38,7	58,8	71,7	35,9	-16,9	-10,1	39,3	53,5	-9,8	-13,4
	intraestadual	-	-7,6	26,4	55,7	-11,9	-2,3	10,5	69,2	23,7	-12,1
	RMSP	-12,6	18,9	31,5	18,9	-6,3	-18,7	46,0	18,6	-9,0	-10,4
	Não migrante	51,3	47,6	58,9	34,5	-16,3	-1,0	47,1	34,0	12,3	-15,3
Mongaguá	Interestadual	-	-	-13,6	-	-7,1	-	-	-57,1	-	-4,7
	intraestadual	-58,8	-	9,5	75,8	-3,6	-	-	-	-	-5,2
	RMSP	-55,7	-	55,4	57,2	-3,0	29,6	-	-24,2	40,5	-3,2
	Não migrante	-18,3	-	48,4	74,9	-8,2	43,3	-	-16,8	76,1	-6,3
Peruibe	Interestadual	-	41,3	-	-	-14,1	-8,2	-12,4	-22,6	-2,3	4,9
	intraestadual	-36,2	52,7	1,3	-	-5,5	-	5,5	-38,3	-1,8	1,1
	RMSP	-65,0	23,5	-4,4	47,6	4,7	-55,2	7,9	17,4	18,6	2,2
	Não migrante	-6,3	76,8	56,9	6,4	-11,6	-27,4	24,2	-5,5	-1,6	-1,4
Praia Grande	Interestadual	23,0	37,3	56,3	39,3	-11,1	74,8	53,5	30,2	-3,8	-9,6
	intraestadual	-29,0	-25,8	26,7	72,8	-1,8	-27,8	-14,4	12,6	68,4	-0,3
	RMSP	-41,3	-15,1	-2,3	3,1	6,7	-27,1	-2,6	-5,3	0,8	3,9
	Não migrante	8,8	36,6	44,4	28,5	-9,3	5,2	21,5	12,3	17,3	-5,4
Santos	Interestadual	22,4	3,5	59,4	9,9	-19,6	26,5	-12,9	32,4	11,7	-11,3
	intraestadual	-28,3	-34,0	21,7	4,6	14,3	22,1	-29,5	3,8	34,1	3,3
	RMSP	-20,9	-33,1	8,9	31,9	10,3	0,0	-26,2	21,1	18,9	4,4
	Não migrante	19,7	23,7	45,5	28,9	-21,9	21,8	-3,0	14,5	21,1	-13,0
São Vicente	Interestadual	33,2	26,9	34,6	39,0	-10,0	2,0	51,5	29,4	34,6	-14,5
	intraestadual	-7,1	-18,7	48,2	-38,3	1,9	-43,9	-2,7	2,7	13,1	3,7
	RMSP	-15,2	-37,9	-0,8	-12,3	8,2	0,6	-13,1	-13,9	34,5	1,9
	Não migrante	36,2	24,4	34,5	30,3	-9,6	3,9	38,6	1,4	29,5	-10,5
RMBS	Interestadual	35,3	24,9	55,5	36,4	-12,7	34,7	20,5	34,6	19,3	-11,7
	intraestadual	-15,1	-19,4	17,3	21,7	-0,5	-3,9	-19,7	11,0	37,1	0,1
	RMSP	-27,8	-16,2	7,6	25,8	2,3	-18,7	-0,6	7,7	21,0	-1,2
	Não migrante	19,5	23,9	36,1	25,0	-9,9	9,4	14,4	9,8	22,3	-7,4

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Ainda fazendo uso dos índices de seletividade, procede-se à análise da inserção dos responsáveis migrantes nos setores de atividade econômica da Baixada Santista. Com isso, espera-se visualizar mais claramente as relações entre o fenômeno em questão e a divisão territorial do trabalho na região. Não é demais lembrar a já descrita configuração peculiar desta divisão na RMBS, tendo em vista o convívio no território de atividades

econômicas bastantes distintas, como, por exemplo, a indústria pesada e as atividades portuárias, além das atividades turísticas (ZÜNDT, 2006). Tal aspecto condiciona os movimentos migratórios, explicando em grande parte o perfil peculiar da migração segundo suas diferentes modalidades, em cada município da Baixada Santista.

Além disso, considerando que o arranjo dos setores de atividade econômica é um importante indicador para se avaliar o curso do processo de reestruturação produtiva nas dinâmicas sociais e econômicas, sua análise igualmente se coloca relevante para se visualizar os efeitos do referido processo no perfil da migração nos 2000. Isso se mostra caro a uma região que reconhecidamente sofreu pronunciadamente os efeitos da reestruturação produtiva e do ajuste fiscal, especialmente nos anos 1980 e 1990 (COLANTONIO, 2009; OLIVEIRA, 2009; CARRIÇO, 2006).

Desse modo, em um primeiro momento, no sentido de analisar especificamente a divisão territorial do trabalho e o fenômeno migratório como um todo, empreendeu-se o cruzamento dos setores de atividades econômicas⁶⁰ dos migrantes que se destinavam a Baixada Santista e o seu local de residência na data de referência do Censo Demográfico (Tabela 25). Assim sendo, verifica-se, entre os responsáveis imigrantes da RMBS como um todo, uma dinâmica de participação dos setores de atividade econômica semelhante à da população total ocupada ao longo do curso do processo de reestruturação produtiva, todavia com mudanças menos intensas do que aquelas vistas nos anos 1980 e 1990. Isso porque, notou-se uma estabilidade na participação dos serviços, com 47,9%, em 1995-2000 e 46,9% em 2005-2010. O setor de comércio, por sua vez, seguiu a mesma tendência, estabilizando-se no patamar de 16%.

Por outro lado, o setor de indústria de transformação, o qual reconhecidamente foi aquele mais afetado pelo processo de reestruturação produtiva dos anos 1980 e pelo ajuste fiscal dos anos 1990 (COLANTONIO, 2009), pelo menos entre os migrantes, registrou igualmente uma manutenção de sua participação relativa nos 2000, oscilando de 10,5% para 10,8%.

Entretanto, o setor de construção civil observou uma queda um pouco mais sensível entre os migrantes, apresentando os valores de 15,6% e 11,6%. Esse último resultado mostra-se, até certo, ponto surpreendente, porque, conforme apresentado no primeiro capítulo

⁶⁰ Da mesma forma como foi realizado para o indicador de tipo de ocupação, efetuou-se uma compatibilização das diferentes opções disponíveis para a variável “setor de atividade”, com o objetivo de viabilizar uma comparação entre os dois censos e, mesmo, sintetizar a análise em categorias que refletissem a estruturação do mercado de trabalho e da divisão territorial do trabalho metropolitana. Tal compatibilização também é apresentada e detalhada no apêndice H.

do presente trabalho, os anos 2000 representaram um *boom* na construção civil da região, em vista do conjunto de legislações urbanísticas que propiciaram a expansão do ambiente construído na região, principalmente das áreas elitizadas. Não se pode esquecer, como já ressaltado anteriormente, que as características dos migrantes reportam-se à data de referência do Censo e não ao momento da migração, sendo que muitos dos que se encontravam ocupados em outros setores de atividade econômica, ou mesmo, não ocupados, em 2010, poderiam estar empregados no setor de construção civil em algum momento do quinquênio 2005-2010.

Não se pode descartar a hipótese de que o erro de cobertura amostral entre os dois levantamentos censitários possa influir na variação de valores para o quesito em questão. Estima-se que oscilações entre 5 e 6 pontos percentuais podem ser devido a tal erro, não devendo ser, pois, consideradas uma variação real do indicador considerado. Evidentemente, esse cuidado deve ser estendido a análise das demais variáveis e indicadores apresentados no presente estudo.

Ainda que de forma tímida em termos de escala de valores, destaque-se o aumento da participação dos responsáveis migrantes vinculados à indústria extrativa, os quais passaram de apenas 3%, em 1995-2000, para 6,4%, em 2005-2010. Mais surpreendente foi o aumento registrado em seu volume absoluto, que passou de 1.160 para 2.240 indivíduos, em vista de um cenário de redução dos volumes da migração, conforme recorrentemente pôde ser visto nas tabelas apresentadas até aqui. No caso específico dos imigrantes responsáveis pelos domicílios ocupados, a redução foi de 38.880 para 34.880 pessoas.

Mostra-se impossível não relacionar esta última dinâmica com o contexto vinculado à descoberta do pré-sal na Bacia de Santos em 2006 e à expectativa gerada em torno da população e dos investimentos que seriam atraídos para região a partir daquele momento. É certo que muito pouco do que foi efetivamente realizado em torno daquilo prospectado a partir de 2006 pôde ser captado com o Censo Demográfico de 2010. Todavia, os resultados apresentados para os migrantes podem, de fato, ser correlacionados com os investimentos conduzidos por parte principalmente da Petrobras para o setor da Indústria Extrativa da região. Isso porque, embora atualmente muitas das operações *onshore e offshore* realizadas na Bacia de Santos sejam conduzidas a partir do Estado do Rio de Janeiro, boa parte delas ainda procedem do porto de Santos e do aeroporto de Itanhaém.

Cabe lembrar que, particularmente no caso da RMBS, os efeitos sobre a dinâmica populacional e migratória com a descoberta do pré-sal deverão ser captados com mais precisão apenas a partir dos dados do Censo Demográfico 2020, já que as fontes alternativas

de informação (em geral, os registros administrativos) disponíveis não possibilitam a captação da categoria de ocupados na Indústria Extrativa. Todavia, salienta-se que tampouco o PMDE da Baixada Santista, a partir de suas otimistas projeções populacionais e seus diferentes cenários previstos, em muito baseados no fenômeno do pré-sal, pode prever de forma mais próxima à realidade tais efeitos, considerando a desaceleração dos investimentos na economia nacional a partir do começo da presente década e da efetiva recessão de 2014 até os dias atuais.

Desdobrando-se os setores de atividade econômica dos responsáveis migrantes por municípios, visualiza-se o papel de cada um destes últimos na divisão territorial do trabalho regional. Com relação ao polo metropolitano, onde se localiza o centro de comércio e serviços da região, ressalta-se a concentração dos imigrantes nos setores de atividade de serviços e comércio, com, respectivamente, 48,6% e 16,1%, em 2005-2010. Novamente, fica destacada uma presença relativamente alta de profissionais migrantes da indústria extrativa no município, sendo representativos de 10,5% do total da migração nesse mesmo quinquênio. São Vicente apresenta um perfil relativamente parecido com Santos, com pouco mais da metade dos responsáveis migrantes ocupados no setor de serviços no final da década.

No que tange aos demais municípios de expansão metropolitana e regional, constatou-se que os imigrantes tendiam a se vincular principalmente àquelas atividades econômicas que estão associadas ao setor de turismo e segunda residência e ao fenômeno da expansão do ambiente construído, serviços e construção civil.

Praia Grande, principal periferia de expansão metropolitana, contraria um pouco essa lógica de organização do mercado de trabalho comum aos demais municípios periféricos. Isso porque apresenta valores para o setor de serviços de pouco mais de 46%, tanto no começo quanto no final dos anos 2000, observando um incremento na participação relativa do comércio entre os responsáveis migrantes, que passou de 18% para 20% no período em questão. Essa elevação na participação do comércio foi acompanhada por um aumento no volume absoluto de indivíduos vinculados ao setor, passando-se 1.600 para 1.900, o que, até certo ponto, pode ser indicativo da consolidação do papel do município enquanto uma centralidade da periferia da Baixada Santista.

Cubatão, em virtude de seu grande parque industrial, tendeu a apresentar a maior parte de seus migrantes vinculados aos setores de indústria de transformação, serviços e construção civil. Destaca-se o crescimento em participação relativa dos migrantes vinculados à indústria de transformação, ao longo dos anos 2000, passando-se de pouco mais de 21%, no começo da década, para 32%, em seu final.

Atendo-se especificamente à questão da seletividade entre as modalidades migratórias, tendo como parâmetro de comparação os imigrantes intrametropolitanos para cada setor de atividade considerado na análise (Tabela 26), para a região como um todo, observa-se uma sub-representação dos migrantes intrametropolitanos em relação às demais modalidades no setor da construção civil. De fato, em 2005-2010, ainda que ligeiramente menor que no quinquênio anterior, o índice de seletividade para os imigrantes provenientes da RMSP foi de -23,2% e, para os intraestaduais, de -21,1%. Para os interestaduais, esse valor foi relativamente maior chegando a -43,8%, mostrando que o setor importa muito mais trabalhadores de fora da região. Em compensação, no que se refere ao comércio e aos serviços, constatou-se, relativamente aos demais setores de atividade econômica, uma menor seletividade dos migrantes intrametropolitanos com relação aos demais, uma vez que os valores dos índices oscilaram próximo a zero em todas as outras modalidades.

Encaminhando a análise dos índices de seletividade por municípios da RMBS, no polo metropolitano, percebe-se a mesma tendência de baixa seletividade verificada para os setores de serviços na região como um todo, com os índices de seletividade apresentando números em torno de zero para a migração do período 2005-2010. Por outro lado, constatou-se uma sub-representação dos imigrantes metropolitanos no setor da construção civil, onde se registraram índices negativos, embora em uma escala de valores menor do que em 1995-2000, principalmente quanto aos imigrantes de mais longa distância, ou seja, os interestaduais.

Estes dados sugerem que o setor da construção civil funcionaria como uma "porta de entrada" para integração destes últimos tipos de migrantes no mercado de trabalho regional, já que tal panorama se repete, de modo geral, para os demais municípios metropolitanos. Na verdade, não se pode esquecer que, como defende Cunha (2016), de alguma maneira os migrantes intrametropolitanos contam com uma vantagem com relação aos demais em função de sua experiência prévia na região, não somente em virtude das informações que já possuíam sobre a área, mas também pelas redes sociais estabelecidas. Tais vantagens, para o presente caso, repercutir-se-iam sobre suas maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho metropolitano em comparação com os imigrantes de outras Unidades da Federação, conforme já apontado anteriormente.

No que tange especificamente ao setor de atividade da indústria extrativista, registrou-se igualmente uma sub-representação dos responsáveis pelos domicílios migrantes intrametropolitanos em relação às demais modalidades migratórias externas à RMBS, situação esta que intensificou do início para o final da década considerada. Esse resultado reforça o argumento posto acima sobre a necessidade de a região importar trabalhadores de fora de seu

território no sentido de atender às crescentes demandas por mão de obra por parte do setor ligado à indústria do petróleo. Tal foi esta demanda que, em 2012, inaugurou-se um campus avançado da Universidade de São Paulo (USP) no município de Santos, com cursos voltados à formação de quadros para o setor.

Quanto aos demais municípios de expansão metropolitana e regional, observa-se um quadro geral de mudanças, onde, à exceção do setor de construção civil, as seletividades dos imigrantes intrametropolitanos tendem a ser menos pronunciadas em relação às demais modalidades migratórias.

TABELA 25 – Imigrantes “data-fixa” responsáveis pelo domicílio, por município de residência na data referência do Censo, segundo setores de atividade econômica (1). Municípios selecionados
RMBS – 1995-2000 – 2005-2010

Período	Setores de atividade econômica (1)	Município de residência na data de referência do Censo Demográfico									
		Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	RMBS
1995-2000	Administração pública (%)	3,9	2,4	3,8	3,9	4,8	1,6	5,6	7,5	6,0	5,1
	Agricultura (%)	1,0	0,0	3,4	3,9	2,9	5,3	0,3	0,6	0,7	1,5
	Comércio (%)	9,3	7,5	12,6	16,8	15,8	20,8	18,0	18,9	16,7	16,2
	Construção civil (%)	30,6	27,8	18,4	20,9	24,7	19,2	16,9	7,1	8,0	15,6
	Indústria de transformação (%)	9,2	21,4	10,2	4,6	6,0	7,5	9,8	9,7	14,6	10,5
	Indústria extrativa (%)	0,4	2,3	1,9	3,3	3,4	3,6	3,0	5,0	2,4	3,0
	Serviços (%)	45,8	38,6	49,7	46,6	42,4	42,0	46,5	51,2	51,5	47,9
	Total (Nº abs.)	1.998	1.684	5.279	2.851	1.758	2.061	9.025	6.813	7.414	38.883
2005-2010	Administração pública (%)	2,9	2,0	7,7	8,3	7,6	3,5	6,6	8,2	6,4	6,6
	Agricultura (%)	2,9	0,9	4,4	2,8	1,2	5,4	0,7	0,4	0,8	1,5
	Comércio (%)	11,3	6,6	10,7	18,5	19,2	16,1	20,0	16,1	14,5	16,1
	Construção civil (%)	17,9	24,8	13,0	18,3	13,8	12,4	10,1	8,0	8,8	11,6
	Indústria de transformação (%)	5,6	32,5	11,3	9,7	9,5	8,4	12,3	8,3	9,4	10,8
	Indústria extrativa (%)	5,6	4,3	6,3	5,1	7,0	9,4	3,7	10,5	7,0	6,4
	Serviços (%)	53,8	28,9	46,6	37,4	41,8	44,8	46,7	48,6	52,9	46,9
	Total (Nº abs.)	1.802	1.377	2.878	2.775	1.650	1.561	9.533	6.326	6.976	34.878

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

(1) Com o intuito de apresentar uma visão mais clara sobre a dinâmica dos setores de atividade econômica, suprimiu-se da tabela a categoria "Atividades mal definidas", tendo em vista que a mesma apresentou um salto de 866 para 2.373 indivíduos, entre as duas rodadas censitárias consideradas. Com isso, considerando a distribuição relativa dos setores de atividade, tal variação elevada da categoria escamotearia as dinâmicas a serem observadas para o período vigente, já que apenas as "Atividades mal definidas" apresentariam aumento em sua participação relativa, enquanto todas as demais categorias observariam diminuição. De qualquer forma, a tabela completa será apresentada no apêndice I deste trabalho, visto que o aumento das Atividades mal definidas, apesar de não ser o foco da presente análise, pode ser reflexo do processo de reestruturação produtiva. Supõe-se que, com o curso deste último, haja uma tendência de reconfiguração das etapas do processo produtivo, a ponto de não se conseguir distinguir a que setor econômico pertencem os novos nichos de atividades criados a partir de então.

TABELA 26 – Índices de seletividade dos imigrantes “data-fixa” responsáveis pelo domicílio intrametropolitanos com relação as demais modalidades migratórias, por setores de atividade econômica, segundo município de residência na data referência do Censo. Municípios selecionados RMBS – 1995-2000 – 2005-2010

Município de residência na data de referência do Censo	Modalidades migratórias	1995-2000								2005-2010							
		Adm. pública	Agric.	Ativ. mal definidas	Comércio	Constr. civil	Indústria de transf.	Indústria extrativa	Serviços	Adm. pública	Agric.	Ativ. mal definidas	Comércio	Constr. civil	Indústria de transf.	Indústria extrativa	Serviços
Bertioga	Interestadual	80,0	-	20,9	55,8	-75,6	0,1	-	12,5	85,6	-	-	45,0	-68,5	-	-	-3,4
	intraestadual	-	-	-23,3	-	-61,0	39,4	-	-11,1	-	-	-	14,2	-64,3	-	37,2	6,7
	RMSP	46,7	-	24,7	25,3	-58,5	7,3	-	0,5	-	-	-	-16,8	-51,9	-	24,5	8,5
Cubatão	Interestadual	-	-	-14,0	-46,2	-36,5	-27,6	48,7	32,3	45,6	-	-9,1	22,9	-53,5	5,2	-29,1	41,8
	intraestadual	-	-	-79,2	-58,0	-31,2	3,2	-	53,2	-	-	3,3	-4,3	-	-13,7	-	-6,3
	RMSP	-	-	-	-46,4	-43,7	20,5	-	10,2	-57,8	-	47,7	-	-28,0	30,0	-57,8	-18,5
Guarujá	Interestadual	60,0	12,7	-9,0	25,8	-43,7	19,5	30,8	-2,6	-27,8	-9,7	-41,0	51,7	-38,4	-38,2	28,2	15,6
	intraestadual	60,6	-	-50,1	-5,6	-14,2	20,3	-1,3	-6,8	-52,7	-34,3	20,0	21,5	-45,5	-11,9	-14,3	24,5
	RMSP	26,0	20,0	17,4	2,3	5,6	28,7	4,1	-13,1	-58,8	47,3	-64,2	-22,3	-11,6	0,9	77,9	21,1
Itanhaém	Interestadual	74,0	-7,0	28,1	57,3	-41,6	-26,8	2,8	-1,7	-2,8	-	-81,4	-15,4	-45,3	30,1	14,3	23,2
	intraestadual	83,5	-4,3	64,8	-4,0	-26,0	-26,2	-41,7	7,3	16,8	-2,6	-47,8	16,7	-46,2	10,1	2,9	3,9
	RMSP	25,7	26,6	11,8	6,3	-8,1	-39,0	15,9	-4,3	27,7	15,1	-55,4	-8,4	-49,3	30,0	-4,9	9,5
Mongaguá	Interestadual	13,0	-60,2	-	-	-75,7	-	-	30,7	16,6	-	-	-3,9	-11,0	-57,0	-	53,3
	intraestadual	55,2	-47,7	53,9	-79,2	-57,5	24,2	-	23,8	13,4	-	-	21,8	-51,6	0,6	-	35,7
	RMSP	89,7	-	36,6	-79,1	-57,3	1,1	-	14,9	32,9	-	4,7	-11,5	-25,7	-16,3	-	13,1
Peruibe	Interestadual	-	-27,3	-	20,1	-42,5	-	-	6,8	-29,4	-	-8,7	34,7	-19,2	-	15,4	-21,4
	intraestadual	45,0	-41,1	-	-45,8	-5,2	59,9	-38,5	19,7	-	-45,4	-	46,8	-2,3	15,9	-30,0	-16,0
	RMSP	62,0	40,8	-	-61,1	-11,8	-2,1	-31,5	24,4	32,6	23,3	56,8	-17,8	-28,4	13,6	43,4	-14,3
Praia Grande	Interestadual	57,1	-54,8	-	17,5	-57,2	5,1	25,7	14,4	20,6	-46,8	-2,1	-1,9	-51,4	4,5	67,1	11,1
	intraestadual	78,8	-	-19,6	15,2	-31,1	15,0	7,8	-6,4	-5,0	-63,2	32,8	-20,5	35,8	10,0	10,2	-0,3
	RMSP	21,0	-	51,2	-3,6	-12,2	7,0	-9,7	-0,6	8,0	-50,6	19,5	-19,6	0,7	-13,5	49,2	5,1
Santos	Interestadual	14,6	-	72,8	13,1	-62,6	-35,7	9,5	6,8	20,4	-	-22,6	33,1	-13,2	18,0	-37,6	-5,1
	intraestadual	10,5	-	24,1	1,4	-20,6	-36,1	-29,1	7,5	29,8	-	-1,0	16,5	6,2	12,1	-49,0	-2,9
	RMSP	27,0	38,2	36,2	-15,6	11,3	6,7	-22,1	1,6	14,8	-	-20,1	14,5	-20,8	11,7	-23,2	-0,8
São Vicente	Interestadual	65,9	-51,5	-	3,3	-55,4	0,0	73,0	3,7	23,8	-55,1	-9,3	-27,2	-42,7	0,0	44,6	12,8
	intraestadual	2,5	-	-63,1	-3,0	-23,0	33,3	5,4	0,4	30,0	-75,8	-11,2	-13,4	-33,3	47,7	-21,6	7,9
	RMSP	-18,6	-54,4	-	-16,1	5,9	51,1	17,0	-3,7	-12,2	-76,3	-18,1	-5,0	4,4	1,6	22,0	3,7
RMBS	Interestadual	45,5	-17,9	17,7	19,2	-56,1	-0,1	26,9	8,5	20,8	-43,2	-20,3	9,9	-43,8	-2,9	9,5	10,2
	intraestadual	42,8	-28,6	-34,5	-0,9	-34,2	19,8	-16,8	4,2	12,5	-62,8	17,9	0,6	-21,1	7,8	-25,2	5,6
	RMSP	25,7	3,1	6,1	-11,6	-26,9	22,7	-5,8	2,2	7,1	-36,7	-0,8	-14,0	-23,2	2,4	17,7	6,8

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Não é demais lembrar que a tipologia de setores de atividade econômica considerada remete-se muito mais a uma divisão territorial do trabalho regional do que a uma divisão social do mesmo, dimensão esta que já foi contemplada na análise do tipo de ocupação conduzida anteriormente. De qualquer forma, reconhece-se que cada setor de atividade analisado pode conter uma grande heterogeneidade social – como, por exemplo, o setor de serviços, a indústria extrativista, etc. –, daí o fato de não se enxergar tanto diferenciais entre as modalidades migratórias.

Quando se procedeu as análises dos indicadores relativos ao tipo de ocupação, as seletividades sociais foram bem pronunciadas entre as modalidades migratórias, mostrando as relações entre os condicionantes destas últimas e o papel de cada grupo social que compõe tais fluxos na divisão social do trabalho. Por sua vez, quando o foco foram os setores de atividade econômica, verificou-se que o papel de cada municipalidade na divisão territorial metropolitana age como um importante condicionante no direcionamento dos fluxos migratórios dentro da região.

Seja pelo lado da divisão social, seja pelo lado de sua divisão territorial do trabalho, observou-se que a dimensão emprego ainda exerce um importante papel da

explicação da migração e na diferenciação do perfil sociodemográfico entre as diferentes modalidades previstas pela presente análise. Todavia, conforme já enunciado no capítulo anterior, a dimensão habitacional, sintetizada no que se vem chamando no trabalho de dinâmica do mercado de terras, vem crescentemente condicionando os fluxos migratórios, especialmente aqueles de mais curta distância. Logo, esmiuçá-la, tanto sob o ponto de vista das condições de ocupação da residência dos migrantes, quanto das relações entre o local de moradia e de trabalho e seus perfis sociodemográficos, coloca-se de fundamental importância no entendimento do papel da dinâmica do mercado de terras em condicionar a dinâmica migratória na Baixada Santista.

3.1.4. A questão da habitação

A análise da condição de ocupação dos domicílios dos responsáveis migrantes por modalidades (Tabela 27) permite observar o papel de um importante condicionante relacionado à produção do espaço urbano que influi diretamente na configuração socioespacial dos fluxos migratórios analisados: a propriedade do domicílio⁶¹. De fato, levando-se em conta o sistema vigente no Brasil em que a solução do “habitar” passa pelo mercado e pelo valor de troca das moradias, ser ou não proprietário é um elemento que pode se constituir em um fator de grande relevância para as condições de vida de uma família. Isso porque, devido às condições de precarização e instabilidade na inserção do mercado de trabalho, a habitação acaba por se constituir um dos principais ativos dos indivíduos (ROLNIK, 2015).

Considerando que as possibilidades de acesso por parte de determinados grupos sociais à propriedade dos domicílios podem variar em função da localização ao longo da estrutura metropolitana, tendo em vista a importante variação de preços do solo urbano, muitas vezes, migrar pode significar a possibilidade ou não da "segurança da casa própria". Logo, em muitos casos, a migração especialmente dos grupos sociais menos abastados estará

⁶¹ Ressalta-se que os dados relativos à condição de propriedade dos domicílios (“próprio já quitado” ou “próprio ainda quitando”) devem ser analisados com cuidado no tocante à sua correspondência com a posse legal por parte dos indivíduos. Isso porque, o que muitas vezes é reportado como domicílio próprio não tem uma base documental que comprove juridicamente a propriedade do domicílio, fato esse que pode conduzir a conclusões equivocadas quanto à real extensão do fenômeno da “casa própria”. Isso se mostra muito caro especialmente às áreas de periferia, onde reconhecidamente boa parte das ocupações infelizmente não se remete a uma condição de propriedade legal por parte daqueles que ali residem, os quais muitas das vezes não sabem as reais condições jurídicas relativas à propriedade de suas habitações. A partir da pesquisa do “Projeto Vulnerabilidade” conduzida em 2007 na Baixada Santista, pode-se ver que quase 14% das pessoas que declaram ter a propriedade da construção e/ou do terreno, não possuíam documentação que comprovasse tal condição. Na zona de maior vulnerabilidade social, em sua maior parte situada nas periferias metropolitanas, tal valor chegou a 26,6%.

condicionada pelas opções de condição de ocupação dos domicílios, ainda que isso signifique residir longe do seu local de trabalho ou mesmo das demais oportunidades metropolitanas.

Sendo assim, ao se analisar os responsáveis pelo domicílio migrantes para a RMBS como um todo, observa-se que a maior parte deles tendiam a residir em domicílios particulares permanentes que eram "próprios e já quitados". Todavia, percebeu-se um recuo em sua participação relativa de 1995-2000 para 2005-2010, registrando-se 47,5% e 41,7%, respectivamente. Em contrapartida, constatou-se um aumento significativo entre aqueles que ainda estavam quitando o seu domicílio, 6,4% e 11,4%, assim como, entre os que eram locatários de seu domicílio de residência, 32,1% e 38,6%.

Ressalta-se que tal quadro de condição de ocupação dos domicílios é peculiar aos migrantes, visto que para a população total e para os "não migrantes" da Baixada Santista, a proporção de domicílios "próprios já quitados" foi, respectivamente da ordem de 64% e 68%, no começo dos anos 2000, e 65% e 70%, em seu final. Em compensação, os domicílios na condição de "ainda não quitados" e alugados apresentaram pouca variação em sua participação, ficando respectivamente em torno de 7% e 20%, para a população total, e 8% e 6,5%, para os "não migrantes", ao longo do período considerado.

O que parece é que a condição migratória dos indivíduos, em grande parte, explica a maior propensão em residir em domicílios "alugados" ou "ainda a quitar", tendo em vista ainda não auferirem tempo de acumular ativos em vista de adquirir um domicílio próprio já pago. Dota (2015), em pesquisa conduzida para a RMC considerando o mesmo indicador habitacional analisado aqui, corrobora essa última assertiva ao observar uma correlação positiva entre a condição migratória (ser migrante ou não), tempo de residência e a condição de propriedade dos domicílios. Ou seja, até certo ponto, é esperado que os migrantes mais recentes residam em domicílios que não são seus (alugados ou cedidos), sendo o contrário observado para os migrantes antigos ou "não migrantes", o que, segundo o mesmo autor, mesmo assim não se refletiria, necessariamente, em melhores condições de habitação para estes últimos.

De qualquer forma, mostra-se impossível não correlacionar tais resultados com o ciclo econômico vivido no período em questão, onde se viu a ampliação do crédito (principalmente, imobiliário, embora ainda não vinculado ao PMCMV que apenas foi criado no final na década), e mesmo, a já mencionada, política de valorização do salário mínimo. Com isso, de maneira geral, ampliou-se a capacidade de pagamento e endividamento das famílias.

Quando se atenta para as modalidades migratórias, observa-se, em linhas gerais, o mesmo quadro de mudanças verificado entre os dois quinquênios considerados para os migrantes como um todo, porém com diferenças substanciais nas condições de ocupação dos domicílios entre as diferentes modalidades. De fato, chamou a atenção a grande propensão dos responsáveis migrantes interestaduais viverem em domicílios alugados em relação aos demais migrantes, sendo que, em 2005-2010, pouco mais da sua metade encontrava-se nessa mesma condição.

Da mesma maneira, ainda para este grupo de migrantes, o valor de 11,6% da categoria "outra condição" (incluem os domicílios cedidos e outros tipos de condição de ocupação) igualmente se destacou em comparação às demais modalidades, embora tenha se reduzido bruscamente em relação ao início da década, quando era representativo de 20%. Baseando-se em Dota (2015), é possível afirmar que estes resultados refletem uma melhoria nas condições de habitação, visto que o aumento na participação daqueles que pagam aluguel em detrimento da categoria "outras condições" pode significar a saída da dependência de ajuda e a autonomia em relação à moradia por parte dessas famílias.

Para os responsáveis migrantes intrametropolitanos, verificou-se que suas condições de ocupação dos domicílios se remetem ao que foi visto para os interestaduais, todavia com maior propensão a possuírem "casa própria". Ao lado disso, salienta-se o incremento da categoria "próprio ainda quitando", que passou de 10,9% para 19% dos casos.

Considerando que os fluxos intrametropolitanos são constituídos predominantemente por famílias mais jovens que se dirigem às periferias metropolitanas, em grande parte, derivadas da fragmentação de famílias do núcleo, não é demais supor que os mais jovens se disponham a assumir linhas de financiamento mais longas, possibilitadas pelo ciclo econômico correspondente ao período analisado, no sentido de adquirir um imóvel mais barato em algum município periférico. Além disso, como já enunciado, ressalta-se que a experiência prévia do migrante intrametropolitano, neste caso não importando a idade, pode agir enquanto um importante fator para suas maiores possibilidades em relação aos demais migrantes, neste contexto específico, de adquirir uma casa própria.

Com relação aos migrantes provenientes da RMSP, verifica-se a sua maior propensão a residir em domicílios "próprios já quitados", os quais eram representativos de quase 54% nos dois quinquênios em questão. Tal número reflete o nível socioeconômico mais elevado desse grupo de migrantes, que em uma fase mais avançada de seu ciclo de vida familiar, muito provavelmente, conseguiu acumular ativos a ponto de comprar um imóvel.

Encaminhando a análise das condições de ocupação dos domicílios com responsáveis migrantes por municípios, visualiza-se no polo metropolitano o papel ainda um muito significativo de domicílios alugados em sua zona portuária e no setor noroeste de sua área insular (JAKOB, 2003), responsável, em grande parte, por acolher os migrantes de longa distância que chegam ao município. Em 2005-2010, representavam pouco mais da metade dos casos registrados entre todos os migrantes que se dirigiam ao município, sendo que esses mesmos patamares de valores também foram observados para Cubatão e Bertioga. Esse quadro não se repetiu, todavia, com a mesma intensidade para a população total desses mesmos municípios. Isso porque, os domicílios alugados representavam apenas 25% do total de domicílios dos mesmos, não se percebendo grandes discrepâncias para os demais municípios da RMBS.

Um aspecto comum às periferias de expansão metropolitana e regional é a presença mais elevada do que a média regional de migrantes que residiam em domicílios "próprios ainda pagando". Praia Grande foi a cidade que mais se destacou nesse quesito, com quase 17% dos seus responsáveis migrantes residindo em domicílios com tal condição de ocupação. Ressalta-se que, assim como foi visto para a região como um todo, esse foi um panorama que se desenvolveu ao longo dos anos 2000, já que, em 1995-2000, o valor em questão correspondia a somente 7,6%. Além disso, esse mesmo processo pode ser constatado com menos intensidade para a população total, considerando que os domicílios ainda em financiamento correspondiam a 9,2%, em 2000, igualmente acima da média registrada para a população total da RMBS de 7%.

Esse último cenário fica ainda mais claro quando consideradas as modalidades migratórias daqueles que chegaram a Praia Grande, posto que entre os imigrantes intrametropolitanos, aqueles cujos domicílios próprios ainda estavam sendo pagos, atingiram 28,2%, atrás apenas dos que já o tinham como "próprios já quitados", que respondiam por 39% do total de casos considerados. Com isso, reforça-se o argumento proposto anteriormente relativo à busca por habitações mais baratas nas periferias por parte das famílias mais jovens que emigravam em grande parte do caro núcleo metropolitano da RMBS, amparadas pela expansão do crédito imobiliário nos anos 2000.

Indo mais além, acredita-se que tal situação tendeu a se intensificar mais ao longo dos anos posteriores à data de referência do Censo Demográfico 2010, considerando o lançamento do PCMV no período. Neste novo contexto, as condições de acesso à casa própria foram ainda mais ampliadas, especialmente nas periferias metropolitanas, conforme foi

indicado no primeiro capítulo do presente trabalho, quando se analisou a política habitacional empreendida na Baixada Santista a partir dos anos 2000.

TABELA 27 – Imigrantes “data-fixa” responsáveis pelo domicílio por condição de ocupação do domicílio segundo município de residência na data referência do Censo e modalidades migratórias
Municípios selecionados. RMBS – 1995-2000 – 2005-2010

Município de residência na data de referência do Censo	Modalidades migratórias	1995-2000					2005-2010				
		Condição de ocupação (%)				Total (Nº abs.)	Condição de ocupação (%)				Total (Nº abs.)
		Alugado	Outra condição	Próprio (ainda pagando)	Próprio (já quitado)		Alugado	Outra condição	Próprio (ainda pagando)	Próprio (já quitado)	
Bertioga	Interestadual	17,1	48,3	3,5	31,1	937	55,2	23,3	0,0	21,6	863
	Intrametropolitano	32,3	27,8	0,0	39,8	399	42,4	18,5	15,2	23,9	394
	Intraestadual	17,5	34,3	6,0	42,2	251	55,4	17,8	0,0	26,8	269
	RMSP	22,4	27,2	1,8	48,6	1.044	47,2	8,1	7,0	37,8	1.130
	Total	21,6	35,5	2,5	40,4	2.631	49,9	15,5	5,2	29,3	2.656
Cubatão	Interestadual	33,8	8,5	1,9	55,8	1.275	52,0	15,0	1,3	31,7	1.373
	Intrametropolitano	39,4	6,7	3,5	50,4	790	49,4	3,4	8,7	38,5	597
	Intraestadual	44,4	9,4	0,0	46,2	171	50,9	11,2	10,7	27,2	169
	RMSP	58,2	26,2	0,0	15,6	141	61,2	0,0	0,0	38,8	183
	Total	37,9	9,0	2,2	50,9	2.377	52,0	10,6	3,8	33,7	2.322
Guarujá	Interestadual	29,6	23,6	1,2	45,5	3.128	51,7	16,3	2,3	29,8	1.568
	Intrametropolitano	27,9	11,9	10,7	49,5	1.514	46,6	7,2	12,9	33,2	1.008
	Intraestadual	34,6	24,5	1,3	39,7	691	53,0	7,2	8,4	31,4	640
	RMSP	25,1	19,7	2,6	52,6	1.632	39,4	9,8	6,4	44,3	1.398
	Total	28,7	20,2	3,6	47,5	6.965	47,0	11,1	6,7	35,2	4.614
Itanhaém	Interestadual	18,8	43,4	2,6	35,2	654	41,2	19,3	5,9	33,5	522
	Intrametropolitano	19,3	27,6	9,1	44,0	750	27,0	13,9	13,9	45,2	704
	Intraestadual	29,4	23,9	2,3	44,5	654	36,9	13,5	7,7	42,0	757
	RMSP	19,3	12,9	3,7	64,0	3.051	17,3	8,6	9,3	64,8	3.545
	Total	20,6	20,4	4,2	54,9	5.109	23,4	10,9	9,4	56,2	5.528
Mongaguá	Interestadual	20,1	30,2	2,9	46,8	348	38,9	27,6	4,9	28,6	185
	Intrametropolitano	32,2	16,4	5,8	45,6	513	36,5	6,2	15,7	41,6	389
	Intraestadual	29,2	17,8	9,9	43,1	332	27,8	16,5	13,1	42,6	176
	RMSP	16,1	18,8	10,9	54,2	2.216	21,1	4,8	15,7	58,5	2.562
	Total	20,2	19,5	9,2	51,1	3.409	24,2	6,8	14,9	54,0	3.312
Peruíbe	Interestadual	16,0	38,8	0,0	45,1	268	43,3	21,1	6,1	29,5	342
	Intrametropolitano	13,4	21,9	7,2	57,5	553	34,1	10,3	8,5	47,1	378
	Intraestadual	33,3	21,6	0,9	44,1	675	33,4	9,5	18,3	38,8	515
	RMSP	24,9	14,0	4,1	56,9	2.030	18,5	12,7	8,8	60,0	1.804
	Total	24,0	18,6	3,7	53,7	3.526	25,7	12,8	10,0	51,4	3.039
Praia Grande	Interestadual	39,1	19,1	0,7	41,0	2.059	53,9	11,1	6,3	28,8	2.187
	Intrametropolitano	19,6	8,4	12,5	59,6	4.191	27,9	5,0	28,2	39,0	5.136
	Intraestadual	37,1	12,2	1,4	49,2	1.176	42,2	5,2	18,6	34,0	1.590
	RMSP	25,3	9,0	7,7	58,0	6.565	24,9	5,6	12,3	57,2	8.103
	Total	26,6	10,6	7,6	55,2	13.991	31,1	6,1	16,9	45,9	17.016
Santos	Interestadual	64,6	9,8	3,0	22,6	2.802	60,2	5,5	8,0	26,3	2.614
	Intrametropolitano	40,7	10,7	10,4	38,2	2.683	39,0	7,8	15,0	38,3	2.486
	Intraestadual	58,7	4,5	7,6	29,2	1.196	64,8	8,0	5,2	21,9	1.587
	RMSP	47,2	6,6	7,2	39,0	2.557	43,0	5,8	7,7	43,5	3.177
	Total	52,1	8,5	6,9	32,5	9.238	50,1	6,6	9,2	34,2	9.864
São Vicente	Interestadual	40,6	11,0	5,4	43,0	1.904	61,9	4,4	3,7	30,1	2.059
	Intrametropolitano	34,3	7,5	12,6	45,6	6.187	40,2	5,6	16,2	38,1	5.376
	Intraestadual	46,7	14,1	8,2	31,0	548	57,4	8,6	4,0	29,9	1.041
	RMSP	42,3	8,2	3,2	46,3	1.751	43,7	7,3	5,8	43,1	2.195
	Total	37,5	8,6	9,5	44,4	10.390	46,8	6,0	10,4	36,8	10.671
RMBS	Interestadual	38,5	20,0	2,4	39,1	13.375	55,2	11,6	4,6	28,6	11.713
	Intrametropolitano	30,0	10,6	10,9	48,5	17.580	36,2	6,5	19,0	38,4	16.468
	Intraestadual	39,8	15,9	4,1	40,2	5.694	50,0	8,8	9,9	31,3	6.744
	RMSP	27,6	12,6	5,9	53,9	20.987	29,1	7,0	10,1	53,8	24.097
	Total	32,1	14,0	6,4	47,5	57.636	38,6	8,0	11,4	41,9	59.022

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

Cabe, por sua vez, destacar o perfil habitacional muito diferente que pôde ser verificado para os migrantes provenientes da RMSP que foram morar em Praia Grande. Assim como já foi verificado para a região como um todo, há uma incidência muito maior de "domicílios próprios já quitados" entre este tipo de migrantes em comparação com os demais.

Esse resultado mostra-se até certo ponto surpreendente, considerando que esses são também migrantes recentes, com menos de cinco anos de residência no município, demandando-se, portanto, grande capacidade financeira para se comprar um imóvel por muitas vezes caro em tão pouco tempo. Por conta disso, aventa-se a hipótese de realmente o comportamento em questão estar relacionado ao seu maior poder aquisitivo, que possibilita adquirir o imóvel em linhas de financiamento pouco extensas ou mesmo à vista. Em muitos casos, não pode ser descartada a hipótese relacionada a uma possível segunda residência que foi transformada em primeira nas fases mais avançadas do curso de vida, quando se buscou morar em um lugar com melhor qualidade de vida em comparação com a metrópole paulistana.

Conforme se pôde notar a partir da leitura dos últimos parágrafos, observa-se um perfil diferenciado com relação às condições de ocupação dos domicílios entre os imigrantes intrametropolitanos e os originários da RMSP. Desse modo, assim como, ser proprietário de um domicílio pode diferenciar os migrantes, a localização deste mesmo domicílio em relação ao seu local de trabalho pode fornecer indicações de como os condicionantes dos movimentos migratórios atuam selecionando os grupos sociais em função de sua modalidade migratória e local de residência. Essa dinâmica parece muito peculiar à Baixada Santista e sua participação no processo de metropolização expandida paulista, tendo vista os vínculos socioespaciais estabelecidos não somente entre os seus próprios municípios, mas também entre alguns destes e a RMSP.

Em outras palavras, supõe-se, conforme já foi indicado no capítulo 2, que morar na baixada e trabalhar no planalto, por exemplo, possa impor custos financeiros que somente determinados grupos sociais poderiam arcar. Logo, empreende-se uma análise sociodemográfica no sentido de saber quem são esses que elegeram como espaço de vida a baixada e o planalto, simultaneamente, e, com isso, tentar inferir possíveis motivações de sua migração.

A análise dos responsáveis pelo domicílio migrantes por modalidade⁶² e local de trabalho segundo local de residência e grupos etários (Tabela 28) mostra, para a região como um todo, um perfil etário relativamente semelhante entre os imigrantes intrametropolitanos que trabalhavam no próprio município de residência e aqueles que trabalhavam no município que residiam em 2005. Para ambas as condições de pendularidade, as maiores concentrações foram registradas na faixa de 30 a 44 anos, com pouco mais da metade dos casos.

Entre os responsáveis migrantes provenientes da RMSP, percebeu-se um perfil mais envelhecido em comparação com os imigrantes intrametropolitanos, conforme já se tinha observado anteriormente somente para a migração. Contudo, aqueles que mantinham seus locais de trabalho no planalto eram mais velhos do que os que trabalhavam em seu próprio município de residência. O grupo de 45 a 59 anos era representativo de 46,8% entre os primeiros ante 30,9% entre os últimos.

Supõe-se que esse último grupo etário represente aquele que era mais velho dentro da população economicamente ativa, sendo muito provavelmente constituído, por isso, por aqueles que estão em posições mais avançadas em seus empregos. Logo, são esses que teriam o aporte que possibilitaria arcar com os custos financeiros de viajar com frequência entre o planalto e a baixada, ou mesmo, ter um emprego que lhes forneça transporte.

Considerando os municípios metropolitanos, observou-se, em linhas gerais, a mesma dinâmica verificada para a região como um todo, principalmente, naqueles que constituíam as principais periferias metropolitanas, como São Vicente e Praia Grande. Contudo, em ambos, para os imigrantes intrametropolitanos, aqueles que trabalhavam em seu município de residência anterior – muito provavelmente o polo metropolitano – tendiam a ser relativamente mais rejuvenescidos em comparação àqueles que trabalhavam no município de residência na data de referência do Censo Demográfico.

Este último resultado pode estar associado ao fato de que os movimentos migratórios motivados pela dinâmica do mercado de terras envolvem indivíduos mais jovens que, como se verá mais detalhadamente à frente no texto, veem-se induzidos ou obrigados a residir em áreas periféricas mais distantes dentro do território metropolitano, mesmo trabalhando no centro. Enquanto isso, no outro caso (quem trabalha no próprio município de residência) pode indicar claramente que o movimento migratório está associado mais estritamente à dinâmica do mercado trabalho do que à dinâmica do mercado de terras.

⁶² Destaca-se que apenas as modalidades migratórias intrametropolitanas e RMSP serão abrangidas pela presente análise, tendo em vista serem aquelas que mais refletem a dimensão metropolitana dos movimentos migratórios estudados.

Quanto aos migrantes que residiam em 2005 na RMSP, mais uma vez, pôde ser constatado que aqueles que continuavam a trabalhar no planalto eram relativamente mais envelhecidos em comparação aos trabalhavam em seu município de residência.

TABELA 28 – Responsáveis pelo domicílio migrantes de “data-fixa”, por modalidade e local de trabalho, segundo local de residência e grupos etários. Municípios selecionados. RMBS – 2005-2010

Municípios de residência em 2010	Grupos etários	Modalidades migratórias selecionadas							
		Intrametropolitano				RMSP			
		Local de trabalho				Local de trabalho			
		Próprio município	Município em 2005	Outro município da RMBS	Outro município	Próprio município	Município em 2005	Outro Município da RMBS	Outro município
Bertioga	10 a 29 anos (%)	22,9	0,0	0,0	49,1	19,8	0,0	100,0	0,0
	30 a 44 anos (%)	64,2	100,0	100,0	50,9	50,5	63,2	0,0	100,0
	45 a 59 anos (%)	8,0	0,0	0,0	0,0	21,4	0,0	0,0	0,0
	60 anos ou mais (%)	4,9	0,0	0,0	0,0	8,3	36,8	0,0	0,0
	Subtotal (Nº abs.)	223	11	8	22	669	27	10	17
Cubatão	10 a 29 anos (%)	20,5	16,4	17,6	0,0	39,7	0,0	100,0	0,0
	30 a 44 anos (%)	59,1	49,7	82,4	100,0	47,9	100,0	0,0	47,3
	45 a 59 anos (%)	20,4	33,9	0,0	0,0	12,4	0,0	0,0	52,7
	60 anos ou mais (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Subtotal (Nº abs.)	256	103	71	48	75	20	12	21
Guarujá	10 a 29 anos (%)	10,3	25,7	15,0	0,0	26,6	19,5	35,8	20,0
	30 a 44 anos (%)	61,8	54,5	59,4	75,2	35,9	16,1	12,9	20,8
	45 a 59 anos (%)	27,9	15,2	25,6	24,8	22,8	53,4	34,0	0,0
	60 anos ou mais (%)	0,0	4,6	0,0	0,0	14,8	10,9	17,3	59,2
	Subtotal (Nº abs.)	352	259	166	51	684	128	64	52
Itanhaém	10 a 29 anos (%)	9,1	38,0	16,1	100,0	11,6	6,6	0,0	0,0
	30 a 44 anos (%)	47,4	62,0	29,8	0,0	35,3	40,4	15,9	40,2
	45 a 59 anos (%)	24,8	0,0	54,1	0,0	40,8	49,3	61,8	50,9
	60 anos ou mais (%)	18,8	0,0	0,0	0,0	12,4	3,7	22,3	8,9
	Subtotal (Nº abs.)	341	48	81	12	1.167	239	79	75
Mongaguá	10 a 29 anos (%)	19,5	39,6	47,0	0,0	16,8	4,9	0,0	23,7
	30 a 44 anos (%)	43,9	60,4	19,0	0,0	45,3	15,7	64,7	65,5
	45 a 59 anos (%)	22,2	0,0	34,0	100,0	28,5	79,4	13,3	10,8
	60 anos ou mais (%)	14,4	0,0	0,0	0,0	9,3	0,0	22,0	0,0
	Subtotal (Nº abs.)	139	54	56	10	843	211	104	61
Peruíbe	10 a 29 anos (%)	35,3	0	20,4	0	16,2	0,0	41,3	0,0
	30 a 44 anos (%)	36,2	0	65,9	0	32,2	0,0	58,7	28,4
	45 a 59 anos (%)	17,9	0	13,7	0	39,6	68,4	0,0	71,6
	60 anos ou mais (%)	10,6	0	0,0	0	12,0	31,6	0,0	0,0
	Subtotal (Nº abs.)	176	0	54	0	745	68	23	27
Praia Grande	10 a 29 anos (%)	25,6	24,3	25,7	14,7	17,7	4,5	17,1	10,1
	30 a 44 anos (%)	45,7	51,9	57,3	43,2	41,2	38,2	57,0	43,5
	45 a 59 anos (%)	23,3	22,1	16,9	42,1	34,2	37,9	22,4	46,4
	60 anos ou mais (%)	5,3	1,7	0,0	0,0	6,9	19,4	3,5	0,0
	Subtotal (Nº abs.)	1.456	1.167	925	305	2.235	774	484	297
Santos	10 a 29 anos (%)	24,0	13,6	29,1	14,6	21,3	10,5	9,3	6,5
	30 a 44 anos (%)	57,2	52,1	42,1	51,2	47,9	37,0	58,1	57,3
	45 a 59 anos (%)	18,8	23,8	28,8	27,2	23,8	39,6	24,1	29,5
	60 anos ou mais (%)	0,0	10,5	0,0	7,0	6,9	12,9	8,4	6,6
	Subtotal (Nº abs.)	1.114	407	193	156	1.184	389	121	146
São Vicente	10 a 29 anos (%)	21,4	24,7	19,7	24,3	28,4	12,8	27,0	43,8
	30 a 44 anos (%)	48,1	51,3	54,0	42,9	39,4	28,4	56,6	11,1
	45 a 59 anos (%)	27,5	21,5	24,5	26,0	27,0	58,8	14,1	45,1
	60 anos ou mais (%)	3,0	2,5	1,8	6,8	5,2	0,0	2,3	0,0
	Subtotal (Nº abs.)	949	2.085	674	305	560	179	468	79
Total	10 a 29 anos (%)	22,0	23,6	23,1	18,2	19,0	7,3	20,1	12,8
	30 a 44 anos (%)	51,1	52,1	54,4	48,4	41,2	33,4	52,3	43,5
	45 a 59 anos (%)	22,5	21,2	22,0	30,0	30,9	46,8	21,1	37,6
	60 anos ou mais (%)	4,4	3,1	0,6	3,5	9,0	12,5	6,5	6,1
	Subtotal (Nº abs.)	5.006	4.133	2.226	909	8.163	2.036	1.365	776

Fonte: IBGE (Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010). Tabulações especiais do autor.

Atendo-se ao nível de instrução dos responsáveis migrantes oriundos da RMBS e da RMSP por seu local de trabalho (Tabela 29), o quadro observado, de maneira geral, assemelha-se àquele que pôde ser visualizado para a idade. Isso porque, para os imigrantes intrametropolitanos, percebeu-se que a escolaridade de quem trabalhava em seu próprio município de residência em 2010 ou seu município de residência em 2005 era relativamente semelhante, ainda que estes últimos tenham ligeiramente mais presença nos níveis de instrução mais altos. Entre os imigrantes da RMSP, tais diferenças foram mais nítidas entre os que trabalhavam na RMBS e os que continuavam trabalhando no planalto, já que, enquanto apenas 21,7% dos primeiros possuíam curso superior completo, 37,5% dos últimos detinham tal nível de escolaridade.

Infere-se, a partir deste último resultado, duas condições que poderiam explicar a dinâmica em questão. De um lado, a condição econômica dos que ainda trabalham no planalto faria com que estes pudessem optar por residir numa “melhor” localização, que não estivesse acessível no planalto, como por exemplo, com a vantagem de viver próxima à praia. De outro, pode-se pensar que a RMSP tenha mais “espaço” para profissionais de alto nível comparativamente à Baixada Santista, o que faz com que tais grupos sociais, até mesmo por suas melhores condições financeiras, possam arcar sobretudo com o custo financeiro deste ir e vir.

Desdobrando-se a análise pelos municípios da Baixada Santista, de modo geral, verificam-se os mesmos resultados vistos para a região como um todo, especialmente nos municípios periféricos, como São Vicente, Praia Grande e Guarujá. Entre os imigrantes intrametropolitanos, parece que fica marcada uma seletividade entre quem realiza movimento pendular para o município de residência em 2005 – como visto no capítulo anterior geralmente o polo metropolitano – e aqueles que não o fazem.

De certa forma, observa-se um processo de segregação residencial metropolitana nos moldes daquele destacado por Lago (2008) para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Isso porque, conforme descrito pela autora, muitos grupos sociais não conseguem acessar as oportunidades metropolitanas, usualmente situadas em sua maioria no núcleo metropolitano, em virtude de não possuírem recursos financeiros no sentido de arcar com os custos dos transportes metropolitanos. Com isso, ficam reclusos nas periferias metropolitanas, onde a possibilidade de achar um emprego que ofereça maior salário acaba sendo mais difícil.

O que parece é que a diferença na escolaridade segundo condição de pendularidade reflete uma seletividade social no que tange à possibilidade de acesso ao mercado de trabalho da Baixada Santista, o qual, conforme descrito no primeiro capítulo,

mostra-se restrito ao seu polo metropolitano. A Tabela 29 parece revelar uma face ainda mais dramática do fenômeno da segregação residencial, relatado por Lago (2008), considerando que muitas vezes se migrou do polo metropolitano para a periferia por não se poder arcar com o preço do solo urbano. Contudo, agora residindo nas periferias metropolitanas, esses mesmos indivíduos que moravam anteriormente no núcleo metropolitano sequer conseguem acessá-lo, ainda que periodicamente, através de movimentos pendulares, por falta de recursos financeiros (CUNHA; SOBREIRA, 2008).

Com relação aos imigrantes oriundos da RMSP, em Praia Grande, as diferenças no nível de instrução entre quem realiza deslocamento pendular para o planalto e quem trabalha no próprio município de residência no momento do Censo são ainda maiores do que aquelas que foram visualizadas para a RMBS como um todo. Ou seja, somente 16,8% de quem trabalhava no município tinha curso superior completo, enquanto 32,8% detinham tal nível de escolaridade entre aqueles que pendulavam para o planalto.

TABELA 29 – Responsáveis pelo domicílio migrantes de “data-fixa”, por modalidade e local de trabalho, segundo local de residência e nível de instrução. Municípios selecionados RMBS – 2005-2010

Municípios de residência em 2010	Nível de instrução	Modalidades migratórias selecionadas							
		Intrametropolitano				RMSP			
		Local de trabalho				Local de trabalho			
		Próprio município	Município em 2005	Outro município da RMBS	Outro município	Próprio município	Município em 2005	Outro Município da RMBS	Outro município
Bertioga	Sem instrução e fundamental incompleto (%)	30,1	0,0	0,0	0,0	32,1	0,0	0,0	0,0
	Fundamental completo e médio incompleto (%)	22,6	0,0	0,0	0,0	23,2	0,0	0,0	100,0
	Médio completo e superior incompleto (%)	36,3	0,0	0,0	100,0	33,3	100,0	0,0	0,0
	Superior completo (%)	11,0	100,0	100,0	0,0	11,5	0,0	100,0	0,0
	Subtotal (Nº abs.)	223	11	8	22	669	27	10	17
Cubatão	Sem instrução e fundamental incompleto (%)	16,1	34,1	34,5	36,5	25,7	0,0	0,0	52,7
	Fundamental completo e médio incompleto (%)	11,7	17,2	14,6	0,0	35,2	47,6	0,0	0,0
	Médio completo e superior incompleto (%)	59,4	10,8	50,8	42,0	26,4	0,0	100,0	47,3
	Superior completo (%)	12,8	37,9	0,0	21,5	12,7	52,4	0,0	0,0
	Subtotal (Nº abs.)	256	103	71	48	75	20	12	21
Guarujá	Sem instrução e fundamental incompleto (%)	18,9	14,0	16,3	21,8	12,3	10,2	0,0	0,0
	Fundamental completo e médio incompleto (%)	6,6	17,4	13,4	0,0	12,9	7,9	17,7	21,9
	Médio completo e superior incompleto (%)	41,5	31,2	51,1	24,8	39,6	41,7	17,0	58,2
	Superior completo (%)	33,0	37,3	19,2	53,4	35,2	40,2	65,2	19,8
	Subtotal (Nº abs.)	352	259	166	51	684	127	64	52
Itanhaém	Sem instrução e fundamental incompleto (%)	34,2	0,0	26,9	0,0	35,3	17,0	52,0	12,0
	Fundamental completo e médio incompleto (%)	16,0	60,6	0,0	0,0	25,3	22,0	0,0	13,8
	Médio completo e superior incompleto (%)	30,2	0,0	28,0	100,0	31,1	32,6	13,4	33,1
	Superior completo (%)	19,6	39,4	45,1	0,0	8,3	28,5	34,6	41,1
	Subtotal (Nº abs.)	330	48	81	12	1.167	239	79	75
Mongaguá	Sem instrução e fundamental incompleto (%)	28,5	43,3	0,0	0,0	41,1	19,8	0,0	10,8
	Fundamental completo e médio incompleto (%)	21,6	0,0	0,0	0,0	21,9	25,2	10,4	0,0
	Médio completo e superior incompleto (%)	28,3	37,1	100,0	100,0	28,7	47,6	59,6	72,7
	Superior completo (%)	21,6	19,6	0,0	0,0	8,3	7,4	30,1	16,5
	Subtotal (Nº abs.)	139	54	56	10	843	211	104	61
Peruibe	Sem instrução e fundamental incompleto (%)	35,4	0,0	61,6	0,0	35,0	31,0	0,0	0,0
	Fundamental completo e médio incompleto (%)	4,6	0,0	0,0	0,0	23,9	10,7	100,0	28,4
	Médio completo e superior incompleto (%)	43,5	0,0	24,7	0,0	26,5	13,0	0,0	27,4
	Superior completo (%)	16,5	0,0	13,7	0,0	14,6	45,3	0,0	44,3
	Subtotal (Nº abs.)	176	0	54	0	745	68	23	27
Praia Grande	Sem instrução e fundamental incompleto (%)	28,8	17,1	22,0	12,5	25,7	10,5	9,4	14,1
	Fundamental completo e médio incompleto (%)	25,8	23,4	16,5	12,9	21,5	18,0	18,6	24,3
	Médio completo e superior incompleto (%)	33,5	43,5	39,5	43,0	36,0	38,7	51,1	53,0
	Superior completo (%)	11,9	16,0	22,1	31,7	16,8	32,8	21,0	8,5
	Subtotal (Nº abs.)	1.456	1.157	925	305	2.224	763	475	297
Santos	Sem instrução e fundamental incompleto (%)	10,3	12,0	0,0	12,4	6,9	8,0	8,8	6,6
	Fundamental completo e médio incompleto (%)	10,1	10,4	6,3	0,0	10,3	3,8	7,1	7,6
	Médio completo e superior incompleto (%)	45,0	31,6	67,7	24,1	28,8	21,0	22,4	6,5
	Superior completo (%)	34,6	46,0	26,1	63,5	53,9	67,3	61,7	79,3
	Subtotal (Nº abs.)	1.114	407	193	156	1.184	389	121	146
São Vicente	Sem instrução e fundamental incompleto (%)	29,7	19,8	10,1	0,0	24,6	0,0	20,0	0,0
	Fundamental completo e médio incompleto (%)	10,6	15,4	22,4	9,7	17,7	6,5	18,1	26,1
	Médio completo e superior incompleto (%)	41,8	43,4	49,4	50,7	31,1	54,4	36,4	43,7
	Superior completo (%)	17,8	21,4	18,1	39,6	26,6	39,1	25,5	30,2
	Subtotal (Nº abs.)	949	2.085	674	305	561	179	456	79
RMBS	Sem instrução e fundamental incompleto (%)	24,1	18,3	17,0	9,5	26,1	11,2	14,0	10,1
	Fundamental completo e médio incompleto (%)	15,7	17,6	15,6	7,6	19,9	14,6	16,7	19,4
	Médio completo e superior incompleto (%)	39,7	40,0	46,7	44,0	32,3	36,7	39,5	41,1
	Superior completo (%)	20,5	24,1	20,7	38,9	21,7	37,5	29,8	29,4
	Subtotal (Nº abs.)	4.995	4.124	2.226	909	8.152	2.025	1.344	776

Fonte: IBGE (Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010). Tabulações especiais do autor.

Apresentado o perfil sociodemográfico dos migrantes, foi possível ver em por menores os diferenciais entre as modalidades migratórias consideradas, identificando-se seletividades específicas quanto à origem e destino daqueles que mudaram de residência no período. Com isso, permitiu-se analisar com detalhe as relações entre tais movimentos populacionais e seus principais condicionantes próximos.

Contudo, a análise univariada das relações do fenômeno migratório com o perfil sociodemográfico de quem se move, não permitiu ver a importância de cada variável, controladas as demais, em explicar a propensão dos indivíduos a migrar ou não e também a modalidade migratória empreendida.

Por meio de uma análise estatística de natureza multivariada, consegue-se analisar com mais clareza a relação entre o fenômeno migratório e as outras variáveis sociodemográficas consideradas de maneira simultânea. Além disso, essa análise estatística mais sofisticada igualmente pode servir enquanto um eficiente validador das hipóteses preestabelecidas e observações obtidas a partir da análise descritiva. É o que será feito na próxima seção.

3.2. Quais seriam, portanto, as características sociodemográficas mais importantes no processo migratório?

Para responder a proposta, e levando em conta que a variável resposta apresentava várias categorias (na verdade, quatro modalidades migratórias) foi necessário lançar mão de um modelo de regressão logística multinomial, justamente por sua aplicação para variáveis dependentes com múltiplas categorias (HOSMER; LEMESHOW; STURDIVANT, 2013).

Com esta técnica, além de estimar as chances dos indivíduos analisados serem migrantes ou não a partir das variáveis explicativas, pode-se conhecer simultaneamente a sua propensão de pertencer a determinada modalidade migratória. Além disso, assim como nos modelos que lidam com variáveis dependentes binárias, pode-se comparar os resultados com as categorias de referência de cada variável explicativa.

No sentido de viabilizar estatisticamente a análise pretendida, houve a necessidade de realizar alguns ajustes em determinadas variáveis utilizadas em comparação com o que foi apresentado nas seções anteriores do presente capítulo, buscando, contudo, não comprometer analiticamente os resultados. A seguir, são apresentadas e explicadas as variáveis utilizadas nos modelos, além dos ajustes e compatibilizações realizados em suas categorias no sentido de adequá-las para o bom aproveitamento no modelo:

- Variável dependente
 - ✓ Condição/modalidade migratória: categoria de referência é o "não migrante" – pessoal natural do município de residência na data de referência do censo ou com tempo de residência no município de residência de 10 anos ou mais. As demais categorias são: os "migrantes intrametropolitanos" – aqueles que cinco antes da data de referência do censo demográfico residiam em algum município da RMBS, mas distinto do município de residência; "migrantes provenientes da RMSP"; "migrantes de longa distância" – na qual se agregaram os outros "migrantes intraestaduais" com os "migrantes interestaduais".
- Variáveis explicativas
 - ✓ "grupos de municípios" – local de residência na estrutura metropolitana⁶³: categoria de referência: "polo metropolitano", Santos; "periferias de expansão metropolitana 1" – São Vicente, Cubatão e Guarujá; "periferia de expansão metropolitana 2" – Praia Grande; "periferias de expansão regional" – Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga.
 - ✓ "grupos etários": categoria de referência: "60 anos ou mais"; "15 a 29 anos"; "30 a 44 anos"; "45 a 59 anos".
 - ✓ "nível de instrução": categoria de referência: "ensino superior completo"; "sem instrução"; "fundamental completo"; "ensino médio completo".
 - ✓ "tipo de ocupação": categoria de referência: "manual" – equivalente à categoria "outros" nas análises procedidas com a variável nas seções anteriores; "não manual" – agrega os dirigentes, intelectuais, técnicos e servidores administrativos⁶⁴.
 - ✓ "condição de pendularidade": categoria de referência: "não pendular" – local de trabalho correspondente ao próprio município de residência; "pendular" – local de trabalho diferente do município de residência.

⁶³ Ressalta-se que esta classificação dos municípios metropolitanos foi realizada de forma *ad hoc*, baseada nas análises descritivas procedidas nos itens anteriores. A partir delas foi possível verificar o papel de cada município na estrutura urbano-metropolitana da Baixada Santista, o qual, segundo as hipóteses defendidas até aqui, é um importante condicionante que pode em muito explicar a propensão em migrar ou não dos indivíduos, como também, suas origens.

⁶⁴ A dicotomização da variável se fez necessária dada a, já mencionada, distribuição desigual das observações entre as categorias previamente consideradas. Mesmo assim, conforme se poderá ver mais à frente em alguns resultados, a partir da combinação da categoria "não manual" com algumas categorias da variável dependente, apresentaram p-valor não significativo, embora essa tenha sido a adaptação metodológica possível ante a manutenção do aproveitamento analítico da variável em questão.

- ✓ "condição de ocupação do domicílio": categoria de referência: "próprio – já quitado"; "próprio ainda pagando"; "alugado"; "outras condições".

Ressalta-se que todas variáveis, sem exceção, consideradas no modelo estão referenciadas aos responsáveis pelo domicílio, com o intuito básico, conforme já foi esclarecido no começo do capítulo, de mitigar os efeitos de composição, principalmente da estrutura etária, nas variáveis consideradas. Portanto, a unidade básica de análise do modelo é o responsável pelo domicílio ou, grosso modo, o próprio domicílio assumindo que as características de seu responsável seriam boa aproximação para suas “características médias”. Além disso, todos os *missings* (observações em branco) foram deletados, de modo que todos os responsáveis pelo domicílio têm uma informação atribuída de cada variável, viabilizando a aplicação do modelo estatístico.

Salienta-se ainda que a modelagem será somente realizada para 2010, tendo em vista que para o tipo de relação prevista pelo modelo entre as variáveis consideradas não se notaram significativas diferenças a ponto de se justificar um esforço de realizar a mesma análise para 2000.

Tendo em vista que os itens anteriores do presente capítulo dedicaram-se a uma exaustiva análise descritiva das variáveis consideradas no modelo, apesar dos ajustes feitos para viabilizar sua utilização no mesmo, não se viu a necessidade de realizar novamente o referido procedimento que é praxe antes de se colocar em curso uma modelagem estatística. Assim sendo, apresenta-se apenas os resultados da distribuição da frequência das variáveis (Tabela 30), e parte-se diretamente para a análise dos resultados do modelo.

TABELA 30 – Responsáveis pelo domicílio, pelas variáveis explicativas a serem aplicadas no modelo de regressão logística multinomial segundo condição migratória e modalidades migratórias
RMBS – 2005-2010

Variáveis	Categorias		Não migrante	Intra-metropolitano	RMSP	Longa distância	Total
		s/peso	22.579	1.109	1.132	1.107	25.927
		c/peso	238.176	11.797	11.778	11.753	273.503
Grupos de municípios	Polo metropolitano	%	29,2	15,6	15,6	24,2	27,8
	Periferia de expansão metropolitana I		45,1	43,4	19,0	36,5	43,5
	Periferia de expansão metropolitana II		13,6	31,0	31,0	19,2	15,3
	Periferias de expansão regional		12,1	10,0	34,4	20,0	13,3
Grupos etários	15 a 29 anos	%	12,9	22,6	16,7	35,7	14,5
	30 a 44 anos		40,8	51,7	41,6	39,8	41,3
	45 a 59 anos		36,0	22,5	32,4	19,9	34,6
	60 anos ou mais		10,3	3,2	9,3	4,6	9,7
Nível de instrução	Sem instrução	%	31,2	18,4	20,2	30,4	30,1
	Ensino fundamental completo		17,3	15,5	18,2	17,7	17,3
	Ensino médio completo		34,3	42,1	34,8	29,9	34,5
	Ensino superior completo		17,2	24,0	26,8	22,1	18,1
Tipo de ocupação	Não manual	%	29,6	39,3	38,6	30,0	30,4
	Manual		70,4	60,7	61,4	70,0	69,6
Condição de pendularidade	Município de residência	%	76,3	40,0	65,3	72,3	74,1
	Outro município		23,7	60,0	34,7	27,7	25,9
Condição de ocupação do domicílio	Próprio já pago	%	65,0	32,5	44,1	25,5	61,0
	Próprio ainda pagando		8,0	21,7	12,8	6,0	8,7
	Alugado		19,1	39,6	36,3	57,6	22,4
	Outra condição		7,9	6,2	6,8	10,9	7,9

Fonte: IBGE. Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010. Tabulações especiais do autor.

Procedendo-se à análise das razões de chance (*oddsratios*)⁶⁵ na comparação dos não migrantes com os migrantes em suas diversas modalidades entre as categorias das

⁶⁵ A interpretação do modelo é feita com base nas razões de chances (*oddsratios*) computadas para cada variável. Os *oddsratios* Θ , para o valor K da variável-resposta e o valor i de uma das variáveis independentes, são assim construídos (HOSMER; LEMESHOW; STURDIVANT, 2013):

$$\Theta_{x_{ik}} = \frac{\Pr(y = k | x = i) \times \Pr(y = 0 | x = 0)}{\Pr(y = 0 | x = i) \times \Pr(y = k | x = 0)}, \begin{cases} k=1,2,\dots,K \\ i=1,2,\dots,K \end{cases}$$

Onde: Pr se refere à probabilidade de ocorrência dos eventos prescritos para as variáveis dependentes e independentes segundo as combinações possíveis entre suas diferentes categorias; X representa uma das variáveis independentes do modelo, que pode assumir valor $i = 1, N$ respostas possíveis; e, Y representa a variável dependente, a qual pode assumir $k=1, \dots, N$ respostas possíveis.

A interpretação do valor $\Theta_{x_{ik}}$ é: o fato de uma observação ter valor $x = i$ ao invés de $x = 0$ faz com que suas chances de $y = k$ sejam $\Theta_{x_{ik}}$ vezes – ou, alternativamente, $(\Theta_{x_{ik}} - 1) \times 100\%$ – chances de ser $y = 0$. Por exemplo, para a variável independente “Grupos de municípios” (x , no caso, igual a 4 – correspondente à categoria “Periferias de expansão regional”) e o valor de $y=3$ (categoria “RMSP”), diz-se que, se $\Theta_{x_{ik}} = 9,22$, o fato de residir em um município que compõe a periferia de expansão regional aumenta as chances de ser originário de algum município da RMSP (ao invés de ser “não migrante”) em 9,22 vezes ou 822% – $(9,22-1,00) \times 100\%$, em relação ao caso de se residir no polo metropolitano (categoria de referência da variável). Para se facilitar a leitura dos resultados, nos casos em que se ultrapasse 100%, utilizar-se-á a primeira opção de resultado. Por outro lado, em situações como a verificada para a variável independente “nível de instrução” igual

variáveis explicativas consideradas (Tabela 31), verifica-se que os maiores valores observados concentram-se na variável “grupo de município”. Observa-se, por exemplo, que o fato de se residir na periferia de expansão metropolitano II – Praia Grande – e não no polo (categoria de referência), faz com se tenha 4,8 vezes mais chances de ser migrante intrametropolitano do que ser “não migrante”. O valor correspondente da mesma categoria da variável em questão sobe para 6,2 no que tange à possibilidade de ser migrante proveniente da RMSP, chegando a 9,2, se o local de residência for a periferia de expansão regional.

Tais resultados, além de ratificarem as hipóteses e conclusões apresentadas anteriormente, confirmam o fato de que em uma área metropolitana onde a exiguidade de espaço a novas ocupações é também uma variável a ser computada, a localização ao longo de sua estrutura urbana é o principal condicionante para definir a condição migratória dos indivíduos, como também, sua modalidade. Da mesma forma, a limitação da oferta de domicílios disponíveis em determinadas áreas do espaço metropolitano, em grande parte em virtude de sua destinação ao uso ocasional, faz com que as localizações na Baixada Santista ganhem proeminência no sentido de selecionar quem migra ou não, neste último caso, em função de seu local de residência anterior.

Seguindo a análise com as demais variáveis, quanto à idade, assim como foi observado anteriormente, constata-se que ser mais jovem encontra-se associado a ser migrante intrametropolitano e, principalmente, de longa distância. Assim, pode-se perceber que estar no grupo etário 15 a 29 anos significa uma chance 4,8 vezes maior de ser “migrante de longa distância” em relação a ser “não migrante” do que aqueles que pertenciam ao grupo de 60 anos ou mais (categoria de referência da variável). Da mesma forma, pertencer ao grupo mais jovem, ainda que com menos intensidade, significava ter 2,9 vezes chances de migrar dentro da RMBS do que os mais idosos.

Fica igualmente destacado a partir dos resultados apresentados no parágrafo anterior o caráter extremamente seletivo da migração no que se refere à idade. Ou seja, migrar, confirmando a leitura já realizada por Rogers e Castro (1981) para o fenômeno em questão, não é um evento para toda a população, mas essencialmente para aqueles que estão em fase de transição para a vida adulta ou no começo dela.

a 1 (categoria sem instrução) e o valor de $y=3$ (categoria "RMSP"), onde o valor de Θ_{x_k} é 0,33, isto é, o fato de não se possuir instrução, faz com que se tenha 0,33 vezes chances ou 67% ($[0,33-1] \times 100\%$) menos chances de serem migrantes provenientes da RMSP (ao invés de ser "não migrante") em relação àqueles que tinham escolaridade com o nível superior completo (categoria de referência da variável). Para tais casos utilizar-se-á a segunda opção na leitura dos resultados.

Por sua vez, a propensão a não migrar ou a ser migrante, varia pouco entre os grupos etários, já que ter de 15 a 29 anos, 30 a 44 anos ou 45 a 59 anos, reduz a chance de ser migrante originário do planalto, respectivamente, a cerca de 5% ($[0,95-1] \times 100$), 13% ($[0,87-1] \times 100$) e 13% ($[0,87-1] \times 100$), em relação aos idosos. Fica também reforçado aí que o processo de envelhecimento da região encontra-se muito mais relacionado ao movimento migratório dos mais jovens dentro do âmbito metropolitano (sentido centro-periferia), do que à imigração proveniente da RMSP por parte dos migrantes. Isso porque, os maiores valores dos *oddsratios* (indicativos da maior seletividade com relação à idade) foram associados aos grupos etários mais jovens e categoria “intrametropolitano” da variável dependente, enquanto que valores mais modestos foram registrados para a combinação entre grupos etários mais envelhecidos e ser imigrante da RMSP. Isto é, por seu maior volume e maior impacto na população regional, conforme foi visto na análise descrita da variável idade, a imigração intrametropolitana mostra-se muito mais seletiva em relação à população “não migrante” quanto ao momento do curso de vida dos indivíduos, do que a imigração com origem do planalto. Esta última é também muito distinta com relação à idade de quem a realiza (perfil mais envelhecido), todavia, pouco se difere em comparação à população “não migrante”, também de perfil muito envelhecido.

Outro condicionante que, da mesma forma que o local de residência, mostrou importância em comparação com os demais em suas relações com o fenômeno migratório na RMBS, foi a condição de ocupação dos domicílios. Registra-se que as maiores razões de chance de ser migrante ao invés de ser “não migrante” estão associadas ao aluguel dos domicílios. Assim sendo, residir em um domicílio alugado faz com se tenha 7,4 vezes mais chances de ser migrante de longa distância do que “não migrante” que aqueles que residem em “domicílios próprios já quitados”, que é a categoria de referência da variável em questão.

Evidentemente, a relação entre a condição de migrante de longa distância ou a de ser “não migrante” não é determinada pela condição de ocupação do domicílio desses indivíduos. O que se coloca em questão a partir do resultado apresentado é a, já mencionada, “condição de instabilidade residencial” dos migrantes em relação aos “não migrantes” em função de seu pouco tempo de residência. De fato, a experiência acumulada por meio do maior tempo de residência no município em relação aos migrantes recentes faz a diferença no que tange à acumulação de ativos por parte dos indivíduos. O que pode se consubstanciar na maior probabilidade dos nativos e migrantes antigos em adquirir um imóvel do que quem acabou de chegar ao município.

Em linhas gerais, a tendência descrita no último parágrafo foi também verificada quanto à propensão de ser “migrante intrametropolitano” em relação a ser “não migrante”, já que residir em um domicílio alugado faz com que se tenha 4,3 vezes mais chances de estar na condição em questão do que estar em um domicílio próprio já pago. Da mesma forma, os indivíduos que moravam em um "domicílio próprio ainda não quitado" tinham 3,8 vezes mais chances de ter migrado de algum outro município da RMBS do que ser “não migrante” em comparação àqueles que residiam em um domicílio já quitado. Neste caso, o último resultado confirma as conclusões decorrentes da análise descritiva das condições de ocupação do domicílio. Isso porque, observou-se grande associação entre quem optava por migrar para outro município da Baixada Santista, geralmente no sentido centro-periferia, e a possibilidade de residir em um domicílio próprio, adquirido mediante linhas de financiamento mais extensas em contexto de expansão do crédito imobiliário.

Ainda no que tange aos condicionantes relacionados às questões habitacionais, constata-se uma associação mais intensa entre a condição de pendularidade dos indivíduos e sua condição migratória. Isso porque, quem realizava deslocamento pendular tinha 4,1 vezes mais chances de ser migrante intrametropolitano do que ser “não migrante” em comparação com aqueles indivíduos que trabalhavam em seu município de residência (categoria de referência da variável). O valor das razões de chance passa a 2,01 em relação à propensão dos indivíduos que realizavam deslocamento pendular serem migrantes provenientes da RMSP e 34% ($[1,34-1] \times 100$) quanto a serem migrantes de longa distância.

Novamente, fica bem pontuado, a partir dos resultados apresentados, o papel do mercado de terras enquanto importante condicionante da migração, principalmente para os movimentos de curta distância. De fato, este dado corrobora resultados obtidos por Cunha (1993, 1994) para a região Metropolitana de São Paulo onde, já nos anos 1970, tal relação se mostrava muito clara. Assim, o migrar dentro da região metropolitana mostra-se fortemente vinculado à realização do deslocamento pendular, dinâmica motivada, conforme se viu anteriormente, em grande parte pelo alto custo de preço do solo urbano nas áreas próximas às maiores ofertas de emprego na região, ou seja, o polo metropolitano. Igualmente, o fenômeno da pendularidade, embora com menor intensidade do que os migrantes intrametropolitanos, está associado à migração proveniente do planalto, neste caso, ligado a outras motivações, principalmente àquelas relacionadas à busca por melhor qualidade de vida na baixada por parte de um público seletivo socialmente que poderia arcar com os custos exigidos por tais deslocamentos.

Por fim, com relação aos condicionantes sociais da migração, aqui representados pela escolaridade e pelo tipo de ocupação dos indivíduos, observou-se que houve seletividade, todavia, menos intensa que a percebida para os demais condicionantes considerados. Desse modo, no que se refere ao nível de instrução⁶⁶, pôde-se constatar, por exemplo, que “não ter instrução” faz com que se reduza em torno de 67% ($[0,33-1] \times 100$) a chance dos indivíduos em serem migrantes provenientes da RMSP em relação a serem “não migrantes”, quando comparados àqueles com “ensino superior completo”, a categoria de referência da variável analisada. Os valores correspondentes tendem a se reduzir à medida que se aumenta a escolaridade dos indivíduos, indicando a maior seletividade para essa modalidade.

No que se refere à propensão a pertencer às demais modalidades migratórias, considerando a escolaridade dos indivíduos, os resultados foram relativamente semelhantes aos observados para os imigrantes oriundos da RMSP. Assim sendo, não possuir instrução reduz em 52 pontos percentuais ($[0,48-1] \times 100$) a chance de ser migrante intrametropolitano em relação a ser “não migrante” em comparação àqueles que possuem ensino superior. Mesmo entre os imigrantes de longa distância, os quais reconhecidamente tendem a possuir menor escolaridade, ter o menor nível de instrução considerado reduzia em 42% ($[0,58-1] \times 100$) a chance de pertencer a esta última categoria de migrante. Em síntese, ficou claro que quanto menor o nível de escolaridade dos indivíduos menores suas chances de serem migrantes.

De certa forma, tais resultados, mesmo não se encaminhando uma comparação no tempo, sugerem aumento da seletividade social dos movimentos migratórios em um contexto de queda do volume dos mesmos. Com isso, ratificam-se as observações obtidas na análise descritiva da escolaridade, já que entre as modalidades migratórias não se observaram grandes diferenças na ordem de valores das razões de chance de migrar, apesar de elas serem bem marcadas em relação aos “não migrantes” (categoria de referência da variável dependente do modelo analisado).

Infere-se, pois, que migrar está cada vez mais ficando raro, o que se pode visualizar pela tendência de redução dos volumes de migrantes nas diversas modalidades consideradas, e, com isso, seletivo socialmente, já que, as diferenças no perfil social entre os “não migrantes” e, principalmente, os migrantes recentes estão cada vez ficando maiores. Isso

⁶⁶ Considerando que a categoria de referência da variável “nível de instrução” foram aqueles indivíduos com maior escolaridade é esperado que os coeficientes das demais categorias da variável aplicada ao modelo sejam todos, sem exceção, negativos. Tais resultados se desdobram em razões de chance menores do que 1 para os níveis de escolaridades menos elevados, o que, em termos analíticos, se mostra coerente, visto que a migração, especialmente nos dias atuais, quando se observam menores volumes para os fluxos, tende a ser mais seletiva quanto ao status socioeconômico dos indivíduos mais propensos a migrar.

não quer dizer que quem tem status socioeconômico mais alto apenas está migrando mais recentemente. Em verdade, seus movimentos acabavam sendo escamoteados pelas grandes correntes migratórias, especialmente aquelas vinculadas aos fluxos de mais longa distância, que eram compostos principalmente por grupos sociais de menor poder aquisitivo. Com o arrefecimento destes últimos fluxos, outras modalidades migratórias (como aquelas de curta distância) e outros grupos sociais (em geral os mais altos na hierarquia social) acabaram aparecendo e protagonizando o cenário migratório mais atual.

A variável “tipo de ocupação” segue a lógica observada para a escolaridade, contudo, apresentando diferenças importantes com relação às chances de se pertencer a determinadas modalidades migratórias. Dessa maneira, percebeu-se que estar empregado em uma “ocupação não manual” (a mais alta na hierarquia sócio-ocupacional em questão) eleva em 24% $([1,24 - 1] \times 100)$ as chances de o indivíduo ser “migrante intrametropolitano” ao invés de ser “não migrante” em comparação aos trabalhadores manuais (categoria de referência). Por sua vez, o valor da razão de chance dos indivíduos vinculados às “ocupações não manuais” em serem migrantes originários da RMSP foi de 19% $([1,19-1] \times 100)$. Por outro lado, pertencer a esta última categoria sócio-ocupacional faz com que se tenha 4 pontos percentuais menos $([0,96-1] \times 100)$ de propensão a ser migrante de longa distância em relação a um trabalhador manual.

TABELA 31 – Coeficientes e razões de chance para as variáveis e respectivas categorias do modelo de regressão logística multinominal. RMBS – 2005-2010

Variáveis	Categorias	Coeficientes			Razão de chance (<i>odds ratios</i>)		
		Intra-metropolitano	RMSP	Longa distância	Intra-metropolitano	RMSP	Longa distância
		Intercepto			p-valor	p-valor	p-valor
		-5,29	-3,86	-4,35			
Grupos de municípios	Polo metropolitano	categoria de referência			categoria de referência		
	Periferia de expansão metropolitana I	0,58	0,04	0,10	1,78 (***)	1,04 (*)	1,11 (***)
	Periferia de expansão metropolitana II	1,59	1,83	0,76	4,89 (***)	6,21 (***)	2,14 (***)
	Periferias de expansão regional	0,96	2,22	0,95	2,60 (***)	9,22 (***)	2,58 (***)
Grupos etários	15 a 29 anos	1,08	-0,05	1,56	2,94 (***)	0,95 (*)	4,77 (***)
	30 a 44 anos	0,88	-0,14	0,64	2,41 (***)	0,87 (***)	1,91 (***)
	45 a 59 anos	0,39	-0,14	0,18	1,47 (***)	0,87 (*)	1,20 (*)
	60 anos ou mais	categoria de referência			categoria de referência		
Nível de instrução	Sem instrução	-0,74	-1,12	-0,54	0,48 (***)	0,33 (***)	0,58 (***)
	Ensino fundamental completo	-0,61	-0,70	-0,79	0,55 (***)	0,50 (***)	0,45 (***)
	Ensino médio completo	-0,48	-0,69	-0,98	0,62 (***)	0,50 (***)	0,37 (***)
	Ensino superior completo	categoria de referência			categoria de referência		
Tipo de ocupação	Não manual	0,22	0,18	-0,04	1,24 (***)	1,19 (***)	0,96 (*)
	Manual	categoria de referência			categoria de referência		
Condição de pendularidade	Município de residência	categoria de referência			categoria de referência		
	Outro município	1,41	0,71	0,29	4,09 (***)	2,03 (***)	1,34 (***)
Condição de ocupação do domicílio	Próprio já pago	categoria de referência			categoria de referência		
	Próprio ainda pagando	1,35	0,66	0,55	3,85 (***)	1,94 (***)	1,72 (***)
	Alugado	1,48	1,24	2,00	4,38 (***)	3,46 (***)	7,40 (***)
	Outra condição	0,59	0,25	1,13	1,81 (***)	1,28 (***)	3,09 (***)

Fonte: IBGE (Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010). Tabulações especiais do autor.

(*) p-valor<0,05. (**) p-valor<0,01. (***) p-valor <0001

A aplicação do modelo de regressão logística multinomial para o estudo da migração na Baixada Santista mostrou-se muito útil analiticamente, satisfazendo os objetivos propostos no início desta seção. De fato, pôde-se dimensionar o peso de cada variável em sua associação com a variável resposta relativa à condição e modalidade migratória dos indivíduos, permitindo-se, assim, ver quais dos condicionantes próximos aqui utilizados teriam maior importância para contribuir para a compreensão da dinâmica migratória da RMBS.

De maneira geral, verificou-se que os condicionantes vinculados às condições de localização residencial e habitacionais dos indivíduos (grupos de municípios, condição de pendularidade e condição de ocupação do domicílio) mostraram-se mais relevantes para desencadear a mobilidade dos responsáveis pelo domicílio, do que propriamente os condicionantes de cunho sociodemográfico (idade, instrução e tipo de ocupação). Conforme aventado na análise dos resultados do modelo, a configuração geográfica peculiar, em relação a outras áreas metropolitanas, da Baixada Santista, que resulta na escassez de espaços de expansão da ocupação urbana, pode explicar, em grande parte, a proeminência dos condicionantes espaciais e habitacionais sobre as sociodemográficas no entendimento da migração na RMBS. Tal quadro é ainda intensificado em virtude do estoque limitado de domicílios a serem destinados à residência permanente, principalmente em decorrência do grande uso de unidades habitacionais para fins de veraneio e segunda residência.

Simultaneamente, os resultados do modelo, em linhas gerais, confirmaram as hipóteses e resultados suscitados a partir da análise descritiva empreendida anteriormente. Dessa forma, a leitura do perfil sociodemográfico da migração permitiu vislumbrar algumas das causas e motivações dos movimentos migratórios estudados, como também de suas relações com o processo de produção social do espaço na Baixada Santista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender o curso assumido pela dinâmica populacional da Baixada Santista nos últimos 20 anos, não se pode restringir à consideração e exame do que ocorreu apenas neste último período, uma vez que muito do que se observa decorre de processos iniciados no começo da segunda metade do século XX.

Conforme foi recorrentemente apresentado no decorrer do texto, estudos como os de Jakob (2003); Carriço (2002; 2006); Cunha (2010) e Alonso (2011), entre outros, já abordaram este tema segundo diferentes pontos de vista. No entanto, o concurso de novos condicionantes endógenos e exógenos à região, sejam aqueles de natureza estritamente sociodemográfica, ou os vinculados ao processo de produção social do espaço urbano, próprios dos anos 2000, fez com que tal dinâmica populacional adquirisse nuances específicas nas duas últimas décadas, requerendo-se novas leituras. Foi, portanto, no sentido de buscar um entendimento das relações entre condicionantes citados no período anterior e a dinâmica populacional verificada nos últimos 20 anos, que se empreendeu o presente estudo.

Em primeira análise, foi preciso contextualizar as relações entre a dinâmica assumida pelo capitalismo na atualidade e a produção do ambiente construído da região. De fato, largas parcelas de capital excedente geradas em seu ciclo de reprodução ampliada passaram, nas últimas décadas, a ser reinvestidas no mercado imobiliário em detrimento das cadeias produtivas, com consequências ímpares sobre como vem sendo condicionada a produção do espaço nos últimos anos, seja na escala regional, seja na escala intraurbana.

No primeiro caso, o principal efeito verificou-se quanto à participação efetiva da RMBS no processo de metropolização expandida paulista, especialmente a partir do estabelecimento de articulações socioespaciais com a RMSP, aspecto enfatizado teórica e empiricamente neste estudo. Se tais relações são longevas no tempo, principalmente sob o ponto de vista das complementaridades entre as cadeias produtivas das duas regiões, nos últimos anos elas foram ressignificadas a partir do processo de reestruturação produtiva. Com isso, ganharam expressão outros tipos de vínculos socioespaciais, com a emergência de um mercado de terras regional que poderia justificar, em grande medida, as expressivas trocas populacionais entre as duas RMs.

No que se refere à dinâmica intraurbana, o processo em questão redundou na instituição de uma série de legislações urbanísticas específicas que se preocuparam quase que exclusivamente em reservar as melhores localizações metropolitanas – ou mesmo criar novas

– para os grupos sociais que podiam usufruir e pagar por elas. Como consequência, aumentaram as possibilidades de extração de renda da terra por parte dos agentes modeladores do espaço urbano tipicamente capitalistas, especialmente aqueles que atuavam diretamente no mercado imobiliário.

Nesse contexto, a palavra de ordem foi “seletividade”. Seletividade na hora de decidir onde as legislações urbanísticas seriam aplicadas e para quais grupos sociais, a partir da presença ou leniência do Estado. Com isso, as clivagens sociais ficaram ainda mais marcadas na região, com efeitos claros sobre a dinâmica sociodemográfica e condições de vida seguidas a partir de então.

Não se pode esquecer certas especificidades da configuração socioespacial da Baixada Santista que trabalham por realçar e intensificar as dinâmicas sociais, demográficas e de produção do espaço vivenciadas pela região em um período mais recente, comparativamente a outros contextos metropolitanos, os quais não estão submetidos a tal ordem de condicionantes. Desse modo, a já destacada escassez de espaços propícios à expansão urbana encontra-se, em grande parte, relacionada à peculiar geomorfologia da região que limita a existência de áreas propícias às ocupações a uma restrita faixa de planície encrustada entre a linha de costa e a escarpa da Serra do Mar. No mesmo sentido, a existência de uma legislação ambiental restritiva, com largas parcelas do território metropolitano destinadas à proteção ambiental integral, igualmente limita a expansão do ambiente construído, assim como o desenvolvimento de atividades rurais, tendo como um dos seus efeitos o elevado grau de urbanização da região em comparação às outras RMs.

A orla marítima igualmente age com um importante e peculiar condicionante da ocupação da RMBS. Isso porque um grande estoque de domicílios potencialmente ocupáveis em caráter permanente pela população local é reservado a um público de fora da região. Dessa maneira, limitam-se as opções de moradias nas áreas mais providas de infraestruturas da orla marítima e nas áreas centrais da região onde estão concentradas as oportunidades metropolitanas. Além disso, nos períodos de alta temporada, os já limitados serviços de utilidade pública metropolitana (transporte, abastecimento de água, saúde, etc.) acabam sendo onerados pela população flutuante, com efeitos sobre os grupos sociais menos favorecidos.

Em suma, observa-se que a produção social do espaço metropolitano da Baixada Santista tornou-se ainda mais elitista nas últimas duas décadas, com consequências relevantes sobre sua dinâmica populacional. Isso porque, os grupos sociais menos abastados se veem sem opção de residir no caro e limitado núcleo metropolitano, este claramente reservado às elites locais por uma legislação urbanística restritiva, ou às classes médias e elites do planalto

que se utilizam da região como segunda moradia ou lazer por meio da posse de domicílios de uso ocasional. Entretanto, novas opções de residência destinadas às elites locais e do planalto, a partir de legislações urbanísticas propícias, também foram criadas fora do núcleo metropolitano em municípios periféricos, como Praia Grande e Guarujá, que por este motivo registram um incremento da heterogeneidade e elitização socioeconômica de seus territórios nos anos 2000.

No que se refere à dinâmica populacional verificada na RMBS nos últimos 20 anos, observou-se que ela se consubstanciou no processo de redistribuição espacial da população metropolitana registrado ao longo desse período. Nesse contexto, verificou-se que ora ocorreu simultaneamente ao processo de expansão do ambiente construído, em uma relação dialética com o mesmo, ora a seu reboque, assumindo o papel de uma efetiva contrapartida sociodemográfica, isto é, reflexo de como o espaço é configurado a partir do seu processo de produção.

Todavia, é preciso ressaltar o concurso de condicionantes mais gerais de natureza estritamente sociodemográfica que influíram na dinâmica populacional observada. O principal deles é o baixo crescimento natural observado, fruto, em grande parte, do processo de aceleração da queda das taxas de fecundidade no país, principalmente a partir dos anos 1980. Como desdobramentos mais relevantes, registra-se a diminuição da pressão demográfica nas áreas de origem dos movimentos migratórios de mais longa distância (CUNHA, 2015b), justificando não somente a diminuição em seus volumes, como também a efetiva retração de sua participação relativa no cômputo da imigração na região. Enquanto principal consequência demográfica para a RMBS, percebeu-se uma redução expressiva do crescimento populacional na região como um todo, que pode ser justificada diretamente pelo baixo crescimento natural ou pelo mencionado arrefecimento das correntes migratórias interestaduais.

Simultaneamente, constatou-se certa convergência entre os municípios metropolitanos, sejam eles centrais ou periféricos, no sentido de baixos crescimentos vegetativos. Logo, os diferenciais que poderiam explicar as mudanças no processo de redistribuição espacial da população na RMBS, certamente não passariam pelo crescimento vegetativo, o que revela o protagonismo da migração (de origem externa e, sobretudo, de origem interna) na dinâmica demográfica regional. De fato, foi isso que se verificou a partir da avaliação do peso das componentes demográficas sobre o crescimento populacional, nos anos 2000, com a proeminência da migração sobre o crescimento vegetativo para a região

como um todo, e a maior parte dos municípios metropolitanos, especialmente aqueles mais periféricos.

Quanto à dinâmica da redistribuição espacial da população, observou-se que o processo de periferação da ocupação da região ainda se encontra ativo, mesmo diante da referida tendência de diminuição de seu crescimento populacional. Em verdade, observa-se a vigência de um grande “potencial endógeno” de redistribuição espacial da população alimentado pela desigual distribuição da população ao longo do território metropolitano em favor dos municípios centrais em detrimento daqueles periféricos. Além disso, é igualmente fomentado pelos diferenciais de preço do solo urbano que impõem limites de permanência nas áreas centrais metropolitanas de parte da população que “potencialmente” em algum momento (a depender da fase de seu ciclo vital familiar) teria que se mover, principalmente, para as periferias da metrópole.

Em termos prospectivos, é esperada a manutenção do processo expansão das periferias, mesmo diante das projeções de queda do crescimento populacional na região como um todo, dado o grande volume de população existente no núcleo metropolitano que potencialmente poderá vir a migrar para os municípios periféricos. Deve-se ressaltar, no entanto, que no caso da Baixada Santista, parte do crescimento periférico observado e projetado, não se deve a este “potencial endógeno de crescimento”, mas às transferências “diretas” de migrantes externos, em especial aqueles provenientes da RMSP, para as periferias da RMBS.

A migração de curta extensão geográfica ou mobilidade residencial, diante do arrefecimento dos fluxos migratórios de longa distância, é aquela que agora se destaca mais, e, por isso, protagoniza o processo de redistribuição espacial da população metropolitana, mesmo diante da tendência de queda em seus volumes gerados pelos fatores de ordem sociodemográfica apresentados acima.

No entanto, na Baixada Santista este tipo de migração assume contornos específicos relacionados ao seu peculiar processo de ocupação e de inserção regional. Em verdade, ela se divide entre os movimentos de caráter intrametropolitano e aqueles provenientes da RMSP, os quais possuem impactos decisivos sobre a dinâmica sociodemográfica regional e seus municípios em particular, em um cenário que, de fato, se consolidou nos últimos 20 anos.

Dessa maneira, assim como pôde ser constatado para outros contextos metropolitanos, verificou-se a orientação centrífuga dos movimentos populacionais intrametropolitanos, privilegiando-se os municípios do entorno imediato do *core*

metropolitano. Por sua vez, em um aspecto particular da RMBS, naquelas municipalidades mais periféricas e distantes de Santos constatou-se a proeminência dos fluxos com origem no planalto.

Analisando-se os condicionantes dos movimentos migratórios de curta distância, ou seja, os intrametropolitanos e os provenientes da RMBS, observou-se que eles podem ser sintetizados nas dinâmicas dos mercados de trabalho e de terras em suas relações com o processo de produção social do espaço urbano. Se no passado, estes fluxos relacionavam-se mais estritamente com a dinâmica do mercado de trabalho, parece que hoje o mercado de terras assumiu o protagonismo em condicionar os movimentos dos grupos sociais em âmbito metropolitano.

Na Baixada Santista esta última realidade mostrou-se bastante proeminente em relação a outras RMs, considerando as limitadas ofertas de novas moradias no centro da região para os diferentes grupos sociais locais e do planalto. Desse modo, observou-se o já mencionado espraiamento da ocupação metropolitana, não acompanhado pela dispersão das atividades econômicas, em uma dinâmica mediada pelo mercado local de terras.

Enquanto principal contrapartida socioespacial percebida para esta última dinâmica, verificam-se os crescentes volumes de indivíduos que realizam deslocamentos pendulares entre os municípios periféricos e as cidades centrais da região, as quais, em grande parte das vezes, eram os seus municípios de residência prévia destas pessoas, reproduzindo uma realidade comum às demais metrópoles brasileiras (CUNHA, 2018). Entretanto, notabilizou-se igualmente uma tendência de aumento daqueles que realizam deslocamentos pendulares para a RMSP, geralmente para os municípios de onde emigraram.

Sob o ponto de vista das complementaridades socioespaciais estabelecidas entre os diferentes municípios e unidades urbanas ligadas pelos fluxos considerados, foi possível constatar dois importantes aspectos sobre o processo de ocupação e inserção regional da Baixada Santista. O primeiro deles é a extensão de *facto* do fenômeno metropolitano que se mostrou não coincidente com a configuração político-territorial da RMBS. Em realidade, a representatividade dos fluxos de caráter metropolitano, sejam eles migratórios ou pendulares, se viu restrita aos municípios de Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande.

Os demais municípios da RM (Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga) estão muito mais ligados aos centrais por uma dinâmica de expansão regional do que por uma expansão propriamente metropolitana. Isto é, fazem parte da região que conforma a Baixada Santista, pois possuem particularidades comuns com os municípios citados no parágrafo anterior de seus processos de ocupação, como, por exemplo, atividades ligadas ao fenômeno

da segunda residência e ao turismo, além de estarem articulados com o polo regional de Santos, já que se encontram em suas áreas de influência na rede urbana regional. Entretanto, não fazem parte da área metropolitana da Baixada Santista, tendo em vista que essa articulação com Santos não se mostrou de natureza metropolitana, principalmente, em função do baixo volume dos fluxos pendulares para trabalho e/ou estudo que ligam esses municípios com o núcleo da região.

Outro aspecto relevante foi o surgimento do que vem sendo chamado de “periferias com dois centros” (CUNHA et al., 2018), já que muitos municípios, em especial Praia Grande, estabeleceram complementaridades socioespaciais de cunho metropolitano, próprias da relação centro-periferia, tanto com o centro da RMBS, quanto com a RMSP, em especial com o município de São Paulo.

O exame do perfil sociodemográfico da migração, aqui visto enquanto condicionantes próximos do fenômeno, permitiu entender, em sua complexidade, os diferentes movimentos migratórios estudados. Com isso, as seletividades sociodemográficas entre os migrantes em suas diversas modalidades e os “não migrantes” puderam ser identificadas, possibilitando ao menos vislumbrar as causas e motivações das correntes migratórias que tanto revelam a dinâmica sociodemográfica da região nos últimos anos. Mais do que isso, foi possível hierarquizar, segundo sua importância, os condicionantes dos movimentos migratórios, permitindo o entendimento das especificidades assumidas por estes últimos na Baixada Santista nos anos 2000, como também, suas consequências sociodemográficas para os municípios da região.

Sendo assim, a partir dos modelos estatísticos ajustados pode-se perceber que os condicionantes próximos vinculados às condições habitacionais e de localização residencial dos indivíduos (local de residência ao longo da estrutura urbana, condição de pendularidade e condição de ocupação do domicílio) mostraram-se mais relevantes para desencadear a mobilidade dos indivíduos, do que propriamente os condicionantes de cunho sociodemográfico (idade, instrução e tipo de ocupação). Estes últimos seguiram tendências verificadas para a sociedade brasileira de forma geral, próprias da primeira década do século XXI, como o avanço do envelhecimento populacional, políticas de valorização do salário mínimo e da educação, além da reestruturação produtiva. Enquanto isso, os primeiros foram realçados e se relacionaram mais diretamente às peculiares características do processo de produção social do espaço da RMBS.

Ainda com relação ao aspecto anterior, observou-se que o arrefecimento do volume dos fluxos migratórios evidenciou um processo de elitização do perfil

socioeconômico dos mesmos. Isso não quer dizer que apenas nos últimos anos os mais ricos começaram a migrar. De fato, a intensificação dos condicionantes vinculados aos constrangimentos à migração atuou mais diretamente sobre os grupos sociais menos abastados, tornando os fluxos mais seletivos socialmente em favor daqueles com maior poder aquisitivo entre as diferentes modalidades e destinos metropolitanos envolvidos. Com isso, foram evidenciados os movimentos daqueles com maior status socioeconômico, os quais, embora sempre presentes nos fluxos migratórios vigentes na RMBS, certamente eram ofuscados pelas grandes correntes migratórias compostas principalmente pelos mais pobres.

Dessa maneira, constatou-se uma grande diferenciação no perfil sociodemográfico entre os fluxos migratórios provenientes da RMSP e os intrametropolitanos. Os primeiros tendiam a ser mais elitizados, não somente quanto à escolaridade, mas, sobretudo, quanto à inserção sócio-ocupacional dos indivíduos que os compunham. Do mesmo modo, eram compostos por pessoas em fases mais avançadas de seu curso de vida individual e ciclo de vida familiar. Por outro lado, os imigrantes da RMBS eram relativamente mais jovens e menos abastados, apesar de sua tendência de envelhecimento e elitização.

Ademais das contrapartidas relacionadas à dinâmica populacional da região, observou-se que a diferenciação do perfil sociodemográfico entre os diversos fluxos metropolitanos envolvidos em tal dinâmica vem produzindo consequências sociodemográficas igualmente diferenciadas entre os municípios metropolitanos, processo esse que, de alguma maneira, distingue a Baixada Santista das demais regiões metropolitanas.

No que tange ao perfil socioeconômico propriamente dito, a tendência de aumento da participação relativa dos grupos sociais de maior poder aquisitivo, assim como, dos fluxos com origem no planalto contribuiu para intensificar o processo de elitização da ocupação no eixo de expansão norte, principalmente no município de Guarujá. Da mesma forma, revelou o processo de heterogeneização da ocupação nas periferias tradicionais do litoral sul, com especial destaque para o município de Praia Grande.

Quanto ao perfil demográfico, o principal processo evidenciado foi o envelhecimento populacional que vem se acentuando nos últimos anos na região, em especial no seu núcleo metropolitano, capitaneado por Santos. Correntemente, desde um ponto de vista vinculado ao “senso comum”, tende-se a se associar tal dinâmica à imigração de idosos do planalto para o litoral, onde, já aposentados, poderiam usufruir de uma melhor qualidade de vida. De fato, tal fluxo existe e suas motivações e causas, em grande medida, são relacionadas às citadas anteriormente. No entanto, assim como já investigado no passado por trabalhos como os de Alonso (2011) e de Jakob (2003), verificou-se que o intenso processo de

envelhecimento da cidade de Santos, comparativamente a outros núcleos metropolitanos, ainda se encontra pouco relacionado a tais fluxos. Em verdade, encontra-se muito mais vinculado à crescente emigração do núcleo em direção às periferias metropolitanas de indivíduos com menor idade e de famílias ainda em etapas menos avançadas de seu ciclo de vida familiar, especialmente, aquelas em fase de formação, o que pôde ser atestado pelas taxas de migração líquida negativas para os grupos etários mais jovens.

Ressalta-se que os condicionantes sociodemográficos e aqueles ligados à produção do espaço urbano igualmente podem ser encontrados em outras metrópoles que, da mesma forma que a Baixada Santista, veem o seu núcleo mais envelhecido e registram movimentos migratórios centrífugos dos mais jovens para as periferias. Todavia, a intensidade sem igual do processo observado em Santos pode ser, em grande medida, creditada à falta de espaço para novas ocupações, o elevado preço do solo urbano e a carência de alternativas habitacionais para famílias mais jovens, muito em função do grande estoque de domicílios destinados ao uso ocasional. Tal peculiaridade, de fato, provavelmente não seja verificada com a mesma intensidade e presença conjunta em outras RMs.

Evidentemente, o presente trabalho não abarcou toda a complexidade assumida pela dinâmica sociodemográfica da RMBS nos últimos anos. Especificamente, nos últimos oito anos após a divulgação do último levantamento censitário, viu-se a intensificação das atividades relacionadas à exploração do Pré-sal, a mudança do ciclo econômico – passando-se de um período de crescimento econômico para um período de retração dos investimentos públicos e do crédito –, além da instituição de novas legislações urbanísticas. Evidentemente, supõe-se que o curso desses novos condicionantes produzirá mudanças sobre o processo de produção social do espaço urbano e a dinâmica populacional seguida a partir de então, os quais não foram captados pelos dados que foram apresentados.

As fontes de dados alternativas utilizadas como dados “sintomáticos” (registros administrativos da Agem-SP, EMTU, etc.), em verdade, não captaram em sua complexidade a dinâmica sociodemográfica do período pós-censitário, deixando-se, de fato, uma lacuna que provavelmente apenas será preenchida com os dados do Censo Demográfico de 2020⁶⁷.

Além disso, apesar do relatado leque de possibilidades de cruzamento de variáveis sociodemográficas propiciado pelo Censo Demográfico que poderiam aproximar a presente análise das causas e, principalmente, das motivações dos movimentos migratórios estudados,

⁶⁷ A Contagem Populacional prevista para o ano de 2016, a qual poderia ao menos que parcialmente suprir a demanda por dados de natureza censitária no âmbito intraurbano entre os levantamentos de 2010 e 2020, não foi realizada pelo IBGE, limitando qualquer possibilidade de realização de análise igual à proposta pelo presente trabalho no período em questão.

entende-se que o seu conhecimento pleno somente seria alcançado mediante pesquisas quantitativas e qualitativas que as inquirissem diretamente por meio de quesitos e perguntas específicos. De fato, reconhece-se o peso de outros condicionantes que não aqueles trabalhados aqui e captados pelas fontes de dados utilizadas. Um exemplo seriam as redes sociais de migração estudadas por Cunha (2010) para a Baixada Santista, as quais em muito poderiam explicar a manutenção de certos fluxos migratórios e as especificidades por eles assumidas, em determinados contextos geográficos.

Para além das lacunas deste trabalho, entende-se que as questões levantadas nas análises dos resultados da pesquisa criaram uma ampla agenda de pesquisa que pode ser explorada no futuro. Assim sendo, a análise do perfil sociodemográfico e dos condicionantes da migração suscitou uma série de questões relativas às consequências sociais para os indivíduos e grupos sociais envolvidos no fenômeno. Isto é, em muitos casos, observou-se que migrar na região está vinculado a outras questões, como a segregação residencial.

Estudos como o de Cunha e Farias (2017) dimensionaram o fenômeno da segregação na RMBS. Todavia, os vínculos entre a migração e a segregação, conforme apontados por Cunha (2011) em termos mais gerais, apesar de extensamente sugeridos com os resultados aqui apresentados, e principalmente suas consequências sociais, ainda se ressentem de análises mais abrangentes. Nesse caso, a migração passaria a ser uma variável essencial para a compreensão deste tão complexo fenômeno. Sendo assim, pode-se dizer que a partir destes resultados abre-se uma extensa agenda de pesquisa sobre o tema da segregação, a qual, considerando sua grande extensão, fugiria do escopo planejado para o presente estudo.

Da mesma forma, o aumento da heterogeneidade sociodemográfica das periferias tradicionais e homogeneização social das periferias elitizadas, assim como ocorrido em outras áreas metropolitanas, pôde ser percebido na RMBS, sendo que tal fenômeno encontra-se relacionado não apenas ao caráter seletivo da migração direcionada às áreas em questão, conforme foi explorado pelo presente trabalho. Na verdade, outros fatores vinculados às mudanças nas formas dos arranjos familiares, ao avanço do ciclo de vida familiar e ao acúmulo de ativos, etc., poderiam contribuir para a compreensão de tais dinâmicas sociodemográficas nas periferias metropolitanas, o que na Baixada Santista seria ainda mais interessante, dadas as especificidades assumidas pelo processo de ocupação na região.

O fato metropolitano, portanto, não é algo que se impõe a partir de legislações ou medidas administrativas. Ele é vivido, experimentado e observado nas relações entre população e espaço, por meio das complementaridades socioespaciais percebidas, a partir da expansão não apenas territorial, mas também demográfica, pela fluidez das fronteiras político-

administrativas, pela divisão social e territorial do trabalho, pela diversidade funcional do espaço, enfim por um conjunto de elementos que vão tornando explícita e indiscutível a formação de um novo e muito mais amplo espaço de vida para as pessoas.

No caso da RMBS, embora ainda possa ser discutível a extensão do fato metropolitano pela totalidade de seu território considerando vários destes aspectos, em particular, no que se refere à sua dimensão demográfico-territorial, suas especificidades e relação com o planalto paulista tornam um interessante e particular estudo de caso para se compreender quais seriam as características e implicações deste tipo de formação urbana no tempo presente, no qual a lógica de produção do espaço tem assumido outras facetas.

Assim, a forte ligação da região com o planalto paulista, em particular com o município de São Paulo e o ABC, bem como suas peculiares características geomorfológicas, turísticas e produtivas fazem da área um interessante laboratório para se pensar a extensão e impactos do fenômeno metropolitano no Estado de São Paulo e no país. Assim, reconhecer que existe heterogeneidade entre as RMs “oficiais” brasileiras é fundamental para melhor compreender as funções e significado de cada uma destas formações no cenário urbano nacional.

Acredita-se que a escolha da RMBS, como um estudo de caso, representa uma contribuição para a melhor compreensão do fenômeno metropolitano no país, em um contexto geográfico que expõe determinadas dimensões das desigualdades socioespaciais vigentes no Brasil metropolitano da atualidade. Além disso, esse caminho possibilitou um maior conhecimento do rumo seguido, no âmbito regional, pelas dinâmicas socioespaciais metropolitanas nos últimos anos. Com isso, espera-se que o presente estudo, em seus resultados, possa bem informar o planejamento urbano e regional e as ações políticas que visem beneficiar quem de direito deve coproduzir e usufruir das oportunidades do espaço metropolitano, ou seja, a população, em especial, aquela mais afetada pelas fortes desigualdades ainda existentes nessas áreas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, C. M. **A paisagem da Baixada Santista: urbanização, transformação e conservação.** São Paulo, SP: Edusp, 2006.
- _____. **Uso e ocupação do solo na Zona Costeira do Estado de São Paulo: uma análise ambiental.** São Paulo, SP: Annablume; Fapesp, 1999.
- AGEM. **Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Região Metropolitana da Baixada Santista 2014-2030.** Santos, SP, 2014.
- ALONSO, F. R. B. **Envelhecimento e vulnerabilidade: a inserção do idoso na família e o sentido dos fluxos intergeracionais na geração de capital social.** 2011. 229f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.
- ANSELIN, L. Local indicators of spatial association – LISA. **Geographical Analysis, US**, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.
- ARAÚJO FILHO, J. R. **Santos, o porto do café.** Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1969.
- ASCHER, F. **Metapolis: acerca do futuro da cidade.** Lisboa: Celta Editora, 1998.
- BAENINGER, R.; SIQUEIRA, C. G. Dinâmica demográfica. In: DEDECCA, C.; MONTALI, L.; BAENINGER, R. (Org.). **Regiões metropolitanas e pólos econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as políticas sociais / Região Metropolitana da Baixada Santista.** Campinas, SP: Finep/NEPP/Nepo/IE, 2009. p. 23-62.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** São Paulo, SP: Hucitec, 1996.
- BILAC, E. D. Arranjos domésticos e condição migratória. In: PATARRA, N. et al. (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980 – 1993.** Campinas, SP: IE/Unicamp, 1997.
- BÓGUS, L. M. M. **Vila do encontro: a cidade chega à periferia.** 1980. 130f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1980.
- BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo.** 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BRANDÃO, M. V. M. et al. “Do mar à terra”: velhas e novas dinâmicas nos processos decisórios da política de desenvolvimento urbano no Brasil. In: BRANDÃO, M. V. M.; MORELL, M. G. G.; SANTOS, A. R. (Ed.). **Baixada Santista: transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 322-351. (Série Estudos Comparativos).
- BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2000.
- CAIADO, M. C. S. Estruturação intraurbana e respostas sociodemográficas: a diferenciação socioespacial da população na Região do Distrito Federal e entorno. **Textos NEPO 50,** Campinas, SP, 2006.
- CANO, W. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980.** Campinas, SP: IE/Unicamp, 2011. (Texto para Discussão, n. 193).
- _____. (Coord.). **São Paulo no limiar do século XXI: cenários da urbanização paulista.** São Paulo, SP: Fundação Seade, 1992.

_____. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia**, 1982.

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista Geográfica**, México, DF, n. 8, p. 19-56, 1972.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo, SP: Edusp, 1994.

CARRIÇO, J. M.; BARROS, M. F. Crise de mobilidade urbana em Santos/SP: produção imobiliária, segregação socioespacial e desenraizamento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 16., 2015, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG, 2015.

_____; SOUZA, C. D. Baixada Santista: pendularidade, estrutura urbana e mudanças dos padrões de integração interna e externa da metrópole litorânea paulista. In: BRANDÃO, M. V. M.; MORELL, M. G. G.; SANTOS, A. R. (Ed.). **Baixada Santista: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015. p. 31-60. (Série Estudos Comparativos).

_____. Produção do espaço urbano voltada para as elites: doze anos de aplicação da Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo na área insular de Santos. In: VAZQUEZ, D. A. (Org.). **A questão urbana na Baixada Santista: políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento**. Santos, SP: Universitária Leopoldianum, 2011. p. 145-176.

_____. **Baixada Santista: transformações produtivas e sócio-espaciais na crise do capitalismo após a década de 1980**. 2006. 468f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.

_____. **Legislação urbanística e segregação espacial nos municípios centrais da Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2002. 247f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2002.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, n. 92, p. 15-46, 2012.

CHAMPION, A. G. A changing demographic regime and evolving polycentric urban regions: consequences for the Size, composition and distribution of city populations. **Urban Studies**, Inglaterra, v. 38, n. 4, p. 657-677, 2001.

COLANTONIO, F. C. **Região Metropolitana da Baixada Santista: transformações recentes**. 2009. 145f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

_____. **Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ; GEU-Grupo de Estudos Urbanos, Departamento de Geografia, 2006. (Texto para Discussão – inédito).

_____. O espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, H. (Org.). **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Belo Horizonte, MG: C/Arte, 2006.

COURGÉAU, D.; LELIÈVE, E. Individual and social motivations for migration. In: CASELLI, G.; VALLIN, J.; WUNSCH, G. **Demography: analysis and synthesis**. Boston: Elsevier, 2006.

_____. Le concept de migration. In: COLLOQUE DE DÉMOGRAPHIE AFRICAINE, 4., 1975. **Actes...** Ouagadougou, Burkina Faso: Institut National de la Statistique et de la Démographie, 1975. p. 27-33.

CUNHA, J. M. P. (Org.). **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano: convergências e especificidades regionais**. São Carlos, SP: UFSCAR, 2018.

_____ et al. **A consolidação de “uma periferia com dois centros”**: o município de Praia Grande no contexto da formação da macrometrópole paulista no começo do século XXI. 2018. (Mimeo)

_____; FALCÃO, C. A. (Org.). **Campinas metropolitana: diversidades socioespaciais na virada para o século XXI**. Campinas, SP: Librum Editora, 2017.

_____; FARIAS, L. A. C. (Org.). **Região Metropolitana da Baixada Santista: diversidades socioespaciais na virada para o século XXI**. Campinas, SP: Librum Editora, 2017.

_____; SILVA, K. A. A.; FARIAS, L. A. C. Produção do espaço metropolitano e redistribuição espacial da população no Brasil: o que aconteceu nas últimas duas décadas? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17., 2017, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2017.

_____. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 1, p. 99-127, 2016.

_____. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas, SP: Librum Editora, 2015a.

_____. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora da Unesp; CEM, 2015b. p. 279-307.

_____ et al. **Movimentos pendulares na MMP**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp; Fundap; Emplasa, 2013. (Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM)).

_____ (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.

_____ (Org.). **Sumário de dados de Região Metropolitana da Baixada Santista**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2009. Disponível em: <www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade>. Acesso em: nov. 2015.

_____; SOBREIRA, D. P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. **Revista Latinoamericana de Población**, Montevideo, Ano 1, n. 2, p. 99-125, 2008.

_____; JIMÉNEZ, M. A. Segregação e acúmulo de carências: localização da pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 365-398.

_____; JAKOB, A. A. E. (Coord.). **Atlas da Região Metropolitana da Baixada Santista**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2005.

_____; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 18, n. 43, p. 87-101, 2005.

_____; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, BA, v. 10, n. 4, p. 79-106, 2001.

_____. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas, 1994. 311f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1994.

_____. Migração pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do município de São Paulo. **Conjuntura Demográfica**, São Paulo, SP, n. 22, p. 15-27, 1993.

CUNHA, T. A.; CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E. Dinâmica intraurbana e redes sociais na Baixada Santista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, n. 1, p. 7-33, 2013.

_____. **Redes sociais, capital social e mobilidade residencial intrametropolitana: o caso da Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2010. 124f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

DAVANZO, A.M.Q. et al. Metropolização e Rede Urbana. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. (Org.). **A dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília, DF: Ipea, 2011. p. 97-107.

DAVIDOVICH, F. Estado do Rio de Janeiro: o urbano metropolitano. **Hipóteses e Questões. Geo UERJ**, Rio de Janeiro, RJ, Ano 12, v. 2, n. 21, 2010.

DEDECCA, C. Economia e mercado de trabalho. In: DEDECCA, C.; MONTALI, L.; BAENINGER, R. (Org.). **Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais / Região Metropolitana da Baixada Santista**. Campinas, SP: Finep; NEPP/NEPO/IE, 2009. p. 7-23.

DOTA, E. M. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes**. 2015. 221f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

_____. **Migração na RM de Campinas: produção do espaço urbano e impactos sociais**. 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

EMPLASA. **Macrometrópole paulista**. São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FISHMAN, R. Burgeiosutopias: visions of suburbia. In: FAINSTEIN, S.; CAMPBELL, S. (Ed.). **Readings in urban theory**. Oxford: Wiley-Blackwell, 1966. p. 23-60.

GODINHO, R. E. Nova metodologia de projeção da população flutuante. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.

GONÇALVES, A. **Lutas e sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos (1945-1962)**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 1995.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço**. São Paulo, SP: Edusp, 1993.

- HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
- _____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- _____. **A condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1993.
- _____. The urban process under capitalism. In: DEAR, M.; SCOTT, A. **Urbanization and urban planning in capitalist society**. London: Methuen, 1981.
- HOGAN, D. J. Quem paga o preço da poluição? Uma análise de residentes e imigrantes pendulares em Cubatão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1990.
- HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S.; STURDIVANT, R. X. **Applied logistic regression**. 3.ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2013.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- _____. Pré-coleta: última etapa operacional do Censo. **Vou te Contar – A Revista do Censo**, Rio de Janeiro, RJ, n. 14, 2010.
- _____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, RJ, 2000.
- _____. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, RJ, 1991.
- _____. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro, RJ, 1980.
- _____. **Censo Demográfico 1970**. Rio de Janeiro, RJ, 1970.
- JAKOB, A. A. E. **Análise sociodemográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. 2003. 220f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.
- KAYSER, B. L' espace non-metropolisé du terriore français. In: KAYSER, B. et al. **Géographe: entre espace et développement**. Toulouse: Presses Universitaires Du Mirail, 1990.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.
- LAGO, L. C. O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a “periferia” que virou “centro”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.
- _____. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempos de crise**. Rio de Janeiro, RJ: Observatório; Revan, 2000.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- LEFEBVRE, H. **Production of space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- _____. **Espacio y politica**. Barcelona: Península, 1976.
- _____. **L' Idéologi estruturaliste**. Paris: ÉditionsAnthropos, 1971.
- LENCIONI, S. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, A.; RUA J.; MATTOS, R. C. (Org.). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2015. p. 35-68.
- _____. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A. et al. (Org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2013. p. 17-34.

_____. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago de Chile, Chile, n. 39, p. 7-20, 2008.

_____. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6., 1998, Buenos Aires, Argentina. **Anais...** Equador: AGEc, 1998.

LERESCHE, J. P. Mythes et réalités de lametropole lémanique. In: LERESCHE, J. P.; JOYE, D.; BASSAND, M. **Métropolization: interdependences mondiales et implications lémaniques**. Genève: Georg-Institut Universitaire Kurt Bosch, 1995.

LIMA, W. M.; FARIAS, L. A. C. **De mochila nas costas e com o “pé na estrada”**: a mobilidade pendular de estudantes de nível superior da Região Metropolitana da Baixada Santista. São Paulo, SP: Blucher, 2017. p. 119-138.

LOBO, C.; MATOS, R; GARCIA, R. A. Uma proposta de identificação de perfis regionais no Brasil: a centralidade e a mobilidade espacial da população. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, p. 100, 2012.

MANFREDO, M. T. **Desigualdade e produção do espaço urbano**: o caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas. 2007. 203f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

MARQUES, E. Espaço e grupos sociais na virada do século XXI. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais**. São Paulo, SP: Ed. Senac, 2005. p. 57-80.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 1994. (Texto para Discussão, 329).

MARTINS, J. S. Subúrbio e periferia, antinomias do urbano. **Espaço & Debates**, São Paulo, SP, Ano XVII, n. 42, p. 75-84, 2001. (Periferia revisitada).

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no Espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 12, n.1-2, p. 35-58, 1995.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil**: uma análise com foco em Curitiba. 2009. 243f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2009.

NACIONES UNIDAS. **Métodos de medición de la migración interna**: manual VI. Nueva York, NY, 1972.

NEGREIROS, R. A Região Metropolitana da Baixada Santista: dinâmica sócio-econômica e as perspectivas da gestão urbana. **Relatório D.2 do Projeto – Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo**: desafios da política urbana. Campinas, SP: Nesur-IE/Unicamp; Convênio SEP/Unicamp, 1992. (Mimeo)

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial de São Paulo (1880 – 1990)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

OJIMA, R. Pessoas, prédios e ruas: por uma perspectiva demográfica dos processos urbanos contemporâneos. In: OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. **Dispersão urbana e mobilidade populacional**. São Paulo, SP: Blucher, 2016.

OLIVEIRA, H. S. **Economia metropolitana e mercado de trabalho**: um estudo das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo. 2009. 229f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

OLIVEIRA, M. C. F. A.; MARCONDES, G. S.; VIEIRA, J. M. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. In: ARRETHER, M. (Org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015. p. 309-334.

PATARRA, N. L.; PACHECO, C. A. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. L. et al. (Org.). **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo. 1980-1993. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 25-52.

PIMENTA, M. A. (Ed.). **Caminhos do mar**: memórias do comércio da Baixada Santista. São Paulo, SP: Museu da Pessoa, 2002.

PÓLIS. **A produção do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV na Região Metropolitana da Baixada Santista**: impactos urbanos e ambientais dos empreendimentos. São Paulo, SP: Pólis; MCMV/CNPq, 2014.

_____. **Relatório regional do diagnóstico urbano socioambiental do litoral paulista**: Bertioga. São Paulo, SP, 2013. (Versão Preliminar)

PRADO JR., C. **A cidade de São Paulo**: geografia e história. São Paulo, SP: Brasiliense, 1998.

PRÉTECEILLE, E. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 16, n. 38, p.27-48, 2003.

RIBEIRO, L. C. Q. et al. (Org.). **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMS, RIDES e AUS à dinâmica da metropolização**. Rio de Janeiro, RJ: Observatório das Metrópoles, 2012.

RIBEIRO, W. S. O papel das cidades médias diante da reestruturação urbana. In: BICALHO, A. M. M. S.; GOMES, P. C. C. (Org.). **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. Rio de Janeiro, RJ: Publit, 2009.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011. p. 141-156.

RODRÍGUEZ, J.; BUSSO, G. **Migración interna y desarrollo en América Latina entre 1980 y 2005**: un estudio comparativo con perspectiva regional basado en siete países. Santiago de Chile, Chile: Cepal, 2009.

ROGERS, A.; CASTRO, L. J. Age patterns of migration: cause-specific profiles. In: ROGERS, A. (Ed.). **Advances in multiregional demography (RR-81-6)**. Laxenburg: International Institute for Applied Systems Analysis – IIASA, v. 4, 1981.p. 125-160. (IIASA Research Reports)

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.

SANTOS, A. P. R. **Praia Grande no contexto do processo de metropolização da Baixada Santista**: mobilidade populacional e diversidade socioespacial. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

SANTOS, A. R. O processo de histórico de ocupação no município de Santos: a expansão a partir do Centro. In: VAZQUEZ, D. A. **A questão urbana da Baixada Santista: políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento**. Santos, SP: Editora Universitária Leopoldianum, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo, SP: Hucitec; Educ, 1994.

SEABRA, O. C. L. **A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano**. 1979. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1979.

SECOVI. **O mercado imobiliário no interior**. São Paulo, SP, 2012.

SILVA, E. T. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2013.

SILVA, K. A. A.; CUNHA, J. M. P.; ORTEGA, G. M. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, SP, v. 19, n. 40, p. 721-748, 2017.

SINGER, P. Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SMOLKA, M. Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social a segregação residencial no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 97-114, 1992.

SOBRINO, J. Patrones de dispersión intrametropolitana en México. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México, DF, v. 22, n. 3, p. 583-617, 2007.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. A. **Cidades médias e desenvolvimento industrial: uma proposta de descentralização metropolitana**. São Paulo, SP: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, 1978. (Série Estudos e Pesquisas, 17).

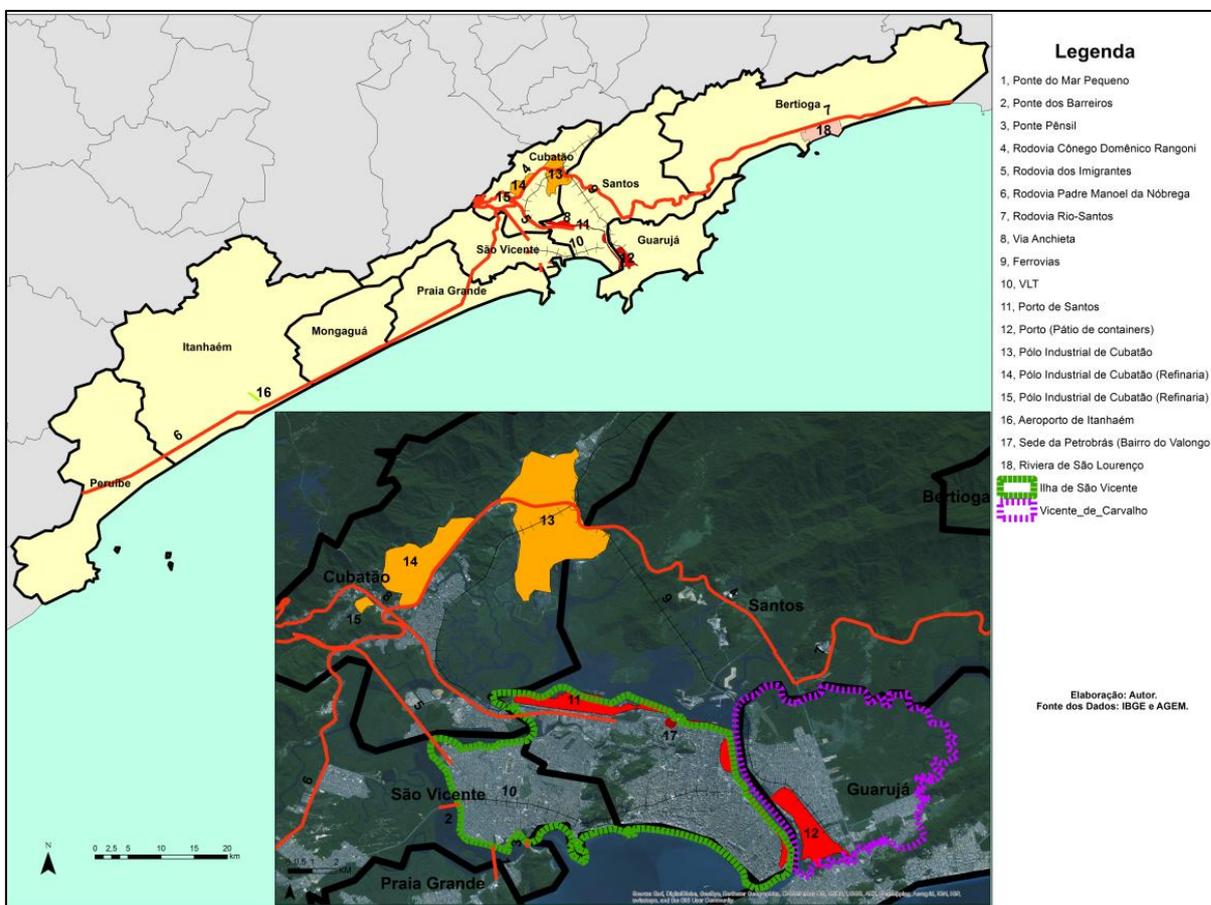
VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo, SP: Studio Nobel/Fapesp; Lincoln Institute, 1998.

WOOD, C. Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. **International Migration Review**, US, v. 16, n. 2, p. 298-319, 1982.

ZÜNDT, C. Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação de rede urbana regional e metropolização. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 305-336.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Principais objetos espaciais da Baixada Santista⁶⁸. Municípios selecionados RMBS – 2014



Fonte: Agem (Dados brutos do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico de 2014). Tabulações especiais do autor.

⁶⁸ Com o intuito de caracterizar geograficamente a RMBS, apresenta-se a referida ilustração, onde são georreferenciados os principais objetos espaciais da região, nos termos utilizados por Santos (1996) para se conceituar o espaço geográfico. Tendo em vista que as ações consonantes à produção e reprodução do espaço são objeto do presente trabalho, não se poderia prescindir de apresentar os sistemas de objetos associados às mesmas, com especial atenção àqueles que estruturam a Baixada Santista.

APÊNDICE B – Matriz migratória por municípios e regiões. RMBS – 1995-2000

Região em 1995		Região / Município em 2000									Emigração Intrametropolitana
		RMBS									
		Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruibe	Praia Grande	Santos	São Vicente	
RMBS	Bertioga	.	14	59	.	20	.	114	.	217	
	Cubatão	10	.	162	26	162	55	961	1.153	1.212	
	Guarujá	649	93	.	290	115	191	808	1.829	998	
	Itanhaém	.	.	52	.	141	335	109	77	112	
	Mongaguá	.	.	14	178	.	61	241	53	82	
	Peruibe	.	38	48	267	159	.	80	231	148	
	Praia Grande	34	250	404	447	472	350	.	751	1.448	
	Santos	329	1.209	3.233	642	354	437	5.672	.	13.884	
São Vicente	.	722	652	414	493	391	5.895	4.155	.	12.721	
Imigração Intrametropolitana		1.022	2.327	4.624	2.263	1.916	1.831	13.766	8.362	17.885	53.997
Imigração Intraestadual*		3.889	1.522	7.324	11.223	8.040	8.606	22.987	11.359	7.620	82.568
Grandes Regiões e Estados da Região Sudeste	Região Norte	78	33	107	49	83	0	235	262	206	1.052
	Região Nordeste	3.022	4.389	9.473	1.444	1.055	836	6.920	6.867	7.030	41.035
	Minas Gerais	248	474	963	492	213	163	799	1.062	578	4.992
	Espirito Santo	112	65	103	41	.	28	104	95	31	580
	Rio de Janeiro	77	170	678	227	62	12	326	1.008	158	2.719
	Região Sul	463	309	842	401	141	156	842	1.717	754	5.625
Região Centro-Oeste	84	205	514	83	31	43	431	520	209	2.119	
Imigração Interestadual		4.084	5.645	12.679	2.736	1.585	1.240	9.657	11.531	8.965	58.122
País estrangeiro		77	27	114	29	0	52	91	547	240	1.176
Total**		9.072	9.521	24.741	16.251	11.541	11.728	46.501	31.799	34.709	195.862

Região em 1995		Região / Município em 2000									Emigração Interestadual	Total
		Emigração Intrametropolitana	Emigração Intraestadual	Grandes Regiões e Estados da Região Sudeste						Região Centro-Oeste		
				Região Norte	Região Nordeste	Minas Gerais	Espirito Santo	Rio de Janeiro	Região Sul			
RMBS	Bertioga	217	891	16	148	101	.	11	63	19	358	1.466
	Cubatão	3.740	1.927	129	1.342	338	125	162	335	128	2.559	8.226
	Guarujá	4.974	5.046	78	3.255	770	138	287	1.122	370	6.020	16.041
	Itanhaém	826	2.418	12	113	87	45	74	149	47	528	3.772
	Mongaguá	629	1.237	0	52	57	.	.	85	10	204	2.070
	Peruibe	972	2.495	29	170	88	7	70	338	80	781	4.248
	Praia Grande	4.157	4.918	30	807	422	16	82	229	116	1.700	10.775
	Santos	25.760	19.780	357	7.344	2.930	280	1.591	4.411	841	17.754	63.294
São Vicente	12.721	5.521	62	1.257	229	41	205	999	344	3.137	21.379	
Imigração Intrametropolitana		53.997	44.234	713	14.487	5.023	651	2.482	7.729	1.954	33.040	131.270

Fonte: IBGE (Microdados da amostra do Censo Demográfico 2000). Tabulações especiais do autor.

* As outras regiões do Estado de São Paulo incluem as regiões metropolitanas e os aglomerados urbanos que compõem a Macrometrópole Paulista

** Não inclui os migrantes com origem ignorada

APÊNDICE C – Matriz migratória por municípios e regiões. RMBS – 2005-2010

Região em 2005		Região/Município em 2010									Emigração Intrametropolitana
		RMBS									
		Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruibe	Praia Grande	Santos	São Vicente	
RMBS	Bertioga	.	41	106	.	11	.	12	193	84	446
	Cubatão	22	.	154	116	56	41	2.015	1.251	1.449	5.105
	Guarujá	729	82	.	182	153	197	529	1.611	1.008	4.490
	Itanhaém	48	45	89	.	164	158	353	211	101	1.170
	Mongaguá	73	.	14	323	.	50	358	90	43	951
	Peruibe	27	29	39	163	37	.	286	210	47	838
	Praia Grande	12	252	100	241	359	128	.	802	1.255	3.148
	Santos	166	755	2.114	544	243	222	5.696	.	10.316	20.056
São Vicente	86	663	540	331	330	275	5.542	2.380	.	10.147	
Imigração Intrametropolitana		1.163	1.866	3.155	1.901	1.353	1.072	14.791	6.747	14.302	46.350
Imigração Intraestadual*		3.985	1.230	5.131	11.559	8.614	6.237	25.107	11.739	8.093	81.696
Grandes Regiões e Estados da Região Sudeste	Região Norte	28	152	186	145	0	56	404	197	214	1.384
	Região Nordeste	2.276	3.419	3.804	858	244	408	4.945	4.322	4.533	24.809
	Minas Gerais	335	423	430	202	99	125	691	982	683	3.971
	Espirito Santo	46	65	62	.	.	.	23	59	119	374
	Rio de Janeiro	62	120	157	71	39	230	303	1.041	449	2.471
	Região Sul	170	217	430	299	157	194	775	1.625	860	4.727
Região Centro-Oeste	92	94	360	172	13	101	192	343	304	1.671	
Imigração Interestadual		3.010	4.492	5.428	1.747	553	1.115	7.333	8.569	7.160	39.408
País estrangeiro		149	44	256	168	73	284	244	1.059	302	2.578
Total**		8.307	7.632	13.970	15.375	10.593	8.708	47.474	28.115	29.857	170.032

Região em 2005		Região/Município em 2010									Total
		Emigração Intraestadual	Grandes Regiões e Estados da Região Sudeste						Emigração Interstadual		
			Região Norte	Região Nordeste	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Região Sul		Região Centro-Oeste	
RMBS	Bertioga	954	11	415	242	47	27	196	16	954	2.871
	Cubatão	2.212	19	1.224	451	30	115	246	127	2.212	8.511
	Guarujá	5.702	103	2.600	489	182	381	1.721	226	5.702	14.119
	Itanhaém	1.240	18	258	243	55	61	422	182	1.240	5.486
	Mongaguá	291	0	41	61	37	21	122	10	291	2.675
	Peruíbe	1.281	6	435	55	.	102	653	31	1.281	5.107
	Praia Grande	3.433	79	1.621	593	50	123	689	278	3.433	12.498
	Santos	10.880	212	4.431	1.275	154	1.193	2.647	967	10.880	43.643
	São Vicente	2.813	57	1.473	367	70	235	450	161	2.813	17.027
Imigração Intrametropolitana		28.806	505	12.497	3.777	626	2.258	7.146	1.998	28.806	111.938

Fonte: IBGE (Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010). Tabulações especiais do autor.

* As outras regiões do Estado de São Paulo incluem as regiões metropolitanas e os aglomerados urbanos que compõem a Macrometrópole Paulista

** Não inclui os migrantes com origem ignorada

APÊNDICE D – "Não migrantes", por grupos etários, segundo município de residência na data referência do Censo. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010

Município de residência	2000					Total	2010					Total
	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais		0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais	
	%						%					
Bertioga	39,1	23,3	20,7	11,6	5,4	14345	29,4	23,0	24,5	15,3	7,8	30281
Cubatão	30,2	26,5	23,9	12,9	6,5	88696	23,8	26,3	23,7	17,5	8,7	101696
Guarujá	31,0	27,0	22,6	12,7	6,8	217360	23,8	26,0	23,7	17,1	9,4	255665
Itanhaém	31,8	26,5	19,2	13,4	9,1	43531	25,8	23,5	20,6	16,9	13,2	59791
Mongaguá	33,8	27,0	18,0	12,0	9,2	17167	23,9	23,5	20,5	18,0	14,1	27938
Peruíbe	33,8	25,6	18,5	11,6	10,4	31891	25,4	22,5	20,6	16,8	14,7	41619
Praia Grande	31,2	25,9	19,4	14,2	9,2	111481	23,3	24,5	22,5	17,4	12,1	173604
Santos	19,9	23,2	21,9	18,1	16,9	360309	16,9	20,4	21,1	21,2	20,4	364031
São Vicente	28,5	26,6	21,3	14,6	9,0	236700	20,6	25,7	23,2	18,5	12,0	267214
RMBS	27,1	25,4	21,6	15,0	10,9	1121480	21,5	23,9	22,4	18,5	13,7	1321839

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

APÊNDICE E – "Não migrantes" responsáveis pelo domicílio, por nível de instrução, segundo município de residência na data referência do Censo. Municípios selecionados. RMBS – 2000-2010

Município de residência	2000				Total	2010				Total
	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	
	%					%				
Bertioga	72,6	9,8	13,7	3,9	3552	53,9	17,4	22,1	6,6	9334
Cubatão	65,0	12,0	20,6	2,4	23794	47,2	16,2	31,2	5,4	31509
Guarujá	68,2	12,2	16,3	3,3	55842	49,0	18,7	25,5	6,8	74951
Itanhaém	67,8	10,5	17,9	3,9	11520	47,2	17,3	27,8	7,6	19015
Mongaguá	68,6	9,2	18,4	3,8	4419	48,2	17,5	26,1	8,1	8953
Peruíbe	68,6	11,3	15,9	4,2	8014	50,3	18,8	22,4	8,5	13264
Praia Grande	64,3	11,0	19,9	4,9	28971	44,8	20,1	27,1	7,9	54539
Santos	42,4	12,9	25,3	19,4	106784	29,4	14,2	30,2	26,3	125064
São Vicente	58,3	13,8	22,2	5,6	61558	41,7	18,9	30,9	8,5	82586
RMBS	56,6	12,5	21,4	9,6	304452	41,1	17,3	28,5	13,1	419215

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

APÊNDICE F – "Não migrantes" responsáveis pelo domicílio, por condição de ocupação do domicílio, segundo município de residência na data referência do Censo. Municípios selecionados
RMBS – 2000-2010

Município de residência	2000					2010				
	Alugado	Outra condição	Próprio - ainda pagando	Próprio - já quitado	Total	Alugado	Outra condição	Próprio - ainda pagando	Próprio - já quitado	Total
	%					%				
Bertioga	62,3	0,8	9,1	27,8	3563	61,8	5,9	16,4	15,9	9281
Cubatão	66,2	9,8	12,3	11,8	24447	72,6	8,8	11,9	6,7	31601
Guarujá	71,8	5,1	9,6	13,5	57236	74,1	3,6	12,5	9,8	75014
Itanhaém	71,4	5,7	8,5	14,4	11667	69,1	6,1	12,3	12,5	19009
Mongaguá	67,3	8,6	5,9	18,2	4435	71,3	8,2	10,1	10,4	8952
Peruibe	72,7	3,6	6,9	16,7	8200	70,0	6,6	11,3	12,0	13237
Praia Grande	70,7	5,5	11,8	12,0	29854	71,7	7,3	13,4	7,7	54689
Santos	64,0	7,5	22,8	5,7	113419	66,4	6,9	21,8	4,9	125169
São Vicente	70,7	7,8	15,3	6,2	63393	70,7	6,3	17,3	5,7	82984
RMBS	68,1	6,9	15,7	9,3	316214	70,0	6,4	16,3	7,4	419937

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

APÊNDICE G – Compatibilização dos códigos dos tipos de ocupação. 2000-2010

Tipo de ocupação	Código	
	2000	2010
Diretores e gerentes	1111 a 1320	1111 a 1439
Intelectuais	2011 a 2631	2111 a 2659
Nível técnico	3011 a 3912	3111 a 3522
Servidores administrativos	4101 a 4241	4110 a 4419
Outras	5101 a 5243	5111 a 5419
	6110 a 6430	6111 a 6225
	7101 a 7842	7111 a 7549
	8101 a 8711	8111 a 8350
	9101 a 9922	9111 a 9629
	...	0110 a 0999

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010).
Tabulações especiais do autor.

APÊNDICE H - Compatibilização dos códigos de atividades econômicas – 2000 e 2010

Setores de Atividades Econômicas	código					Setores de Atividades Econômicas	código			
	2000		2010				2000		2010	
Administração Pública	75011 a 75017 75999	75020	75011 a 75017 75999	75020		40010 41000 55010 55030 60010 60031 a 60032 60092	40020 50020 55020 55999 60020 60040 60040 60999	40010 41000 55010 55030 60010 60031 a 60032 60091 a 60092	40020 50020 55020 55999 60020 60040 60040 60999	
Agricultura	1101 a 1105 1105 a 1118 1208 a 1209 1401 a 1402 5001 a 5002	1108 a 1103 1201 a 1206 1300 2001	1101 a 1113 1201 a 1206 1208 a 1209 1401 a 1402 5001 a 5002	1115 a 1118 1300 2001		61000 63010 63030 64020 66000 67020 71010 71030 72020 74021 a 74022 74040 74060 73000 80090 85011 a 85013 85030 90000 91020 92011 a 92015 92030 93010 93030 95000	62000 63021 a 63022 64010 65000 67010 70001 a70002 71020 72010 74011 a 74012 74030 74050 80011 a 80012 80999 85020 85999 91010 91091 a 91092 92020 92040 93020 93091 a 93092 99000	61000 63010 63030 64020 66000 67020 71010 71030 72020 74021 a 74022 74040 74060 73000 80090 85011 a 85013 85030 90000 91020 92011 a 92015 92030 93010 93030 95000	62000 63021 a 63022 64010 65000 67010 70001 a70002 71020 72010 74011 a 74012 74030 74050 80011 a 80012 80999 85020 85999 91010 91091 a 91092 92020 92040 93020 93091 a 93092 99000	
Atividades mal definidas	0		0							
Comércio	50010 50040 53010 53030 53050 53070 53090 53111 a 53113	50030 50050 53020 53041 a 53042 53061 a 53068 53080 53101 a 53102 53999	50010 50040 53010 53030 53050 53070 53101 53111 a 53113	50030 50050 53020 53041 a 53042 53061 a 53068 53080 53111 a 53113						
Construção Civil	45001 a 45005	45999	45001 a 45004	45999						
Indústria de Transformação	15010 1530 15050 17001 a 17002 18999 19020 21001 a 21002 23020 24010 24030 25010 26010 27001 a 27003 29001 a 29002 31001 a 31002 33001 a 33005 35010 35030 36090	15021 a 15022 15041 a 15043 16000 18001 a 18002 19011 a 19012 200000 22000 23400 24020 24090 25020 26091 a 26092 28001 a 28002 30000 32000 34001 a 34003 35020 35090 37000	15010 1530 15050 17001 a 17002 18999 19020 21001 a 21002 23020 24010 24030 25010 26010 27001 a 27003 29001 a 29002 31001 31002 33001 a 33005 35010 35030 36090	15021 a 15022 15041 a 15043 16000 18001 a 18002 19011 a 19012 200000 22000 23400 24020 24090 25020 26091 a 26092 28001 a 28002 30000 32000 34001 a 34002 35020 35090 37000						
Indústria Extrativa	11000 14001	13002 14004	10000 13001 a 13002 14003	11000 14001						

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

APÊNDICE I – Imigrantes “data-fixa” responsáveis pelo domicílio, por município de residência na data referência do Censo, segundo setores de atividade econômica*. Municípios selecionados
RMBS – 1995-2000 – 2005-2010

Período	Setores de atividade econômica	Município de residência na data de referência do Censo Demográfico									
		Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente	RMBS
1995-2000	Administração pública (%)	3,6	2,2	3,7	3,7	4,5	1,5	5,5	7,4	5,9	5,0
	Agricultura (%)	0,9	0,0	3,3	3,7	2,7	5,3	0,3	0,6	0,7	1,5
	Atividades mal definidas (%)	6,9	5,6	1,9	4,3	5,8	1,6	0,6	1,3	1,3	2,2
	Comércio (%)	8,6	7,1	12,3	16,1	14,9	20,5	17,8	18,7	16,5	15,9
	Construção civil (%)	28,5	26,2	18,1	20,0	23,3	18,9	16,8	7,0	7,9	15,3
	Indústria de transformação (%)	8,5	20,2	10,0	4,4	5,6	7,4	9,8	9,5	14,4	10,3
	Indústria extrativa (%)	0,3	2,1	1,9	3,1	3,2	3,6	3,0	4,9	2,4	2,9
	Serviços (%)	42,6	36,5	48,8	44,6	40,0	41,3	46,2	50,6	50,8	46,9
	Total (Nº abs.)	2.147	1.783	5.383	2.980	1.867	2.095	9.079	6.902	7.514	39.750
2005-2010	Administração pública (%)	2,8	1,6	7,0	8,0	7,3	3,3	6,3	7,7	6,0	6,2
	Agricultura (%)	2,8	0,7	4,0	2,7	1,1	5,1	0,7	0,4	0,8	1,4
	Atividades mal definidas (%)	4,0	21,1	9,0	3,8	3,1	6,0	5,0	5,3	7,0	6,4
	Comércio (%)	10,8	5,2	9,8	17,8	18,6	15,2	19,0	15,3	13,5	15,1
	Construção civil (%)	17,2	19,6	11,9	17,6	13,3	11,7	9,6	7,6	8,2	10,9
	Indústria de transformação (%)	5,4	25,6	10,3	9,3	9,2	7,9	11,6	7,8	8,8	10,1
	Indústria extrativa (%)	5,4	3,4	5,7	4,9	6,8	8,8	3,5	9,9	6,5	6,0
	Serviços (%)	51,6	22,8	42,4	36,0	40,5	42,1	44,4	46,0	49,2	43,9
	Total (Nº abs.)	1.878	1.746	3.164	2.886	1.703	1.661	10.032	6.680	7.501	37.251

Fonte: IBGE (Microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010). Tabulações especiais do autor.

* Considerando entre os setores de atividade econômica as "atividades mal definidas".